

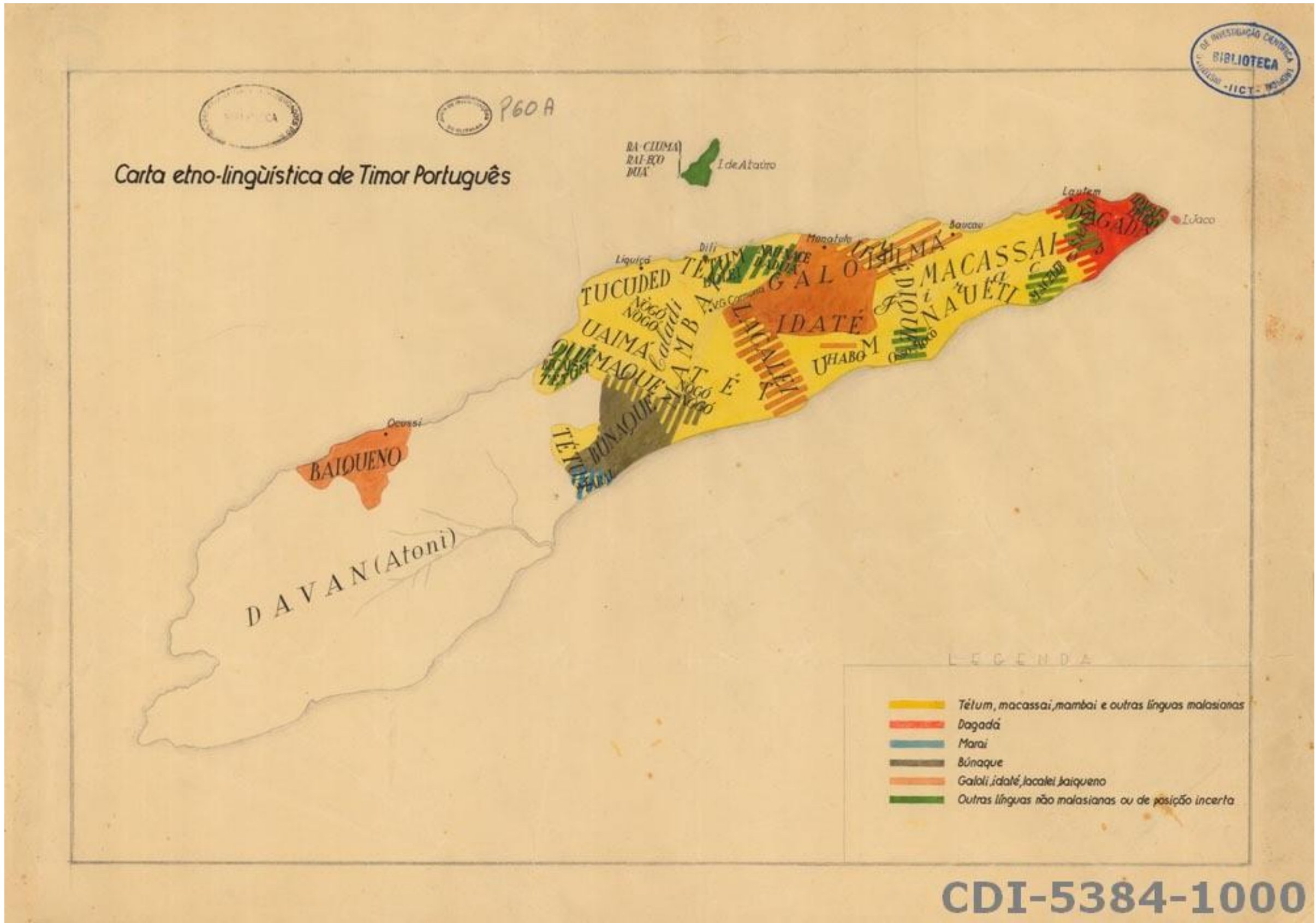
TIMOR LESTE VOL. 3, AS GUERRAS TRIBAIS, A HISTÓRIA REPETE-SE (1894-2006)

j. chrys chrystello

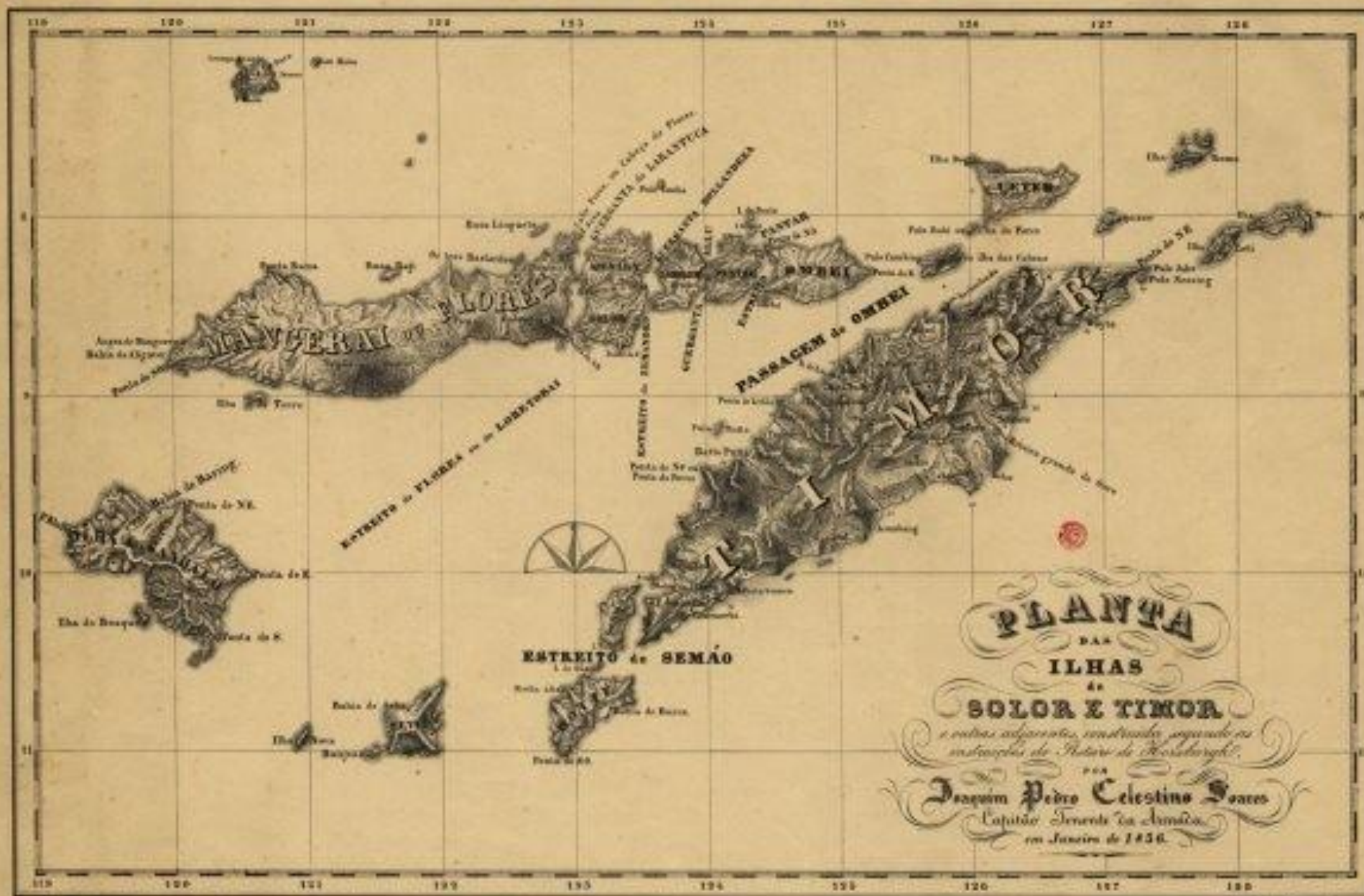




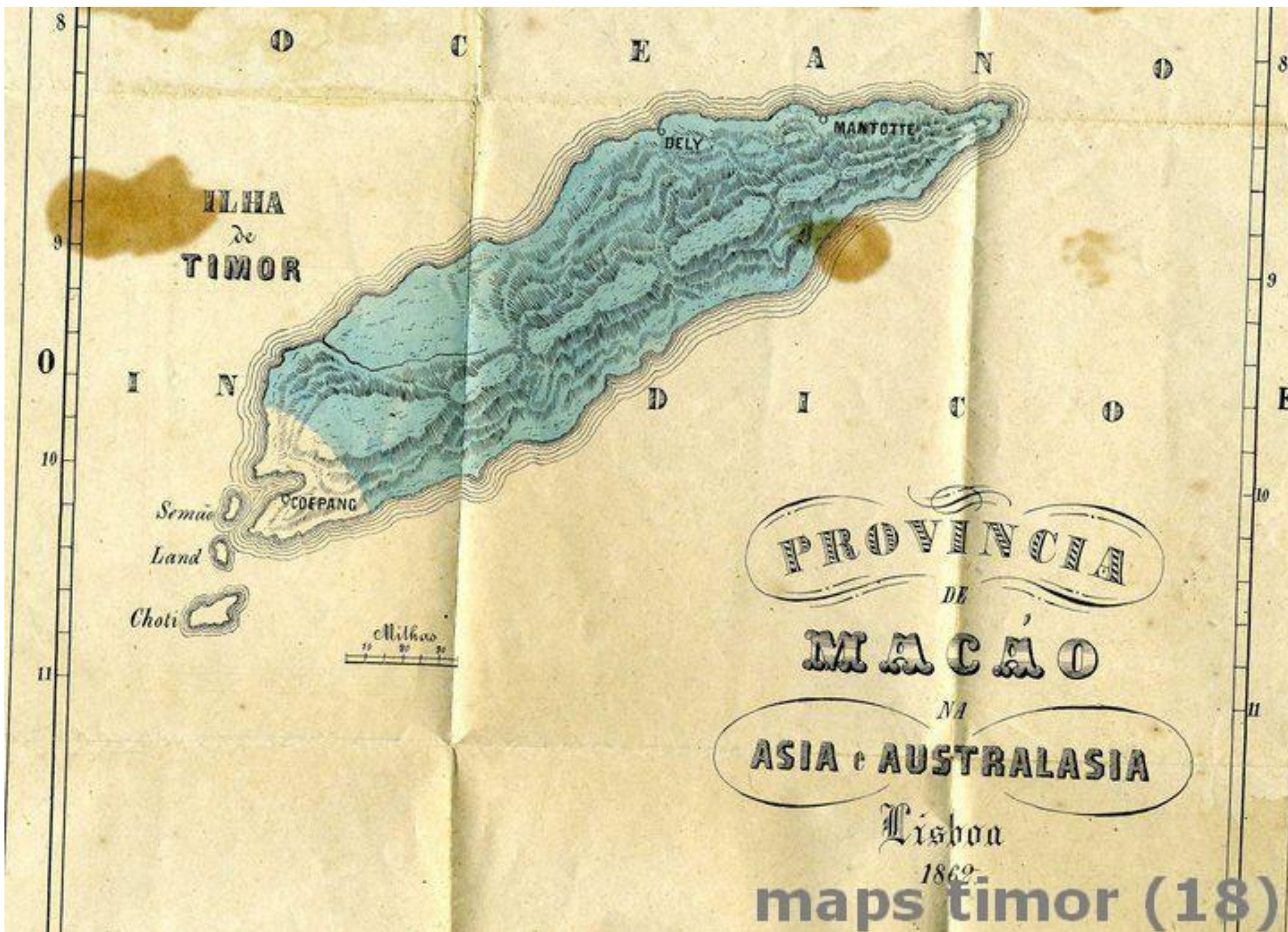
CDI-2359-1970







maps timor (12)



maps timor (18)

Tome V.

Planche VII. Timor & autres Isles qui sont entr'elle & la N. Guinée. p. 42.

N^o 1.



N^o 2.

Aspect de la Partie N.O. de Timor, à 9 L. de dist.



N^o 3.

Aspect de l'Isle Omba, à 6 L. de dist.

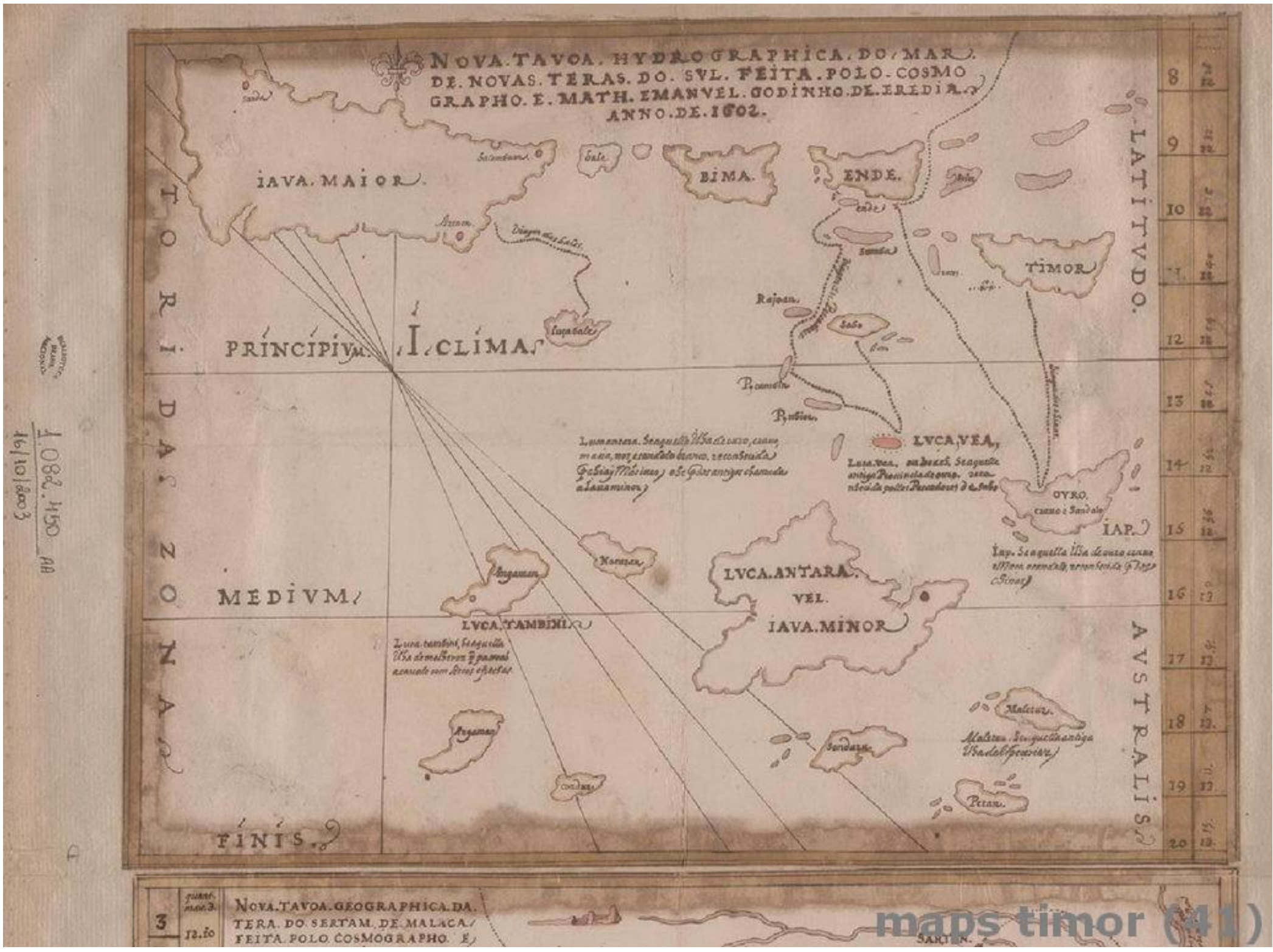


N^o 4.

Aspect de l'Isle Fetter, à 7 L. de dist.



maps timor (21)





G 31 96
 P1
 3955
 25
 PCL 849

Printed under the direction of the Chief of Operations, U.S. Army, Washington, D.C.
 Copyright by the Army Map Service, War Relocation Authority, and the National Geographic Society.
 International Map Company, 12, 200, 200, 2nd (South) Bldg., P.O. Box 44444, Wash., D.C. 20044, U.S.A.

AMS 9101
 First Edition AMS 1, 1944.

maps timor (26)

CAPÍTULO 1 - TIMOR PORTUGUÊS



"A EDUCAÇÃO É, POIS, A ARTE QUE SE PROPÕE ESTE OBJETIVO, A CONVERSÃO DA ALMA, E QUE PROCURA OS MEIOS MAIS FÁCEIS E EFICAZES DE O CONSEGUIR. NÃO CONSISTE EM DAR VISÃO AO ÓRGÃO DA ALMA (OS OLHOS), VISTO QUE JÁ A TEM; MAS, COMO ESTÁ MAL ORIENTADO E NÃO OLHA PARA ONDE DEVERIA, ESFORÇA-SE POR ENCAMINHÁ-LO NA BOA DIREÇÃO."

Platão, "A República", quando dialogava com seus discípulos sobre uma república ideal.



AMAR É ENCONTRAR NA FELICIDADE DE OUTREM A PRÓPRIA FELICIDADE.

Gottfried Leibniz

1. VIDA NOVA

1. FINALMENTE A Malfadada Tropa e o Casamento, Dois Males Nunca Andam Sós

A 9 de outubro de 1972 começava o capítulo da sua vida que mais o marcaria e de forma indelével. Deixaria estigmas que nem o tempo sararia. JC¹ foi finalmente obrigado a regressar à realidade. Entrou, pela primeira vez, no Convento de Mafra, para seis meses de recruta do SMO (Serviço Militar Obrigatório), depois de terem falhado todas as tentativas para evitar ingressar, graças a um problema congénito da coluna, que herdara da sua mãe e o impedia de fazer esforços físicos violentos.

Quando caíra do cavalo num verão prévio, no Sendim da Ribeira em Trás-os-Montes, pensara que a dor nas costas era devida a essa queda. Só mais tarde, numa aula de Educação Física, se viria a descobrir a extensão da origem daquela dor de costas. Causara dias de imobilidade total. Fizera exames e testes. Ficara a saber que nunca mais teria uma vida física normal devido aquela malformação congénita.

Ficara, então, mais convicto de que com aquela deficiência jamais seria chamado a pegar em armas. Estava seguro de que escaparia à mobilização para a frente de combate. Estas convicções viriam a ser fortemente abaladas. Fora apurado como **Apto para Todo o Serviço** e efetivamente incorporado como cadete a oficial. Seis meses de enormes dificuldades. Viva-se um intenso período anticolonial. As forças de libertação infligiam pesadas baixas no exército colonial.

A disciplina era suportável, mas havia imensos abusos de poder por cabos e sargentos que seriam seus subalternos seis meses mais tarde. Uma das coisas que mais o chocara naquele período, nem era a disciplina militar rígida nem a má alimentação, nem toda aquela nova realidade bélica para que ele, como pacifista, não estava preparado, o que mais o afligira era a falta de higiene dos seus camaradas de armas, fossem eles advogados, médicos ou doutras ocupações da classe média ou média-alta. E a classe de outubro 1972 em Mafra era de luxo, com colegas cadetes ostentando nomes pomposos como Cazal-Ribeiro, Eça de Queiroz, Sachetti (filho dum dos esbirros da PIDE), Rodrigo Ferreira (herdeiro do Delfim Ferreira), Rebimbas (sobrinho do Bispo de Aveiro), etc.

¹ JC É O AUTOR, NESTE CAPÍTULO O AUTOR SURGE SEMPRE NA TERCEIRA PESSOA, COMO JC.

Mas hábitos de higiene, bem, isso era outra coisa...que gente era aquela de bons extratos sociais, mas sem hábitos de banho?

A terapia ocupacional dos seis meses de recruta era difícil. Por vezes desnecessariamente exagerada. Conforme havia previsto, logo que chegou a altura de fazerem marchas prolongadas havia o perigo de ficar paralisado como já lhe acontecera aos 16 anos em que andara a fazer prolongados exercícios de reabilitação, fisioterapia e radioterapia. Fora, então, que ficara totalmente paralisado durante mais de 24 horas após ter caído mal num exercício do trampolim na aula de ginástica do liceu durante o 6º ano.

Fora consultar os melhores especialistas de ortopedia para descobrir que sofria de sacralização (S2 e S3), lombarização (das vértebras L4 e L5), espondilose e espondilolistese. Pois bem, em Mafra mal começara uma marcha, ainda não teria andado nem uns dez quilómetros, ficara de novo, paralisado. Tiveram de mandar vir um helicóptero para o levarem ao Hospital Militar em Lisboa, na Artilharia Um, onde terá permanecido duas semanas. Doutra vez, fora evacuado de jipe.

Quando regressou (a Mafra) trazia a indicação de não poder carregar nem a mochila nem a G-3. As suas marchas limitavam-se a 3 km. Isto deu lugar à caricata cena de fazer um quilómetro de marcha com um cabo a carregar os 20 kg de equipamento. Depois, JC entrava no jipe de acompanhamento após fazer outro quilómetro e assim sucessivamente. Isto causava grande inveja aos restantes recrutas.

Grande sucesso iria ter a comandar homens na selva, sem jipe para o transportar.

Ao fim dos seis meses tivera a distinta honra de ser o Oficial com a mais baixa classificação que alguma vez se tinha graduado: 10,3 valores. Na tropa não podiam dar-se ao luxo de o chumbar na recruta. Foi mandado passar uma semana de férias a casa e casar. Em breve seria mobilizado para ir servir nas colónias.

Entretanto, na frente de combate a sério, fora mandado apresentar-se em Tomar. Ali passou um mês como Aspirante de Infantaria, reclassificado em Aspirante de Intendência. Posteriormente, viu resolvida a sua situação de reclassificação militar devido ao problema de coluna, sendo transferido para Leiria (RAL-4) como Aspirante SAM (Secretariado e Administração Militar). Estivera em estágio, um outro mês, naquele afamado centro de operações especiais e secretas, Santa Margarida. Depois de estar ali e regressar a Leiria, pedira licença de casamento. Findas as curtas férias regressara à base ao RAL-4. Em Leiria, tinha como oficial superior um major que dava pelo nome de Ernesto Melo Antunes. Mais tarde ficaria bem conhecido do povo português. Com ele teria longas conversas e passeios

à beira rio, sobre a situação sociopolítica e económica do país. Esta foi uma amizade profunda que o levou a ler alguns dos estudos que o major preparava para o futuro. Acreditava que iriam ocorrer nos próximos cinco anos. Os longos passeios, do Castelo em frente ao quartel até ao rio, eram passados a falar e a filosofar sobre o estado da Nação. Sobre o que se poderia fazer para que o futuro fosse mais brilhante.

JC deplora em surdina, em frente ao espelho da sua alma, aliás, o ecrã do seu computador, as saudades da Austrália. De Bragança. Do seu amor súbito e suicida pelo Faial e Pico. Tão pronto, a realidade o confronta com a certeza de que está aqui preso e amarrado. Dificilmente sairá deste buraco, bem verde e bonito é verdade. É bonito. E que mais? É bonito. Mas tão deserto como o Saara. Falta-lhe gente com quem dialogar a nível intelectual, falta-lhe um Melo Antunes com quem trocar sonhos e imagens do futuro melhor para o país. Falta-lhe uma tertúlia, um Cenáculo onde pudesse falar e ouvir, trocar sonhos e discutir opções de vida.

O seu idealismo poético iria morrer com ele. Sozinho, silente. Estes mutismos enormes, que ora partilha consigo mesmo, estão a torná-lo cada vez mais árido. A sensatez reitera que os silêncios não são de hoje. Vão sempre desaguar nas feridas por sarar. Cicatrizes por curar. Estigmas. Datam da sua primeira lua-de-mel. Dos anos loucos de sofrimento e dor que se seguiram. Dentro e fora do SMO.

Escravo sim, mas nunca escravizado, diria em desabafo numa das suas múltiplas tentativas de catarse do passado. Equacionava constantemente o que fizera, onde estivera, como procedera. Tentava descortinar melhores meios de proceder em situações semelhantes. Insistia nesta sua introspeção insana, mas terapêutica. Quiçá hedonista, destinada apenas a evitar repetir o sofrimento de outras eras. Voltara a Leiria onde permaneceria de abril a setembro de 1973. Evoca ter sido exigente com os subalternos. Confraternizava e dava-se bem com o Melo Antunes. Perdera longas horas ao telefone com a sua cara-metade.

Nos meses subsequentes ao casamento travara uma luta titânica com um camarada de armas desconhecido. Cada um tentava evitar ser mobilizado para a Guiné. Convém recordar que, nesta altura, a guerra de libertação havia ali atingido o seu auge. A população civil e mulheres de militares tinham sido evacuadas para vasos de guerra, ao largo da costa guineense, o que sucedia pela primeira vez em doze anos de conflito. Obviamente, nenhum deles estava minimamente interessado em ir para as quentes plagas guineenses.

Reviveu o que se passara em abril 1966, sete anos antes.

Fora convidado como primeiro estudante português para fazer parte dum Student Exchange Program com a Terra dos Mil Lagos, a Finlândia. Ali passara menos de um mês em Hämeenlinna, no sul. Em pleno círculo polar ártico, Rovaniemi, a cidade mais a norte de todo o mundo. O sol não se punha durante seis meses, motivo de angústia porque é difícil habituar-se uma pessoa mediterrânica a ver o sol durante 24 horas.

A função clorofilina de cada um altera-se radicalmente. Dentro da casa superaquecida havia sauna. As pessoas andavam quase em traje de verão. Ao ar livre estavam uns pouco hospitaleiros -27 ou -30 °C, capazes de gelar os ossos, qualquer que fosse o agasalho. No seio daquela gente acolhedora, quase todos falavam Inglês. Durante anos, mantivera contacto com duas correspondentes daquelas paragens. Na semana que passara no sul da Suécia, apenas a estudante falava Inglês e a integração fora mais difícil. Sítios jamais olvidados eram os lagos infindos em Turkuu, Hämina e outras cidades cujos nomes ficaram no esquecimento.

Exatamente ao pensar no frio nórdico recordava o oposto, o calor da África para onde não queria ir. Havia um ramo do clã familiar, primos diretos do pai, há mais duma geração em Angola. Sempre entendera que se quisessem lutar contra os movimentos de libertação o deveriam fazer. Não ele e os jovens do continente europeu.

Encontrara uma boa compreensão por parte do velho coronel, Comandante do RAL-4 e a maior parte dos fins de semana era autorizado a passá-los em casa, para estar com a sua mulher. Apesar das cunhas e falcatruas (valia tudo menos morrer em África), com um amigo na secção de mobilização a tentar colocá-lo no local certo, a sua mobilização mudava de destino todas as semanas.

O Comandante do RAL-4 (Regimento de Artilharia Ligeira n.º 4) chegou a dizer que ele deveria ter grandes cunhas para estarem sempre a mudar a sua mobilização. Em finais de agosto de 1973 sucedeu o imprevisto. Outro camarada, cujo nome nunca aprendera, acabara de se oferecer para ir primeiro e foi para a Guiné-Bissau. Entretanto, um louco varrido, o alferes miliciano, de seu cognome "Zé Sopapo" como era afetuosamente conhecido em Timor, pediu transferência para Angola. Isto criou uma vaga em Timor para JC. Foi mobilizado.

Teria duas semanas de férias, para se despedir da família, com partida marcada para 17 setembro 1973, na primeira de muitas viagens pelo mundo.

2. PARTIDA PARA TIMOR, CHEGADA A DILI

Era um grupo díspar de pessoas naquele avião. Foi a primeira vez que tropas portuguesas eram aerotransportadas para Timor. Iam rumar ao Oriente exótico e desconhecido.

A primeira noite seria passada em Paris. Dormiram num Hotel em Montmartre. Era um pequeno Hotel económico, a umas centenas de metros do trottoir onde as senhoras da noite tinham o seu métier. A memória não ajuda. Pode ter sido o Hotel Antin Trinité Opéra Paris, nº 74, rue de Provence. As Galerias Lafayette mesmo em frente. Muito perto da "Ópera", do Louvre e de Montmartre. O Hotel de 46 quartos estava rodeado de bons restaurantes, teatros e cinemas. Toda a animação noturna que se podia desejar.

Por seu turno, as Galerias Lafayette eram já então um magneto capaz de atrair todas as pessoas em busca de moda, perfumarias, comida ou mesmo souvenirs.

Como JC conhecia a cidade levara alguns camaradas para jantarem num pequeno bistro. Pudera fazer as honras de connaisseur dos vinhos da Borgonha e de Bordéus. Tivera de os controlar. Desconheciam que se tratava de vinhos bem fortes. Não estando habituados, corriam o risco de não acordarem na manhã seguinte.

Foram jantar mesmo ao lado do Hotel, a curta distância do Boulevard Haussman. As mesas vestidas de xadrez, vermelho e branco, evocavam tabernas portuguesas. O vinho era servido em carafes de litro que se esvaziavam rapidamente. Se a "nouvelle cuisine française" já tinha sido inventada não se recorda. Serviram pratos de tamanho normal e com comida abundante, em vez dos enormes pratos com uma amostra de comida que caracterizam a rapinagem da nova cozinha francesa.

Na manhã seguinte tomara o pequeno-almoço típico: café, chá ou chocolate, sumos de frutas, cereais, iogurtes, queijo, fiambre, Viennoiseries, pão com manteiga, compota ou mel.

Quando se dera conta, já toda a gente estava no autocarro que os iria levar ao aeroporto de Orly.

JC a fazê-los esperar durante mais de uma hora, observando-os da janela do 1º andar. Ponderava se os 16 contos que levava dariam para sobreviver seis meses em Paris. Sim, porque já pensava em desertar. Nem o seu pai nem o seu mecenas e padrinho se haviam mostrado dispostos a condescender com tal fuga. Adorava Paris. Já lá estivera. Tinha um medo irrefreável do desconhecido que o esperava.

Idealizava uma fuga escandinava, para os Países Baixos ou França. Tantos conhecidos seus haviam já desertado. Foram esses pensamentos que lhe ocorreram, durante essa longa hora. Não abria a porta a ninguém. Aquele Hotel dispõe hoje de televisão e canais via satélite, mas na época apenas dispunha de telefone. Não atendera o telefone interno que tocava incessantemente. Dispusera-se, por fim, a ir.

A sua avó paterna sempre lhe dissera que como nativo do Dia do Anjo da Guarda nada de mal lhe aconteceria. Estava convicto de que o pai jamais o apoiaria. Consideraria essa fuga desonrosa. Resolvera-se a descer as escadas, para alívio dos restantes e consternação do senhor Neves, representante e guia da Air France, que temia perderem o voo do 747. Chegados a Orly, o capitão (Manuel Alberto Santos Clara) ia em primeira classe. Os restantes em classe económica e JC (como sempre) a voos bem mais altos.

Com a sua habitual descontração conseguira que uma simpática hospedeira o levasse para o bar, no 1º andar do Boeing 747.

Lá passaria a viagem a beber champanhe francês e a apreciar as vistas magníficas. Fizeram uma paragem em Telavive onde entraram tropas israelitas que revistaram tudo e todos. Até se deram ao trabalho de desmontar uma máquina de barbear eléctrica em busca de explosivos. Fora a primeira vez que vira medidas de segurança semelhantes às que passariam a vigorar no resto do mundo, trinta anos depois, após a queda das Torres Gémeas em 9/11 (11 de setembro 2001). O cenário em volta era de guerra. Havia aviões de combate na pista. Estavam a duas semanas da Guerra dos Seis Dias.

Rumaram para Banguécoque. Na pista ruminavam búfalos de água que era preciso afugentar à chegada de cada avião. Naqueles tempos, a capital do antigo reino do Sião era uma pacata urbe. Adiante relata esta viagem com a pena da sua veia poética. Enorme era o espanto do capitão Santos Clara, que, com direito legítimo à primeira classe, estranhava a sua presença ali. Mais tarde ficariam amigos. Seria um dos poucos militares com quem se dera socialmente após o SMO.

Em Banguecoque mudara a tripulação. Aterraram em Denpasar, capital da indonésia Ilha de Bali, Espantaram-se, assustados com o tamanho das enormes baratas voadoras que pisavam enquanto andavam rumo ao terminal. O calor abrasador e húmido era semelhante ao de Banguecoque. Partiriam num pequeno bimotor de oito lugares para o aeroporto "internacional" de Baucau. O de Díli não estava operacional.

A beleza das trovoadas e relâmpagos ficariam para sempre imbuídos na sua memória. Iluminavam milhentas ilhas vulcânicas do arquipélago. Vista do ar em plena noite relampejante, a Indonésia parecia um jogo de peças do Lego com as quais apetecia bulir não fosse o caso de um dos seus vulcões resolver zangar-se. Jamais esqueceria as imagens que a sua retina guardava dessa noite em que a trovoadas iluminava as 18 mil ilhas do arquipélago, ora revelando, ora escondendo as ilhas (muitas nem sequer são habitadas e naquela época só se conhecia a existência de 13 mil das 18 mil ilhas...

Uma viagem com alguma turbulência, mas sem grandes sobressaltos.

432. EURASIAMENTE À VOL DE 747b, set 1973

1. da europa ao oriente-do-meio telavive, set.º 19, 1973

alando de paris logo passamos o azur da côte
 sem escândalos nem coroas arruinadas
 escarpas e praias despidas de homem
 nove mil metros restituem à natura
 impolutas ficções

(depois, o mediterrâneo é um lago semeado de grécias
 logo a seguir à itálica bota
 corfu vigia em tons de ocre
 em tempos creta foi nome de ilha

na mitologia de zeus).

da turca ankara sobrevoámos izmir

mandam-nos regressar

estamos no oriente-do-meio

a guerra volta dentro de dez dias

e só dura seis

telavive é um amontoar branco de colinas

um algarve deslocado

na planície árida velhos aerodespojos

entram comandos autometralhadorizados

importunam

espiam

revistam

obrigados e silentes

somos a abrasadora quietude do jumbo

partiremos

sempre mais tarde que previsto

no deserto amarelecido qual alentejo

repousam monstros de muitas lutas

nos *kibbutz* labutam formigantes sionistas

- este povo traz consigo o estigma
da aniquilação
própria e alheia
cheira a morte. -

2. a terra dos persas teerão, set. 19, 1973

embaixo sorriem sombras
minúsculos pontos rasgando a treva
quilómetros de fantasmas ancestrais
casas talvez brancas
bairros de adobe
avenidas ocidentais
mesquitas
na poeira do cansaço
um nome semimágico
teerão
a história do xá
um povo sem voz
à espera
o silêncio compungido do imperialismo
aterrámos lado a lado com estrelas ianques
estranho porto no coração do petróleo

persépolis foi há 2500 anos

o mito de alexandre

hoje.

3. indiana união, nova delhi set. 19, 1973

a meu lado um saxónico cacareja

o nojo imenso da miséria

suja imundície

estamos em delhi, a nova

capital das castas

ghandi morreu há muito e era mahtma

indira é mulher e déspota ao que dizem

país estranho de contrastes e civilizações

dele guardo esconsas imagens

fome e pobreza

estamos no subcontinente da morte lenta

aliviado respiro

ao deixar o hindustão

4. no reino do sião banguecoque, set. 20, 1973

é já dia

os arrozais me espreitam
verde o país
castanho é banguecoque
em plena pista búfalos pachorrentos
a banhos de lama
camponeses debruçados
nos pântanos colhem o arroz
pequenas árvores dividem o asfalto
chove lá fora
sob 42° C de sol
lufadas de calor húmido nos penetram

densa respiração no ar por condicionar
lentas formalidades num Inglês arrevesado
a vida possui aqui uma lenta ritmia
todo o tempo nos espera
nas autoestradas camionetas com jovens
patrolhas militares
todos os veículos se cruzam dos lados todos
coloridos templos incrustados de pedrarias
ouro maciço de budas
descalços com cintos sagrados
nos embasbacámos

este o país do mistério

igrejas e fortes portugueses

memórias de tratados reais siameses e lusitanos

o mercado flutuante é uma cidade imensa

longos canais pútridos nesta veneza oriental

sente-se o aroma do dólar nas ruas

por entre golpes de estado adiados

a cem quilómetros se combate

é o apelo do futuro

os thais são simpáticos e ardilosos

milhares de anos de sabedoria a explorarem Europeus

os preços função da nacionalidade

no faustoso erawan Hotel

o luxo grandiloquente oriental

a sofisticada comodidade do ocidente

uma volta rápida pela cidade dos mil-e-um-templos

para lá das faces mudas

se encerra

o mistério

o convite

voltarei um dia.

5. timor, baucau e dili, set. 20, 1973

timor cresceu cercado

lendas que a distância empolgou

o sonho

a quietude

as 1001 noites do oriente exótico

o sortilégio dos trópicos

para o Europeu

chegar era já desilusão

desprevenido

sobrevoa estéril ilha

montes e pedras

agreste paisagem sulcada

leitos secos

abruptas escarpas

terra sem marca de homem

esparsas cabanas de colmo

será isto timor?

o avião desce o vazio em círculos

em vão os olhos buscam a pista

por trás de um montículo imprevisto

se vislumbra o "T"

e a torre de controlo dos folhetos de propaganda

nunca existiu

a alfândega é o bar

a sala de espera

sob o zinco e o colmo

isto é baucau

aeroporto internacional

a vila salazar dos compêndios

que a história esqueceu

uma turba estranha se amontoa

à chegada do *cacatua-bote*²

o *patas-de-aço*

esta a cerimónia sagrada do deus estrangeiro

descendo dos céus

dia de festa para os trajes multicoloridos

o contraste do castanho de sóis pigmentados

cinco da matina

e é já o pó e o calor

o espanto mudo nas bocas incrédulas

as formalidades aqui com sabor novo

espera lenta e compassada

séculos de futuro por viver

antes que ele venha

² CACATUA-BOTE OU PATAS-DE-AÇO ERAM DESIGNAÇÕES DADAS PELOS TIMORENSES AOS AVIÕES

antes não venha

num barracão zincado

uma velha bedford

de carga com caixa fechada

vidros de plástico sob o toldo puído

pomposo dístico colonial

carreira pública baucau-dili

picada em terreno plano

mar ao fundo

baucau

cidade menina por entre palmares

densa vegetação tropical

connosco se cruzam estranhos homens de *lipa*³

galo de combate ao colo

entre torsos e braços nus

das ruínas do mercado se evocam

desconhecidos templos romanos

estrada n.º 1 até dili

sulcam-se abruptas as encostas

ao mar sobranceiras

ali se adivinham cristais multicolores

³ LIPA, SAIA DE TECIDO COLORIDO, TÍPICA, DE ORIGEM MALAIA, OS TIMORENSES USAM-NA ENROLADA À CINTURA DESCENDO ATÉ AOS TORNOZELOS.

em lugar de pontes se atravessam ribeiras

enormes

leitos secos

o tempo as converteu em estradas de ocasião

pedregoso solo

cores indefinidas

castanhos e verdes

*palapas*⁴ dissimuladas na paisagem

imagens tristes de pedras e montes

baías primitivas

inconquistas

praias de despojos e conchas

paraísos insuspeitos

gentes de sorrisos vermelhos

assusto-me

não é sangue nas bocas gengivadas

masca, mescla de cal viva e *harecan*⁵

placebo psicológico da alimentação que falta

um sorriso encarnado esconde a fome

súbito

por paisagens que só a memória

⁴ CASAS CÓNICAS, QUADRADAS OU RETANGULARES EM COLMO

⁵ FOLHA DE PLANTA SEMELHANTE À DO TABACO

sem palavras descreverá

eis dili

a capital

larguíssima avenida semeando o pó nas palapas

casas de pedra com telhados de zinco

na ponta leste chinas e Timores

partilham a promiscuidade da pobreza

dili

plana e longa

a vasta baía antevendo imponente

o ataúro ilha

um porto incipiente

a marginal desagua no farol

construções coloniais pós 1945

da guerra que ninguém quis

dos mortos que os Japoneses quiseram

da neutralidade do país mãe

calado e violado

albergam chefes de serviço

altas patentes militares

sem guerras para lutar

sem movimentos libertadores das gentes

quinze quilómetros de asfalto

três casas dantes da guerra grande

aeródromo em terra batida

um jipe de afugenta búfalo

a rua comercial atravessa díli senhora

de leste a oeste

espinha dorsal

o centro

o palácio das Repartições

do Governo

perto um museu

o seu nome ostenta o vazio

riquezas sem fim

seus governadores exportaram

patriotas

colonizadores de séculos com nada para mostrar

um museu morto

dois sinaleiros nas horas de ponta

ociosos às portas dos cafés

à noite transfiguram-se

os *bas-fond*

o texas bar

da prostituição às *slot-machines*

o submundo

a vida underground

afogar esperanças em álcool

sonhos há muito perdidos nunca sonhados

restaurantes poucos

melhor comida a chinesa

bares espalhados pela cidade

militares e álcool

para calar distâncias

um portugal dos pequeninos

longínquo

cada vez mais

esquecido

nunca perdido.

1973 numa cidade sem vida

morrendo nas cinzas próprias de cada noite

por entre o silêncio e a voz triste dos *tokés*⁶

o calor putrefacto

por entre o voo alado das baratas gigantes

carros poucos

⁶ ESPÉCIE DE LAGARTO SONORO, CUJA IDADE SE DETERMINAVA PELO NÚMERO DE VEZES QUE EMITIA O SOM TOKÉ.

de dia só do estado
motocicletas pululam por entre viaturas oficialmente pretas e verdes
esperando mulheres de oficiais
às portas dos cabeleireiros
do liceu
militares a pé
em berliets ou unimogs
chineses muitos
díli é isto
a desolação
na parte alta da cidade
o complexo militar
barracas insalubres
sob a sombra dos hospitais
um civil um militar
fresco e verdejante vale
triste esta cidade
pretensamente euro-africana
palapas marginando ruas
nelas vive o timor
sem água nem luz
dez ou quinze filhos

que importa

a miséria é só uma e a mesma?

esta "a terra que o sol em nascendo vê primeiro"

aqui as imagens

e são já história

não se repetirão

aqui não daremos testemunho

como transfigurar

colónias pacíficas

em palcos de guerra.

Mal chegara a Timor vira uma paisagem desoladora, árida e suja. A sua primeira impressão fora de repulsa, era pior do que tudo o que se pudesse imaginar. Mais atrasado, inculto, selvagem e rude que o local mais retrógrado de África. Desolador. Um primitivismo assustador. Consternava. Eram cinco da manhã e o calor já apertava. Ia alto o sol. Uma surpresa muda acompanha os esgares dos recém-chegados.

Timor é de facto assim, com casas esparsas de bambu como as que se vislumbram por sob as asas do bimotor. O visitante questiona-se: "*Como é isto possível? Será isto Timor?*" O pequeno avião desce em círculos concêntricos. Os passageiros - inquietos - procuram em vão um aeroporto que teima em não se mostrar. De súbito, por detrás de uma colina que ninguém anteviu, numa rotação brusca, aí está o pequeno "T" da pista.

A imponente torre de controlo dos panfletos turísticos não se vislumbra. Existe uma pequena torre mas não a que vinha fotografada nas imagens do panfleto turístico. Os edifícios poeirentos com teto de colmo eram a aduana, o bar e o salão de embarque. Este é o aeroporto internacional de uma Vila Salazar (apenas conhecida como Baucau) que só existe nos textos de geografia dos liceus portugueses.

Aqui, as formalidades têm um novo sabor, semelhante ao lento, mas rítmico compasso de espera das pessoas que os antecipavam, como se tivessem séculos de vida para viver. Uma estranha turba se aglomera cá fora. Este é o espetáculo sempre indescritível da chegada do "cacatua-bote" (a grande catatua). O "patas-de-aço". Uma espécie de cerimónia de um deus estrangeiro descendo dos céus. Parecem assistir a esta manifestação sagrada como se fosse o começo de uma nova religião. As suas vestes multicores contrastam com os muitos sóis a que os séculos as expuseram.

São apenas cinco da matina. Poeirentas e calorentas. A alguma distância, uma velha camioneta de carga. Uma Bedford com telhado de zinco, abrigava-se do sol protegendo os velhos bancos de madeira. Ostentava o pomposo letreiro de Carreira Pública #1 Díli - Baucau. Encaixaram-nos na traseira da velha Bedford (provavelmente da Série S, uma RL dos anos 50), com bancos de suma-a-pau e toldo de lona.

Seriam umas épicas sete (7!) horas rumo a Díli. JC e o major estavam vestidos de blazer azul. As calças, à partida brancas, à chegada cor de suja duna.

A sinuosa estrada de montanha volve-se para o mar, descendo lentamente do aeródromo. Ruma a essa cidade menina, Baucau, escondida entre as folhas dos palmeirais e luxuriantes florestas tropicais. Pela traseira da camioneta vislumbram-se novas imagens, mas não restam dúvidas. Aquela era uma terra morta à nascença.

Cruzam-se com homens vestidos de saia (aprenderão mais tarde que se chama "lipa"), estreitando galos de combate entre os seus braços nus e o torso, enquanto caminham. Baucau tem algumas casas de pedra. Sobressaem por entre as de terra e adobe. Havia o aspeto exótico da população colorida. Das ruínas do mercado evocam-se templos romanos desconhecidos.

Aliás, a imagem que perduraria para sempre na sua mente era a de Baucau como se fosse um templo romano em ruínas. Nunca mais a voltaria a ver. Uma curta paragem para uma sandes e limonada na Messe do Quartel-general local. Mesmo em frente estava uma piscina. Subitamente parece estar deslocada no tempo e no espaço. De regresso à estrada n.º 1, Baucau – Díli, mal se vislumbrava o caminho por entre a densa vegetação. Mas eram tantos os precipícios sobre

a costa alcantilada! A meio da viagem, que parecia durar mais de 400 ou 500 km, pararam para tomar outra refeição, mais ligeira, no pequeno aquartelamento do Manatuto.

Chegaram à Messe de oficiais, em Díli, pelo meio-dia. Timor esteve sempre envolto em lendas e contarellos que só a distância podia criar. Em Portugal, não passava de um sonho, a calma quietude das mil e uma noites. O Oriente exótico e os sortilégios dos trópicos. Ao chegar, um Europeu só podia sentir a desilusão. Sobrevoava uma ilha, aparentemente, estéril, povoada por montes e pedras. Cenário rústico intersetado por ribeiras secas. Altas escarpas abruptamente voltadas ao mar, uma terra devastada desde a sua criação. Ecologicamente virgem. Tecnicamente virgem acabado de sair do neolítico. Por desbravar, por conquistar, por colonizar. Sem sinais de vida, sem marca de civilização humana.

Arribas alcantiladas, a pique sobre um mar de corais brancos. A picada de montanha, por vezes, aproxima-se tanto das ribanceiras e do abismo que os seus corações entram em animação suspensa. Ao longo do caminho vão transpondo leitos secos de ribeiras que o tempo, a incúria dos homens e os elementos, converteram em estrada de ocasião. O chão de gravilha, por vezes apenas pedregoso, a cor indefinida entre o castanho e o verde, as casas de colmo (aprenderiam depois que se chamam "palapas") disfarçadas por entre a vegetação, tudo serve para propiciar uma imagem de pedras e colinas. Estradas herdadas da ocupação colonial nipónica durante a 2ª Grande Guerra. As baías, primitivas e inconquistas por barcos de qualquer tamanho ou tipo. Praias cheias de conchas, caranguejos e outros destroços das ondas, revelando paraísos insuspeitos. O éden pode ter sido aqui.

É difícil ver os nativos e os seus sorrisos abertos. Engasgam-se espantados. Não é sangue que jorra dos seus lábios, apenas a masca: uma mistura de cal e areca (harecan em Tétum). Mastigá-la é um placebo psicológico para a comida que não existe. Em janeiro de 1998, recordará essa imagem ao ouvir na rádio o José Ramos Horta a apelar à solidariedade internacional para debelar a fome que ainda grassa no território.

Os sorrisos vermelhos escondem fomes de séculos. Não é de hoje, nem de ontem, nem do tempo português, japonês ou indonésio. É eterna esta fome. De súbito, após passar e deixar para trás vilas e aldeias que só a memória despavada pode recordar, eis Díli.

Afinal, eram apenas 212 km e sete horas mais tarde, uma viagem fulminantemente rápida. Uma avenida extremamente larga, espalha a poeira pesada por sobre o colmo das palapas vizinhas e por algumas casas de cimento com teto de zinco. Ao entrar em Díli, por leste, podiam ver os Chineses e os Timorenses a partilharem a promiscuidade criada pela falta de estruturas urbanas adequadas.

Díli é uma planície. Espraia-se por um mar espelhado como um lago. Uma baía majestosa acentuada pela sombra imponente da Ilha do Ataúro. Um porto incipiente abriga uma pequena e anacrónica lancha onde flutua uma esfarrapada bandeira portuguesa. Uma longa avenida acompanha a marginal, terminando no bairro residencial do Farol. Aqui, as vivendas coloniais, construídas depois da 2ª Grande Guerra, abrigam os chefes de departamento e dos escalões superiores do exército colonial.

Por esta época, Díli dispunha apenas de 16 quilómetros de asfalto esparsamente distribuídos por pequenas e poucas estradas e ruas da capital. Três casas apenas sobreviveram à devastação nipónica da Grande Guerra. No aeródromo a que pomposamente chamaram aeroporto de Díli, um Land Rover limpa a pista dos pachorrentos búfalos, das vacas balinesas e dos porcos selvagens.

A principal artéria comercial atravessa Díli de ocidente a oriente, através do centro, espinha dorsal da capital. Ali se alberga o Governo (um imponente edifício pomposamente denominado Palácio) e o Museu cujo nome ostenta o vazio de todos os tesouros exportados por anteriores governadores e colonizadores, ao longo dos séculos.

Um museu vazio, dois polícias sinaleiros nas horas de ponta, e poucas pessoas pachorrentamente sentadas nas esplanadas. É ali que, à noite se podem encontrar os verdadeiros *bas fonds* de Díli. Não só as prostitutas locais, mas as máquinas de póquer e as *slot-machines*. O submundo, a vida subterrânea, o moroso afogar de esperanças e sonhos há muito olvidados. Uns, poucos, restaurantes servindo comida chinesa. Bares, como o "Texas" e a "Tropicália", onde os soldados e a bebida silenciam uma progressivamente maior distância de Portugal.

Díli, setembro 1973, uma cidade sem vida, morrendo devagar nas suas próprias cinzas (que se irão acender, na realidade, em 1999), por entre o silêncio e a triste voz rítmica dos *tokés*, o calor pútrido e o voo alado das desmesuradas baratas voadoras. Durante o dia podiam-se ver alguns, poucos, carros particulares, e muitas

viaturas oficiais com a sua típica cor negra. Inúmeras motorizadas ruidosas circulavam por entre os jipes do exército, conduzidos pelos motoristas militares. Esperam pacientemente em frente ao liceu ou ao cabeleireiro, pelas esposas, tornadas professoras de liceu, dos oficiais do exército colonial português. Estarão mesmo no liceu, na escola primária ou no cabeleireiro? O pessoal militar, a pé ou nas Berliets e Unimogs. Por entre os Timorenses, veem-se Chineses. Díli é isto, a desolação. A devastação viria mais tarde.

Nas colinas, num local para esquecer, relíquia de uma guerra perdida, estavam as instalações militares com o seu Quartel-general e os barracões de zinco, insalubres e insanitários. Pode ter sido um ótimo local duzentos anos antes, bem abrigado pelas montanhas circundantes. A sua localização estava fora do tempo e do espaço. Quinhentos metros acima do nível do mar num local proeminente, abrigado pela maciça flora, estavam os dois hospitais. Um pequeno grupo de edifícios mais modernos para o Hospital Civil, outro, mais antigo, para o militar dispendo de dúzia e meia de camas.

Esta cidade pretensamente europeia é triste. As palapas progridem, crescendo para os passeios quase inexistentes, albergam os Timorenses que ali vivem sem luz elétrica, sem água encanada nem esgotos. Dez ou quinze crianças, em cada família, brincando em volta alheias a tudo. Que lhes interessa se a miséria é a mesma, será sempre a mesma?

"Esta é a terra que o sol, em nascendo, vê primeiro", como a insígnia oficial proclama bem alto do escudo e brasão de armas do, então, Timor Português. Com isto, JC lega as imagens e as palavras. Fazem já parte integrante da História. Não se irão repetir num milhão de anos. Isto presenciara: como transfigurar pachorrentas colónias do Pacífico em cenários de guerra e morte.

Como Oficial miliciano da Intendência, e não como um profissional homem de armas, JC sentiu-se como um dos muitos que, mais tarde, seriam seguidores da Junta Militar ou Frente de Salvação Nacional em Lisboa, forçado a três anos de solidão nesta remota, mas pacífica terra.

Ficara durante uns dias transido. Poucos meses antes, em agosto 2007, falecera o Cristóvão Santos, assessor do Ramos Horta, jornalista das suas primeiras lides de jornalismo político e com o qual combatera a ausência do 25 de abril em Timor Português. Isto tinha-o trazido de volta à realidade nua e crua. A

passagem terrena é curta e o melhor a fazer é aproveitá-la bem, enquanto cá se anda. Nunca se sabe quando chega o prazo de validade de cada um. A quantidade de horas desperdiçadas em guerras, desentendimentos, amuos é enorme, considerando o já imenso tempo malbaratado a dormir e noutras atividades sem impacto na marca terrena que cada um pensa deixar. Disto é feita a matéria humana.

Quem era JC para endireitar o mundo? Já deixara de o fazer há mais de uma década. A morte, como já escrevera, por diversas ocasiões e de muitas formas, é uma noção tabu na sociedade ocidental. Não se prepara para ela nem a aceita livremente quando chega.

JC preferia uma maneira de ser e de estar mais em conformidade com os ritos orientais. Toda a vida é experimentada tendo em mente que a morte é o passo seguinte, o fim, o objetivo primário. A vida é a fase transiente e passageira, e não um desfecho em si. Apenas uma curta etapa da passagem por esta orbe que diariamente os humanos destroem.

A morte da sua avó paterna em 1966, do seu avô materno em 1974, do seu melhor amigo em 1976, do seu pai em 1992 e dos seus tios maternos em 2000, além de outros, familiares e amigos, muito o tinham estigmatizado. A ausência dessas pessoas pesava na sua forma de estar na vida hoje. Muitas vezes existem pequenas conquistas e alegrias que gostaria de poder partilhar com elas e já o não pode fazer.

Costumava dizer que teria ainda uns 20 anos à sua frente, se repetisse a durabilidade do fumador inveterado que o seu pai era, mas havia ainda tanta coisa por fazer e tão pouco tempo para o concretizar. Quanto mais tempo livre teoricamente se tem menos tempo resta para o fazer, para uma pessoa se dedicar ao que é verdadeiramente importante.

Estava a ser, cada vez mais, problemático estabelecer as tais pontes, a comunicação com os filhos. Mais do que fora quando tentara penetrar no mundo silencioso e austero da personalidade do seu próprio pai. Mais difícil do que quando tentara derrubar a aparente frieza e indiferença do seu pai, que nada mais era do que amor dissimulado (mostrá-lo, seria sinal de fraqueza). Agora, com os filhos, era como se vivessem em planetas ou galáxias distantes e não usassem a mesma forma comunicativa. Não encontrara um tradutor automático na internet para poder falar com eles.

Tivera sorte, apesar de tudo, pois não fora escolhido para dois anos de luta contra os movimentos de independência africana em Angola ou Moçambique.

3. BOBONARO (SET.º - Dez.º 1973). DILI (Dez.º 1973 - abril 1974)

Tudo era diferente e estranho. Conhecera outros oficiais que lhe deram as boas-vindas. De imediato dera baixa ao Hospital Militar, no mesmo dia ou no dia seguinte, a queixar-se de reais e fortes dores de costas. Aí permanecera, quase uma quinzena, no alto daquela colina fresca e verdejante a observar as queimadas dos nativos, fruindo da bela vista para o mar e para a ampla baía de Díli.

Ao fim desse tempo fora obrigado, contra os seus veementes e desesperados protestos, a ir destacado para a montanha. Mais propriamente 120 km a sul, para o Esquadrão de Cavalaria de Bobonaro onde fora colocado. De nada adiantou tergiversar, que a viagem o iria matar, pois não havia avião para Bobonaro. Tinha mesmo de ir no meio de transporte existente. A estrada #1 Baucau Díli, como acabara de constatar, era má e atravessava ribeiras onde deveria haver pontes mas não estavam lá porque tinham caído com as últimas chuvas. Contudo, esta estrada de montanha que iria agora conhecer, passava pela Maliana (centro arrozeiro e cafezeiro) tendo sido construída pelos Japoneses durante a sua ocupação de Timor na 2ª Grande Guerra. A via não estava nas condições em que a tinham deixado, mas bastante pior, devido aos deslizamentos de terras e aos estragos de mais de 30 anos de negligência após a guerra. O transporte era feito numa Mercedes Berliet. JC ia deitado por cima dos mantimentos trimestrais, ao sol, sem proteção do calor e do pó além do quico ou boina do exército. Uma viagem épica com uma pausa agradável na Maliana onde dormira uma curta sesta, deitado no fresco chão de cimento, após um almoço no destacamento militar local.

A vila de Bobonaro nas montanhas voltadas a sul, já perto da fronteira indonésia, consistia principalmente numa rua comprida que terminava nos aquartelamentos militares, na Messe e numa pista de cavalos (chamar-lhe hipódromo seria demasiado). Havia uma mera meia dúzia de casas em pedra, as restantes eram palapas de colmo e uma ou duas casas, tipo palafita, que eram casas sagradas ou *lulic*.

Aí permaneceria até dezembro numa não-declarada guerra de silêncio, quase sem pronunciar uma palavra com os restantes dez oficiais. Um deles, de apelido Monge, era tão malcriado e violento que provocara uma altercação. Isto depressa lhe valera ser instaurado um burlesco processo disciplinar pelo capitão da unidade, de seu nome Cariano. A acusação de não se ter defendido dum ataque físico dum Oficial mais graduado e não saber evitar que o mesmo acontecesse

era surrealista e valer-lhe-ia cinco dias de detenção. Pena essa, depois agravada pelo Comandante major Falcão, casado com uma chinesa, para oito dias de detenção no seu quarto, que partilhava com o capelão, um jovial Padre Domingos. Foi uma fase bem difícil.

Os reabastecimentos ocorriam de três em três meses e o correio normalmente só vinha uma vez por mês. O telefone de campanha mal dava para se conseguir contactar com Díli. Todos os dias escrevia cartas, quase um diário. Amiúde recebia epístolas semanalmente enviadas pelo seu pai. A Messe era envidraçada a toda a volta e ao sair para se ir deitar (os quartos ficavam separados da Messe) era literalmente assaltado por milhões de insetos e outros bichos voadores que pululavam junto às janelas atraídos pela luz. Aliás, as janelas estavam cobertas, todas as noites, por essa fauna.

Da bela e envidraçada Messe, um salão bem aprazível que dava para o picadeiro, via-se um emaranhado montanhoso à distância. Chamavam-lhe a “Mesa dos Japoneses”, uma montanha com um planalto, onde os nipónicos haviam instalado um dos seus quartéis-generais na Grande Guerra.

Bobonaro tornara-se sinónimo de desespero e de raiva. Apenas a compaixão e serenidade do cirurgião, António José Gomes da Silva e da mulher Manuela, também médica, iam amolecendo essa ira, até chegarem à época de Natal. Foi, então, que vira ser-lhe autorizada a almejada transferência para Díli. Transferência rara e inusitada. Terá aqui havido efeitos de uma qualquer proteção superior, mas nunca o corroborara.

Fora para a Chefia dos Serviços de Intendência. Passaria, pouco depois, a ser o segundo Oficial mais antigo, logo após o Chefe de Serviços, e a desempenhar as funções de capitão, adjunto do major, que não existia naqueles serviços. Mal chegou a Díli instalou-se no Hotel Turismo, o único digno desse nome e onde ficaria umas semanas. Aqui já não tinha problemas para tomar um banho quente.

Após a sua transferência conseguira, na noite de 24 de dezembro 1973, estabelecer contacto via telégrafo com Portugal e a sua mulher logo o avisou não estar interessada em ir para Timor. Divisou JC com os seus próprios olhos, e salientava sempre a palavra enxergar, os seus primeiros cabelos grisalhos a nascerem mal se olhou ao espelho com a face contorcida pela dor que o atormentava e a impotência da distância. Bebera em excesso, de raiva e impotência, nessa noite e na

seguinte - dia de Natal. Havia sempre a desculpa de o calor apertar. O Gin Tonic era bom para combater a malária (paludismo) devido ao quinino que continha. Diziam até que era melhor que os comprimidos de quinino. Pode ter-se iniciado aqui uma rotina de bebida que não existira, numa forma regular, até essa data.

Logo que pudera procurar onde viver. Mudara-se para a sua primeira casa em Díli, em plena Rua Comercial, em frente ao *Vu Vi Vong* (grande loja de ferragens). Situava-se num conjunto de, salvo erro, três apartamentos no mesmo prédio térreo onde estava a companhia de prospeção petrolífera, a Timor Oil (Oceanic) à face da rua.

Mandara fazer uns armários improvisados, uma mesa de madeira preta e quatro cadeiras, mais quatro cadeirões de rota e outra mesa na sala de estar, compunham o ambiente. Aquilo até parecia uma casa. Estivera naquela casa uns largos meses antes de se mudar para a "Sota", num dos três apartamentos desta loja comercial e livraria, em Lecidere.

Iria conhecer a célebre Praia da Areia Branca, de águas bem quentes. Depois iria subir aos montes, ali bem por cima da baía de Díli, até Dare ver o Seminário onde estava uma placa em homenagem aos Portugueses de antanho. A vista de espantar faria qualquer ocidental perder a vocação religiosa...Daria mais uns passeios para nor-noroeste, pela costa até Liquiçá. Até às lagoas de Tacitolu, infelizmente mais tarde celebrizadas por virem a ser uma vala comum dos assassinados pela Indonésia.

A praia da Areia Branca a uns 3 ou 4 km de Dili (de todas, esta era a sua favorita) era um espanto. As suas águas entre os 24 e os 33 °C, tinham duas barreiras naturais de coral a separar a baía do mar alto, naquela meia-lua coroada por montes (onde agora termina o Cristo-Rei de gosto duvidoso que os indonésios mandaram erigir durante a sua ocupação). Dentro de água havia uma cavidade, já perto do areal, com mais de dez metros de profundidade. Constava que ali teria caído uma bomba japonesa no decurso da 2ª Grande Guerra. Nunca se aventurara mais do que a um metro ou dois de profundidade. Diziam os peritos que havia tubarões na baía da Areia Branca.

Por vezes, na maré-alta, passavam da primeira para a segunda barreira de coral que havia na baía, mas durante a sua estadia nunca vira nenhum. Vira, sim, pequenos crocodilos de água salgada (ou seriam de água doce?) ao pé da sua casa em Lecidere. Nem se recordava se era depois duma enxurrada ou antes, mas que eram pequenos eram.

São parentes dos "saltwater crocodiles (Crocodylus porosus)", da vizinha cidade australiana de Darwin, onde atingem facilmente 4 metros (ou mais) de comprimento. Ultrarrápidos no ataque vivem entre a água doce e a salgada. Existem desde há 200 milhões de anos. São dos mais velhos sobreviventes e espécie protegida.

Uns anos mais tarde, em 2007, diziam que não havia crocodilos na costa norte.

"Raramente aparecem..., mas apareceu um crocodilo na Areia Branca, Díli. As instruções eram: «Quando o virem para lá do coral, nadem. Quando o virem mergulhar, saiam da água». A coisa resultou durante uns tempos. Os polícias portugueses queriam dar-lhe um tiro, mas os Timorenses diziam que nem pensar, era o avô deles, até que os militares australianos, mais experientes nestas coisas de crocodilos de água salgada, foram capturar o bicho. E afinal não era só um, mas três..."

O crocodilo é um animal sagrado para os Timorenses. A Ilha de Timor tem, supostamente, a forma de um crocodilo. Todas as comunidades têm lendas sobre o aparecimento do primeiro homem sobre a terra, para criar o seu clã ou tribo. Não resistirei a transcrever aqui a da criação de Timor, narrada pelo poeta Fernando Sylvan:

"Disseram, e eu ouvi, que desde há muitos séculos um crocodilo vivia num pântano. Este crocodilo sonhava crescer, ter mesmo um tamanho descomunal. Mas a verdade é que ele não só era pequeno, como vivia num espaço apertado. Tudo era estreito à sua volta, somente o sonho dele era grande.

O pântano, é bom de ver, é o pior sítio para morar. Água parada, pouco funda, suja, abafada por margens esquisitas e indefinidas. Ainda por cima, sem abundância de alimentos ao gosto de um crocodilo.

Por tudo isto, o crocodilo estava farto de viver naquele pântano, mas não tinha outra morada. Ao longo do tempo, milhares de anos, parece, o que ia valendo ao crocodilo era ele ser grande conversador. Enquanto estava acordado, conversava, conversava.... É que este crocodilo fazia perguntas a si mesmo e, depois, como se ele próprio fosse outro, respondia-se-lhe.

De qualquer maneira, conversar assim, durante séculos, gastava os assuntos. Por outro lado, o crocodilo começava já a passar fome. Por dois motivos: primeiro, porque havia naquele charco pouco peixe e outra bicharada que lhe conviesse para refeição; segundo, porque só muito ao largo passava caça de categoria e tenra: cabritos, porquitos, cães...

Muitas vezes, exclamava: "Que grande maçada viver com tão pouco, e num sítio destes!"

"Tem paciência, tem paciência..." dizia a si próprio.

"Mas viver de paciência não é coisa que alimente um crocodilo" – recalcitrava-se-lhe.

Naturalmente que tudo tem um limite. Incluindo a resistência à fome. E o crocodilo entrou a sentir uma fraqueza que lhe quebrava o ânimo e o definhava. Os seus olhos iam-se amortecendo e já quase não podia levantar a cabeça e abrir a boca.

"Tenho de sair deste lugar, e procurar caça mais além..."

Esforçou-se, galgou a margem e foi ganhando caminho através do lodo e, depois, da areia. O sol estava a pino, aquecia a areia, transformava todo o chão em brasas. Não havia safra, o crocodilo perdia o resto das suas forças e ia ficar, ali, assado.

Foi nesta altura que passou um rapazinho que exprimia os seus pensamentos cantarolando.

"Que tens Crocodilo, Ah! como tu estás?! Tens as pernas partidas, caiu-te alguma coisa em cima?"

"Não, não parti nada, estou completamente inteiro, mas, apesar de ser pequeno de corpo, há muito não aguento com o meu próprio peso. Imagina que nem forças tenho já para sair deste braseiro."

Respondeu o rapazinho: "Se é só por isso, posso ajudar-te" e, logo de seguida, deu uns passos, carregou o crocodilo e foi pô-lo à beira do pântano. No que o rapazinho não reparava, era que, enquanto carregava o crocodilo, ele se animava ao ponto de arregalar os olhos, abrir a boca e passar a língua pela serra dos seus dentes.

"Este rapazinho deve ser mais saboroso do que tudo o que provei e vi em toda a minha vida" – e imaginava-se a dar-lhe uma chicotada com a cauda para adormecê-lo, e, depois, devorá-lo.

“Não sejas ingrato” – diz-lhe o outro com quem ele conversava e era ele mesmo.

“A fome tem os seus direitos”.

“Isso é verdade, mas olha que trair um amigo é um ato indigno. Este é o primeiro amigo que tens.”

“Então vou-me deixar ficar na mesma, e morrer à fome?”

“O rapazinho fez-te o que era preciso, salvou-te. Agora, se quiseres sobreviver, trabalha e procura alimento.”

“Isso é verdade...”

E quando o rapazinho o poisou no chão molhado, o crocodilo sorriu, dançou com os olhos, sacudiu a cauda, e disse-lhe: “Obrigado. És o primeiro amigo que encontro. Olha, não posso dar-te nada, mas se pouco mais conheces do que este charco, aqui, tão à nossa vista, e se um dia quiseres passear por aí fora, atravessar o mar, vem ter comigo...”

“Gostava mesmo, porque o meu sonho grande é ver o que há mais por esse mar fora.”

“Sonho? Falaste em sonho? Sabes, eu também sonho...” arrematou o crocodilo.

Separaram-se, sem que o rapazinho sequer suspeitasse de que o crocodilo chegara a estar tentado a comê-lo. E ainda bem.

Passados tempos, o rapazinho apareceu ao crocodilo. Já quase o não reconhecia. Via-o sem sinais das queimaduras, gordo, bem comido...

“Ouve, Crocodilo, o meu sonho não parou, e eu não o aguento mais cá dentro”.

“O prometido é prometido. Aquele meu sonho... Mas com tanta caça que tenho arranjado, quase me esquecia dele. Fizeste bem em vir lembrar-mo. Queres, agora mesmo, ir por esse mar fora?”

“Isso, só isso, Crocodilo.”

“Pois eu, agora, também. Vamos então.”

Ficaram ambos contentes com o acordo. O rapazinho acomodou-se no dorso do crocodilo, como numa canoa, e partiram para o alto mar. Era tudo tão grande e tão lindo! O mais surpreendente para os dois, era o próprio espaço, o tamanho do que se estendia à sua frente e para cima, uma coisa sem fim. Dia e noite, noite e dia, nunca pararam. Viam ilhas de todos os tamanhos, de onde as árvores e as montanhas lhes acenavam. E as nuvens também. Não se sabia se eram mais bonitos os dias se as noites, se as ilhas se as estrelas. Caminharam, navegaram, sempre voltados para o sol, até o crocodilo se cansar.

“Ouve-me, rapazinho, não posso mais! O meu sonho acabou...”

“O meu não vai acabar...”

Ainda o rapazinho não tinha dito a última palavra, o crocodilo aumentou, aumentou de tamanho, mas sem nunca perder a sua forma primitiva, e transformou-se numa carregada de montes, florestas e de rios.

É por isso que Timor tem a forma de crocodilo.”

Em tempos imemoriais, Timor era uma sociedade onde não havia dinheiro e a fortuna de cada indivíduo era aferida pelo gado que possuía: cavalos, búfalos, cabras, porcos, assim como ouro e prata. Os animais não eram utilizados para a alimentação, pois havia um uso mais importante para eles: em vida, eles mostravam quão bem-sucedida uma pessoa fora e, em morte, muitos destes animais eram sacrificados para uma festa que servia para enviar a alma para os céus. Os **animais NUNCA eram sacrificados** como tributo religioso, mas sim como comida para os convidados. Havia festas para celebrar nascimentos, onde a proporção era sempre correta entre familiares diretos (ou consanguíneos) e os familiares da outra parte (sogros, cunhados, etc.)

A maior parte dos casamentos era arranjada para uniões políticas e não por razões mais prosaicas como a compatibilidade entre dois seres humanos, ou amor. Num batizado, os convidados bem podiam ser de outra parte da ilha, de outra tribo ou clã. Estas festas e reuniões serviam para cimentar as obrigações que cada aliança política impunha em cada tribo ou clã, servindo para manter a paz entre as comunidades e dentro de cada uma.

Na época do cultivo, havia cerimónias especiais para aplacar a ira dos Klamar e assegurar-se de que o Klamar guardião sabia que as sementes estavam a ser plantadas no ventre da Terra Mãe. Assim, o guardião Klamar poderia garantir que elas eram frutuosas. Se a plantação era feita com as primeiras chuvas e, depois, não chovia, dizia-se que os espíritos maus haviam morto a alma das plantas e não que o agricultor havia cometido o erro de fazer o plantio demasiado cedo.

Na época das colheitas era sempre uma azáfama para conseguir colher tudo antes de os ratos comerem a colheita do ano. Os ratos eram, é óbvio, obra dos espíritos malignos. O mesmo se dizia se as plantas tivessem doença, ou falhassem a sua missão por qualquer razão, tal como o excesso de chuva. A casa em Timor (UMA) representa muito mais do que o mero local para habitar.

As religiões animistas não dispõem de igrejas ou capelas, razão pela qual as casas são bem melhores para fins religiosos. Uma casa tradicional assentava em dois pilares ou alicerces. Um deles representa o sexo masculino e o outro, o feminino. Em Timor, tudo existe aos pares. As casas estão divididas em duas partes, e

numa delas a mulher é suprema. Como a casa tem este significado religioso, a mulher é muitas vezes a cabeça da família (e, isto bem antes do extermínio masculino dos anos 70 e 80, pelos indonésios) em termos religiosos.

No pilar feminino penduram-se os sacos tecidos pelas mulheres, onde repousam as placentas secas dos ocupantes das casas. Tais sacos devem acompanhar cada pessoa através de toda a vida. Caso tal não aconteça, essa pessoa deixa de estar protegida contra os Klamar, e não pode regressar à Terra Mãe como uma pessoa completa na altura da morte.

Todos os desastres são aceites com um fatalismo natural, como derivados do trabalho dos espíritos maus. Até mesmo os acidentes são atribuídos a fetiches ou invasões de espíritos. Foi sempre assim, o que permitiu aos Timorenses suportar as maiores desgraças e calamidades, e continuarem a seguir as suas vidas como se nada de anormal se tivesse passado. Isto foi visível nos anos que se seguiram à invasão e domínio indonésio. A importância dada a combater os efeitos do Klamar leva muitos Timorenses tradicionais a mudarem de nome, a fim de os Klamar não saberem onde eles estão e não há ninguém capaz de os convencer a voltar ao antigo nome. Isto era extremamente desconcertante para os portugueses quando efetuavam o recenseamento bienal.

O casamento, e em especial a preparação deste, consumia imenso tempo e cerimónia. O método usual era por HAFOLI (literalmente: fixação do preço) em que os intermediários (normalmente, um Katuas escolhido pela família) demoravam, pelo menos, um ano a estabelecer todas as condições contratuais da aliança. As oferendas apropriadas iam sendo passadas, de parte a parte, à medida que os termos do acordo iam sendo fixados. Em cada estágio do processo um/a LIA NA'IN recitava longos excertos de poesia DADOLIN (versos de duas linhas), dando a ênfase à aliança com a outra parte. Uma Lia Na'in da outra parte fazia idêntica declamação, enquanto os convidados iam comendo o que fora oferecido pelos parentes do noivo. Depois de todos os termos da aliança conjugal terem sido discutidos e acordados, e as oferendas iniciais passadas de uma parte a outra (búfalos, cavalos locais (kudas), ouro e prata pela família do noivo; cabras, porcos e tecidos por parte da noiva), os dois jovens podiam começar a coabitar numa base noturna em casa dos pais da jovem.

O único rito de casamento era a consumação do mesmo. Em tempos idos o casamento era levado a sério. Primeiro, o futuro noivo pedia autorização aos pais da futura noiva para casar. Depois, os Katuas decidiam se ele era ou não apropriado como candidato a fazer parte do clã (ou como praticante do sacerdócio da Mãe Terra). Apenas homens e mulheres casados podem tomar parte em todos os ritos religiosos e segredos do clã. Quando os Katuas decidiam que o jovem não era apropriado ou conveniente, terminavam ali os preparativos iniciáticos para o casamento.

Atualmente as coisas já não se passam assim. A partir de 1975 cada jovem toma por mulher quem ele muito bem entende, sem ter de a barlaquear, nem seguir as cerimónias. A isto chama-se HAFE. Ao contrário da civilização ocidental, e, tal como de facto é bastante comum nas culturas orientais, o casamento entre

primos direitos não é desprezado, desde que os noivos sejam filhos de um irmão e irmã. Se os noivos forem filhos de duas irmãs ou irmãos, o casamento é totalmente vedado.

A escravatura existiu até 1975, mesmo apesar de proscrita e negada pelas autoridades portuguesas. Os jovens, de ambos os sexos, eram vendidos como ATAN (escravos) para efetuarem serviços não remunerados de criados (KREADO, aquele/a que cuida de bebés) e não dispunham de liberdade para abandonar a família. Os seus donos ou patrões eram responsáveis pelo seu bem-estar, e, de uma forma geral, mesmo durante a ocupação portuguesa e em especial até à 2ª Grande Guerra, eram tratados condignamente e, em muitos casos, faziam parte integrante da família, pelo que era normal ao tornarem-se adultos casarem com a filha do patrão de que haviam cuidado ao crescer.

Os Timorenses têm uma deferência muito especial para com a morte, altura em que as virtudes dos falecidos são contadas ao mundo dos vivos com todos os detalhes, por aqueles que veneram tal falecimento. A morte de um ente querido, importante no seio do clã, criava um vácuo que necessitava ser rapidamente preenchido. Isto demorava longas horas de conversações e negociações entre os Katuas do clã, que tentavam encontrar a pessoa certa para preencher esse vazio. Por vezes, não existia dentro de um grupo ninguém capaz de ocupar a posição vaga, pelo que se tornava necessário recorrer a alguém de uma tribo vizinha. Em situações extremas, podia até acontecer que o clã se repartisse em dois.

Quanto à morte e dívidas do falecido, passado um ano sobre a morte, os familiares e todos aqueles que eram credores ou tinham uma aliança com o falecido eram convidados para uma Cor Mêta (KORE METAN) ou celebração pela partida, no local onde a alma do falecido havia emergido do ventre da Mãe Terra. Muitas das dívidas eram pagas pela própria preparação da festa. Os convidados enchiam-se de tudo o que era bom de comida e TUAKA (vinho de palma). Estas festas duravam uma semana de danças na qual eram contadas histórias sobre as virtudes dos falecidos.

Das suas recordações ao chegar em 1973, lembrava-se também dos curiosos caranguejos, castanhos, esverdeados, minúsculos, que ao pôr do sol saíam das profundezas da areia húmida (onde ninguém os pisara, vira ou pressentira durante o dia) para encetarem mais uma marcha não se sabe para onde. Eram centenas ou milhares numa manobra de precisão militar que a natureza orquestrara há séculos e se repetia diariamente. Teria de estudar mais tarde este fenómeno.

Depois de alguns artigos escritos para o jornal local durante o tempo que estivera em Bobonaro, foi nomeado Editor-Chefe de "A Voz de Timor", em fevereiro 1974. O jornal de tiragem semanal reduzida tinha quatro páginas apenas, numa terra onde a rádio emitia só duas ou três horas ao dia, onde a

TV não tinha chegado e os telefones eram um luxo de que alguns tinham ouvido falar. Havia apenas a Rádio Marconi para se ligar para o resto do mundo através dum cabo submarino. Isto permitia um contacto telefónico e telegráfico de má qualidade e irregular.

Lembra-se de ter escrito um artigo sardonicamente crítico das eleições para a famigerada Assembleia Nacional. A sua sátira mordaz fora entendida pelos apaniguados do regime (como o Secretário do Governador, José Joaquim Espiga Tomás Gomes) como sendo exemplificativa do apoio que as novas gerações davam ao velho regime. Só lamentava não ter recuperado esse número de A Voz de Timor e não ter guardado esse manuscrito.

Logo a seguir dá-se o abortado Golpe das Caldas (da Rainha) a 16 de março e logo a seguir o 25 de abril que só chegaria a Timor a 18 de novembro desse ano. A onze de março, e sem qualquer pré-aviso, o Governador Alves Aldeia deixa o território rumo a Portugal para "*expor os problemas de maior impacto [ao Governo de Lisboa] na promoção socioeconómica do povo Timorense, considerada prioritária em relação a todos os demais.*"

A dezasseis de março, na pequena vila das Caldas da Rainha em Portugal, um grupo de oficiais do exército tenta, sem sucesso, arrebatam o poder ao Dr. Marcello Caetano, então Primeiro-Ministro, que sucedera a Salazar, como perpetuador da ditadura, sob um manto de pseudo-abertura política designada como "primavera política".

Sobre o abortado 'Golpe das Caldas' nada transpira em Timor até mais tarde. Em 26 de março, o Governo Australiano apresenta um protesto formal ao Governo Português pela concessão por Lisboa dos direitos de prospeção de petróleo à companhia norte-americana "Oceanic." A área em contencioso tinha cerca de 23 mil milhas quadradas (59,565 km²) e, de acordo com a reivindicação australiana, continha partes já sob a concessão dada à companhia australiana Woodside-Burmah Oil.

Para além disso, de acordo com a Nota Oficial de Protesto, do Governo de Camberra, outras áreas da zona de concessão da Oceanic faziam parte de uma área que estava a ser negociada entre a Indonésia e a Austrália para perfurações de prospeção. De facto, um terço da área concedida à Oceanic era um enclave entre plataformas offshore já projetadas, e cedidas por concessão à australiana Woodside-Burmah.

Entretanto, em Camberra, o embaixador português, Dr. Mello Gouveia apresentava ao Governo Australiano uma Nota Oficial [de Protesto] onde o Governo declarava "não poder reconhecer a reclamação australiana, por não haver legislação suplementar entre os dois países, ambos signatários do Tratado de 1954 (Convenção Internacional sobre Fronteiras Marítimas)."

Gough Whitlam, Primeiro-ministro australiano reagiu energicamente a esta Nota, numa Conferência de Imprensa, em que afirmava, "O Governo Australiano tem o direito de defender os recursos naturais do país que estão a ser postos em questão no Mar de Timor."

Esta confrontação sobre o dossier petróleo vai, em breve, passar a segundo lugar face às gravíssimas crises constitucionais em ambos os países. Uma controvérsia sobre educação abalava por esses dias Timor, com o Dr. Félix Silva Correia, (então representante da ANP em Timor e Chefe da Repartição dos Serviços Provinciais de Educação), reagindo iradamente contra observações críticas às estruturas da educação e alegados aumentos de alfabetização.

O jornal local "A Voz de Timor" publicara, em 19 de março, um suplemento especial dedicado à educação e, nele incluía uma entrevista autoelegiaca do Dr. Félix Correia. Os editoriais denunciam as falsas estatísticas e apresentam propostas para melhorar o nível de ensino e de alfabetização. Em vez de aceitar os dados estatísticos oficiais de 80% de alfabetização JC avançava com o mesmo número, mas representando o analfabetismo. De imediato, a máquina política manipulada pelo Dr. Correia inicia um coro de protestos de apoio à educação, na sua maioria assinados em cartas à Redação pelos mais representativos líderes locais e funcionários públicos. JC é sujeito a um inquérito oficial liderado pelo Governador interino. Alguns professores, irritados pelas acusações, que consideram difamatórias, exigem uma reparação.

Timor vive os últimos dias do decrépito Estado Novo e nem sequer se dá conta disso. No mesmo número, publicava-se um artigo 'Educação e Autonomia', já com algumas décadas, do autor português proscrito, António Sérgio. Recorde-se que este autor era tabu (antes do 25 de abril), mas o artigo não motivou comentários, se bem que devesse ter sido banido de publicação. Incoerência dos censores ou mera e flagrante ignorância?

Curiosamente (ou talvez não), Ramos Horta escreve editoriais a apoiar Félix Correia. Como Editor-Chefe do jornal e autor de "Educação - Um Suplemento Especial" JC é suspenso. Sendo Oficial miliciano está sujeito aos regulamentos e normas militares, devendo enfrentar a justiça militar pelo seu crime. A repressão das

hierarquias militares suscita uma greve simbólica (de braços caídos) dos Serviços da Imprensa Nacional, liderados por Cristóvão Santos, onde o jornal era impresso. O Governador interino impõe profundos controlos no jornal depois daquele danoso desaire.

O autor, silenciado com a mordaza do RDM (Regulamento de Disciplina Militar) fica impedido de se expressar publicamente ou de apresentar defesa. Esta controvérsia arrasta-se até abril 1974.

Entretanto, como Chefe Interino do Batalhão de Serviços de Intendência, responsável por víveres e combustíveis em todas as unidades militares do território, JC consegue aprovar um novo sistema de utilização de gasolina. Pela primeira vez, os soldados e os cabos (os mais desfavorecidos economicamente) passam a ter direito a obter artigos de consumo para uso pessoal, tal como já acontecia com as elites hierarquicamente superiores. Crê-se que o Comandante Militar Interino, Tenente-coronel Mário Dente, assinara o despacho para o novo sistema, sem lobrigar a sua perigosa latitude.

Nesse mesmo dia, 5 de abril, como resultado da ação do novo sistema, outra controvérsia surgia: as autoridades civis exigem que o Governo intervenha e cancele o sistema. Convém referir que os civis estavam sujeitos a restritas medidas de racionamento de gasolina desde dezembro 1973. Os militares tinham estoques à sua disposição para um consumo máximo até dezoito meses, fruto da gestão cuidada dos Serviços de Intendência. A situação entre civis e militares é tensa. As chefias militares temerosas. Evitam agir em vésperas da chegada do Governador e Comandante-em-Chefe. O próprio Governador, Coronel Aldeia, nomeara JC para tomar conta do jornal, pouco depois de o trazer de Bobonaro para Dili.

Ainda na célebre edição de 19 de março, JC publicara uma colagem com alusões à falhada rebelião das Caldas da Rainha. Incluíra-se também uma menção ao controverso livro "Portugal e o Futuro" pelo, então General Spínola (em breve, novo Presidente de Portugal), e o apoio que tal livro recebera nas Nações Unidas.

Outros editoriais naquele número histórico abordavam os problemas que poderiam ter provocado o Golpe das Caldas, seus precedentes e possíveis implicações futuras. Nada disto fora censurado. O sucesso foi tal que obrigou, pela primeira vez na história do jornal, a que se fizesse uma reedição.... Enquanto isto acontecia, reorganizara o jornal e passara-o a diário, lentamente aumentara a tiragem e o tamanho da edição especial de sábado. Começara

com 8, passara a 12, 16 e finalmente 24 páginas, com a ajuda do Chefe da Imprensa Nacional, Cristóvão Santos e com o (futuramente celebrado prémio Nobel da Paz) José Ramos Horta a trabalhar como seu Secretário no jornal.

Era uma tarefa difícil num sítio onde não chegavam notícias, a não ser por onda curta, as revistas e jornais da metrópole eram velhas quando chegavam... Fizera colagens bem interessantes, retiradas de várias revistas para ilustrar as principais notícias, dado que tinham grandes dificuldades técnicas em imprimir imagens, e as que podiam eram pequenas. O equipamento era bem antigo. A composição era manual e morosa pois não havia grande variedade de tipos de letra.

O Governador Aldeia retorna a Timor a 19 de abril. Logo após a sua chegada ao aeroporto profere o seu mais virulento discurso, para espanto dos locais.

Negando qualquer representatividade ao denominado "Movimento dos Capitães," Aldeia salienta que "o abortado Movimento das Caldas foi severamente reprimido, e não encontrou qualquer eco ou apoio em todas as camadas, inclusive as militares." Classificando de 'traidores' os Capitães envolvidos, Aldeia, neste discurso, diz ainda da alegria que sentia (em nome dos Timorenses), ao ver satisfeitas todas as propostas apresentadas ao Governo Central, abrindo caminho a uma nova era de prosperidade para Timor: "Falando em nome de todos os Timorenses, tenho o prazer e a alegria de vos dizer que o Governo de Lisboa está satisfeito por poder ajudar o fiel povo de Timor, que durante tantos séculos tem sido tão fortemente Português." Este discurso, o mais político de todos os que Aldeia fez marcou uma viragem do seu estilo habitual, de sobriedade política. Houve quem especulasse que estaria a aproveitar-se dos últimos acontecimentos durante a sua estadia em Portugal. Pouco tempo demoraria a que Aldeia e o seu discurso fossem votados ao esquecimento total, lá no cemitério da política donde raramente se regressa.

De facto, o seu melhor discurso marcou o princípio e o fim das suas aspirações políticas.

Em 27 de abril, por sua ordem direta, executada pelo seu Secretário pessoal, Dr. J. J. Thomás Gomes, a composição deste seu discurso era retirada da Imprensa Nacional e a gravação do mesmo era retirada da estação local de radiodifusão ERT (Emissora de Radiodifusão de Timor.) O discurso quer no seu registo magnético,

quer na sua transcrição escrita são, deveras, comprometedores, em termos do 25 de abril em Portugal. Assim começou o que alguns denominaram, como "Aldeiagate."

Embora Timor não dispusesse de telex, desde o ano anterior dispunha já de contactos radiotelefónicos com o mundo exterior. Assim, quando a Revolução dos Cravos aconteceu em 25 de abril houve quem recebesse a notícia via telefone. Depois disso, era só uma questão de perder algum tempo agarrado aos rádios de ondas curtas...

Era hora de jantar e JC estava de Oficial (Ajudante) de Dia no Quartel-general. O idoso Oficial de Dia já estava há muito a olhar para o seu umbigo, depois da sua rodada habitual de vinho "Periquita" ou outro qualquer. O operador da Telecom local, a Rádio Marconi, ligou a dizer a JC que ia ter uma chamada telefónica uma hora depois. Chamou o condutor de serviço, mandou-o ligar o Jeep e passados quinze minutos estava em Díli, ansiosamente esperando 'a chamada'. Pressentia tratar-se de algo muito importante.

Anteriormente, acordara com a família que só haveria telefonemas em caso de emergência. Há muito que confirmara que toda a sua correspondência era sujeita a censura prévia e as suas chamadas telefónicas gravadas. Sem perder tempo, pede ao condutor para passar por casa nos apartamentos da SOTA, no Largo de Lecidere, onde comunica aos colegas de habitação (o cirurgião Prata Dias e o engenheiro Proença de Oliveira, subchefe da Repartição dos Serviços de Agricultura) o que ouvira. Era a REVOLUÇÃO.

Pede-lhes o máximo sigilo, liga o rádio em ondas curtas e regressa ao Q.G. (Quartel-General) onde anota no relatório que nada havia a assinalar da 'ronda' pela cidade. Durante o resto da noite, escuta avidamente os noticiários da BBC, Rádio Austrália e toda uma série de emissoras (até ouvira a Rádio Paquistão, pela primeira vez). Na manhã seguinte, o camarada Freitas, que ia render o autor, pergunta se havia novidades de Portugal. Sem confiar em ninguém, depois do que se passara com a controvérsia no jornal no mês anterior, responde-lhe: "*Nada, que esperavas?*"

Os dias que se seguem são caóticos, com toda a espécie de rumores a circular e um generalizado sentimento de incredulidade pelos acontecimentos. Quando as novas de que o Governador tinha mandado apreender a gravação e a versão impressa do seu discurso, a maior parte das pessoas convenceu-se de que a 'Revolução dos Cravos' não era já fruto da imaginação. Os dias passam, e o oportunismo camaleónico é avassalador. Do dia para a noite todos são revolucionários. A necessária e esperada demissão do Governador Alves Aldeia começa a demorar mais do que as pessoas haviam esperado. Torna-se necessário que ele entregue a sua carta de demissão depois do já famoso discurso em que, de forma obstinada, se opunha àquilo que era já o novo regime político.

Começam a tomar vulto os rumores de que o capitão tenente Leiria Pinto, Comandante da Defesa Naval, é o nomeado pela Junta para agir localmente. Estes boatos confundem muita gente, pois Leiria Pinto era considerado como tendo ideias de direita extremamente conservadoras. Ao mesmo tempo, há quem afirme que o Chefe de Estado-Maior, Major Arnao Metello, um sombrio Oficial de carreira, do exército, vindo de boas famílias, é o homem de confiança da Junta de Salvação Nacional.

O major Metello é um Oficial conservador conhecido pela sua falta de decisão e pela falta de garra em tudo o que se reportava à ação colonial de Portugal. A oposição à continuação do coronel Aldeia no poder cresce de dia para dia. Ameaça tornar-se numa bola de neve, com os militares definitivamente divididos entre os progressistas - na sua maioria oficiais milicianos, furriéis e sargentos - e a velha guarda dos oficiais de carreira.

Entretanto em Portugal, os soldados usam os cravos encarnados nos canos das suas espingardas. O povo anda excitado com a liberdade acabada de aprender. Sobem os barómetros da esperança depois de 48 anos de obscurantismo. A situação começa a clarificar-se em maio, embora nem todos os decretos aprovados em Lisboa se tornem extensivos a Díli. Quase nem um tiro fora disparado em Portugal. O regime caiu porque estava tão podre que estava incapacitado de suster qualquer ataque frontal. A celebrada vitória vem estampada em todos os jornais e revistas que chegam a Timor, mas de uma certa forma, parece estar a anos-luz de Timor.

Depois do 25 de abril (data da Revolução dos Cravos em Portugal) JC começara a publicar artigos que o Comando Militar e, em especial o CEM (Chefe do estado-maior) (Chefe do Estado-Maior Arnao Metello) queriam evitar. Começara a ser chamado todas as manhãs ao CEM que simpaticamente mandava o seu motorista

no velho Volkswagen do Estado-Maior buscá-lo a casa. Nessa visita lá tinha de explicar porque publicara artigos censurados e considerados como material proibido. Esta rotina prolongou-se por bastante tempo e trouxe consequências ao seu serviço militar. Uma verdadeira caça ou o jogo do gato e do rato.

Em julho desse ano morreu o seu avô materno por quem nutria um amor muito especial e de forma profunda por essa pessoa doce, carinhosa e com um enorme coração. Só saberia dessa morte em setembro.

4. MAIO 1974. A EXPETATIVA, A FRAUDE E O DESENCANTO

A especulação termina quando Arnao Metello é confirmado como o novo representante do Governo em Timor. As pessoas esperam e exigem uma atitude decisiva e imediata, mas ele hesita. A nova ordem legítima não se faz impor. O exército mostra-se agitado, mas Arnao Metello é um procrastinador e nada de significativo se faz.

António Arnao Metello, engenheiro civil, falecido a 29 de julho de 2008, trabalhava em Macau desde a década de 90 no Laboratório de Engenharia Civil e foi Vice-Primeiro-Ministro de Vasco Gonçalves, entre 08 de agosto de 1975 e 19 de setembro do mesmo ano. Antes tinha sido também Ministro da Administração Interna do quarto Governo Constitucional, também liderado por Vasco Gonçalves, entre 26 de março de 1975 e 08 de agosto do mesmo ano.

Ao longo da sua carreira política e militar, António Arnao Metello foi também CEM das Forças Armadas em Timor-Leste e representante no território do Movimento das Forças Armadas (M.F.A.) na altura da guerra civil Timorense que ditou o abandono da administração portuguesa e a invasão indonésia.

Em Macau, António Arnao Metello esteve ligado à atividade na área da engenharia antes de ingressar no Laboratório de Engenharia Civil de Macau onde desempenhava as funções de Chefe de departamento de estruturas.

A PIDE (a Polícia para a Informação e Defesa do Estado) tem 20 membros em Timor. Alguns deles são detidos em condições de turistas de luxo, demonstrando como se vivia num país de brandos costumes. Outros não só continuam em liberdade, mas mantêm-se em funções, continuando a beneficiar dos seus carros e

casas do Estado. A burocracia administrativa resiste ferozmente à Nova Ordem. Será que a Revolução dos Cravos não passou de uma invenção da Comunicação Social? Ou será esta, apenas a longa distância entre a ficção e a realidade?

Como o Dr. J. Pestana Bastos escreve à data:

"O Governador manteve-se nas suas funções (vício de base). Um defeito de cúpula, ímpar, determinante duma política e determinado por ela não deve nem pode mudar de tónica, de linguagem, estrutura, clique, de filosofia política, sem se comprometer irremediavelmente e deixar na mesma posição o Governo que o referenda. Nada disto significa, aqui e neste momento, crítica ou inconsideração pelo Coronel Fernando Alves Aldeia ou pela sua ação. Se a sua ação foi meritória mais uma razão para não o ser a partir de então".

Como falar das malhas da burocracia, originada em premissas coloniais? A manutenção dos chefes de departamento é um erro perigoso que vai implicar, mais tarde, que se tomem medidas de emergência. As posições fundamentais são mantidas, inalteradas, por demasiado tempo nas mãos de indivíduos totalmente dependentes do 'velho regime' e os quais se opõem ferozmente ao 'novo regime' e aos que o representam.

No início de maio, o Governo impõe novos delegados seus para a Rádio (ERT), jornal ('A Voz de Timor'), linhas aéreas locais "TAT". Embora já haja um novo Delegado nomeado pelo Governo para a Rádio Marconi, esta entidade continua as suas escutas telefónicas como até então fizera. Alertado, o major Metello encolhe os ombros e diz que nada disso os deve preocupar. Sabendo como a Rádio Marconi havia sido responsável por muitos dos 'casos políticos' acontecidos durante o seu primeiro ano de existência, alerta-se a população para aquela situação.

Todo o correio por mala militar (o qual representa cerca de 95% do total) mantém-se sujeito a censura. Demora uma semana a fazer a triagem do correio, desde ser descarregado do avião até ser distribuído. As intrigas e os boatos florescem neste período. Muitas pessoas estão ostensivamente opostas ao 'novo regime,' mas mantêm as suas posições de poder e influência. Outras, rapidamente ficam desapontadas com os ventos da mudança. Há também quem se oponha ao Governador, mantido ativamente no poder como suprema autoridade em Timor.

O Delegado da Junta mal se vislumbra e é inoperante. O escândalo irrompe quando oficiais da PIDE são mantidos nos seus postos sob a nova designação de PIM (Polícia de Informação Militar). Continuam a poder utilizar os carros do Estado, casas e outras despesas totalmente financiadas pelo executivo. Outro exemplo curioso é o de um Oficial de carreira (Capitão) ainda à frente de uma subunidade no Quartel-general, embora ele mesmo admitisse pertencer à Polícia secreta. Finalmente, antes do fim do mês de maio, o Chefe do Departamento Provincial de Educação (Félix Correia) é exonerado e as atividades da Mocidade Portuguesa (o Movimento da juventude baseado numa fórmula Nazi) são dadas por findas.

Alguns delegados da Junta de Salvação Portuguesa são esperados em Timor trazendo com eles - espera-se - o cheiro fresco dos cravos encarnados e da Revolução de que tantos ouviram, mas ainda não puderam observar. Com eles, chega a desilusão e o desapontamento.

Um, é o Major Garcia Leandro (posteriormente Governador de Macau) conhecido das gentes de Timor, de uma anterior comissão de dois anos em que fora um mero Secretário do Governador (Brigadeiro Valente Pires). Alguns graves incidentes administrativos e económicos ocorreram sob a sua égide. Posteriormente, um inquérito oficial fora rapidamente arquivado, sem conclusões, mas um enorme montante desaparecera ou levara sumiço sem se saber para onde ou como. A comunidade chinesa é perentória sobre o não-regresso do Sr. Major Leandro e é extremamente cooperante com provas documentais sobre os referidos incidentes.

Mais tarde (outubro 1974) alguns jornais de Portugal especulam sobre a possibilidade de o Major Leandro ser um dos principais candidatos à posição de Governador de Timor. Dado existirem pressões [dos Chineses e dos dois jornalistas em Timor], acaba por se contentar com o cargo de Governador de Macau.

Entretanto, em Portugal, o semanário "Expresso" de 25 maio 1974 dedica quase toda a sua primeira página a Timor, sob o título: "**TIMOR: situação controversa agora sem vendilhões do templo...**"

De facto, a situação político-militar está confusa em Timor. Depois da visita dos delegados da Junta (Majores Garcia Leandro e Maia Gonçalves) em vez da verdadeira voz de um Governo revolucionário, as pessoas constataam que as velhas formas de esquecimento a que a Colónia foi votada no passado se iriam manter. Há quem anseie por Salles Grade, anterior Chefe de Estado-Maior em Timor, até 1973.

Durante a controversa visita dos delegados da Junta, Leandro faz declarações bem ambíguas e nebulosas:

- "i) Que o M.F.A. (Movimento das Forças Armadas e espinha dorsal da Junta) sabe perfeitamente bem o que se está a passar em Timor, e não há necessidade para as pessoas em Timor se preocuparem.*
- ii) Que a permanência do consulado Aldeia está perfeitamente justificada porque as suas atividades são predominantemente administrativas, logo não políticas (sic).*
- iii) Que o M.F.A. não tolerará mini-revoluções ou mini-movimentos assim como atos tendentes a afastar o Governador e Comandante Militar em Chefe, os quais apenas podem ter origem em grupos minoritários."*

Estas declarações obscuras e dúbias levaram muita gente a indagar se tais eram pontos de vista pessoais e não linhas mestras do M.F.A. Apoiada por estas declarações a emissora local apressa-se a proclamar que *'se o Governador Aldeia for afastado haverá um banho de sangue devido ao seu conhecimento profundo da população local.*

Criticamente, afirma JC, em editorial no jornal local, que o postulado destas premissas está fundamentalmente errado. Diante de centenas de pessoas reunidas no Ginásio Escolar para escutar as vozes da Revolução o, então, Major Leandro proclama que o semanário "Expresso" é sensacionalista e incorreto na sua reportagem sobre Timor.

Ele também promete descobrir, no seu regresso a Lisboa, quem foram os autores das 'notícias alarmistas que obviamente *"conspiram contra a paz e tranquilidade na ilha."* Toda a gente sabe que há duas pessoas a escrever para o "Expresso": Cristóvão Santos, Diretor da Imprensa Nacional e JC. Ambos fizeram parte das revelações do "Aldeiate" quando o Governador Aldeia chamou traidores aos revoltosos de então, agora no Governo. De facto, uma cópia do discurso de Aldeia

fora por eles escamoteada para fora do território utilizando *hippies* australianos rumo ao Cupão (Kupang). Outra cópia fora enviada para um intermediário sob nome falso, de forma a não alertar os censores.

Quando a PM (Polícia Militar) veio, sem mandatos, fazer buscas a casa dos dois suspeitos não conseguem encontrar as duas cópias em falta, porque estas já iam rumo a Lisboa. Aquele material queimava como ácido, e não era aconselhável tê-lo ou tocar-lhe. Este, e outros factos são relevantes para estabelecer os antecedentes daquilo que a seguir se vai passar. A imputação do Governador tem o seu início real quando a composição começa a ser impressa e, de imediato retirada para encobrir a existência do seu discurso.

Um último detalhe da sessão no Ginásio, *Leandro mandara sair algumas pessoas por terem cartazes 'contra o Governo marcelista ainda no poder em Timor'.*

Muita gente não conseguia entender esta democracia guiada, pois centenas de pessoas haviam passado pelos cartazes, respeitando-os, quer concordando ou não com os mesmos. O representante da Junta e do Governo Provisório no poder em Portugal não pudera nem quisera respeitar aqueles cartazes. Depois de Leandro e Maia Gonçalves saírem do território ficou um certo vazio. Mesmo antes de sair, Garcia Leandro valida a mensagem da emissora sobre o banho de sangue que se verificaria se a população ficasse sem o Governador Aldeia. De facto, esta não era a forma adequada de começar a descolonizar a mais distante e esquecida Colónia do Império Português que ora se desmoronava.

A Revolução de abril abriu as portas à autodeterminação das colónias e à criação de partidos políticos. Embora fosse incipiente, a vida política em Timor começa a tomar forma. A nascente democracia em Portugal é acompanhada da autodeterminação e independência para as ex-colónias. São praticamente simultâneas e consequência da Revolução que derruba o regime ditatorial de Salazar e Caetano.

Os movimentos de libertação em África lutavam uma guerra cansativa devido à intransigência do regime de Salazar. Lisboa mantinha-se imperturbada pelos ventos de mudança que assolavam o continente, em especial nas maiores colónias, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Quase toda a administração colonial (embora houvesse exceções honrosas) era, quase sempre, caracterizada pela incompetência, boçalidade e pelo padrão de injustiças. Estas, podiam

ir da requisição à população nativa africana de tudo o que era valioso (pepitas, diamantes, peles, dentes de elefante, etc., quando não as mais apetitosas jovens para fins lascivos, desculpados pela solidão e afastamento da pátria...).

Não havia praticamente escolas, além das missões religiosas que haviam proliferado ao longo dos séculos, e as administrações militares pecavam por falta de informação adequada relativamente aos seus súbditos nativos.

A metrópole exportava tudo o que podia para as colónias para assim pagar tudo o que delas recebia, pelo que a balança comercial vivia em grande parte à custa delas. Por isso não convinha desenvolvê-las nem convinha investir. Para as colónias iam todos os inúteis, que o regime amparava e apoiava, para preencherem funções para as quais não estavam preparados nem eram competentes, mas em troca das quais recebiam mordomias e salários avultados.

Houve sempre exceções, mas nunca passara disso, de exceções com grandes homens idealistas que viam sempre neutralizadas as suas intenções e consciências, para que nada fosse feito. Não se deve esquecer que a teia colonialista do Governo Central se havia limitado a manter as estruturas quase tribais existente desde há séculos, não facilitando ou impedindo o acesso dos nativos a qualquer tipo de educação além da primária.

Na burocracia colonial os principais lugares estavam reservados aos continentais ou importados de outras colónias. A nível do exército sempre fora vedado o acesso a todos os que não fossem filhos de pais Europeus, desta forma deixando de fora, mestiços e nativos, discriminando efetivamente contra a criação de elites cultas locais.

Identicamente se dificultara a emigração de colonos portugueses, em especial para as Províncias Ultramarinas de Angola, Moçambique e Timor, favorecendo o êxodo de mais de dois milhões de pessoas para o Brasil nos finais do século XIX e primeira metade do século XX, o que foi excelente para desenvolver o novo país independente e manter em atraso ancestral todas as outras colónias.

Entrementes, em Timor os sentimentos nacionalistas crescem na sombra, sem serem vislumbrados pelos Europeus. Devido ao subdesenvolvimento socioeconómico e aos atrasos da educação até aos anos 50, existe apenas uma incipiente elite impreparada para canalizar esses sentimentos nacionalistas de forma eficaz.

Nos anos 60 começara a verificar-se um investimento maciço nas estruturas educacionais (até então quase inexistentes), seguido de um incremento das estruturas socioeconómicas da Colónia, que lentamente altera a sua imagem centenária de abandono. Tudo isto vem promover, mesmo que indiretamente, a emergência de uma elite capaz de desencadear sentimentos nacionalistas e despertar a vontade Timorense.

Começa a notar-se durante o regime colonial, através da imprensa local e do jornal do seminário católico 'Seara'. Era acompanhada de formas incipientes e camufladas de desobediência civil. Já, as inúmeras rebeliões contra a administração portuguesa (a última das quais em 1959) imediatamente reprimidas e subjugadas, haviam ajudado a estabelecer uma embrionária identidade nacional.

Durante maio 1974, beneficiando da liberdade política concedida pela Revolução de abril, formam-se os principais partidos políticos em Timor:

A UDT (União Democrática Timorense) em 11 maio, que começa por defender uma forma de Federação com Portugal (evoluindo mais tarde para o desejo de independência). UDT/UDETIM é predominantemente um grupo católico formado por Francisco Lopes da Cruz, César da Costa Mouzinho, João Carrascalão e Mário Carrascalão.

A ASDT (Associação Social Democrática Timorense) forma-se a 20 de maio para evoluir em set.º 1974 para Fretilin [Frente Revolucionária De Timor-Leste Independente]. Proclama a necessidade de se obter a independência total. Os seus fundadores e líderes são: Francisco Xavier do Amaral, José Ramos Horta, Nicolau Lobato e Justino Molo.

Sob a égide da Indonésia em 27 maio surge um terceiro partido, a APODETI [Associação Popular e Democrática de Timor]. Defende a integração na Indonésia sob um estatuto autónomo especial. Este partido nunca chegaria a alcançar mais do que 2 ou 3 por cento do apoio popular. Fundadores e líderes eram: João Osório Soares, José Martins, Abel Belo, e Arnaldo Araújo.

Mais tarde novos partidos se formam, todos eles carecendo de apoio popular significativo, tais como KOTA e PT (Partido Trabalhista). O Governo seguindo instruções de Lisboa para promover a formação de grupos políticos locais, atribui subsídios até 50 000\$00 a cada partido.

Inicialmente, quer a ASDT quer a UDETIM (UDT) carecem de poder popular. A APODETI é considerada como uma espécie de anedota quando proclama a *'reintegração histórica das duas metades da ilha sob a bandeira indonésia.*

Os manifestos iniciais de tais partidos políticos embrionários contêm pontos curiosos que reputamos importantes para compreender o contexto em que foram criados, em vez de nos limitarmos a papaguear o que foi deturpado ao longo de mais de duas décadas e não corresponde à realidade.

A ASDT afirma:

"... Defende intransigentemente o direito à independência para o Timor-Dili. Os Timorenses têm capacidade natural para, como qualquer outro povo, governar as suas terras. Nós, Timorenses não somos uma raça inferior, indolente, etc. como nos pretendem alguns classificar - tentando assim destruir a nossa própria dignidade, o orgulho de sermos Timorenses, o amor que votamos a esta ditosa terra nossa amada...um ideal indestrutível: fazer de Timor uma terra livre, de gente livre, terra de paz e progresso, sem ódios, discriminações raciais, sem ricos muito ricos e pobres muito pobres. A ASDT luta por um direito universalmente reconhecido - o direito à independência - rejeitando energicamente qualquer forma de integração a potências estrangeiras. A ASDT vai diligenciar junto do Governo Central para que o plebiscito só se realize dentro de cinco anos, nessa altura o povo de Timor escolherá o seu destino."

A Comissão Organizadora da UDETIM (UDT) escolhida entre os fundadores integrava:

Mário Viegas Carrascalão, Chefe dos Serviços de Agriculturas e Florestas,

Humberto Jorge da Conceição, Chefe dos Serviços de Finanças, e depois Interino da Economia e Preços,

Domingos de Oliveira, António de Sousa Nascimento, Chefe da secretaria da Agricultura e Florestas, Fausto do Carmo Soares, Manuel Babo, Jacinto Soares dos Reis, e Fernando do Rosário dos Mártires.

No seu manifesto inaugural protestava contra os informadores da PIDE/DGS:

"Considerando que tais indivíduos exerciam atividades não só atentórias da dignidade e liberdade dos seus patrícios mas também perniciosas, e considerando que é do interesse de todo o povo Timorense a divulgação da identidade dos elementos condicionadores das suas liberdades primárias..."

O manifesto exigia publicamente ao Governo da Província que

Seja elaborada lista de informadores da PIDE/DGS e dada a conhecer ao público,

Sejam repostas pelos mesmos elementos as quantias indevidamente percebidas, sendo o total entregue à Assistência Social,

Sejam saneados os informadores que forem funcionários públicos.

A curiosidade destas exigências reside no facto de ser voz corrente que um dos fundadores da UDT era um ativo informador. Nenhuma lista de agentes da PIDE/DGS foi alguma vez publicada. Num comício da ASDT, em Hatolia, foi afirmado que *"Portugal já nada queria ver com Timor, motivo pelo qual os Timorenses teriam de passar a contar unicamente consigo próprios. É no seu melhor interesse começarem a aprender Bahasa Indonésia para enfrentarem os desafios do futuro."*

Esta premonição causou séria contestação e motivou um protesto ao Delegado do M.F.A., então Major Arnao Metello, visto que a recém-criada Comissão de Orientação Política, órgão consultivo sem poder para impor as suas resoluções, criado para apoio aos recém-formados partidos não atuara. Indiretamente os dois principais partidos envolvem-se numa controvérsia, causada por um jornal de Lisboa.

A edição de 21 junho do 'Jornal do Comércio' transcrevia uma reportagem da Agence France Press de Jacarta, onde se afirmava que José Ramos Horta recebera (junho 17) uma carta de Adam Malik, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, apoiando a independência de Timor-Leste. A mesma notícia dizia ainda que "os três partidos em Timor vão encetar negociações no sentido do adiamento do referendo previsto pelas autoridades portuguesas para março 1975." A UDT prontamente desmente esta notícia alegando que "só as agências noticiosas indicam data para o referendo, visto o Governo Português não o ter feito."

O comunicado acrescenta:

**"A data do plebiscito deve ser condicionada pelo incremento que for dado pelo Governo Português ao desenvolvimento social, político, cultural e económico de Timor, cujos níveis atuais são praticamente iguais a zero. A fixação de qualquer data sem prévia observância de um mínimo de suficiência no desenvolvimento daqueles setores, será interpretada pela UDT como um autêntico convite ao suicídio político do povo Timorense que em tais circunstâncias se deve abster de votar..."*

O artigo do "Jornal do Comércio" acrescentava que *"Os mesmos partidos propõem igualmente formar desde já (junho 1974) um Governo Provisório com individualidades naturais de Timor."* A UDT acentuava em relação a isto:

"É a primeira vez que existe tal iniciativa, desde já, e em princípio a UDT apoia, não obstante estar muito longe de crer que exista da parte do Governo Português qualquer intenção de permitir que tal iniciativa possa ser concretizada nos tempos mais próximos. A desconfiança da UDT alicerça-se nos pontos seguintes:

a) Todos os lugares de Chefia que vagaram nestes últimos tempos (Educação, Transportes Aéreos, Aeronáutica Civil) foram integralmente preenchidos por elementos não Timorenses;

b) O povo não ter sido ouvido na nomeação do futuro Encarregado do Governo (Tenente-Coronel Níveo Herdade) o que é interpretado como antidemocrático e de nenhum apreço pelo que os Timorenses poderão pensar sobre tal;

c) Ser militar o Encarregado do Governo, que continuará a desempenhar simultaneamente o cargo de Comandante Militar. Esta medida leva a supor que não existem em Timor pessoas com capacidade suficiente para desempenharem aquelas funções, e pergunta-se se a separação dos poderes civis e militares recentemente levada a efeito, fica anulada?"

Citando ainda o 'Jornal de Comércio' e o despacho da AFP em Jacarta, o Secretário da ASDT, Ramos Horta pedia

"... uma reunião tripartida para elaborar uma plataforma de transferência imediata (junho 1974) de poderes para o escol da população local, adiando por QUATRO ANOS as eleições gerais".

A UDT contestava tal ideia por ser antidemocrática

"...se não for previamente submetida a consulta popular e, utópica na medida em que o Governo Português não deu mostras do mínimo indício de boa vontade na participação de Timorenses na administração local".

Este longo comunicado da UDT acrescentava:

"Ramos Horta considera que pelo facto de 90% da população da ilha ser totalmente iletrada e sem qualquer formação política, um plebiscito a esse nível seria uma espécie de fraude. A UDT crê que se o povo Timorense ainda é constituído por uma grande maioria de analfabetos não quer dizer que seja ignorante ou estúpido, pois ele sabe o que quer e por que quer. Quando assim é não se pode falar em qualquer tipo de fraude... seria abominável pretender eternizar a situação de Colónia em que vivemos. Que o Governo Português se não fique por palavras e dê início quanto antes ao cumprimento da promessa de desenvolvimento."

E mais adiante a UDT, através de Mário Viegas Carrascalão (até ao 25 de abril Vice-Presidente da ANP em Timor e Deputado), clarifica:

"Manutenção parece querer dizer continuidade, o que seria totalmente contrário às aspirações da UDT. Assim, para que não haja mais equívocos declara que é sua intenção lutar por um futuro de Timor enquadrado num esquema de ligação a Portugal (com evolução entre a Federação e a possível independência) mas numa situação de igualdade e nunca de dependência."

Entrevistado pela rádio local, Carrascalão critica Ramos Horta por este ter afirmado

"a ASDT desejava a independência completa, não se opondo, porém, a uma possível união com a Indonésia, após negociações em plano de igualdade," criticando ainda o dirigente da ASDT pelo seu falso desmentido das afirmações ao jornal australiano 'Northern Territory News' em fevereiro 74 (atrás referido) e inquirindo se desta vez tal não se repetiria.

"Parece," diz Carrascalão, "que Horta tem duas opiniões: uma para com os jornalistas estrangeiros e outra para os ingénuos." A UDT é fortemente criticada por alguns setores de opinião pública.

As mais relevantes críticas são de Francisco Borja da Costa:

"... Para além de vir subscrito por Mário Carrascalão, conhecido pelas suas atuações políticas no anterior regime, o comunicado enfermava de contradições como a da repulsa pela não consulta ao povo Timor para o novo Encarregado do Governo quando no citado documento se afirmava ser o plebiscito um suicídio político. Aqui mais parecia uma manobra oportunista de colocar alguns dos licenciados Timorenses que a UDT tinha nos seus quadros e que tanto rareavam em Timor. Por outro lado, parecia que para a UDT a situação de Colónia era apenas de dependência política e, que uma vez transferido o poder político para os Timorenses tal situação deixaria de existir, embora Timor se passasse a enquadrar num sistema de ligação a Portugal evoluindo entre a Federação e uma possível independência".

Só política, pergunta-se? A reação política sobre uma nova proposta da ASDT, para introduzir o ensino de *Bahasa Indonésia* como cadeira opcional para o curso preparatório de professores de posto escolar e, como opção com o Francês (!?) no ensino liceal e técnico, prova que o sentimento popular sobre a Indonésia não é dos mais quentes.

Finalmente em 15 de julho, uma nova era começa quando o Governador Aldeia transmite os seus poderes ao Tenente-Coronel Níveo Herdade.

No aeroporto, umas centenas de pessoas saudaram pela última vez Aldeia, que lacrimejando diz: "*Obrigado a todos, qualquer que seja a escolha, que seja para bem do povo Timorense.*" Quase ao completar três meses sobre o seu regresso de Portugal, partia Aldeia um homem que cumpriu fielmente o seu dever de deixar a Colónia de Timor na era negra do subdesenvolvimento.

Devido à crise do petróleo dos anos 70, a inflação e os modestos aumentos de salários provocaram uma crise sem saída. A solução foi o subemprego a salários inferiores e desemprego.

Antes de o salário mínimo ser fixado em 1973, muitas pessoas labutavam por uns meros 4\$50 com direito a uma colher de milho inteiro cozido, por dia! A tais 'assalariados' competia o desempenho de tarefas extraordinariamente duras e custosas, as quais se deveriam destinar a animais de carga e não a seres humanos. Sabendo qual o vencimento e alimentação correspondente, que dizer? Com 25\$00 ao dia foram muitas as pessoas do mato e das montanhas que foram atraídas para Díli e outras cidades para aí encontrarem o desemprego.

Esta situação era novel para a maioria delas, habituada a arar campos, lavrar o seu talhão de terra e obter todos os géneros da mãe natureza.

Muitas pequenas e médias companhias foram obrigadas a reduzir os seus efetivos depois da introdução do salário mínimo, pois que não o podiam comportar.

O salário mínimo, embora justo e moral, teve efeitos secundários bastante negativos... não houve nenhum estudo que o precedesse a prever como iria afetar globalmente a economia.

Governar postos coloniais é sempre fácil, basta decretar algo e que se lixem os estudos de impacto ambiental ou viabilidade.

5. AGOSTO: FILAS PARA COMIDA E O PÂNICO. RACIONAMENTO

Depois de uma reação alarmista quanto à fuga de divisas, a administração vê-se forçada, relutantemente, a impor novas medidas restringindo as operações cambiais com divisas estrangeiras. As multas (de Esc. 1 000\$00 a 500 000\$00) nunca chegaram a ser aplicadas.

De facto, a situação é muito mais grave do que as entidades estão dispostas a admitir. Durante vários meses, o banco emissor, BNU (Banco Nacional Ultramarino) não tinha divisas para cambiar notas e moedas, mas apenas Traveller's cheques, embora fosse a única entidade autorizada a lidar com divisas estrangeiras.

O açambarcamento e o mercado negro eram vulgares. Proporcionavam lucros chorudos: o dólar americano era cotado a Escudos 25\$50, mas vendido por Esc. 50\$00. O dólar australiano cotado a Esc. 34\$00 transacionava-se ao valor do dólar americano. No fim de cada comissão de serviço cada pessoa tinha direito a transferir um montante equivalente ao seu salário. Com a ajuda do pessoal da empresa de construções de estradas (Moniz da Maia, Serra & Fortunato) montantes bastante superiores eram transferidos.

A ridícula imposição de uma taxa cambial sem paridade, entre o Escudo de Portugal e o de Timor, criava um valor artificial para este (só no mercado interno, sem qualquer aceitação no estrangeiro) excetuando Timor Ocidental onde era desvalorizado a 30%. Os Serviços Provinciais de Fiscalização estavam mal apetrechados humanamente para lidar com o êxodo de capitais e divisas e os enormes furos legais para o fazer. Todos os Europeus faziam, direta ou indiretamente, parte do mercado negro.

O Governo, entretanto, considerando os contínuos racionamentos de géneros essenciais nomeia comissões para estudarem o problema. Estas concentram a sua atenção nas faltas de milho, arroz e feijão. Estudam a atualização de preços dos produtos alimentares subsidiados nos mercados de Díli, propondo medidas para debelar a crise. Com efeito, durante os últimos meses, havia-se assistido ao triste espetáculo de centenas de Timorenses (não metropolitanos e não chineses) agrupados sob o escaldante sol, durante várias horas ao dia para terem a oportunidade de apresentarem o seu Bilhete de Identidade e conseguirem uma mera ração de bens essenciais como arroz e açúcar. As pequenas quantidades que estas pobres criaturas podiam obter nem sequer justificavam as longas horas de espera, mas eram a única alternativa à fome.

Os Serviços Provinciais de Economia, graças à sua calamitosa atuação no setor de reabastecimento e géneros provocaram a maior crise sectorial de sempre desde a ocupação japonesa. A população militar não sofrera restrições ou racionamento impostos pelos Serviços de Economia, desde que se tornara independente daqueles para obter os seus géneros e combustíveis, em 1973. Utilizando as suas capacidades de transporte, captavam toneladas de géneros (em especial, cereais) que estavam a apodrecer em vários pontos do território pela inépcia dos serviços civis.

Os Serviços de Economia eram dirigidos pelo jovem Dr. Henrique Chagas de Jesus, (antigo Secretário do então Ministro da Defesa de Portugal, Silva Cunha), comissário da Mocidade Portuguesa (MP, Movimento juvenil pró-Nazi), e Censor da Comissão Provincial de Censura. Sempre tentou explicar as crises, através de fatores exógenos, sem nunca admitir que se devia basicamente à incompetência e ineficácia das estruturas coloniais locais ou à falta destas. Exemplos abundavam: centena de toneladas de arroz, apodrecendo no Suai (na costa sul) à espera de transporte que nunca chegaria. Simultaneamente, o Governo importava algumas (insuficientes) toneladas de Singapura a preços elevadíssimos.

A falta de dados estatísticos, planeamento, provisão e armazenamento, são algumas das causas principais das crises. Outras, são a política de improvisação, a incompetência técnica e, talvez até um boicote deliberado para manter a corrupção e os benefícios daí advindos.

Como gerir um país pequeno como Timor, se por longos períodos as pessoas não têm acesso a cerveja, tabaco, fósforos, leite, margarina, azeite, óleo, combustíveis, açúcar, batata e outros géneros essenciais?

Por outro lado, refira-se a falta de sistemas viários capazes (rodoviários, marítimos e aéreos) e outras estruturas de transporte como responsáveis pelas falhas da administração colonial em vez de serem utilizadas como circunstâncias atenuantes no caso do povo de Timor vs poder colonial português. Para enfatizar como as pessoas lidam com estas crises, será importante realçar que a maioria das pessoas sofreu com elas.

A minoria de Europeus (portugueses, civis ou militares) e os Chineses tinham meios económicos suficientes para absorver todas as subidas de preços e, nalguns casos eram mesmo capazes de promover o açambarcamento. Os comerciantes chineses sentindo o aumento de tensões étnicas por razões económicas deixam de encomendar substituição de estoques, com medo de agitação civil generalizada, tal como acontecera anos antes na Indonésia.

Os Serviços de Economia abrem mão dos seus cofres para pagar pequenos montantes de géneros e combustíveis, importados de Singapura e Austrália. Esta política de esbanjamento e delapidação do erário público, leva membros do Governo a estes e a outros países para 'negociar' a compra daqueles géneros. Em vez de organizarem fornecimentos constantes a preços de mercado para suprir faltas de produção/distribuição locais, acabam por comprar por preços exorbitantes, quantidades apenas suficientes para uns dias de consumo.

Os militares, entretanto, beneficiam de uma melhoria sensível no setor de abastecimentos a todos os remotos postos do território, com seis a dezoito meses de abastecimentos em armazém. Isto deve-se a uma política coordenada de transporte entre viaturas civis e militares durante as épocas secas, e um aumento das capacidades de armazenamento em locais de difícil acesso ou isolados. Esta política acaba por trazer elevados dividendos para os militares que beneficiam de uma melhor dieta com todos os itens habituais, mesmo que haja demoras nos reabastecimentos trimestrais que via marítima chegam de Portugal, Angola e Moçambique.

Medidas idênticas poderiam ter sido adotadas pela administração civil, se o Governo tivesse importado mais viaturas pesadas de transporte para as duras tarefas nas (praticamente inexistentes) estradas e, se tivesse despendido dinheiro em torná-las transitáveis. Em vez disto, vultuosas quantias são gastas e os problemas não se resolvem.

Dois anos antes (novembro 1972) a construtora civil portuguesa "Moniz da Maia, Serra & Fortunato, Lda SARL" tinha ganho o concurso para construir novas estradas e aeródromos no território. A data de arranque prevista era junho 1973, mas a tardia elaboração do contrato, manteve o projeto parado, com pesados prejuízos financeiros.

Em novembro 1973, os estaleiros e hangares estão completos. A maquinaria pesada e equipamento diretamente importado do Japão já tinham chegado em agosto. O equipamento encomendado a Portugal e outros países Europeus continuava sem chegar. O equipamento importado da Austrália era retardado devido a constantes greves e disputas industriais que se opunham a exportações para o território colonial. Os atrasos obrigaram a elaboração de estudos locais com base em fotografias aéreas desatualizadas, pois diziam respeito a uma estação seca e todos sabiam como a geopaisagem mudava em cada estação de chuvas.

Finalmente, após muita indecisão, arranca a construção da estrada #1, Díli - Baucau em agosto [1974], com início em Fatu-Ahi, nos subúrbios orientais de Díli. Um projeto viário de tal envergadura era vital quer em termos políticos, quer económicos.

Como Baucau tinha o único aeroporto internacional, a estrada constituía a sua ligação terrestre à capital. Em termos de valor económico interno, a nova estrada Ermera - Maliana (perto da fronteira com a Indonésia) servia não só uma das maiores concentrações populacionais, mas oferecia um melhor escoamento para o centro cafeeiro de (Ermera) exportar as suas colheitas. Também estavam previstos dois novos aeródromos com 1 400 m de comprimento no Suai (Costa Sul) e Lospalos (Costa Leste).

Em agosto 1974 os atrasos ameaçavam já impedir a maior parte destes projetos, devido às enormes perdas em investimento já acarretadas. Quanto a mão de obra, estes projetos iam criar 36 lugares de especialistas (trinta recrutados em Portugal) e 200 postos de trabalho indiferenciado (operadores de guas, tratores, etc.). Tudo isto representava Esc. 220 000\$00 por mês reciclados na própria economia local, com uma criação total de 300 novos postos de trabalho. Outra ligação interna devia ser construída entre Díli e Same na costa sul, atravessando o território através de cidades e vilas montanhosas como Maubisse e Aileu, propiciando novas vias de abastecimento para as ricas colheitas do sul.

O projeto inicial previa a construção de cinco aeródromos, mas limitações de financiamento restringiram a planificação original. O futuro novo aeroporto de Díli teria 1,400 m de comprimento revestido de asfalto e capaz de receber qualquer tráfego. Mas, de acordo com as dimensões dos aviões de carreiras internacionais era demasiado pequeno para acomodar os grandes aviões Jumbo e exageradamente grande para os aviões de porte médio e pequeno.

A batata importada oficialmente com isenção aduaneira passou de Esc. 2\$50 para 10\$00/kg. O arroz passa a ter o preço controlado. O arroz posto à venda pelos Serviços de Economia nas principais lojas de Díli (Tai Ing, Fernandes, Hia Seng) tinha de ser vendido ao mesmo preço (Esc. 8\$00/kg.) em Viqueque (costa leste), Baucau (noroeste) ou no Suai (costa sul). Sendo Díli um centro urbano, onde tudo se consome e nada se produz, é fácil imaginar como enormes colheitas de arroz eram deixadas a apodrecer.

Existia um excesso de produção de arroz nas áreas produtoras e descomunais carências nas regiões onde se consumia. A falta de sistemas rodoviários e a dificuldade de organizar transportes, aliada à proibição de repercutir no preço do arroz o custo de transporte, impossibilitava que se beneficiasse das boas colheitas.

Por outro lado, o Governo era forçado a efetuar importações de pequenas quantidades a 15\$80/kg da Austrália e Singapura. Era patético o apreço pelo improvisado, a carência metodológica (mesmo de estatísticas) em que só à última hora se planificam hipóteses de substituição de mercados de importação para artigos e géneros de primeira necessidade com pequena elasticidade de substituição.

Que dizer quando as isenções aduaneiras são estabelecidas 'in extremis'? Quantas vezes não poderiam ter sido preestabelecidas para facilitar uma programação de custos e rentabilidade para determinar uma política de preços? Quantas licenças de importação não foram utilizadas? Quem fiscalizou? Quantos os casos de sobrefaturação de produtos importados? O único caminho, em termos económicos, parecia ser o de uma transição rápida de pobre para a bancarrota.

Por outro lado, a UDT tornava público um editorial do seu programa semanal de radiodifusão 'Mau Alin' [22 agosto 1974]:

"Conjugar todos os Timorenses válidos e de boa vontade...para num esforço comum encontrarem soluções nítidas...libertando-os assim da fome, da miséria, da ignorância, da contingência e da exploração vividas ao longo destes séculos...A manutenção de ligação...com Portugal não será de metrópole Colónia, situação que a UDT nunca quis, mas como membro duma comunidade de expressão lusíada.

Se Timor, como lamentavelmente afirmou o Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos é 'um transatlântico imóvel' que tem custado muito dinheiro aos portugueses, que a Indonésia não está disposta a substituir no suporte financeiro é porque o combustível enviado pelo bom povo português para o pôr a sulcar os mares em busca do progresso, não foi colocado nos verdadeiros depósitos, mas reexportado por transbordo para outros transatlânticos...

Não acredites em quem negar a possibilidade de autonomia e independência sob o pretexto de falta de recursos naturais. Existem, importa descobri-los, desenvolvê-los... Sem falar das pesquisas petrolíferas por equipas estrangeiras, cujos resultados estão cada vez mais fechados no concílio dos deuses...

Vamos providenciar no sentido do futuro apoio técnico, financeiro, e humano...poder realmente beneficiar as classes mais desfavorecidas...desta forma Timor não será o saldo do ex-Império colonial que tanto desgosta e preocupa o Dr. Almeida Santos."

[Nota do Autor: Pode parecer inacreditável, mas estas palavras não carregam hoje o mesmo peso que tinham em 1974, ou será apenas porque hoje nos sentimos fora da atmosfera em que então se vivia? O tempo deixou uma pátina bem pesada sobre a puberdade de Timor].

A religião e a Igreja foram objeto duma entrevista ao Padre Martinho Lopes, Governador do Bispado de Díli, publicada em "V.T." na ausência do Bispo:

"Para uma população de 659 102 habitantes e numa família cristã de 196 570 membros, a Diocese de Díli dispõe apenas de 44 sacerdotes, 8 irmãos, 49 irmãs religiosas, 120 monitores, 80 professores e catequistas..."

A Igreja tem contribuído para a promoção social com as escolas da Diocese (primária e secundária). A Igreja não tem partido na atual conjuntura política. A razão por que o Sr. D. José não pode deixar de lutar contra a proliferação (?) de boites, é que ele é o guardião da Fé Católica e da Moral Cristã; ora sabendo de antemão que as mesmas são focos de miasmas venenosos para com essa Moral Cristã, que vão empestando o ambiente citadino, proporcionando ruína às almas e como Bispo Católico a quem Deus confia as almas redimidas com o sangue precioso de um Deus morto na Cruz..."

Este pequeno extrato da entrevista serve para demonstrar como o poder político do Bispo Católico permitiu e tem permitido que um membro do clero vete a abertura de *boîtes* e outros centros de diversão, não se opondo, no entanto, à introdução de 'slot-machines'. Apenas abertas a nativos Timorenses, e não a militares, aqueles centros eram um constante sangrar dos infelizes trabalhadores/as que aí iam diária ou semanalmente gastar os salários de miséria que auferiam.

O Timorense é jogador por índole, gosta de jogar e apostar, fá-lo por tudo e por nada. Tal era o caso surrealista aprendido no Hospital Civil em 1974: um morto e um gravemente ferido como resultado de uma briga verbal seguida de aposta: - *vamos ver qual catana corta melhor, a tua ou a minha? E zás, cada um tentou decepar o outro. Ao cirurgião competiu juntar os bocados.*

Outro exemplo surrealista: - *Um membro de uma tribo agastado com a infidelidade da mulher barlaqueada aposta que se a tornasse a apanhar em falta, lhe cortaria a cabeça e iria entregá-la às autoridades militares competentes. A cena passou-se nas montanhas do interior em finais de 1973. Qual não foi o choque consternado do sargento português no aquartelamento militar quando o homem entra com a cabeça da mulher sob o braço (como se fosse um galo de combate) e se entrega voluntariamente às autoridades. Em Timor-Leste a ficção não se inventa, faz parte do quotidiano.*

Num território rodeado de mar como Timor, a vida era feita para dentro, para a terra e as montanhas. A riqueza dos seus mares estava virginalmente desaproveitada.

O único farol em Díli tem apenas um alcance de 12 milhas. O porto de Díli pode admitir navios até 145 m de comprimento e 9 m de calado. Tem três grandes lacunas: impossibilidade de abastecimento de combustíveis, inexistência de frigoríficos e oficinas navais.

A Díli um navio só vinha para cargas e descargas. Um só garante o comércio com o exterior. Tratava-se do 'Musi' da ex-KPM pertencendo a uma companhia de Singapura que faz as ligações Singapura - Díli em cada vinte dias.

Todas as importações vindas da Europa têm o seu entreposto em Singapura e são movimentadas pelo Musi que, com capacidade de 1000 toneladas carregava por vezes, 600 ou mesmo só 300 toneladas...

Com a Austrália as ligações por meio do 'Broriver' são de 3 em 3 meses, sem regularidade...

As ligações regulares com Macau iniciaram-se com o "MacDili," de duas toneladas pertencendo à Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM). A frota de duas barcaças em serviço contínuo assegura o escoamento dos produtos da costa norte para Díli.

Põe-se o problema do escoamento dos produtos do celeiro de Timor, que é a costa sul. Depois do desaparecimento do 'Arbirú' chegou-se à conclusão da necessidade de uma barcaça de 150 toneladas e dum rebocador.

A primeira fase concretizou-se com a aquisição da 'Lifau', a barcaça está a ser construída (30 m. de comprido e capacidade de carga de 180 toneladas).

Esta era a panorâmica dada pelo Comandante naval em agosto de 1974, embora faltasse assinalar a lancha canhoneira de fiscalização "Tibar", e a razão para não mencionar a única força de Defesa Naval era decerto o facto de a "Tibar" raramente estar operacional, passando mais tempo na doca seca do que em água.

Outros exemplos podiam ser dados. Quatro estudantes Timorenses passaram dois anos em Portugal aprendendo métodos de pesca totalmente inadequados. Pouco a pouco se vai obtendo a noção da mais absoluta falta de estruturas em Timor, a carência total de meios.

Isto era Timor, terra onde nada era feito, todos os incentivos eram negativos, todos os esforços de melhoria estavam fatalmente destinados à desilusão e ao desalento. Timor uma terra sem hipóteses de sobrevivência, morrendo uma morte lenta, tão lenta que as pessoas até acreditavam que Timor vivia...

Timor para quem o tempo parara havia muito, terra onde só as palavras viviam em si próprias no engano triste do "Loké dalan foun" [caminho para o desenvolvimento], uma via para a estagnação total timidamente dissimulada a todos os níveis.

Terra calma onde nunca nada acontece.

5.1. TIMOR: UM TRANSATLÂNTICO IMOBILIZADO OU A CONTAGEM DECRESCENTE?

Em Portugal, em finais de agosto [1974], o Dr. Almeida Santos tomou parte numa mesa redonda sobre as perspetivas de Timor, organizada pelo semanário "EXPRESSO" que foi severamente criticada pelo médico miliciano, Dr. Jorge Pestana Bastos na 'V.T.':

"Timor - um transatlântico ancorado entre o Pacífico e o Índico? Ou meramente encalhado? Timor, uma exploração deficitária? Mais cara ou mais barata do que os jardins da Gulbenkian (em Lisboa) Um problema espinhoso? Um bico de obra 'tout court'? O Dr. Almeida Santos não o quer como saldo de um Império, a Indonésia não o quer como défice de outro. Independência? Inviável? Foi consultada a Austrália? Talvez as Filipinas... O Japão mostrou interesse em tempos; para os Estados Unidos fica um pouco fora de mão.

Bem, o Dr. Almeida Santos não disse tanto. O Ministro Almeida Santos não poderia legitimamente dizê-lo, mesmo a título pessoal numa mesa redonda. Não é por nos desagradarem que as razões ficam menos razoáveis. Pois considerámo-las.

Algumas foram já apresentadas. Ocorre-me, porém, sugerir que talvez falte considerar seiscentas mil razões. "Magnas, dir-me-ão, e em certo sentido são-no, ignorá-las é já propor uma nova Constituição Política 'avant la lettre': "De como 600 000 pessoas podem perder a nacionalidade sem serem ouvidas nem achadas. Adquiriram-nas do mesmo modo? Parcialmente verdade, não inteiramente relevante. Há que averiguar se a querem conservar, não se a querem obter. Se tiverem uma noção fragmentária, imprecisa, porventura incorreta, têm o direito de a corrigir, de decidir em que sentido a vá modificar.

Têm o direito de propor ou não, quaisquer formas de associação ou de convivência privilegiadas; e a mais nove milhões de razões que em relação ao assunto ainda não lavaram as mãos na bacia de Pôncio Pilatos. Tudo isto tem que ver com o direito dos povos à autodeterminação e à independência ou à independência ou autodeterminação? OU até à autodeterminação até (no tempo) à independência? Ou à autodeterminação até (na possibilidade) à independência? E só até aí?

E porque não um pouco mais? Recusamos então o direito à autodeterminação e à independência? O direito à independência não será ir longe de mais? (Que em matéria de autodeterminação começamos nas colónias, mas não chegamos às câmaras).

Dependências há duas, a saber: uma 'ante' que é subordinação, e uma 'pós' que é independência. Donde não basta ouvir uma das partes que interdependem. Se por um sentimento de culpa e expiação ou de uma urgência em adotar o figurino da moda, sentimos, (sentis) Timor como empecilho há que estabelecer primeiro: Quem sente e o quê. Se em nome de uma ideologia ou de um sã egoísmo queremos (quereis) ter as mãos livres para cultivar o jardim (à beira mar), saibamos (sabei) primeiro se há um consenso ou na sua falta procuremos uma maioria. Se para uma viagem à Europa não precisamos de um barco velho nos antípodas não é retirando o passaporte à tripulação que nos desobrigamos perante ela e perante nós...Não sei se a mesa redonda terá confundido (o homem com o Ministro, o Ministro com o Governo Provisório, o Governo Provisório com o sentimento nacional). Em caso afirmativo enganou-se redondamente."

Esta opinião crítica do Dr. Pestana Bastos, um psiquiatra controverso e quiçá excêntrico, revela o amor que ele sente por Timor onde viveu alguns anos e onde lutou sempre contra as declarações paternalistas dos poderes coloniais. Num certo sentido, o Dr. Bastos retrata um conhecimento dos sentimentos locais, compreende e sente Timor, recorda talvez muito vivamente - a forma muito distorcida como tudo relacionado com Timor foi sempre relatado para o mundo exterior. Isto pode ajudar o leitor a compreender o que se vai seguir.

5.2. SETEMBRO. A INDONÉSIA OBTÉM O ASSENTIMENTO DA AUSTRÁLIA À REINTEGRAÇÃO DE TIMOR

É em meados do mês que se lê com certa estupefação que o Coronel Aldeia tinha sido exonerado, a seu pedido, do cargo de Governador. Foi louvado pela competência, zelo e inteligência com que desempenhara tais funções. Este é mais um exemplo vergonhoso do abandono a que Timor estava votado por Portugal. Interesses políticos, que interesses? Eram sinónimos de um esquecimento total de Timor por parte de Lisboa.

Agora, é correto admitir que a Revolução do 25 de abril não se fizera para ser aplicada a Timor, Portugal não lhe deu o que sempre lhe recusou: AUXÍLIO. Autodeterminação e independência teriam de ter um preço a ser pago pelos Portugueses e não apenas pelos Timorenses. Timor pediu e foram-lhe dadas promessas vagas e palavras sem conteúdo.

As falsas opções levantaram esperanças, demasiado altas e demasiado depressa, criando situações propícias à guerra civil, primeiro, a que se seguiria uma guerrilha durante 23 anos. A guerra jamais esperada, sentida ou desejada, opção falsa imposta pela violência sob o nome de Timor, a criação de um abismo ideológico baseado no reavivar de ódios ancestrais já olvidados. Ou seria esta a via original (?) da descolonização à Portuguesa? A vietnamização da guerrilha atual entronca num amontoar de erros graves cometidos ao longo de séculos culminando nuns rápidos oito meses, como veremos adiante. O partidarismo e pseudoisenção dos chamados partidos políticos criam um abismo entre os Timorenses que 500 anos de colonialismo não conseguiram.

Acusações óbvias têm de ser dirigidas para descrédito dum processo revolucionário que se autodenominou de pacífico e que no fim se revelou sedento de sangue. Como justificar que em Timor o "Absolutamente Impossível" tenha acontecido?

O Comandante Naval Manuel Lourenço Pereira, fundador e diretor nominal do jornal local "V.T." [A Voz de Timor] desliga-se do mesmo. Em sua substituição, assume funções Francisco Lopes da Cruz, um nativo Timorense conotado com o Bureau Central e Político da UDT. JC, desiludido com o crescente partidarismo político decide demitir-se como Editor-Chefe, sendo substituído pelo Chefe de redação, Dr. Alberto Trindade Martinho, autor das primeiras sondagens à opinião pública.

Exausto, por mais de um ano de lutas contínuas, sem meios técnicos, humanos ou materiais para desempenhar as suas funções, sujeito às mais inacreditáveis pressões psíquicas e morais por defender os princípios mais sagrados, o autor entrega nas mãos do Dr. Alberto Martinho pedras basilares, documentais e evidenciais, sobre os erros de anteriores administrações. Nunca foram divulgadas nem vieram a lume. Talvez o seu sucessor não estivesse interessado.

Entretanto, em Lisboa, o Presidente Costa Gomes sucede ao Presidente Spínola, enquanto em Jogyakarta, Gough Whitlam (1º Ministro Australiano) avista-se com o Presidente Suharto, e anuncia que '*Timor independente provavelmente não terá viabilidade*'.

O Dr. Almeida Santos anuncia uma visita a Timor durante o mês de outubro 1974. Adam Malik, então Ministro Indonésio dos estrangeiros, declara publicamente em 17 junho 1974:

"Timor tem direito à independência e a Indonésia não tem pretensões territoriais sobre nenhum território tal como estipulado na sua Constituição e tentará ter uma boa relação com um Timor independente."

Sem contar com esta declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros, apenas cinco dias antes, o deputado John Naro defendia a integração de Timor-Leste na Indonésia. Um mês mais tarde os Generais Ali Murtopo e General Benny Murdani completavam o plano para incorporação do território, a ser efetuada logo que possível e com utilização de força se necessário.

O jornal diário "Berita Yudha" na sua edição de 28 de agosto [1974] em editorial afirma:

"O direito à autodeterminação não pode ser separado de uma estratégia geral global."

A noção de tentar integrar Timor na Indonésia não era nova. Em finais de 1972 ou 1973, o Grupo de Ação Especial do Serviços Secretos Indonésios [Bakim/OPSUS] gravemente preocupado com os avanços comunistas e a retirada norte-americana do Vietname, já se manifestava vocalmente contra uma possível independência de Timor.

O General Suharto que hesitava aceitar as propostas integracionistas de alguns dos seus generais e conselheiros, tem uma reunião em 6 setembro 1974, em Wonosobo na Ilha de Java com o Primeiro-Ministro australiano, Gough Whitlam que ofereceu o apoio australiano à política indonésia de integração de Timor-Leste.

Poucos dias depois, a Comunicação Social (australiana, portuguesa e internacional) noticiava em manchete:

"o apoio australiano à integração".... "o Governo Australiano considera esta opção para Timor como sendo importante para a estabilidade na região."

O comunicado oficial acrescenta que "o apoio da Austrália à integração de Timor-Leste na Indonésia" depende de um "referendo dos seus habitantes aprovado pela comunidade internacional."

Mais tarde, a Austrália irá esquecer esta pré-condição para reconhecer a anexação, sem que o povo de Timor-Leste tenha podido votar tal integração de acordo com a comunidade internacional.

Os interesses estratégicos e a preocupação com a estabilidade regional, aliadas ao pânico criado pela progressão do comunismo no Vietname [Saigão tombou a 30 abril, 1975], o desejo de manter um bom relacionamento com a Indonésia, ditaram a decisão australiana "de total acordo com o Presidente Suharto no assunto."

O apoio dos EUA e o acordo australiano foram fundamentais para o Presidente Suharto decidir avançar com a anexação.

É por demais consabido que o Mar de Timor (entre a Austrália e a Indonésia) é rico em petróleo. Em 1971/1972, a Indonésia e a Austrália assinaram um acordo [Timor Gap] definindo as suas fronteiras marítimas, as quais obviamente excluía o vazio ('gap') entre o Timor Português e a Austrália.

Durante 1974/1975 estavam a decorrer conversações entre a Austrália e Portugal para definir os limites daquela área tão rica. A Austrália não estava nada satisfeita com o progresso daquelas por estarem muito aquém das suas expetativas.

O seu embaixador em Jacarta reitera numa mensagem datada 17/8/75:

"Interrogo-me sobre se o Departamento [Ministério] terá feito valer o interesse do Ministro ou do Ministério de Minerais e Energia na situação de Timor. Parece-me que o Departamento pode bem ter interesse em encerrar o presente 'vazio [Gap] na fronteira marítima acordada e isto poderia bem mais facilmente ser conseguido negociando com a Indonésia do que com Portugal ou com um Timor Português independente."

O apoio dado pelo Governo Australiano no encontro de 6-8 setembro 1974 significa que uma decisão só é tomada após tal encontro:

"Timor-Leste tem de ser integrado na Indonésia, independentemente da vontade do seu povo."

Curiosamente quer aquela decisão quer o seu conhecimento público precedem a transformação da ASDT [Associação Social-Democrata Timorense] num novo e revitalizado partido político denominado Fretilin [Frente Revolucionária Para Timor-Leste Independente] a qual só acaba por ter lugar uns dias mais tarde [11 setembro 1974].

Tal decisão precede também a viragem à esquerda na política portuguesa, que ocorre com a queda do Presidente Spínola [28 setembro 1974] sendo substituído pelo General Costa Gomes, e precede também o Movimento do 15 de março 1975.

Torna-se óbvio que a radicalização dos partidos políticos em Timor-Leste e a viragem à esquerda da política portuguesa (durante o período de transição para implantação da democracia em Portugal) servem os melhores interesses da Indonésia para se justificar a si mesma, aos olhos do mundo, pela anexação de Timor-Leste. A decisão para a anexação antecede aqueles acontecimentos e assenta em quatro razões fundamentais:

O pânico instalado no mundo ocidental e na ASEAN (Associação das nações do Sudeste Asiático) confrontados pelo avanço comunista no Vietname e a subsequente retirada norte-americana, simbolizada pela queda de Saigão a 30 abril, 30, 1975;

Razões geoestratégicas ligadas à importância da Indonésia para os EUA, Austrália e o mundo ocidental em geral;

Os interesses económicos (sobretudo australianos) na enormemente rica bacia do Mar de Timor;

As necessidades internas do regime militar indonésio, e dos 'falcões' para consolidar a frágil unidade nacional do arquipélago [havia outros movimentos autónomos a manifestarem-se noutras ilhas] através de uma lição exemplar de força obtida por uma invasão, seguida da imediata sufocação de qualquer reação de Timor-Leste.

Infelizmente, os efémeros e inúmeros Governos Portugueses, no instável período que se seguiu à Revolução de abril, não se opõem firmemente, como deviam, às ambições da Indonésia. Incapazes de avaliar ou entender as realidades culturais, económicas e políticas de Timor-Leste, aqueles governos limitam-se a defender apenas o direito à autodeterminação.

O povo do território "*deve escolher o seu próprio destino, sem opor quaisquer objeções à integração na Indonésia se essa for a vontade livremente expressa do povo de Timor-Leste,*" como esses governos tantas vezes apregoam, será o princípio por que tais governos se vão reger cometendo um erro bem mais trágico de avaliação do que alguém poderia prever à data. A Indonésia avança com o seu plano de anexação, contando com o apoio da Austrália, a cumplicidade conivente do mundo ocidental em geral e dos EUA em particular, a compreensão da União Soviética e uma muito ténue oposição de Lisboa.

O primeiro passo é a desestabilização do território, para o qual o Presidente Suharto dá 'luz verde' em outubro de 1975. Para a operar é lançada a 'Operasi Komodo' liderada pelos Generais Benny Murdani e Yoga Sugama, e o Coronel Sugiyanto. Estas operações incluíam o recrutamento de agentes de Timor-Leste, propaganda falsa pelas Rádio Kupang e Rádio Atambua (na metade indonésia da ilha) disseminada pela agência noticiosa oficial ANTARA e reportagens alarmistas sobre a situação em Timor-Leste.

Esta operação vai centrar-se também no aliciamento dos líderes políticos de Timor-Leste, com toda a forma de promessas e ofertas (mais tarde traduzidas em pressões) e na radicalização dos partidos políticos locais através de agentes indonésios infiltrados.

A segunda fase desta operação ('Operasi Komodo') irá ter início no começo de 1975, incluindo a preparação militar da invasão quando se torna evidente que há uma rejeição quase total por parte dos Timorenses de qualquer projeto integracionista na Indonésia. O General Benny Murdani é o principal arquiteto dos preparativos de invasão de Timor. Em 18 de fevereiro 1975 um simulacro de invasão tem lugar em Lampung, na ponta sul da Ilha de Sumatra, com vista à preparação das tropas, criando um cenário para a operação que irá ter lugar uns meses mais tarde em Timor-Leste. De acordo com analistas australianos, o exercício foi um fracasso total e atrasaria a invasão de Timor.

A crise espreita, de novo, ou então não será ela mais um efeito colateral da Revolução dos cravos encarnados? O abastecimento das principais necessidades dietéticas dos Timorenses agrava-se subitamente. Numa sessão pública no Ginásio de Díli, com os delegados do M.F.A. é divulgado um documento no qual se manifesta '*ser necessário expulsar os Chineses porque são exploradores do povo de Timor*'.

Como é do conhecimento geral o comércio importador vive de créditos obtidos nos mercados externos de Taiwan, Singapura, Hong Kong e Tailândia. Devido à instabilidade e a um certo grau de alarmismo sobre a insegurança que se vivia, um determinado número destes credores corta o seu apoio a Timor, desta forma estrangulando todas as importações. A necessidade de procurar manter no exterior alguma confiança na situação política em Timor era absolutamente vital para a sobrevivência económica da ilha.

Recorde-se que no fim da 2ª Grande Guerra, alguém se lembrara de propor que Europeus e Timorenses concentrassem os seus esforços em empreendimentos comerciais, como forma de limitar a supremacia comercial chinesa. Verificou-se um surto vultoso de investimentos iniciais, mas esses empreendimentos tiveram vida curta e acabavam sistematicamente na bancarrota. O ódio contra os Japoneses estendeu-se, de certa forma, aos Chineses e contra tudo o que é oriental, numa atitude típica de desconfiança tão comum aos impérios colonizadores. O resultado desta crise forçou o Departamento de Economia a assumir insolitamente o exercício do comércio de forma discriminatória.

A distribuição de géneros, em postos oficiais do Governo autorizados para o efeito, está sujeita ao estatuto socioeconómico do povo. Assim, os escalões menores da administração civil veem, uma vez mais, os seus direitos básicos negados, e têm de se conformar com um racionamento muito restrito. Simultaneamente, o exército colonial, os funcionários públicos de patentes mais elevadas e todos os civis [de origem europeia] têm a capacidade de comprar quantidades suficientes de víveres, sob a desculpa bacoca de que a sua presença em Timor é indispensável, dado o seu papel decisivo, pelo que têm de estar bem alimentados. Os nativos têm de se confinar às fontes de abastecimento alternativas e considerarem-se gratos pela falta de oportunidades de carreira profissional e pela absoluta falta de progresso nas mesmas.

O Delegado do M.F.A. em Timor, Major António Carlos Arnao Metello parte em visita oficial a Portugal após dois meses de luta acérrima contra o Encarregado do Governo, Níveo Herdade. A situação nos escalões superiores da hierarquia militar era de confusão e tensão. A cúpula militar viu vários altos oficiais serem desterrados para fora de Timor por, alegadamente, terem tomado parte num abortado minimovimento antirreacionário para depor o Encarregado do Governo. Dentre esses contavam-se um Tenente-coronel, uns Capitães, um Juiz do Tribunal de Direito e oficiais milicianos, num total de 25 pessoas. Fora uma enorme depuração dos escalões mais altos da hierarquia em tão reduzida comunidade militar.

O autor saiu deste lote de deportados após escrever várias cartas ao Major Melo Antunes, com quem trabalhara anteriormente, a dar-lhe conta da situação que se vivia em Timor. As cartas indicavam que além das que seriam enviadas pela via normal do correio militar, provavelmente sujeitas a censura ou destruição, iria enviar cópias das mesmas por meios seguros através da Austrália e da Indonésia. Assim fizera de facto ao confiar cópias a “hippies” que faziam de Díli o trampolim para chegarem a esse último paraíso na terra que Bali era então.

Essas cartas cheias de descrições sobre tudo o que se passava, e provavelmente não era conhecido em Lisboa, podem ter sido a razão de JC não ter sido incluído naquele grupo de deportados, como queria o então Governador Níveo Herdade, de acordo com documentos secretos posteriormente revelados pelo coronel Moraes da Silva.

A introdução ao manifesto político da Fretilin tem um novo ideário que muitos consideraram ser um plágio do manifesto político do P.A.I.G.C. (o Partido unificado africano para a independência da Guiné e de Cabo Verde).

Vejamos aquele documento histórico que irá transfigurar a política local:

"Assim como não é possível a existência dum fascismo liberal nem tampouco a de um colonialismo democrático, torna-se absurdo que qualquer forma de dependência, quer revista aspetos declarados, quer subtis aspetos de sujeição, possa promover o progresso da terra e a libertação dos povos sob regime colonial.

É um facto que os 500 anos de colonização portuguesa se traduziram condensadamente, no seguinte panorama 'humano, socioeconómico, cultural e político' nitidamente opressivo e violador dos mais elementares direitos que devem assistir a qualquer ser humano."

A surpreendente transfiguração obedecendo a um esquema tipo (P.A.I.G.C., Frelimo, etc.) que a ASDT sofre, já sob a orientação discreta de alguns dos seus membros, recém-chegados de Lisboa, marca um desvio do amadorismo político que ameaça criar reações futuras.

Entretanto, os jornais citam fontes oficiais indonésias afirmando que "*o futuro de Timor-Leste não deverá afetar a Indonésia na sua estabilidade política*". O MNE, Adam Malik, entrevistado em Jacarta admite que

'quer Portugal quer a Indonésia concordaram que o futuro de Timor deveria ser decidido pelo próprio povo, e que a degeneração do General Spínola como Presidente da República Portuguesa não há de alterar a política de descolonização dos seus territórios ultramarinos cumprindo a promessa de dar-lhes independência.'

O Ministro do Interior, Amir Machmun rapidamente acrescenta que *'a Indonésia aceitaria a integração de Timor se essa fosse a vontade expressa pela população'*.

O influente General Ali Murtopo, Chefe dos Serviços de Informação Militar revelou que *'representantes de organizações políticas de Timor têm dirigido apelos à Indonésia para que auxilie a reintegração do território.'*

Simultaneamente em Jacarta, a 27 de setembro o jornal militar "*Berita Yudha*," ataca dois importantes comerciantes e importadores chineses de Díli: Jape Kong Su e Lay Kian Fun. De acordo com o jornal, aqueles dois chineses seguindo instruções do Partido Comunista Chinês [da República Popular da China]) haviam colaborado e financiado a manifestação da Fretilin em 14 de agosto de 1974, onde alguns milhares de pessoas manifestaram a sua simpatia por aquele partido. Aqueles destacados comerciantes veementemente repudiaram as alegações e solicitaram ao cônsul indonésio em Díli, Dr. Tomodok a reposição da verdade.

6. OUTUBRO: A VISITA. NOVA "RELIGIÃO". NOVO GOVERNADOR

Divulgava-se entretanto, o programa da esperada visita do Dr. Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial à Colónia esquecida, e o grande acontecimento iria ter lugar a 12 de outubro. Estavam previstas reuniões e encontros com os Chefes de Serviços e Departamentos Provinciais, com as associações económicas (A.C.A.I.T.), associações cívicas e políticas, delegados do Governo (na S.A.P.T.A.), assim como visitas a Maubisse e ao 'Monumento dos Massacrados' [2ª Grande Guerra] em Aileu.

A Câmara Municipal de Díli convidava o público a concentrar-se frente ao Palácio das Repartições (Palácio do Governo), e convidava o comércio e indústria a encerrar os seus estabelecimentos para o evento. Tudo isto era demasiado remanescente do “velho estilo” das manifestações públicas, tão vulgares durante a ditadura. A visita foi adiada uma semana para permitir a inclusão de visitas à Austrália e Indonésia pelo Dr. Almeida Santos, mas apesar disso, centenas de pessoas das montanhas acompanhadas das tradicionais 'Companhias de Moradores' haviam descido a Díli para vitoriar o representante do Governo Português.

Almeida Santos chegou, uma semana depois, acompanhado pelos Majores Hugo dos Santos e Garcia Leandro, ambos do M.F.A. e o distinto jornalista [futuro Ministro da Cultura] Dr. Raul Rego.

À sua chegada, um emocionado Almeida Santos *anunciava*:

"... Nunca tive razões para me sentir tão orgulhoso da minha Pátria como no decurso desta Peregrinação. Encontrei 2 000 palavras portuguesas na Indonésia, 15,000 trabalhadores portugueses em Sidney. "

No Salão de Festas do Palácio do Governo, o Presidente da Câmara de Díli, César Mouzinho (da UDT) profere uma alocução histórica e alegórica:

"... Os atos de bravura, dedicação e lealdade à Bandeira das Quinas perpetuadas pelo povo Timorense em quatro séculos da sua história plenamente justificam a nossa presença e dá-nos amplo direito de continuarmos Portugueses: Direito que impõe uma obrigação!"

Ao chegar a sua vez, o Dr. Almeida Santos, dirige-se à Assembleia Municipal em tom poético, histórico e erudito que poucos poderiam entender cabalmente:

"... Tão sólida era a raiz implantada no solo de Timor, tão nobre a ideia e tão válida a obra, que a tudo resistiu incólume, a presença portuguesa. Quando outros quiseram substituir-nos por atos de conquista onde permanecíamos por ato de descoberta, de ocupação e de presença, Timorenses sacrificaram a vida para não traírem o coração e Timor continuou Português. E eu diria que Português continuará pela tradição histórica, pela cultura, pelo sentimento..."

Queremos tornar possível uma consulta popular e direta, em clima de igualdade de condições, de liberdade e legalidade e ordem e do escrupulosos entendimento e acatamento dos resultados dessa consulta. Timor não é ainda autossuficiente. E dificilmente se pretenderá em que algum momento dos quase cinco séculos que vão durante a nossa presença, aqui permanecemos para disso tirar vantagens. Permanecemos apenas por vocação, por princípio, se se preferir, por gosto..."

Nunca...regateamos o nosso apoio económico, técnico, cultural e humano às populações de Timor...nem sempre o colonialismo foi imagem de pressão política, de exploração económica. Dizem-me que entre os grupos de expressão política que [a Revolução d']o 25 de abril ativou em Timor figura um que advoga a total independência...mas será realista que se pense em radicalizar desde já a preocupação de desvinculação política quando Timor está longe da independência económica? São bem conhecidos os perigos do neocolonialismo económico. Chega sub-repticiamente em invólucros de papel selado e em formas subtis de investimento. E nunca mais sai.

Daí que Timor deva optar entre ilusórias perspectivas de fartura imediata e definitivas possibilidades de independência futura. Aí é que toda a impaciência e precipitação lhe podem ser fatais. E é aí que Portugal...pode surgir e surge como o aliado natural de povos a ele para mais ligados por afinidades de língua, sentimento, cultura...se põem aqui e agora problemas de geografia política.

A História prefere a evolução à descontinuidade e quando determinado ponto de equilíbrio se apoia em cinco séculos de estratificação social, ou seja, no que isso representa de valores e sentimentos, é arriscado mandar os povos ao alfaiate do futuro para que lhes talhe um fato de circunstância, à revelia desses sentimentos e valores. Não quero também desconhecer que existe em Timor quem identifique a busca da felicidade dos Timorenses com qualquer sorte de conexão política com a Indonésia. Não seremos pró ou contra. Tal solução teria o sufrágio da geografia, e a Indonésia é um povo nobre e uma nação valorosa.

Permito-me, não obstante, duvidar de que esteja na mais pura linha do fenómeno da descolonização, supondo que o estivesse não do sentimento da maioria dos habitantes de Timor a substituição de um povo por outro no exercício do domínio político sobre determinado território... Trata-se de autonomizar não de dar satisfação a simples mudança de colonizador.

Convenço-me, não sei se por acreditarmos facilmente no que desejamos, de que a grande parte da população de Timor deseja continuar ligada a Portugal. Se esse desejo vier a encontrar confirmação no resultado da consulta a que será submetida nada poderá ser mais honroso para os portugueses e seu Governo. Daí retiraremos apenas, como é óbvio, satisfação moral. Timor pela vontade da maioria dos seus habitantes será aquilo que quiser ser...

Após a legalização de partidos políticos locais, publicar-se-á a lei eleitoral (1 homem = 1 voto), faltando apenas definir a qualidade de eleitor, através ou não de recenseamento. Entretanto, os grupos políticos terão oficializado estatutos e programas e definido as suas opções quanto ao futuro estatuto do território.

No termo dum período destinado ao livre debate e ao confronto das respetivas teses situar-se-á o sufrágio a que será garantida ampla fiscalização, inclusive por observadores da ONU. Este pode revestir a consulta plebiscitária pró ou contra qualquer das teses em confronto ou a eleição de deputados a uma Assembleia Constituinte para elaborar a futura Constituição. Pessoalmente prefiro esta segunda via...

A Austrália não tem outro interesse que não seja o bem-estar das populações...sem comprometer-se o equilíbrio e estabilidade da área geográfica em que Timor se insere...

A Indonésia não alimenta quaisquer ambições territoriais sobre Timor Português. Uma só pretensão: que a descolonização não venha a despertar ambições que ponham em causa ou risco a estabilidade e paz na área geográfica em que os seus interesses se jogam tão fortemente..."

Assim falava, Almeida Santos, Ministro para a descolonização. Ignora-se quem lhe terá passado mandato, logo após a sua chegada, para advogar 'teses' sentidas pela maioria da população, se tal vontade era ainda desconhecida.

Como falar de descolonização, preservando a estabilidade geopolítica regional, se esta é imperialista, logo colonialista? Estes são os erros fulcrais de Almeida Santos, na primeira tentativa de Portugal lidar com o futuro de Timor-Leste. Estes erros serão tragicamente pagos pelo povo Timorense. Estava aberto o caminho, acicatar-se-iam ódios ancestrais pelas prematuras afirmações dum Ministro.

Durante o discurso, os milhares e manifestantes, de acordo com as suas simpatias partidárias, aplaudiam ou vaiavam. Mais tarde ao receber os chefes tradicionais, Almeida Santos salientaria o seu tendenciosismo:

"Nunca tive uma causa tão nobre para defender, junto do meu Governo, como esta, ou seja a causa do vosso patriotismo...cheguei a não acreditar que pudesse ir tão longe a vossa fidelidade à nossa bandeira e à nossa Pátria...também não fazia a mínima ideia do tamanho dos problemas locais e da sua gravidade e tendo nós permitido que a situação em Timor chegasse a tais estados de carência em todos os serviços e que, apesar disso, em vez de encontrar revolta eu só tivesse encontrado lealdade...Na base da nossa política está o respeito pela vontade da maioria das populações, qualquer que essa vontade seja, se for a de ficarem ligados a Portugal, ficarão ligados a Portugal. Se for qualquer outra, será igualmente respeitada, mas levo daqui a convicção que não há efetivamente qualquer outra."

Almeida Santos convida o Régulo Dom Gaspar Nunes a visitar Portugal como herói do Portuguesismo demonstrado durante a ocupação japonesa na 2ª Grande Guerra. O Ministro disse ainda:

"Vou daqui convencido que o verdadeiro e genuíno Timor está na montanha... Eu já conhecia o amor a Portugal, o amor à bandeira, não conhecia a religião desse amor. Foi aqui, em Timor, na montanha, que vim conhecer essa religião. Posso afirmar-vos que ninguém em Portugal pensou ou pensará em abandonar Timor... é um fenómeno que a sociologia não explica. Se, como tudo parece desenhar, a consulta for no sentido de manter laços de afinidade política com Portugal, e não só culturais e sentimentais, ficaremos felizes e procuraremos estar à altura do nosso pacto secular renovado..."

Houve alguns protestos de alguns progressistas contra o protecionismo dado pelo Ministro às teorias do Movimento UDT, contrastando com o isolamento concedido à Fretilin e ao pouco reconhecimento a que foi votada a APODETI.

Poder-se-ia pensar que o Ministro, secundado por Garcia Leandro, e o [muito detestado] Inspetor Administrativo Sousa Santos (caraterizado como um 'caixeiro viajante' da política) tinham ideias preestabelecidas. [ou estaria ele meramente a dar-lhes ênfase em virtude da visita?] Muitas pessoas profundamente envolvidas com o anterior regime político estavam a ser legitimadas na sua perpetuação do regime colonial, por aqueles que supostamente ali estavam para representar o descolonizador. Que descolonização original era esta? A supremacia do poder dos antigos dirigentes políticos estava a ser mantida. As elites tradicionais impostas pelos Portugueses depois da Guerra, e a eles fiéis até ao último alento estavam a tentar desesperadamente manter o status quo, como privilegiados representantes dos oprimidos. Ingenuamente confundia-se a 'parte' com o 'todo', e a vasta maioria de mais de 600,000 Timorenses não tinha a hipótese de expressar a sua livre escolha, de forma honesta e isenta. Para quê estar a reconhecer legitimidade a maiorias preestabelecidas sem que o povo de que tanto se falava tivesse manifestado a sua vontade?

Numa Conferência de Imprensa organizada à pressa, Almeida Santos diria que depois de ter falado com representantes da Fretilin ele os teria convencido de que

"o reconhecimento imediato da independência 'de jure' não seria a melhor solução: primeiro, porque não há independência política sem independência económica e, segundo, porque independência imediata viria a justificar maiores apreensões do ponto de vista dos interesses da Indonésia e Austrália, que se cifram na salvaguarda da estabilidade geopolítica da área."

Enquanto a independência não vinha era necessário algum apoio económico após esta visita, ou seja, pagar os défices do transatlântico. Dois rebocadores das plataformas marítimas *offshore* da Woodside-Burmah Oil transportavam 200 mil litros de combustível sem frete de transporte durante outubro para colmatar as sérias faltas de combustível em Timor, graças a uma oferta daquela petrolífera.

Será conveniente notar que, durante os seis primeiros meses de 1974, a BOCAL (Burmah Oil Company of Australia) usou Timor-Leste como a base para os seus prospectores no mar de Timor, perto do Suai e de Viqueque. A BOCAL era uma subsidiária da Woodside-Burmah Oil, que tinha firmado um acordo com Portugal para a prospeção e exploração de petróleo e outros hidrocarbonetos na plataforma marítima a sul de Timor. Dois estudantes de Timor foram, então, convidados para frequentar um curso, patrocinados por uma bolsa de estudos especial na Austrália, a fim de se juntarem no futuro às explorações. As hipóteses de uma plataforma marítima permanente offshore e um mais amplo âmbito de prospeções estavam planeados para abril 1975, naquilo que alguns membros da administração descreviam como uma nova fonte de oportunidades de emprego para os jovens Timorenses.

Em 29 outubro 1974, o Conselho de Ministros e o Secretariado do M.F.A. aprovam novos governadores para Macau e Timor, respetivamente, Major Garcia Leandro e Tenente-coronel Mário Lemos Pires. Este último desempenhara o difícil posto de Comandante-chefe da Guiné-Bissau antes da Revolução, tendo passado para o Estado-Maior do Exército como Chefe de Gabinete do então Ministro da Defesa, Cor. Firmino Miguel. Este será o homem que ficará nos anais da história como o último Governador-geral de Timor Português. Mas havia povo desesperadamente em busca de um Rei porque o (R)oque já la estava. Totalmente inesperado, um novo partido político é criado no rescaldo da visita oficial a Timor do Príncipe da Coroa de Portugal, Dom Duarte Nuno de Bragança, herdeiro do trono português [cujo último Rei fora destronado e assassinado em outubro 1910].

Decidindo jogar alguns peões pró-Realeza vai numa controversa visita a Timor, reclamando que a extrema lealdade à bandeira real é algo que deve ser levado em conta na luta pelo seu futuro. Depois de tal visita real (ou deveremos designá-la por principesca?), surge a Associação Popular Monárquica Timorense (APMT) cujo ideário se baseava na

"1. Formação de uma monarquia democrática com características análogas às verdadeiramente democráticas do Extremo Oriente e da Europa; 2. Escolha de um Rei entre os Régulos locais, através de eleições livres; ... 15. Defender todos os princípios monárquicos democráticos de todo o mundo."

Enquanto estes monárquicos buscavam um novo Rei, o Roque já lá estava e não estava a jogar xadrez. Roque Rodrigues, um advogado, mentor ideológico da Fretilin e membro do seu Politburo, chega a Timor, depois de alguns anos em Portugal. Rapidamente se tornará na principal força por detrás do espectro político da Fretilin. Novembro 18 é o dia que assinala a chegada do último Governador colonial de Timor Português e simultaneamente o seu último Comandante-em-Chefe, Coronel Lemos Pires.

No aeroporto a recebê-lo o Encarregado de Governo, Ten-Cor. Níveo Herdade salienta as crises afetando Timor:

"Crise de combustíveis, subida do custo de vida, dificuldades e escassez de transportes, boatos alarmistas de minorias e de mal-intencionados, falta de artigos de primeira necessidade, baixa produção de géneros de base, debilidade de infraestruturas, carência de quadros técnicos, fuga de divisas, mercado negro..."

O novo Governador exorta:

"...os metropolitanos residentes ou em comissão de serviço (a quem) cabe a alta obrigação moral de não interferir com o processo político. Descolonizar não é abandonar... é instrumento de paz, não de intranquilidade. As Forças Armadas têm de atuar como árbitros, elemento isento, garante de segurança e tranquilidade...todas as opiniões são válidas desde que não sirvam o neocolonialismo, mas sim os verdadeiros interesses de Timor."

A nova equipa governamental era composta por

- Major Queiroz Martins BARRENTO, Chefe de Estado-Maior do CTIT (Comando Territorial Independente de Timor), que já estivera em Timor de 1968 a 1970;

- *Major Francisco Fernandes da Mota, Chefe do Gabinete de Assuntos Políticos e Adjunto do Gabinete militar do Comando-Chefe, com uma comissão em Timor, 1968 a 1970;*
- *Ten-Cor. José Ângelo Teixeira de MAGALHÃES, Comandante Militar do CTITimor;*
- *Major Adelino Rodrigues COELHO, Chefe do Gabinete Militar do Comando-Chefe e Chefe do Gabinete do Governador, treinado pelos exércitos dos EUA e Brasil;*
- *Dr. Libânio Pires, ex-Secretário Geral da Guiné-Bissau (no tempo de Spínola) e membro do Comité de Descolonização da Guiné-Bissau durante a presidência do General Spínola;*
- *Major Silvério Henrique da Costa JÓNATAS, responsável pela pasta da Comunicação Social.*

Depois de ter convidado o Chefe dos Serviços de Intendência e o seu adjunto, JC, tendo ambos recusado o lugar, o novo Governador empossa, no seu primeiro ato oficial, o novo Chefe dos Serviços de Economia (e Preços), Major Alberto Simões RIOS, o qual ficava desde logo sujeito à resolução imediata de problemas como o de "*Levantamento de stocks de géneros de primeira necessidade existentes em Timor e manutenção de níveis não críticos, modificação de fluxos de intercâmbio comercial de Portugal e Moçambique para os países vizinhos de Timor, regularização de importações...*"

Depois da sua posse, o novo Governador-geral avistou-se em audiência conjunta com representantes dos três movimentos políticos, UDT, APODETI e Fretilin, a quem esclareceria sobre as linhas mestras do processo de descolonização em curso que ele iria seguir.

Lemos Pires no seu primeiro encontro com entidades da vida económica local na sede da A.C.A.I.T. anuncia que "*em relação a Timor a fuga de divisas não poderia ser classificada senão como traição.*"

O Governador afirmaria que a "*dependência quase exclusiva das importações e as dificuldades em obter crédito externo, onerava os preços*". A propósito da maior empresa Timorense, S.A.P.T.A., Lemos Pires salientaria que "*Dada a sua importância económica continuaria em funções como Delegado do Governo, o Major RIOS*" (Chefe dos Serviços de Economia e Preços). Era um assunto controverso dado que o Major RIOS era conhecido como preferindo sempre desempenhar funções civis mais bem remuneradas e altamente lucrativas para além de desfrutar de constantes viagens ao estrangeiro. Para algumas pessoas isto garantia um certo descrédito ao Governo, embora se tivesse de admitir ter havido algumas melhorias na frente económica como resultado das atividades do Major RIOS.

O Major Mota frisaria que o Partido Trabalhista de Timor (PTT) e o Partido Popular Monárquico de Timor (PPMT) eram projetos sem qualquer representatividade, e que como grupos políticos nem sequer se incomodaram a apresentar-se ao novo Governador. O Chefe de Gabinete dos Assuntos Políticos anunciou ter já entregado uma lista de nomes indigitados para o Conselho de Governo. Também estava em curso um projeto para o novo Estatuto Constitucional elaborado pelo Dr. Valadas Preto, desembargador de Lourenço Marques em Moçambique, representando o Ministro da Coordenação Interterritorial. O novo elenco governativo não perdeu tempo a implementar novas regras. A mais controversa foi a abolição do horário único de trabalho, das 7 da manhã à 1 da tarde, e a introdução de um segundo período de trabalho das 3 às 5 da tarde. Dentre as novas medidas apresentadas, pela aparentemente ativa equipa governamental, salientam-se o novo projeto para a Emissora de Radiodifusão; o novo esquema para atribuição e distribuição das casas do Estado, utilização das viaturas oficiais e o início de voos regulares entre Lisboa e Díli por aviões da Força Aérea Portuguesa (Boeing 727).

Todas as licenças gratuitas foram congeladas para os funcionários públicos e membros do exército. O novo Governador do Timor Português, iniciou um processo sistemático de descolonização antevendo uma autodeterminação futura a médio prazo. Apoiando uma proposta da Fretilin, bem-recebida pela UDT, de formar uma coligação entre os dois principais partidos, o Governador preside ao que se esperava fosse (após 20 janeiro 1975) o caminho para a independência entre 5 a 10 anos.

Esta postura política e outras medidas destinadas a instilar a moderação e serenidade no território foram vistas com maus olhos pelas autoridades da Indonésia que as criticam violentamente. As provocações constantes da Rádio Kupang e Rádio Atambua aumentam pronunciadamente neste período. Por entre estas atividades do novo Governador-geral e da sua equipa, passa despercebida a criação da "Operasi Komodo" (Operação Lagarto) sob a direção do Major-General Ali Murtopo, para se ocupar de todos os assuntos relativos a Timor-Leste. Ainda no campo militar chega um novo Batalhão de Polícia Militar a Timor.

Mais tarde, devido ao seu envolvimento em atos políticos, ficará conhecido como 'A Companhia Vermelha'. Entretanto, em Lisboa, a confusão sobre o futuro do território é apenas comparável à falta de interesse no seu futuro. O Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares manifesta a sua disponibilidade para conceder a independência, enquanto o Dr. Almeida Santos recentemente chegado de Timor, garante que os ministros encarregues dos Negócios Estrangeiros da Indonésia

lhe haviam dado garantias de não-intervenção no futuro da Colónia. Apenas uns dias mais tarde, uma delegação Indonésia é perentória ao assegurar que o seu país apenas aceitará uma, de duas, soluções possíveis para Timor-Leste: "A continuação dos laços com Portugal ou, a integração na Indonésia."

Ignorada por todos e, mantida secreta até 1981, foi a reunião de Ali Murtopo, com as principais figuras políticas do novo regime português. Em 14 de outubro (1974) em Lisboa, o, então, Presidente Costa Gomes, o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, e o Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos tiveram um encontro secreto com Ali Murtopo, Chefe dos Serviços Secretos da Indonésia. Durante tal encontro a verdadeira versão da posição Indonésia sobre Timor-Leste, é clarificada: *"Timor Português será apenas Português ou Indonésio. Não há terceira opção."*

Embora o Governo Português aceitasse em termos latos a posição indonésia, salienta a necessidade de restabelecer laços diplomáticos a nível de embaixador, entre os dois países, e menciona todas as alternativas possíveis para a Colónia. O Dr. Almeida Santos tem um encontro com Ali Murtopo em Lisboa, antes de visitar Timor. De acordo com algumas fontes, esta foi a verdadeira razão pela qual a sua visita foi adiada de 11 para 18 de outubro. Murtopo tinha aterrado em Lisboa, imediatamente depois de o General Spínola ter sido substituído pelo esquerdista General Costa Gomes, o que aumentou o desagrado de Murtopo para com o novo regime. Nos encontros de Lisboa, o Dr. Campinos [Secretário para os Negócios Estrangeiros] estava acompanhado do Major Arnao Metello, considerado como simpatizante da Indonésia, com base nos "direitos históricos {sic} da Indonésia sobre Timor-Leste".

Dentre os atos políticos do novo Governador-geral Lemos Pires, podem citar-se a criação do Comité Coordenador composto por oficiais do exército para implementarem localmente a política do M.F.A. Aquele Comité era composto por oficiais de carreira e milicianos. Equipas de oficiais são nomeadas para propagarem o novo regime através de Timor, em sessões públicas de doutrinação política. As licenças estavam todas canceladas e só, mais tarde com uma amnistia decretada pelo General Spínola voltara JC a ter direito a férias. A 18 de novembro chega o novo e último Comandante Militar que o convida para liderar a pasta da Comunicação Social. Recusa. Foi aí que decidira ir para Bali, terra paradisíaca dos hippies e onde havia ocidentais radicados desde a década de 1940 como escritores e pintores no seio daquela mescla hindu e indonésia.

CAPÍTULO 2. – BALI - AUSTRÁLIA



O HOMEM NÃO MORRE QUANDO DEIXA DE VIVER, MAS SIM QUANDO DEIXA DE AMAR. Charles Chaplin

VIVENDO, SE APRENDE; MAS O QUE SE APRENDE, MAIS, É SÓ A FAZER OUTRAS MAIORES PERGUNTAS

João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas

1 AMNISTIA, FÉRIAS, VIAGENS

JC, depois da amnistia concedida a todos os militares pelo Presidente Spínola, é finalmente autorizado a partir [início de dezembro 1974] em gozo de licença militar prolongada, viajando para Bali e Java (Jacarta, Jogyakarta, Surabaya) antes da Austrália (Melbourne e Sidney). Ali estabelece contactos com os diplomatas portugueses nas capitais estaduais de Sidney e Melbourne, e tenta aperceber-se da Revolução e dos sentimentos quanto ao futuro de Timor-Leste.

Depois de regressar à Indonésia, a caminho de Timor, é impedido de embarcar num voo da Merpati Airlines para Kupang (Timor Ocidental), porque o território está 'off-limits' (interdito). Tentando insistir, reiterando a sua posição como Oficial do Exército [Português], a situação agrava-se mais, sendo tido como suspeito de ser espião e interrogado pelas autoridades militares da Indonésia. Volta, de novo, a Bali. Mais tarde regressará a Díli.

A sua chegada tão fora do prazo assinala a possibilidade de um caso de tribunal marcial, por deserção, como é exigido por elementos mais conservadores da hierarquia militar. Contudo, devido à situação de rarefação de oficiais do exército, o Chefe da Intendência que estava a tentar regressar a Portugal, não tem subordinado imediato para lhe suceder. É aceite a explicação de não ter podido voar de regresso. O seu estatuto de 'AWOL' (ausente sem licença) revogado. Recebe um louvor por altos e meritórios serviços. É promovido a Chefe Interino dos Serviços de Intendência.

Parara em Bali em novembro ou dezembro de 1974. Em tempos fizera uma estatística e dos casais que conheceria em Timor nem um se mantinha casado! Eram três ou quatro alferes milicianos na primeira aventura em Bali, garanhões esfaimados pela ausência de tudo em Timor, incluindo mulheres. A gentileza e cortesia das mulheres locais deixou-os assombrados. Mais tarde descobririam que era só simpatia. Mais nada. Ainda hoje carpia nunca ter namorado uma balinesa. A comida era barata, a humidade insuportável e as praias eram um espanto. Passeara, conhecia gente.

A seguir seria uma paixão, o regresso súbito a Timor e uma deserção com ida para a Austrália.

Nesse período fizera bodysurf apesar do medo ancestral que tinha do mar e recusava-se a sair do mar apesar da chuva torrencial.

Sentia-se verdadeiramente feliz e livre.

Proferiria mais tarde ser esta a sua fase de libertação de preconceitos e regras, uma aprendizagem tardia e uma emancipação. Seria também o fim da inocência mas a ingenuidade permanecia.

Momentos inesquecíveis.

Levaram-no com a habitual fogosidade e impetuosidade a apanhar o primeiro avião, a custo das habituais rupias para a corrupção no aeroporto da metade ocidental da ilha. Vendera em Dili as suas posses para a viagem. Nelas se incluía uma das raras máquinas de filmar Super-8 que havia em Timor.

Os seus colegas, oficiais e furriéis, que as compraram agradeceram a paixão.

Conseguira assim dinheiro suficiente para subornar alguém e marcar a viagem na agência de viagens da família do Capitão Chungue e conseguira lugar num dos voos superlotados para Jacarta.

Ali chegado apresentara-se na Embaixada Australiana acompanhado dum documento que comprovava ser um Oficial do exército português e duma carta dela a garantir-lhe acomodação garantida quando fosse à Austrália.

Dispunha então de bilhete de regresso e de dinheiro suficiente para a estadia pelo que rapidamente lhe deram o visto desejado.

Embarcara no primeiro avião para a Austrália.

Haveria de regressar, apesar, da viagem ter sido um contratempo afetivo. Crê-se que foi neste momento decisivo que decidiu tornar-se australiano.

Fora de seguida ao Consulado Português (então situado na baixa, em St Kilda Road) onde pontificava o, já falecido, John Dowd e prontamente lhe adiantaram cem dólares (coisa que ninguém faz hoje em dia).

Depois, resolvera ir até Sidney conhecer a cidade. Em Sidney ficara num hostel (pousada da juventude) em Bondi North com vista para a praia de Bondi. Fora até Strathfield onde estava, então, o velho Consulado, ali conhecera o saudoso Deolindo da Encarnação e o cônsul Mello Gouveia, que o levaram a almoçar e se disponibilizaram a tudo. Tinha lá estado, uns dias antes, o Zé Ramos Horta.

Trocaram-se impressões sobre a situação em Timor., tal como já fizera em prolongadas conversas com John Dowd em Melbourne.

Depois desta curta estadia turística e de ter decidido que este era o país onde viveria o resto da sua vida, regressara aos amigos que deixara em Bali.

Não demorara muito tempo a conhecer gente nova, infelizmente, a marca pessoal da sua vida afetiva. Ali também existia desde há muito uma comunidade de hippies, misturada com verdes, ecologistas, naturalistas...

Entretanto JC mudara e não só de aspeto. Deixara crescer a barba e o cabelo e usava uma fita (bandana) a segurá-lo. Usava calções de linho e sandálias com camisetas tipo batik. Ficara a memória de dias que nunca mais findavam e de banhos prolongados por entre vagas alterosas.

Mais uma experiência que se guardaria no baú das memórias.

Um certo dia, andava JC de mota numa rua de Kuta Beach quando foi reconhecido por um companheiro de armas de Timor. Era o Carlos Alão que lhe disse que estava considerado como desertor em Díli pois deveria ter-se apresentado em janeiro 75.

Proferiu também a notável novidade de que o período do SMO havia sido encurtado e que se voltasse ficaria a substituir interinamente o Chefe dos Serviços de Intendência, que se queria ir embora e assim eles talvez arquivassem o processo. Assim viria a fazer.

Comprara - a meias com o seu "mate" Dick Thornton (um vigarista barato de Bondi em Sidney) - um pequeno café restaurante chamado *Perama's* especializado em bolos. Jamais esqueceria o seu Banana Cake (bolo de banana).

Tinha-lhes custado para aí uns 20 contos para comprar aquele restaurante. A família que o vendeu continuava a viver lá e a cozinhar na mesma, só que o trabalho era pago pelos dois novos sócios e donos do botequim. Dava sempre lucro porque era bom. O Dick acedeu a ficar a tomar conta até JC regressar em breve, pois ia ficar uns tempos largos ali. Partiu JC em 29 fevereiro 1975 de regresso a Timor.

Entretanto, o que se passara ali e no mundo que deixara há pouco?

2. JANEIRO 1975: O GOVERNO EMITE UMA MENSAGEM. Fretilin RECONHECE PORTUGAL. OS PARTIDOS POLÍTICOS E A R.T.P.

Janeiro começara calmamente com a mensagem de Ano Novo do Governador Ten-Cor. Lemos Pires onde este expressa os seus votos de:

*"...que o processo político se desenvolva em paz...garantida pela intenção do povo e Forças Armadas. O ano de 1975 será decisivo para Timor **[seria apenas uma esclarecida premonição?]** é fundamental que todos disso tenham consciência. Compete às Associações Políticas, futuros partidos, criar desde já ambiente de entendimento mútuo para facilitar a opção definitiva, verdadeiramente conscientes da sua importante e Histórica missão e seus deveres para com o povo. Assumirão decerto as responsabilidades inerentes à sua liderança buscando as melhores soluções em clima construtivo de tranquilidade."*

A Fretilin emitia um comunicado no qual reconhecia Portugal como único interlocutor válido do processo de descolonização,

"...aceitando, participar no Conselho de Governo, sendo condição sine qua non antes de participar no referido órgão que seja dado início ao saneamento...denunciando uma vez mais, publicamente que no atual Conselho figuram membros de órgãos do deposto regime (nomeadamente Assembleia Legislativa e ANP). O quadro administrativo, baluarte do colonialismo tem de ser substituído por uma instituição verdadeiramente democrática. A Fretilin salienta que o Chefe dos Serviços de Administração Civil [Administrador Santa] continua a figurar como vogal nato e apraz-lhe registar que o comerciante Jape Kong Su já foi retirado do mesmo."

Um comunicado oficial da Repartição do Gabinete expressava a este respeito:

Em nome da Fretilin foi lido um comunicado que pretendia esclarecer a participação daquele partido no Conselho, fazendo-a depender do saneamento. S. Exa. o Governador reiterou a sua concordância com a posição ideológica da Fretilin, embora não a pudesse aceitar por não se coadunar com a necessidade de solucionar os problemas quotidianos da vida de Timor.

O saneamento está em marcha, mas fundamentar-se-á nas provas concretas para cada um dos casos em análise; pelo que seria prematuro e descabido tomar decisões sem que tais provas estivessem cabalmente analisadas.

Também o Governador não teve qualquer dúvida em aceitar um Delegado da Fretilin, que anteriormente havia pertencido à Junta Consultiva. Uma vez que a inclusão de elementos da Fretilin, que à partida anunciavam a sua determinação de não colaborarem ativamente, não podia ser aceite, os seus delegados não foram investidos.

Por não ser aceitável o funcionamento com elementos de um só partido decidiu-se não empossar qualquer dos membros... O Governo constata que uma associação política que afirma defender os interesses da população se coloca à margem da construção do quotidiano numa fase tão importante e decisiva depois de se ter comprometido a fazê-lo.

A política de descolonização prosseguirá com firmeza no rumo traçado não sendo afetada pelas demoras que acontecimentos deste género poderiam ocasionar. O futuro de Timor está nas mãos do seu povo e suas associações políticas. As decisões administrativas do Governo continuarão a ser tomadas sem uma discussão prévia com representantes da população."

O Conselho de Governo de que a administração depende para o processo político a girar parece amaldiçoado.

Tem de se entender aqui a posição da Fretilin, não só em termos ideológicos, mas, sobretudo, porque aqueles que foram responsáveis pelos piores casos de abuso colonial ainda estão agarrados ao poder e sobrevivem às reestruturações políticas. O passado político de tais pessoas está de tal forma imbuído no velho regime, que a menos que se lhes faça uma lavagem política ao cérebro, é praticamente inviável esperar-se delas a promoção da nova ordem política, implantada depois da Revolução do 25 de abril. Com toda a sua artimanha e o conhecimento dos intricados meandros do poder mantinham abertos canais de acesso direto aos poderes decisórios.

É então que o Governo procede à reestruturação das principais pastas. Os Serviços provinciais de Planeamento e Integração Económica (SPIE), a Repartição Provincial de Serviços de Estatística (SE) e o Centro de Informação e Turismo são eliminados. O Executivo divide-se em quatro subgabinetes:

GAP (Gabinete de Assuntos Políticos),

GCS (Gabinete de Comunicação Social),

GPEE (Gabinete de Planeamento Económico e Estatístico),

GCI (Gabinete de Coordenação de Informações).

Curiosamente o GCS (Gabinete de Comunicação Social) publica um telegrama a 16 janeiro [1975] do Ministério da Coordenação Interterritorial no qual se afirma: *"Posição Oficial Governo Português é a que Respeitará Resultado Consulta Popular qualquer que seja."*

O único civil no novo elenco governativo, Dr. Libânio Pires inesperadamente deixa Díli na mesma data. De acordo com alguns boatos, estava descontente com o processo de descolonização adotado pelos militares e entregou a sua demissão.

O GPEE (Gabinete de Planeamento Económico e Estatístico) anuncia que a S.A.P.T.A. (Sociedade Agrícola 'Pátria e Trabalho') se transformaria em sociedade anónima. O Governador Ten-Cor. Lemos Pires, entretanto, está a tentar incutir novos conceitos nas burocráticas mentes dos seus funcionários públicos.

Durante uma reunião com o funcionalismo público de Díli, o Governador salienta que:

"A estrutura de Timor assenta essencialmente no funcionalismo público, pelo que o rendimento de Timor depende diretamente da sua eficiência. A noção de 'fatalismo' é o aspeto mais negativo da população Timor...é sempre 'normal' tudo o que acontece. As coisas acontecem porque têm de acontecer, depois ver-se-á como resolver. O excesso de burocracia - a chamada empatoracia - é um fator chave da falta de eficiência dos serviços, e da falta de 'iniciativa', em que não se apresentam soluções, mas em que tudo se remete 'à consideração de V. Exa.' ou, algumas vezes, mais elegantemente 'à alta consideração de V. Exa.' ou ainda 'V. Exa. no seu alto critério decidirá'.

Sou tão mortal e limitado que todos, não podendo decidir sobre aspetos técnicos que não percebo, em assuntos que outros estudaram e não deram soluções. A Agricultura é a base da produção interna, prevendo ligeiros aumentos de preços nos géneros de primeira necessidade bem como para os salários mais baixos (e unicamente para estes) melhoria de condições para a contratação de técnicos para melhorar a produtividade do setor rural."

Quando alguém o questiona sobre a "timorização" dos salários Lemos Pires diria:

"Estou autorizado pelo Governo Central a fazer aumentos de vencimentos, mas isso corresponderia a uma irresponsabilidade, não posso aumentar os vencimentos sem me preocupar com o que vai acontecer em agosto" [seria esta outra premonição?] ... boatos decorrentes de invasões da Indonésia,

deslocação de forças militares, etc., criam uma sensação de insegurança que provoca ela mesma nova onda de boatos. Vejo difícil que partidos de ideologias diferentes se fundam...coligação não é interpenetração tendo em vista pontos comuns, a coligação é fácil e desejável...os elementos mais preponderantes dos partidos são quase todos funcionários...façam todos um pequeno esforço para se coligarem...sem questões de animosidades pessoais pelo interesse de Timor. Outro problema e já me começo a cansar dele é o da invasão indonésia para cortar a cabeça aos brancos, principalmente aos do [Bairro] Farol. Acho ridículo e qualquer dia passo a ser chamado de ridículo pela República da Indonésia."

Desde setembro 1974, antes do representante do M.F.A., Major Arnao Metello, partir para Lisboa, o autor começa a propagar a noção de que, a menos que seja desenhada e implementada uma estratégia clara para o futuro político de Timor-Leste, os Indonésios irão aproveitar-se da agitação e insegurança existentes.

As leis de censura ainda se mantêm e em alguns casos (o de JC, por exemplo) é vulgar existirem escutas telefónicas e a defenestração de correio privado. A única hipótese de enviar informações de Dili, sem que seja apreendida, é aproveitar alguns hippies australianos a caminho de Bali para as meterem no correio indonésio. Algumas dessas notícias eventualmente acabam por chegar a Portugal e são publicadas em jornais onde se menciona que existem pessoas em Timor que temem uma invasão indonésia.

É evidente que depois da "Operasi Komodo" ser posta em ação em outubro 1974, barcos da Marinha Indonésia patrulham águas de Timor. Nalgumas noites, podem ver-se navios, ao largo, em frente à Baía de Díli. Convém referir que a Ilha do Ataúro não tinha nenhum sistema de iluminação elétrica capaz de ser observado de Díli (a 23 km de distância). Mesmo depois de observar aquelas luzes movendo-se para a frente e para trás no negro horizonte, semana após semana, ninguém acredita que possa ser a Marinha Indonésia.

Bem alertava JC para a sua presença nestas águas, mas todos o achavam já enlouquecido e ninguém lhe prestava a atenção que os seus avisos mereciam. Um pouco a história do lobo...

As rotas comerciais da marinha mercante para a Austrália raramente atravessam os mares entre Díli e Ataúro. Darwin nunca lidou com 300 barcos por ano vindos de Timor. Os operadores radiotelegráficos no Quartel-general ocasionalmente apanham conversas em Bahasa Indonésia, vindas do mar, mas os Serviços Secretos nunca se deram ao trabalho de os verificar ou traduzir. Para eles, o perigo está dentro das fronteiras de Timor-Leste e não se apercebem do perigo externo.

A 20 de janeiro 1975, a "RTP" desloca uma equipa de câmaras e alguns jornalistas para acompanharem os progressos do novo Governo local e as medidas tomadas para a descolonização de Timor.

Na entrevista, o Governador Lemos Pires afirma:

"A abertura da livre expressão em Timor alterou todo o panorama político do território...os partidos lançaram-se abertamente na propaganda política e se bem que altamente desejável isso provocou uma certa onda de instabilidade, na medida em que as populações despolitizadas - para não dizer altamente despolitizadas - não absorveram esse impacto político com grande tranquilidade. Um problema muito controverso é o da viabilidade da independência - a UDT e a Fretilin preconizam que a independência a vir a ser obtida seja com o patrocínio de Portugal.

Já tenho dito aos partidos que considero Timor, de momento, sem viabilidade económica para a independência...tem de ser conseguida progressivamente com uma ajuda estranha aos próprios Timores ou requer um tempo relativamente longo para se poder efetivar. Qual será a orientação geral da população? Para quem pende a população? Qual a solução que mais agradará ao povo de Timor? Muito difícil é a resposta...o povo está muito despolitizado. Por exemplo quando eu vou ao interior e as populações perguntam: "Sr. Governador como é que vai ser?" São vocês que são de Timor quem pode responder. "Se o Senhor Governador disser como é, a gente faz."

Ora isto representa muitos anos de presença colonialista portuguesa em que a vontade do povo não foi deixada aflorar com a liberdade e consciência desejável e isto não se consegue modificar em pouco tempo...teremos de esperar com certa calma que a evolução política se defina melhor, que os partidos políticos assumam as responsabilidades que de facto têm de elucidar a população para que ela possa escolher livremente o futuro a que tem direito."

Também os partidos políticos se pronunciaram amplamente à RTP, sobre as razões da sua existência, ideários e objetivos, para que em Lisboa pudessem sentir os ventos das liberdades políticas a soprarem nas colónias distantes e longínquas do Império, que ora se desmantelava.

Domingos de Oliveira, Secretário-Geral da UDT dizia:

"A UDT foi o primeiro partido a surgir, em 11 de maio 1974. Na sua primeira reunião, alto e bom som se afirmou que o objetivo final da UDT é a independência de Timor Díli, mas porque de momento não existem condições nem infraestruturas para uma independência segura, preconizamos uma ligação com Portugal até que a independência seja possível.

Pelo interior não fizemos mera propaganda, sondámos o que o povo de Timor Díli realmente deseja e isso é a independência. Tal não significa uma espécie de esquecimento do pouco materialmente válido que os portugueses fizeram durante cinco séculos de colonialismo. Apesar dos erros, o povo sabe que algo de positivo se fez, por isso mesmo no nosso ideário estão contidos princípios que depois de declarada a independência, Timor será integrado em pé de igualdade numa comunidade de língua portuguesa com Angola, Moçambique, Guiné, Brasil e Portugal⁷.

A UDT conta com bastante apoio popular, do povo que quer caminhar para a independência, mas que ao mesmo tempo sabe que nas condições atuais há falta de valores humanos e económicos e porque Portugal tem uma missão histórica a cumprir e não pode abandonar uma população inteira sem estar preparada para a independência, o povo acha que Portugal deve ajudar até que se atualizem as estruturas."

Francisco Xavier do Amaral, Presidente do Comité Central da Fretilin esclarece:

"Atendendo a múltiplas circunstâncias, após várias discussões e sondagens de um pequeno grupo de Timores para se saber qual o caminho mais certo para um futuro feliz da população de Timor, a Fretilin começou por ser uma Associação Social-democrata. Internamente enfrentou uma grande oposição e reação bastante grande também a nível governamental, no período do então Governador Alves Aldeia e no do Encarregado do Governo Níveo Herdade.

O nosso programa de rádio foi suspenso por 60 dias; no interior encontrámos vários obstáculos por parte da reação, já que a população é passiva...a Fretilin foi julgada e condenada por um tribunal local. Neste momento a existência legal é viável pelo processo progressista que defende o programa do M.F.A., mas se no futuro não fosse viável atuaríamos mesmo na clandestinidade...porque a Fretilin tem a linha das massas contra a exploração do homem pelo homem. Continuámos admirados da existência dum partido minoritário defendendo a integração na Indonésia que considerámos absurda...haveria em Portugal possibilidade de um pequeno grupo querendo integrar Portugal na Espanha?

Por isso vemos a existência da APODETI como ilegal. Esperamos que a nossa independência 'de jure' seja reconhecida em breve para formarmos um Governo Provisório e prepararmos a nossa independência 'de facto'. A nossa luta não é contra o povo português, estamos solidários com ele no processo que libertou

⁷ ESTA IDEIA ERA BEM SEMELHANTE À DA ATUAL CPLP, E AQUI FOI VENTILADA PELA PRIMEIRA VEZ....

Portugal do fascismo. A nossa luta é contra o colonialismo, contra a exploração do homem pelo homem e ao mesmo tempo uma prevenção ativa contra o neocolonialismo.

Desde a primeira hora que a Fretilin rejeita toda a ideologia contrária à independência do Timor-Leste. Neste momento não se discute o que aqui se fez ou não, algo se fez e isso representa alguma coisa. A nossa linha será defender Timor para a independência, mas também, se possível - e isso será possível sem dúvida - formarmos uma comunidade de expressão de lusíada."

A Fretilin tenta assim sossegar os mais descontentes membros da comunidade quanto à sua determinação em manter Timor dentro de um quadro viável de comunidades portuguesas, mesmo depois de ser independente. Já o Secretário-Geral da APODETI, Osório Soares diz à 'RTP':

"De momento não estou muito preparado para falar sobre o partido...fui apanhado de surpresa a fazer umas transplantações de plantas. Dada a distância de Timor em relação à Metrópole e o fracasso de 400 anos de colonização está à vista a evolução do desenvolvimento de Timor, a falta de maturidade política, de maturidade económica desta terra, pelo que não são soluções: nem a Federação, nem a Independência.

Num olhar retrospectivo à história antiga de Timor, vemos que anteriormente à colonização existia unidade, portanto a divisão é feita pelo próprio colonialismo. Extinto este, temos de voltar à antiga causa que nos separou.

A ligação à Indonésia era a mais viável para a situação presente, assim nasceu a APODETI. Ao longo deste período, após a criação da APODETI, em 27 maio 1974, temos procurado fazer um plano de horizontalidade, em trabalho de extensão, dando a conhecer às populações as suas tradições antigas, fazer reviver seus sentimentos anteriores...

A posição da APODETI, pela sua responsabilidade internacional, implica o consentimento da Indonésia.

"A atividade desenvolvida em Timor [janeiro 1975] já nitidamente estruturada em algumas regiões, quer dizer régulados e populações que defendem e aceitam os nossos princípios, como Atsabe, Rai-Mean, Ai-Assa, e Oé-cusse. O objetivo da APODETI é o referendo, em primeiro lugar vencer as eleições ou o referendo, conforme ficar decidido pelo Governo e logo após constituir uma comissão formada por Portugal, uma da Indonésia e outra da APODETI para o estudo da forma de transição em período a definir para o desenvolvimento e progresso sociocultural do povo de Timor.

Quanto à afirmação de que a APODETI é ilegal, factos concretos refutando tal acusação: o Dr. Mário Soares [então Primeiro-Ministro] afirmou que "para a descolonização se teria de ouvir a Indonésia e a Austrália" e o Dr. Almeida Santos [Ministro para a Coordenação Interterritorial] na ONU referiu que Timor só teria duas possibilidades: "Ficar sob o controle de Portugal ou a integração na Indonésia". A APODETI além de razões históricas e geográficas é o único partido que pode dar uma solução realística a Timor."

A APODETI guarda bem o seu jogo, explorando declarações do Dr. Mário Soares e do Dr. Almeida Santos para enaltecer a sua posição no xadrez político.

Um advogado português radicado em Timor, há vários anos, Dr. Cravo Cascais [que aderiria oficialmente à UDT, aquando do golpe militar deste partido em agosto 1975] alertava então para "o gritante desfasamento entre a lei [Portuguesa] aplicável e a realidade de Timor."

"Pretende-se defender a sociedade dum dos seus membros considerado criminoso, na pressuposição errada de que essa mesma sociedade assim o deseja, quando pelo contrário, essa mesma sociedade determina e impõe sob pena de descrédito e marginalização, a atitude do agente, pela qual o mesmo é condenado. Uma vez em liberdade o agente condenado, e perante igual situação procederá do mesmo modo.

A aplicação de penas para prevenir e reprimir crimes, não atinge assim, nenhuma dessas finalidades enquanto a sociedade continua a exigir atitudes idênticas dos seus membros, àquelas por que são condenados. É necessária e urgente a 'timorização' da justiça, não já nas estruturas, mas nas normas que essas estruturas devem aplicar."

Este exemplo gritante da aplicação de leis de base portuguesa a Timorenses pode ser comparado com a injustiça de aplicar códigos judiciais de qualquer colonizador ao colonizado. De facto, as pessoas estão a ser sentenciadas pela mera utilização das suas tradições consuetudinárias. A sociedade força certos códigos de honra, depois o colonizador (assumindo a sua superioridade colonial) vai puni-los pelo ultraje da sua atitude ao meramente seguir tais códigos de honra.

Tente-se imaginar como seria escandalosa a situação na Austrália, entre os Aborígenes e o resto da população, ou quiçá mesmo entre os Libaneses, Gregos, Italianos, ou qualquer outro grupo étnico, tentando impor as suas leis ao grupo predominante anglo-saxónico na Austrália e às suas leis.

3. EDUCAÇÃO DESCOLONIZADA. COLIGAÇÃO SIM, APODETI NÃO. OS ANTECEDENTES DA GUERRA E A CIMEIRA. AS MANOBRAS DE BASTIDOR

Entretanto, o Governador Lemos Pires, nomeava uma Comissão de Reformulação do Ensino, com sete elementos alguns dos quais eram um pouco controversos:

Roque Rodrigues, alferes miliciano, um dos impulsionadores do manual político da Fretilin;

Alferes miliciano Eng.º António Barbedo de Magalhães e a sua mulher Dr.ª Judite de Magalhães;

Caldeira Batista, Professor primário, simpatizante afeto à UDT, íntimo colaborador do ex-presidente da ANP,

Dr. Félix Correia [Presidente local da ANP, o único partido político português legal na ditadura, e Chefe dos Serviços de Educação];

António Duarte Carvarino, Presidente da "Casa dos Timores em Lisboa," ideologicamente um vanguardista afeto à Fretilin e impulsionador da alfabetização em Timor.

Igualmente anunciava o Governador, o arranque na construção da estrada Díli - Maliana assim como melhoramentos bem necessários nas estradas Lautém - Loré e Baucau - Bé-Asso.

Durante a tomada de posse da Comissão de Reformulação do Ensino, o Major Mota, [Chefe de Gabinete dos Assuntos Políticos e Chefe de Gabinete do Comandante Militar], sumariamente descreve o processo político em Timor:

"Das consequências do 25 de abril em Timor distingo dois períodos: um até 18 novembro 1974, outro após esta data em que chegou o Governador Lemos Pires e a nova equipa governamental. Em 13 de maio, dá-se o primeiro sinal oficial em Timor da sintonia com a nova problemática criando-se uma Comissão para a Autodeterminação de Timor, para apoio e coordenação da política local. O seu trabalho foi a politização das cúpulas dos embrionários movimentos de opiniões e, simultaneamente um esforço para tirar a APODETI da clandestinidade".

O Major Mota acrescenta:

"Durante a sua existência [Comissão para a Autodeterminação] notam-se sinais de desacordo entre oficiais e o Governador Aldeia que havia sido extremamente infeliz ao apreciar o [abortado] "Movimento das Caldas" [em 16 março 1974] chamando traidores e outros nomes àquele punhado de jovens que

tudo sacrificara para modificar o país. E que depois, sem sucesso, o Governador Aldeia procurava justificar a sua adesão à nova situação política. Depois disto há um incremento de atividade partidária e dão-se os primeiros contactos das associações políticas nascentes, com países estrangeiros. A 15 de julho toma posse o novo Encarregado de Governo.

A situação política sofre uma evolução de carácter negativo...assume peso no processo político, um conjunto de pessoas ligadas à manutenção do status quo. Não se vislumbra ainda qualquer medida descolonizadora. Timor continua o seu sono eterno de séculos. As associações políticas mais progressistas (honra seja feita à ASDT) veem-se desencorajadas e iniciam o processo de luta reivindicativa conducente a impor o seu ideário.

A ASDT é a primeira a fazer um comício em Díli, atacando frontalmente as minorias privilegiadas que pontificavam em Timor, viu-se a breve trecho positivamente banida do processo democrático e afastada porque ameaçava as estruturas existentes.

Em 15 de agosto a não-aceitação, pelo Governo, da Comissão para a Autodeterminação (que vinha fazendo um interessante trabalho de politização e ajuda de politização das cúpulas) leva os membros desta Comissão a solicitar a sua desnomeação. O clima militar foi-se deteriorando até atos de insubordinação e de indisciplina coletiva que se agravariam com a deslocação a Lisboa do então CEM, Major Arnao Metello, face à total inoperância do Governo local e à falta de diretivas concretas de Lisboa.

As associações políticas radicalizam posições e criam um clima demagógico onde avultam acusações, onde personalizam muitas questões e se reacendem ódios antigos.

"É neste clima que surge o novo Governador e sua equipa, com o aval da Comissão de Descolonização, para descolonizar 'de facto.' Alguns conceitos de descolonização que têm norteado a ação do Governador:

- 1) Transferência de responsabilidade da 'coisa pública' para os Timores (gradual e progressivamente),
- 2) Fim de privilégios de minorias não representativas do povo, que à sombra do regime colonial fascista oprimiram grandes massas absolutamente apolitizadas,
- 3) Romper com a dependência do colonizado face aos colonizadores, acabando com a imposição ao Timorense de padrões ocidentais (modo de vida, ensino, justiça, etc.) é frequente ver o Europeu não acreditar nas potencialidades do 'Bére Mau' da montanha, o que é um erro profundo,
- 4) Aceitar o estado de ilegitimidade do colonizador que veio ocupar o lugar do habitante e, acabar com todo o autoritarismo e paternalismo nas relações com o povo Timorense."

O major Jónatas (Chefe do Gabinete de Comunicação Social no novo executivo) citaria a seguir:

"Podemos caracterizar o ensino em Timor como de tipo colonialista, elitista e veículo dum aparelho fascista com o recurso quase exclusivo a professores metropolitanos, não sendo dadas oportunidades iguais a todos os jovens, sendo feita uma segregação em função das posses económicas. A cultura Timorese surge mais no mercado que nas escolas...ela tem de vir à superfície."

Dentro do espírito de cooperação preconizado por Lemos Pires, mas um pouco inesperadamente, a UDT e a Fretilin assinaram um comunicado de acordo conjunto. Para contrabalançar a pressão exercida por transmissões da Indonésia e a propagação de boatos alarmistas pela APODETI, esta plataforma de coligação visava a consecução de finalidades comuns evidenciadas no texto.

Bem importante para a compreensão do emaranhado político em jogo no território, do extenso comunicado dos dois partidos, salientam-se aqui os pontos mais importantes daquele histórico documento:

- 1. Independência total para Timor-Leste (Timor-Dili designação adotada pela UDT).*
- 2. Repúdio da APODETI, por defender ideais integracionistas e neocolonialistas contrários aos verdadeiros interesses do povo de Timor-Leste e à carta das Nações Unidas.*
- 3. Rejeição da integração em qualquer potência estrangeira nomeadamente Indonésia, mas após a independência, serão encetados esforços no sentido de se promoverem relações de boa vizinhança, amizade e cooperação com todos os povos do mundo, incluindo a Indonésia.*
- 4. Repúdio do colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. Introdução de novas estruturas políticas, económicas, culturais e sociais, verdadeiramente democráticas em substituição das caducas estruturas coloniais para a construção e desenvolvimento do país.*
- 5. Reconhecimento de Portugal, como único interlocutor válido no processo de descolonização. Estabelecimento de acordos de cooperação em todos os setores e a todos os níveis para benefício dos povos de Timor-Leste, ou Timor-Dili, e de Portugal. Adoção da língua portuguesa como oficial.*
- 6. Recurso à ONU para acompanhar Portugal, no processo com vista à independência nacional. A coligação reserva-se o direito de selecionar os países membros, que deverão tomar parte na Comissão de Supervisão, não devendo participar as grandes potências, países da ASEAN e outros sob influência da Indonésia, incluindo Austrália.*

7. *Formação dum Governo de transição através de negociações em Lisboa (Portugal, Fretilin e UDT).*
8. *Acordos internos: Criação de Comissão 'ad hoc' para supervisão de programas de rádio, comícios e artigos para divulgação pública; Não-agressão ideológica e respeito mútuo por programas [políticos] e ideários.*
9. *Cooperação para a consciencialização política do povo orientada para a independência nacional.*
10. *O Timor (Português) passará a chamar-se Timor-Leste e os seus cidadãos 'Timores'.*

A parte final do comunicado tem uma mensagem da coligação ao povo português e aos povos das colónias africanas, da qual se extraem os seguintes parágrafos:

"Enquanto as colónias de África estão em vias de atingir a independência total, o povo de Timor-Leste enfrenta agora a mais dura prova da sua história colonial - a guerra fria movida pelo bloco imperialista. Isolado no sudeste asiático, alcunhado por um Ministro do Governo Provisório [de Portugal] "transatlântico imóvel", o povo de Timor-Leste apela para a solidariedade dos povos irmãos."

Imediatamente após ser tornado público este comunicado, o Comando-Chefe emite uma nota alegando:

"...a gravidade das afirmações impõe um esclarecimento e uma advertência...censurando-se a marginalização da APODETI, rejeitando qualquer tipo de pressão, reafirmando a isenção das Forças Armadas face à coligação [da Fretilin e UDT] "

Com efeito, trata-se de uma bem-intencionada atitude. Verdadeiramente democrática e até de certo modo sofisticada do Comandante-chefe (e Governador).

Numa sociedade politicamente emergente isto irá criar mais problemas do que aqueles que visava resolver. A população fica a interrogar-se, como é que o Governador que tanto exorta à união, solidariedade e cooperação, critica a coligação logo após esta ser tornada pública, e a denigre como hipótese de mudança para a paz e tranquilidade do clima geopolítico de Timor.

A população tão acostumada a que lhe dissessem o que fazer, como fazer e quando, não entende as críticas após lhe ter sido sugerida uma coligação. A desinformação e má-língua, relativas à iminente invasão de Timor passam a ser constantes e levam um comentador australiano de rádio a anunciar em 24 de fevereiro 1975 que "a Indonésia está a preparar um ataque de forças anfíbias e antiaéreas a Díli (capital de Timor-Leste) e a Baucau (a segunda cidade) dentro de semanas".

Como que a confirmar tais intenções, o Cônsul Indonésio em Díli, Dr. Tomodok manda regressar a sua família para a Indonésia.

Simultaneamente um jornal indonésio, "The New Standard", controlado pelo Conselheiro do Presidente Suharto em Segurança, General Ali Murtopo, publica artigos onde se afirma que *"Timor não se pode tornar independente por não dispor de recursos naturais e porque um Timor independente seria permeável à penetração comunista afetando a estabilidade regional"*.

Em princípio de março 1975, o Comando Indonésio para Assuntos de Segurança anuncia que "Timor Ocidental está vedado (fora de limites) a jornalistas indonésios e estrangeiros". Isto coincide com a aplicação de bem necessárias benfeitorias às estradas do Kupang (Cupão) até à fronteira com Timor-Leste e à preparação para a [futura] invasão da Colónia Portuguesa.

Março 1975 é um mês pleno de acontecimentos para o futuro dos Timorenses, mas poucos sabem disso. Em Londres, realiza-se um encontro secreto entre Ali Murtopo e representantes do Governo Português, para discutir o futuro de Timor Português. Desconhecido para a maioria das pessoas, este encontro dissimulado entre portugueses e Indonésios tem lugar por entre o maior segredo e traição.

Entre 3 e 5 abril, antes de visitar Timor-Leste, Suharto tem morosas conversas com o Primeiro-Ministro australiano, Gough Whitlam na pacata cidade da Queenslândia, Townsville.

Todo um conjunto de acontecimentos não publicados está a ter lugar sem que as partes interessadas tenham algum conhecimento de que o seu futuro está a ser decidido nas suas costas, de forma paternalista tipicamente colonial, pelos seus patrões imperiais. De acordo com relatórios secretos do MNE Australiano, a situação modificou-se rapidamente entre janeiro e abril [1975].

Documentação apresentada à reunião de ministros da ANZUS pelo MNE Australiano contém as seguintes afirmações, datadas de abril, 1975:

"A grande urgência do assunto [Timor Português] já não tem razão de ser. As luzes encarnadas que se acenderam em finais de fevereiro, e que levaram o Primeiro-Ministro a enviar uma mensagem pessoal ao Presidente Suharto, mostram agora o tom amarelo contínuo.

Os Indonésios garantiram-nos, a todos os níveis, que não estão a contemplar intervenção militar. A propaganda indonésia está com um tom menos estridente. Os últimos relatórios secretos revelam que não existem preparativos para "uma ação militar a breve trecho.

Os Portugueses, entretanto, manifestaram a sua vontade de seguir um calendário muito gradual para a descolonização de Timor. Isto parece também ser aceitável para os grupos políticos no terreno, e para os Indonésios.

Conversações secretas ao mais alto nível entre Indonésios e Portugueses tiveram lugar no início de março. Estas parecem terem resultado altamente satisfatórias para os Indonésios com as garantias portuguesas de que não haverá uma proclamação imediata de independência (nos moldes da de Moçambique) mas, que de facto, haverá um processo prolongado de descolonização (cinco a oito anos) terminando com uma decisão da Assembleia Constituinte sobre o estatuto político futuro do território.

O Presidente Suharto reiterou ao Primeiro-Ministro em Townsville [3-5 abril] que a Indonésia não tinha "ambições expansionistas e que favorecia um processo de autodeterminação para os Timorenses Portugueses. Estas garantias são bem-vindas mas no caso de uma situação incerta, os Indonésios, estarão claramente de sobreaviso contra quaisquer sinais de que o destino do Timor Português não seja do seu agrado.

Parece claro que os Indonésios permanecem inabaláveis na sua determinação de que, em última análise, o Timor Português deverá tornar-se parte da Indonésia. Os Indonésios veem a meta de incorporação como podendo ser atingida através de um ato de autodeterminação influenciado pela Indonésia e acreditam (talvez erroneamente) que já obtiveram o acordo de Portugal para facilitar os atos encapotados da Indonésia para atingir esse fim.

Tudo indica que nas circunstâncias atuais, um ato de autodeterminação pode favorecer os partidos pró-independência, independentemente do grau de envolvimento indonésio que houver.

Ao mesmo tempo, será adequado reconhecer que a Fretilin não está ao mesmo nível, em termos de representatividade e demonstrada capacidade para tomar as rédeas do poder, como, por exemplo, a Frelimo em Moçambique. A sua aliança com a pró Portuguesa UDT parece também estar tremida. Os próprios indonésios consideram, que com o tempo e oportunidades, que Portugal lhes concedeu, pode ser possível, com bastante trabalho, quer encapotado quer a descoberto, construir uma APODETI bastante forte.

Estas são as sementes de um mais imediato problema na aparente oposição dos Indonésios aos planos Portugueses para se movimentarem de forma rápida e estabelecerem um Governo de transição em Timor Português, que gradualmente tomaria conta das responsabilidades de autogoverno no território.

Enquanto a UDT - Fretilin parecem aceitar um período de transição bastante longo antes da independência, a coligação também prevê uma transferência progressiva de poder real para um Governo funcional, refletindo as forças políticas em Timor. Onde é que isto nos conduz? Enquanto o Timor Português permanecer quieto, sem nenhuma prova evidente de envolvimento e subversão comunista, e os grupos locais não se deixarem manipular por grupos dissidentes da Indonésia, o Governo Indonésio não deverá deixar que as ações se precipitem no território, mas concentrar-se-á em desenvolver ali a sua influência.

O Presidente Suharto é cauteloso e pragmático. Ele orgulha-se de ser responsável pela política externa da Indonésia e procurará uma solução para o problema de Timor que seja consistente com aquela. Caso não se verifiquem acontecimentos desfavoráveis no território, os Indonésios podem até vir a aceitar a ideia de um Timor independente e modificar, concomitantemente, os objetivos da sua política. Mas não há decerto sinais de que o tenham feito até agora.

Numa análise final, a decisão indonésia será baseada naquilo que ela entender como o interesse nacional e até que ponto entenda Timor Português como uma ameaça à sua segurança.

A Austrália não está diretamente envolvida.

Cremos ser de Portugal, a responsabilidade de levar o território a atravessar o que deverá ser um longo processo de descolonização, dados os baixos níveis de desenvolvimento social e político. O produto final deve ser consistente com os desejos do povo do Timor Português.

O melhor resultado, do nosso ponto de vista, seria ainda qualquer forma de associação com a Indonésia, mas isto está longe de obter apoio popular em Timor ou de ser fácil para os Indonésios o obterem.

Os prognósticos a longo prazo são para uma situação deveras difícil. O grau de envolvimento australiano será, como se antevê, mínimo."

Os peritos australianos de Negócios Estrangeiros sobre Timor, se por um lado estavam dispostos a aceitar as garantias dadas pelos Indonésios, por outro lado, mantinham-se fora de um potencial conflito.

Entretanto a coligação UDT - Fretilin está em vias de se desagregar. Lopes da Cruz, Secretário-Geral da UDT numa visita à Indonésia em abril, acusa a Fretilin de ser comunista, ameaçando com uma nova coligação com a APODETI.

Mais tarde, a Fretilin exige uma retração, mas a UDT declina. Imediatamente depois do seu regresso da Indonésia, Lopes da Cruz recusa integrar uma delegação conjunta às colónias africanas. Esta delegação surge dum proposta da Fretilin ir a África em busca de apoios dos movimentos de libertação, que se preparam para adquirir a independência de Portugal.

Lemos Pires (num gesto bem-intencionado ou ingénuo?) propõe organizar conversações para a Cimeira entre todos os partidos, que pouco depois se realizaria em Macau. A Fretilin opõe-se a este encontro e acusa o Governo de divisionismo, em antecipação do eventual apoio obtido pela coligação em África junto dos movimentos de libertação.

Um advogado português, Dr. João Loff Barreto, apresenta uma comunicação no Tribunal Mundial, em meados de 1981 onde proporciona detalhes do tal encontro secreto em Londres (de que falámos há pouco):

"Almeida Santos afirmou que Portugal estava bem consciente das vantagens quer da incorporação [de Timor] na Indonésia quer da manutenção de laços com Portugal, mas que em sua opinião, Portugal nunca haveria de impor uma decisão contrária à vontade do povo.

Ele sugeriu que a Indonésia poderia utilizar o período de transição para encorajar o povo Timorense a aceitar a ideia de incorporação, lutando contra a hostilidade [dos Timorenses] face à Indonésia.

Para que tal fosse conseguido, eles [Indonésia] deveriam convencer a APODETI a cooperar no processo de descolonização e oferecer ajuda económica a Timor."

De acordo com Loff Barreto, a delegação portuguesa pediu ao representante indonésio para estar presente na Cimeira de Macau a ter lugar em 15 de junho 1975. Importante é o facto da Indonésia, quiçá intencionalmente, ter revelado à Fretilin as conclusões do encontro de Londres, talvez como parte de um vasto plano para boicotar o processo de descolonização. Esta interpretação, de Loff Barreto, irá forçar a Fretilin a não estar presente na Cimeira de Macau.

Como mencionado atrás, várias são as fontes que provam este ponto. Para Michael Richardson, as negociações secretas resultam num acordo verbal entre as duas delegações.

Num artigo publicado no jornal de Melbourne 'The Age', Richardson escreve:

"Portugal aceitou, como o meio mais fácil para descolonizar Timor, a incorporação de Timor através de ato, internacionalmente aceite de autodeterminação, evitando a todo o custo a internacionalização da situação em Timor nas Nações Unidas."

Hamish Macdonald, no livro *"Suharto's Indonésia"*, publicado pela Fontana em 1980, menciona que, num relatório secreto da OPSUS [Unidade de Operações Especiais da BAKKIM, chefiada por Ali Murtopo], se alega que:

"Portugal espera que a Indonésia aceite a ideia de incorporação através de um ato de autodeterminação, e que exerça pressão sobre a APODETI para tomar parte em tal processo. Para tal fim, a imagem da Indonésia terá de ser melhorada, visto que a maior parte da população fronteiriça em Timor a considera um inimigo hostil."

Relativamente a este ponto, os Indonésios irão mais tarde, utilizar o argumento de que receberam garantias do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves ao General Ali Murtopo, que *"era irrelevante para Portugal se Timor continuasse [ou não] sob soberania Portuguesa."*

Daqui se pode inferir que as manobras subtis dos portugueses fizeram ricochete. Desde o primeiro momento em que se envolveram em conversações secretas com os indonésios, os portugueses estavam encurralados. Não podem evitar a opinião pública internacional (ou mesmo a portuguesa) sobre as intenções da Indonésia. Comprometeram-se irremediavelmente com os Indonésios.

A única alternativa possível, naquela altura, foi então discutida pelo Major Vítor Alves, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Campinos (os principais negociadores) mas unanimemente rejeitada. Tal alternativa consistia em abandonar todas as negociações bilaterais [com a Indonésia] e apelar para que as Nações Unidas impedissem a invasão.

Alguns líderes portugueses defendiam tal opção: Major Melo Antunes, Ten-Cor. Lemos Pires (o último Governador de Timor Português), e os representantes locais do Comité de Descolonização, Majores Jónatas e Mota, mas os seus esforços foram desfeiteados por Almeida Santos e Vítor Alves.

Existe uma insidiosa coincidência entre o que acontece mais tarde [a anexação da Indonésia em julho 1976] e a situação, quando em 1941 os Japoneses invadiram a ilha. Embora esta tivesse ocorrido durante a segunda Grande Guerra, a primeira tem lugar num período de enorme agitação política e deterioração do poder em

Lisboa. O ponto comum é o de em ambos os casos, o Governo Central de Portugal ser totalmente incapaz (se não totalmente sem vontade de o fazer) de organizar recursos suficientes para manter a sua autoridade na mesma Colónia.

4. O REGRESSO A DILI

Enquanto se acompanhava a situação política em Timor, em Bali, a família dos donos originais do Perama's perdera o principal comedor dos bolos de banana.

Estes eram os seus favoritos, entre outros doces, que eram menos enjoativos que a cana-de-açúcar esmagada por primitivas máquinas em qualquer esquina e que custavam uns cêntimos. JC fora a uma agência de viagens e tratara de arranjar os documentos necessários para provar que não pudera partir antes para Díli pela Zamrud, companhia para a qual tinha bilhete de regresso a Timor.

Por isso viajou na Merpati (outra das companhias internas de aviação da Indonésia).

Partira JC em 29 fevereiro 1975 para Díli. Mal chega depara com o Governador no aeroporto a despedir-se de alguém. Apesar do seu aspeto hippie foi logo reconhecido e foi-lhe oferecida uma boleia no Mercedes governatorial até à cidade. Deixou-o em casa e convidou-o a ir visitá-lo na manhã seguinte. JC assim que se refrescou, foi logo a correr falar com o seu Chefe, numa tarde de imenso calor.

Claro que naqueles preparos de vestuário e de cabelos longos mal o reconheceu antes de se sentar calmamente como era seu apanágio a ouvir narrar as suas desventuras desses dois meses.

Assustado, lá foi ao Governador na manhã seguinte, devidamente equipado com o fardamento da praxe. Depois de ouvir uma preleção explicou que não pudera voltar mais cedo. A companhia de aviação indonésia Zamrud tinha interrompido os voos - o que até era verdade - e custara-lhe a conseguir transferir os bilhetes para outra companhia, a Merpati - o que também era verdade - e não tinha já dinheiro para adquirir um bilhete novo sem conseguir trocar o que tinha e não pudera utilizar.

O Governador aceitou as provas que levava, disse que ia arquivar o processo sumário de deserção que lhe havia sido instaurado. Aproveitou para lhe mostrar um Louvor por Altos e Relevantes serviços no Setor de Reabastecimentos e Combustíveis, que havia sido proposto pelo seu Chefe da Intendência. Ficara espantado!

Mais satisfeito ainda ficara o major, seu Chefe, por finalmente poder regressar a Portugal e deixar a Chefia do Serviço de Intendência para JC, dado que os restantes oficiais eram muito novos e sem experiência suficiente, enquanto ele estivera já a atuar como Capitão embora fosse apenas um alferes promovido a tenente.

Acabara por fazer um acordo com o Governador, falando-lhe do restaurante para que ele o deixasse regressar a Bali e depois apanhar o próximo voo militar português com escala em Jacarta.

O resto do tempo (cerca de um mês, visto que na sua guia de marcha se indica a partida a 30 de abril 1975 e chegada a Lisboa a 27 de maio de 1975) passara-o muitas vezes naquele estado de imponderabilidade a desempenhar as funções de Chefe da intendência.

Cortara levemente o cabelo e ia a despacho ao CEM gozando a sua nova felicidade e a irresponsabilidade de não ter que se preocupar mais com as notícias a publicar, com a censura, ou com a Revolução em curso. Contava as horas até que o deixassem partir tal como haviam acordado. Consta que nas altas patentes apenas deram conta do seu cabelo comprido e do seu sorriso feliz.

A tropa nesta altura era uma balda total.

Em casa dedicava-se a um jogo curiosíssimo com os seus companheiros. Qualquer um deles passava a vida a comprar inúmeros géneros no supermercado (açambarcamento puro e duro) pois sabia-se como era difícil abastecer a população civil. Ora bem, como não tinham acesso a todos os bens e ele tinha dezenas de latas de pêsego em calda, começara a vender-lhes as latas. Depois, esquecia-se deste facto e era ele mesmo quem as comia. Um negócio de que nunca se cansaram de falar, mesmo quando se reencontraram 25 anos mais tarde...

Conhecera, entretanto, melhor um dos poucos casais civis que havia em Díli, com quem se dera superficialmente antes, ele estava na Agronomia em comissão civil e ela (da prestigiosa família Sá Nogueira) não trabalhava além dumas aulas. Devem ter sido os dias menos dolorosos da sua estadia em Díli.

Por fim, chegara o dia de partir. De novo apanhou um avião (sem saber que seria o último que apanhava em Timor) e partira para Bali, num dos célebres bimotores Hawker Siddeley, num Douglas DC2 ou talvez num Hawker de Havilland DH-104 Dove 6, dado não haver registos fotográficos da época e a memória já não ser o que era.

Para trás deixara uns caixotes com livros e roupas para serem despachados no próximo avião militar (Boeing 747 das FAP) para Portugal e que era esperado em Timor no verão desse ano. O carro, a sua benquista mota, e tudo o mais ficariam. Estava certo de voltar em breve e queria ficar a viver em Timor ou mesmo em Bali.

Não houve grandes despedidas, exceto dos seus colegas de casa e amigos mais íntimos que ainda não tinham sido autorizados a regressar a Portugal, agora que a "guerra" acabara e a tropa estava a ser desmobilizada rapidamente.

Há muito adotara a terra que "o sol em nascendo vê primeiro". Com a independência próxima iria ter um lugar naquela sociedade. Finalmente teria uma pátria no verdadeiro sentido, em comunhão com o chão que pisava.

Mal chegara a Bali, em maio 1975, JC acabara por vender o restaurante (a sua quota de 50%) e ainda tivera de pagar pela mota do seu sócio, Dick Thorne, que se pisgara sem pagar o aluguer da dita. Depois de algumas semanas chega um telegrama a dizer que deveria seguir para Jacarta, pois, um avião militar português o levaria de volta a Portugal. Foi para a capital.

Desta vez, e ao contrário do que fizera antes, não se aventurou a ir ver de novo Borobodur ou Jogjakarta onde já estivera antes no Natal de 1974. Apreciara imenso Borobodur essa enorme catedral redescoberta em finais do século XIX, 40 km a noroeste de Jogjakarta.

Este templo é considerado uma das sete maravilhas do mundo. Visto de avião parece que flutua. Em tempos, de acordo com os geólogos, foi um grande lago, rodeado agora por povoações a 235 m acima do nível do mar. Quem começou a construção do Borobodur foram os reis da dinastia hindu Sanjaya, mas logo a cessaram. No ano de 780, o Rei Sanmaratungga da dinastia budista Shailendra começou a governar a região e continuara a construção. Mas adaptou o complexo segundo seu próprio conceito de mundo.

Isto significa que a construção originalmente hinduísta se tornou num grandioso monumento budista dedicado ao Buda Mahayana. Foi misteriosamente abandonado pouco tempo depois, sendo efetivamente o maior santuário budista do mundo. Está disposto em quatro níveis, representando os níveis da realidade, dos quais apenas três visíveis, dado que o outro se situa sob a terra. O primeiro nível tem cinco degraus. No segundo nível, podem apreciar-se 72 stupas (templos) dispostos em três círculos, cada um dos quais contendo no seu interior uma estátua de Buda. No terceiro nível, uma stupa gigantesca mas vazia (representando o vazio cósmico).

Os ingleses administraram a Colónia de 1811 a 1815. O Governador-geral de Java foi Sir Thomas Stamford Raffles, homem progressista que acreditava que Java poderia ser o lugar de uma civilização desenvolvida. Raffles incumbiu o funcionário holandês H. C. Cornelius de explorar a região onde (como acabara de saber) havia, escondida pela vegetação, uma enorme construção. Foi revelado ao mundo por Raffles in 1814, enterrado e parcialmente em ruínas.

Cerca de duzentos homens começaram a descobrir o monumento e a restaurá-lo de maneira simples durante 5 anos até 1910. Tem 42 metros de altura (o que equivale a um prédio de 13 andares) e mede 123 x 123 metros com dez andares de altura sendo do primeiro ao sexto na forma quadrada e circulares do sétimo andar ao décimo. Está virado para leste e contém 1460 painéis dos quais 1212 são em relevo de dois metros de largura.

O total de estátuas de Buda atinge 504. Entre 1973 e 1983, foi completamente reconstruído sob o patrocínio da Unesco, sendo totalmente "desmontado", cada pedra foi marcada, tratada e limpada quimicamente, e novamente recolocada. A reforma custou 25 milhões de dólares. O formato deste tempo é uma mistura dum zigurate (pirâmide da Ásia menor) com uma stupa indiana.

JC foi até à Embaixada de Portugal em Jacarta, onde conheceria pessoalmente o célebre Major Vítor Alves, do Conselho da Revolução, que estava a tentar infrutiferamente ir a Timor (acabaria por nunca ir porque os indonésios o retiveram no Kupang e não teve outro remédio senão vir-se embora). JC alojara-se num albergue da juventude "Wisma de Lima" em Jacarta.

Aproveitara para tratar dum pé infetado, há um mês, devido a uma queda de mota em Kuta Beach. A embaixada indicou-lhe um médico. Fora de *bemo* e depois duma boa espera no meio de mais de 50 pessoas, foi atendido, a ferida tratada e receitados antibióticos. Ainda hoje tem a marca desse ferimento com origem em Bali e se não fosse ao médico em Jacarta ter-se-ia tornado numa ferida gangrenada.

O escritor turístico contemporâneo Brian Thacker tentou em 2008 seguir as pisadas da viagem aconselhada em 1974 pelos fundadores da Lonely Plante, Maureen e Tony Wheeler no seu primeiro guia de viagens pelo sudeste asiático. Usou apenas as informações ali recolhidas (há um terço de século) partindo de Melbourne convicto de que a maior parte dos locais mencionados no Guia se tinham tornado viadutos ou autoestradas.

O livrinho de 148 páginas esbarrou logo numa dificuldade em Darwin, para ir para "Timor Português" pois o voo trissemanal da TAA a um custo de 73 dólares australianos (\$73) há muito tinha desaparecido, assim como a companhia aérea TAA e algumas companhias indonésias existentes naquela época.

Com a sua recente história de agitação, Timor já não era a "Colónia antiquada" descrita no Guia. Não tinha nenhum turismo ao contrário do que acontecia em 1974, e os locais pensavam que qualquer estrangeiro era um alvo de quem extorquir dinheiro pois devia estar a trabalhar para a ONU ou uma NGO.

A "Beach House" de Dili (conhecido como o "Hippie Hilton"), esse Hotel na praia (uma palapa de colmo com água potável e o mar a escassos metros já não existia. Os excelentes restaurantes chineses de Baucau, mencionados no Guia, desapareceram quando os seus donos foram obrigados a abandonar a ilha com a maior parte da população chinesa aquando da invasão indonésia de 7 de dezembro de 1975.

Já na Indonésia, Thacker teve a agradável surpresa de encontrar muita coisa inalterada, as casas ainda de pé e nas mãos dos mesmos donos ou de seus filhos e netos, como foi o caso de Jalan Jaksa, ainda o centro dos turistas de pé descalço ou "backpackers".

O hostel Wisma de Lima, onde JC estivera, era agora gerido pelo filho do dono. O pai abrira o Hostel em 1969 quando todos pensavam que ele enlouquecera. Em 2008 a rua está pejada de hotéis e restaurantes. Também na vila montanhosa dos artistas, em Ubud os restaurantes daquela época ainda existem embora a paisagem já não seja a mesma, com as ruas pejadas de carros buzinando em vez de picadas não asfaltadas por entre arrozais. O "Canderi" e o "Ibu Rai" tinham agora netos dos donos a geri-los e serviam a mesma ementa, "bean soup and Bali-style porridge" (sopa de feijão e papa de aveia).

Quando JC falava da sua estadia em Bali, reconstruía sempre mentalmente esse período e juntava as poucas fotos de que dispunha para melhor ilustrar a época, da qual falava trinta anos mais tarde como se tivesse ocorrido na véspera: "Quando vivi na Indonésia, em Bali" e depois perorava sobre o tempo que lá vivera onde a melhor água era a do mar a uns cem passos da sua cabana de colmo.

Era uma palhoça com cobertura de colmo, base e teto de madeira e paredes de bambu, aí duns 30 metros quadrados. Havia janelas de bambu a toda a volta, e umas traves fortes no teto a segurar a cobertura de colmo. Ao acordar, era levantar e ir dar um mergulho naquelas águas quentes, sem preocupações, sem amanhã, nem ontem.

Cá fora havia as instalações sanitárias que até eram ocidentais, ao contrário do que acontecera na sua casa anterior e no "losmen" onde também vivera. E isso contrastava, felizmente para ele, com as do primeiro " losmen " em que tinham apenas um buraco no chão, com duas pegadas grandes onde se deveria colocar os pés e depois agachar. Para se lavarem havia uma espécie de tanque da roupa, com um balde que tinham de encher e depois despejar por cima de cada um quando já estavam ensaboados. Havia um pequeno espelho para aqueles que ainda faziam a barba, uma atividade rara nos idos de 1973-1975.

A princípio aquilo fazia uma certa impressão, mas vivera em Timor quase dois anos sem banhos quentes, e raramente tendo acesso à luz elétrica. Esta vida era ainda mais primitiva e mais simples. Aqui comprara o seu primeiro par de "jeans" (ganga ou bombazina chamam-lhe os portugueses) e umas sandálias à Jesus Cristo, enquanto o cabelo e a barba cresciam e surgia uma fita na testa.

Finalmente, JC fora chamado à realidade. Recebera um telegrama de aviso da embaixada a dizer para que data estava previsto o avião de regresso à Europa. Ao chegar ao aeroporto informaram-no que o avião estava em escala técnica.

Não o autorizavam a embarcar pois não havia manifesto de carga nem de passageiros naquele voo (maio de 1975). No aeroporto a alguns metros de distância, mas sem poder chegar-se mais a eles, vira alguns colegas, o Comandante da aeronave e o capitão Cariano (que o punira com 5 dias de detenção, posteriormente agravada para 8, em Bobonaro pouco depois da sua chegada).

Ligou, pressuroso, para a embaixada que lhe disponibilizou uma senhora nativa da Indonésia para servir de intérprete. Apesar de, naquela época, falar já fluentemente Bahasa, foi ouvido por um coronel indonésio que estava intrigado como é que um Oficial do exército português podia ter o aspeto andrajoso de hippie que tinha. Lá lhe explicou que estava já em férias e aguardava embarque para voltar a ser civil. Mesmo assim o coronel queria saber como é que tinha passado os últimos meses a entrar e sair da Indonésia, para a Austrália e Timor, pois a única explicação que tinha para tal era a dele ser um espião. Foi complicado e demorado. Depois de muito conferenciar, com outras altas patentes, deixá-lo-ia embarcar.

Levava consigo uma pequena mochila às costas, um *rucksack* (espécie de mochila militar redonda e verde, mas com um metro de altura) cheio de roupa suja e limpa...e uma sacola de linho a tiracolo com os documentos.

5. ANNO HORRIBILIS. OUTUBRO 1976: DIÁSPORA MACAENSE

Ao desembarcar em Lisboa no aeroporto de Figo Maduro dera de caras com os camaradas revolucionários e barbudos do M.F.A. Apenas estavam interessados em saber se trouxera armas. Essa era a sua única preocupação.

Isto espantara JC. Não era homem de armas. Nem se lembrava quando fora a última vez que experimentara uma, no já longínquo treino de tiro para oficial em Mafra. Apenas abriram duas malas que tinham vindo de Díli e deram uma olhadela à parte de cima do saco de roupa suja.

Pouco depois da sua chegada (11 julho) o Ministério do Exército escreve um ofício a perguntar quando é que estivera em Jacarta! Ficaria colocado na situação de disponibilidade (reserva territorial) em 6 de junho de 1975.

Meses mais tarde, o centro de recrutamento da Póvoa de Varzim, para onde o seu processo fora transferido, indicava-lhe que havia sido promovido definitivamente a Tenente na disponibilidade.

Era o que tinha para mostrar depois de anos a defender a “pátria”.

...ficara no Hotel Lutécia enquanto esperava que o seu velho amigo Takatakata o viesse buscar. Telefonara já a dizer que estava em Portugal. A viagem para o Porto fora feita debaixo de chuva. O Ford Escort Lotus Cosworth estava de tal forma com o diferencial preparado para ralis que até um Ford Anglia 1000 os ultrapassou perto de S. João da Madeira na velha Estrada Nacional nº 1. A autoestrada nº 1 Porto Lisboa ainda não existia...

Inicialmente ficaria em casa dos pais, boquiabertos com o seu aspeto. Era especialmente difícil para o seu pai sofrer a humilhação de sair, envergonhado, de casa com um filho hippie. Tempos difíceis em que estoicamente os seus pais aguentaram tudo. Agora em retrospectiva JC lamentava o sacrifício adicional que lhes causara. Passara uns dias a rever amigos e conhecidos. Em maio de 1976, um ano depois de ter regressado a Portugal, nasceram dois gémeos do sexo masculino.

Entretanto, quer o seu pai quer o seu mecenas e padrinho se haviam recusado a darem-lhe dinheiro (cerca de 20 contos) para regressar a Timor. A 11 de agosto 1975, a UDT dá o golpe militar. Dez dias depois a Fretilin dá o contragolpe. Assim se fechava a porta de regresso de JC a Timor num avião militar da Força Aérea Portuguesa tal como concebera antes de sair de Díli. Não havia mais maneira de regressar. Timor iria entrar em breve na sua fase de genocídio generalizado. O nascimento dos gémeos culminava uma fase de desespero em busca de emprego. Quem iria empregar uma imitação bem-falante de Jesus Cristo? Com o seu aspeto apenas uma firma de fabrico de botões, algures para os lados do Freixo, gerida por comunas lhe ofereceu emprego. Propunham-se retirar 70% do vencimento para o Partido. Não aceitou. Ia continuar sem clube nem partido. Dedicou-se ao fotojornalismo com um amigo, Pedro Ricca. Ganhava uns tostões nisto e em explicações sobre o marxismo a uma recém-universitária. Não bastava suplicar para o deixarem regressar a Bali. Ninguém lhe emprestava dinheiro pois tinham a certeza de que uma vez partido jamais regressaria.

JC embarcara numa espiral enquanto escrevia o seu best-seller "*Timor-Leste 1973-1975, o dossiê secreto*".

CAPÍTULO 3 – DE TIMOR ANCESTRAL AOS DIAS DE HOJE



NATURAM EXPELLES FURCA, TAMEN USQUE RECURRET / MESMO QUE EXPULSES A NATUREZA COM O ESTEIO, ELA VOLTARÁ SEMPRE

Horácio, Epístolas, I, 10, 24:

1. PORQUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – I (23-31 maio 2006)

Antes de mais creio que a única coisa de que não posso ser acusado é de ser politicamente correto: nunca o fui durante o Estado Novo e muito menos agora em que a censura é mais sofisticada e invisível, escreveu JC em 25 maio 2006 no blogue do Elos Club de Uberaba http://www.uaisites.adm.br/iclas/forum_ver.php?CdNotici=13)

O Diploma legislativo 107 de 19 dezembro 1928 do Governador Teófilo Duarte dizia

"Considerando que a função colonizadora dos diversos povos...se exerce principalmente pela intervenção dos elementos Europeus... Considerando que a fixação de tais elementos no seio das populações atrasadas é o melhor incentivo para o seu progresso e integração no Movimento civilizador..."

Por aqui se vê o politicamente correto da posição colonial portuguesa em Timor. Geoffrey Gunn fala especificamente e dá-lhe o título ao seu capítulo 10 (Timor Lorosae 500 Anos ed. Fundação Oriente pp. 211) "O Colonialismo Capitalista em Timor Português 1894 - 1941".

Foi Celestino da Silva que em 1897 criou a SAPT (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho) descrita por Clarence-Smith como um estado dentro do Estado.

Não podemos deixar de examinar os métodos de Celestino da Silva...acusado de

"...fomentar guerras para se apoderar de terras e mesmo de prisioneiros, para os fazer trabalhar virtualmente como escravos...mas algum trabalho livre, especialmente nas plantações chinesas à volta de Liquiçá, coexistia com uma "quase escravatura"...e o uso de trabalho forçado...mas a primeira grande tentativa para um regime fundiário colonial encontra-se num decreto especial de 5 de dezembro de 1910. Ao abrigo deste Diploma competia ao Governador toda a responsabilidade na concessão das terras em regime de aforamento e na transferência de propriedades com áreas até 2500 hectares..."

O esquema Freycinet de 1818 é esclarecedor sobre os "reinos da Ilha de Timor": 23 sob soberania portuguesa, tributários 24 e aliados 18, isto ao longo de um período de 200 anos. A partir de 1811 Goa foi ordenando ao Leal Senado de Macau que adiantasse fundos para cobrir as despesas da administração colonial em Timor...num subsídio anual de 6000 patacas. Só lendo a História se sabe que Timor foi sempre uma Colónia Portuguesa, mais por omissão do que por ação, citando o próprio JC em "Timor-Leste O Dossier Secreto 1973-1975", logo na introdução...

Ora reza a história que quando os portugueses chegaram a Timor encontraram uns que ficaram calados quando os viram: eram os Timorenses ocidentais ou *Kaladi* enquanto os da Ponta Leste lhes viraram o cu, daí serem os *Firaku*. Posteriormente esta noção passou a distinguir os do leste *Lorosae* e os do oeste *Loromonu*.

Mais recentemente surgiram designações como "maubere", termo de que Ramos Horta tanto gostava e que viria a ser abolido em 1998. Para entender melhor o que se passou no século XX debruçemo-nos atentamente no livro da Coleção Fórum "Ocupação e Colonização Branca de Timor" da autoria de Teófilo Duarte, datado de 1944.

1894...Ano em que assumiu o seu Governo.... Celestino da Silva...

A nossa ação de presença efetuava-se em Dily, por intermédio do funcionalismo e duma companhia de guerra com um efetivo de setenta praças, que durante quase todo o ano permaneciam no hospital ou nos presídios para onde os arrastavam os seus vícios e o seu carácter de incorrigíveis vindos de Macau. Em todo o litoral norte, havia os comandos de Pante Makassar em Okussi e os de Batugadé, Maubara, Liquiçá, Aipelo, Manatuto, Baucau, Lautém; e no sul apenas os de Viqueque, Alas e Fatumeia. Estes comandos reduziam-se a uma paliçada, quase sempre de palapa, sem consistência nem condições defensivas de valor...

A sua ação limitava-se à área contígua ao forte, e quando os ventos corriam desfavoráveis, desaparecia com a fuga no vapor, de todo esse pessoal escapo às represálias dos reinos e que vinha refugiar-se em Dily, à espera que as habituais operações de reocupação lhe permitissem voltar aos seus postos. O interior encontrava-se assim sem um Comando...

Certamente que a eleição dos Régulos era sancionada pelo Governo; também é facto que eles vinham prestar vassalagem a Dily, formalidade que pouco lhes custava cumprir, e que os interessava pelo espetaculoso de que era revestido tal ato; ainda é certo que expedições compostas de "moradores" e de reinos inimigos batiam umas vezes por outras, os povos mais insubmissos, mas os resultados práticos eram nulos, pois que vencedoras as colunas, logo que elas retiravam, os

povos continuavam as suas vidas com umas centenas de búfalos e cavalos a menos, com a perda de luas de oiro, de panos, etc. e com uns milhares de habitantes mortos ou foragidos, e vivendo os restantes no mesmo estado de selvajaria e insubmissão que dantes. ...

As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras.

Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhar de Timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros.

Esta introdução permite esclarecer - recuando cem anos no tempo - porque existem em 2006 confrontos que se chamam de étnicos, que alegadamente assentam na discriminação das tropas entre Lorosae e Loromonu.

São centenas de anos de guerras tribais (das quais se fala adiante) que nunca foram resolvidas de forma satisfatória muito por culpa da colonização branca dos portugueses, caracterizada sempre pela omissão em todos os quatro cantos do Império.

Durante todo o século XX houve centenas de revoltas e guerras tribais, sendo as mais célebres as de Manu-Fahi e a de Uato-Lari, embora se tivessem diluído após a II Grande Guerra.

Com isto pretende-se deixar bem claro que a pretensa unidade Timorense contra o invasor indonésio colocou de parte estes conflitos tribais nunca resolvidos. Quando o inimigo era só um e se chamava Indonésia as guerras tribais ficaram esquecidas. Depois de conquistada a independência e dados os primeiros passos rumo à democracia, que não tem fundamentos históricos ou tribais onde assentar, é chegada a altura de se acertarem as contas.

Se não houver uma intervenção firme que permita sentar à mesma mesa, todos os intervenientes tribais do território, a situação ficará decerto fora de controlo, para gáudio da Indonésia e da Austrália que melhor partido podem tirar da sua exploração das riquezas de Timor.

Ainda será possível evitar mais confrontos, mas terá de se criar, por exemplo, um Conselho de Sábios como propunha Castro Seixas em "Pública" (jornal Público de 21 de maio de 2006) e "*criar mais do que uma rai-klaran (Terra do Meio ou Mundo) e torná-las património nacional. Regiões onde as pessoas afluem duas ou três vezes por ano. Sem esses rituais de nacionalidade será mais difícil construir adequadamente a nação*".

É apenas preciso que a elite dominante, burguesa e educada em português, entenda esta realidade raramente estudada e tenha a coragem de não se vingar mas antes crie uma atmosfera de conciliação que dê razão a uma nação para todos os Timorenses e não apenas para as tribos que agora estão na mó de cima (JC, maio 2006).

.... As diversas tribos agremiadas em reinos mais ou menos importantes passavam os anos em guerras intestinas cujo fundamento era o desejo de roubarem aos seus vizinhos os seus gados, os produtos agrícolas, as mulheres e as terras.

Não havia progresso compatível com tal desordem que era extensiva às centenas de milhar de Timores, e ora se viam lutas formidáveis entre vinte e trinta mil homens de cada partido, ora elas se resumiam a pequenos, mas numerosíssimos combates de centenas de guerreiros.

Para o comerciante, tal estado de coisas era lucrativo, pois que o consumo de pólvora e de armas permitia-lhe auferir largos proventos; para o Timor, tal ocupação era agradável, visto que dotado de índole guerreira preferia os frutos das razias, àqueles que pudesse arrancar à terra, mas mantinha-o selvagem; para Portugal esta situação embora vergonhosa, era inevitável, visto que uma ocupação imediata e sólida só se conseguiria à custa de pesados sacrifícios com expedições, e com a permanência de quadros e efetivos que pudessem colher os frutos, sempre tardios de tais processos.

Por isso os nossos governadores consideravam-se muito felizes, quando as ditas guerras entre os reis Timores não se apresentavam com o caráter de francamente rebeldes contra a nossa soberania, e quando os Régulos se prontificavam a aceitar a fórmula, embora platónica do preito de vassalagem.

Muitas vezes, um ou outro pedia o nosso auxílio, o qual quase sempre se procurava negar, ou a nossa intervenção como medianeiros, e numerosos eram os casos em que Portugal aparecia como árbitro entre as partes, que ou se conformavam com a solução proposta, ou preferiam recorrer às armas, e neste caso, o nosso papel limitava-se ao de espectador impotente para se impor aos milhares de contendores.

Bem cedo, Celestino da Silva reconheceu que antes de ensaiar e levar a efeito, tentativas de desenvolvimento económico, se impunha o terminar de contendas, quer de povos para povos, quer de rebeldias contra a soberania, e por isso começou uma obra de ocupação, morosa, porque os recursos lho impunham, mas contínua e segura.

Não se sentiu com forças para entrar logo numa campanha franca e aberta contra todos aqueles que não acatavam a sua autoridade; e assim é que tendo desembarcado em maio, manda em sete de julho, o alferes Duarte com cem moradores, a fim de procurar conciliar os reinos do Piço e de Liquiçá, que se encontravam em guerra.

A diplomacia do Oficial, os presentes aos Régulos intermediários, e ainda a força de cem espingardas, fizeram com que terminasse a luta sangrenta, e é de notar o trabalho do referido Comandante, que antes de recolher a Díli, entendeu que devia completar a sua missão de mediano, com a solicitação, de resto atendida pelos povos, para uma limpeza geral às plantações de café, contíguas ao seu acampamento, e que eram propriedade dos referidos indígenas.

Este episódio é o despontar de uma nova política em Timor, que mais tarde haverá de ser generalizada com um grande sucesso, não só ali, como em outras colónias...o Oficial deixava de ser o severo Comandante de tropas e colunas, tudo raziando, devastando, e fazendo consistir a sua glória no número de vítimas caídas, para se transformar no colonizador, que após os rudes combates a que obrigava a índole insubmissa dos povos que lhe mandavam bater, procurava encaminhá-los no sentido da riqueza e civilização. Ampliações de plantações, aberturas de estradas, limpezas de caminhos, etc., tudo, trabalhos que faziam do Comandante Militar ou de Posto, o guia de todos os que na véspera tratara com a severidade de um dominador.

As instruções dadas por Celestino a tal respeito eram as seguintes:

“É indispensável que os comandantes militares subalternos se instruem sobre a língua dos indígenas, seus usos e costumes; que conheçam dentro da área da sua jurisdição, todos os caminhos ainda os mais recônditos, todas as povoações, todos os habitantes, os chefes indígenas e suas famílias; que lhes não passe despercebida a saída para fora, ou a entrada de qualquer; que tenham perfeito conhecimento de todos os casamentos, óbitos e nascimentos; que façam um arrolamento exato da população; que não deixem derrubar florestas cuja destruição possa exercer influência nas condições climáticas; que não deixem despir de

arvoredo, as nascentes de água; que conservem sempre em bom estado de limpeza as suas plantações de café, e se fazem cultivos suficientes para a sua alimentação; se há transgressão dos regulamentos de Polícia rural dos mercados; se o contrabando se exerce; se são respeitados os regulamentos que regem a venda do sal; e enfim se há quaisquer causas que possam vir a alterar o sossego público.

É isto que os Senhores comandantes militares têm o dever de exigir dos seus subalternos, além do mais que especialmente lhes determinem, por isso que das faltas, dos desleixos, da incúria deles, são os primeiros responsáveis.”

Veja-se a sequência dos seus trabalhos de ocupação militar e administrativa; à medida que se ia sentindo com força suficiente para os pôr em prática. Em agosto, Celestino cria o Comando do Remexio, a pouca distância de Díli, de onde podia ser socorrido com facilidade.

Significava este facto, dada a situação da localidade no interior, a intenção firme de realizar a penetração; e tal Comando é uma lança apontada contra Aileu e Manu-Fahi.

Em outubro vale-se do pedido de auxílio feito pelos povos de Ermera, Atsabe e Bobonaro contra os Lamaquitos que os atacavam, para lançar uma expedição contra estes rebeldes, a qual comandada por um major que levava dois oficiais, doze Europeus e duzentos e sessenta moradores de Díli, os bate após vinte dias de lutas; aproveita-se então desta vitória, e em dezembro estabelece o Comando de Aileu, a meio da ilha, guarda avançada da do Remexio, criado cinco meses antes.

Manu-Fahi sente-se cada vez mais ameaçado, mas o prudente e astuto Governador não julga ainda azado o momento de dar o golpe de massa que aquele reino, o mais poderoso de Timor e cronicamente rebelde, precisava.

Mete-se a época das chuvas que dificultam as operações militares, mas o balanço guerreiro daqueles seis meses de Governo da Colónia é bem lisonjeiro, pois traduz-se em uma campanha vitoriosa, e na criação de dois comandos militares no interior.

No ano seguinte (março de 1895), uma nova coluna de um capitão, quatro oficiais, dezassete praças de primeira linha e duas companhias de moradores, é lançada contra os reinos de Oeste, os mesmos batidos no ano anterior. Os seus bons resultados ao cabo de vinte e quatro dias, permite em junho, a criação dos comandos de Cailaco e Ermera, e em agosto, a do Comando-geral da contracosta, que é uma nova cunha que se vem juntar à de Aileu cravada em pleno coração de Timor.

É neste mesmo ano, que se lança contra Manu-Fahi, uma poderosa expedição comandada em pessoa por Celestino e composta de três alas: a de Oeste chefiada pelo capitão Câmara, tendo como base de abastecimento e operações o Comando de Fatumeia; a de Leste apoiando-se em Alas; e a do centro dependente diretamente do Governador, com base em Aileu.

Como traço de união entre o centro e a ala direita muito destacada, há os arraiais do alferes Duarte que se apoiam na Ermera e Cailaco. São ao todo doze mil homens, dentre os quais apenas marcam umas dúzias de soldados Europeus, e uns centos de moradores, sendo o resto arraiais armados e combatendo à maneira indígena. O plano de operações é de grande envergadura, e dele devia resultar a asfixia dos rebeldes, estrangulados pelo abraço mortal das três colunas. Infelizmente o Comandante da ala direita, dado o seu papel de relevo na Colónia, aonde era Secretário do Governo, julgando-se por isso autorizado a proceder com certa independência, em lugar de se limitar ao papel de efetuar a demonstração de força que lhe fora recomendada, de modo a conter os reinos de Oeste em respeito, para que estes não pudessem prestar auxílio a Manu-Fahi, e seguir então a colaborar nas operações contra este povo, avança para o Sul, em vez de o fazer para Leste, prende, vexa, espanca Régulos, e bombardeia a povoação de Forem, num estado de irritação e orgulho enormes, pela resistência passiva oposta ao fornecimento de carregadores.

É certo que o estado de espírito daqueles povos não permitia depositar neles grandes esperanças para exigir uma possível colaboração, mas segundo as conclusões formuladas no inquérito ao desastre, isso devia ser mais uma razão para não se usarem meios violentos e para procurar que ao menos se não manifestassem ostensivamente.

A não-observância de tal atitude teve como resultado um ataque formidável por parte de todos aqueles povos, uma luta desesperada que durou um dia e uma noite, e uma retirada de Forem sobre Fatumeia quando começaram escasseando as munições. Ao chegarem, porém, aqui, encontraram o forte incendiado e a

guarnição trucidada; o desânimo apoderou-se de todos, e fazendo fogo aqueles a quem restavam cartuchos e fugindo os restantes num salve-se quem puder indescritível, são na sua quase totalidade, vítimas de uma chacina implacável.

As cabeças cortadas de quatro oficiais, de alguns sargentos, e de várias praças europeias e indígenas, são troféus que fazem delirar os rebeldes; as peças de artilharia, algumas centenas de espingardas e de munições servir-lhes-ão para a campanha do próximo ano contra as nossas forças, e o forte de Batugadé abandonado pela guarnição espantada do morticínio é pasto das chamas.

A repercussão em Díli de tal desastre é enorme, e exige o regresso imediato do Governador, então em operações na baliza de Manu-Fahi; os Europeus julgam voltados os velhos tempos em que a capital era ameaçada de perto pelas hordas selvagens e anteveem as cabeças de todos constituindo já ornamento das cubatas dos vencedores. A serenidade volta, embora a muito custo.

Da parte do Governo há que por de parte o plano esboçado para um envolvimento de Manu-Fahi, e as operações limitam-se a ataques feitos pelas duas colunas subsistentes, a do centro e a da esquerda, que queimam povoações, cortam cabeças, e fazem as presas habituais, sem que, entretanto, os resultados fossem os que se almejavam, quando se concebera e planeara a campanha.

Em outubro criou-se, porém, o Posto de Comoro, e assim Díli fica cingida por três comandos: o do Remexio, o de Aileu, e o de Comoro, que a põem a coberto de qualquer surpresa e eventualidade. Os primeiros meses de 1896 passam-se na preparação da campanha de desforra do desastre de Cova e Fatumeia; entretanto em junho desse ano, estabelece-se o Posto de Buibau, a doze quilómetros de Liquiçá, e que representa nesta região, a flecha de penetração no interior; nesse mesmo mês se inicia a reconstrução de Batugadé base permanente de ataque aos reinos de Oeste, sob a proteção duma forte coluna de desembarque e de outras duas manobrando a leste de Lois, cuja missão era não deixar efetuar a concentração de toda a região rebelde contra Batugadé, o que se conseguiu. Uma delas, a do Comando do alferes Duarte empenhou-se a fundo contra Cotubaba, Sanir e Cova, e em trinta dias faz uma colheita abundantíssima de cabeças.

Em agosto, a coberto destes sucessos, cria-se o Comando de Balibó, a quinze quilómetros para o interior de Batugadé; em setembro ataca-se Deribate, o qual é batido pelos quatro mil e setecentos auxiliares do alferes Duarte, e em outubro Fatumeia.

Estas vitórias para a obtenção das quais muito contribuiu uma companhia de duzentos e cinquenta africanos, chegada nos meados desse ano, constituíram uma expiação tremenda para aqueles povos, pois a preocupação de dar um exemplo severíssimo levava a não conceder quartel e a não poupar sexo nem idade.

Regiões houve como Cova que ficaram, despovoadas, pois os habitantes que escaparam dos furores da carnificina fugiam para o [Timor] holandês, e temerosos das represálias impostas não só pelas colunas como pelos postos, não se aventuravam a voltar às suas terras. Em janeiro de 1897, cria-se o Comando de Bobonaro, o qual com Batugadé e Balibó consolida cada vez mais o nosso domínio entre aqueles povos.

Em maio desse ano monta-se o Posto de Laivai e em julho, o de Laleia. Em setembro, numa expedição de sete dias bate-se Lolotoi e Camenasse, a sul de Bobonaro, e como consequência cria-se o Comando do Sudoeste, abrangendo Bobonaro, Lolotoi, Suai e Raimea.

O ano de 1898 é consagrado a recolher os frutos das vitórias alcançadas em 1896 e 1897, e a beneficiar do labor guerreiro que tinha caracterizado estes dois anos, e assim em março cria-se o Posto de Ossú, em julho, o de Laclubar; em outubro o de Cotubaba, e em abril seguinte, o de Guguleuro.

Em julho 1899 dominam-se as veleidades de revolta da gente de Cailaco e de Atsabe, numa campanha de noventa dias na qual perdeu a vida o bravíssimo alferes Duarte, que em Timor deixou um nome aureolado de glória. O seu prestígio entre o indígena era de tal natureza que a lenda da sua invulnerabilidade às balas vulgares passou a ter foros de coisa assente, e a superstição Timor fez correr que só uma bala de ouro podia matar o terror das suas falanges. Algumas se fabricaram com tal fim, mas o destino, caprichoso como uma mulher, fez cair morto o bravo "Arbirú" num parapeito que acabara de saltar com a sua temeridade habitual.

Foi uma perda importante para a Colónia, porque oficiais como esse denodado batalhador não apareciam com frequência, pois realizava o protótipo perfeito do Chefe de guerra de tropas irregulares. Este simples subalterno saído dos quadros inferiores do exército, tinha a centelha guerreira e comandava cinco e seis mil guerreiros com um "*sans façon*" e uma naturalidade estupendos.

Adaptara-se de tal maneira ao seu papel de Chefe de horda, que para animar as suas tropas em combate, não raras vezes marchava à sua frente, bailando e entoando os hinos de guerra Timores, desprezando as balas que prostravam os seus companheiros e que o pouparam a ele durante tantos anos. Morreu, porém, a morte dos heróis, em plena batalha e com a consciência do dever cumprido. Honra à sua memória!

Como consequência destas vitórias, cria-se o Comando da Hatolia e o Posto de Leimea, e em agosto, o de Barique. Assim em cinco anos, instalam-se várias linhas de postos de ocupação permanente, em direções perpendiculares às costas Norte e Sul, e dominando as regiões entre Batugadé e Bobonaro, Liquiçá e Hatolia, Díli e Maubisse, Manatuto e contracosta, Baucau e Ossú, o que juntamente com Viqueque e Alas significava o estabelecimento em toda a ilha de postos militares agrupados em comandos.

De quarenta em quarenta quilómetros, estava-se seguro de encontrar um posto de Oficial, sargento ou régulo fiel, com a sua guarnição, pequena é verdade, mas a que emprestava uma enorme força, moral e material, a proximidade de outros postos, e o apoio das repetidas colunas expedicionárias. O Timor sentia-se apertado numa rede cada vez mais densa de comandos e postos, não desfrutando já daquela liberdade guerreira, a que estava habituado. Então manifesta-se aqui, ali, por toda a parte, o estremecer dos reinos, dos sucos, das povoações, flanqueados e embaraçados numa malha flexível cedendo um momento, para recuperar a sua primitiva posição.

É um explodir não já de revoltas importantes, mas sim de distúrbios sucessivos de pequena intensidade, visto que a ação política dos comandantes, orientada no sentido de aproveitar as rixas e inimizades ancestrais impedia as grandes combinações.

Em outubro de 1900, como exceção há ainda a revolta de Manu-Fahi, dominada porém a breve trecho. A título de esclarecimento, para se poder fazer ideia dos recursos militares com que dominavam tais rebeliões e da intensidade que revestiam os combates: Oficiais superiores 15, oficiais inferiores 18, oficiais de 1ª linha 45, 2 voluntários, 24 Régulos, 54 cabos, soldados e corneteiros, 25 oficiais superiores comandantes das forças irregulares, 1096 forças da 2ª linha, 12 333 forças irregulares, 649 auxiliares carregadores, 30 maqueiros...

Em dezembro de 1901 há a rebeldia de Nunomerque, em julho 1902 bate-se o Suro, em agosto Lautém e Lolotoi, em janeiro 1903 Letefoho e finalmente em julho, Aileu.

Em março 1904 Calicai (*Kalikai*) sofre o ímpeto de duzentos moradores e dois mil auxiliares armados de espingardas de pederneira, e deixa em poder dos vencedores trezentas cabeças e duzentos búfalos, tendo-se consumido oitenta e duas granadas e cinco mil e oitocentos cartuchos, além de dezoito barricas de pólvora.

Em outubro de 1904 cria-se o Posto de Iliomar ao sul de Lautém, que por ser o Comando mais remoto, não prendera tanto a atenção dos governos.

Em março desse ano há o sobressalto de Funar, em julho de 1905 o de Aituto e em janeiro de 1906 estende-se cada vez mais a ocupação para o sul de Lolotoi, atingindo-se Memo.

Em maio de 1907 o eterno irrequieto e o adversário de mais peso, aquele contra o qual as armas nunca tinham alcançado uma vitória de tal maneira decisiva que lhe tirasse, de todo, as veleidades de instigador de rebeliões, lança fora a máscara com que fora iludindo as desconfianças, e lança-se na guerra, o que obriga à mobilização de todos os recursos, mas que teve por consequência, o ministrar-se-lhe uma lição tão severa que o levou a ficar sossegado durante alguns anos.

Do exposto se vê que desde meados de 1894 a 1900, a ocupação se estendeu a quase todo o interior, e que as últimas revoltas anuais quase sempre insignificantes, e dominadas pelos recursos locais de cada Comando, eram estremeções epiléticos de um povo sufocando nas malhas apertadíssimas de uma organização administrativa que lhe paralisava os movimentos desordenados e atrabiliários.

Tal resultado conseguiu-se sem o auxílio de expedições do exterior, pois tirante a companhia desembarcada após o desastre de 1895, sempre as campanhas se fizeram com moradores de Díli e Manatuto armados de espingardas Remington e principalmente com arraiais usando azagaia e catana, pois as quinhentas

espingardas não chegavam para os milhares de Timores que combatiam a nosso lado hoje, para serem batidos amanhã pelos seus adversários de véspera, agora nossos aliados.

Lutar nestas condições era para nós uma empresa perigosíssima, por termos não só de nos precaver contra traições, como também por não possuímos a superioridade esmagadora que na maioria das lutas travadas pelos povos civilizados nas colónias, lhes é assegurada por uma maior eficiência de armamento. Os nossos moradores usando a Remington, certamente combatiam em melhores condições que o inimigo, mas não só o seu número era pequeno, como também a ausência de disciplina e espírito militar que os caracterizava, não faziam deles uma tropa segura.

As dificuldades eram tremendas pois para nós que sempre tínhamos o papel de atacantes, e é inconcebível como indígenas de civilização rudimentar, armados na sua quase totalidade de azagaias e catanas, tinham, entretanto, atingido uma perfeição espantosa na maneira de prepararem os seus entrincheiramentos.

Não havia combate que não se traduzisse da nossa parte em demorados bombardeamentos de posições inimigas, no ataque e conquista feitos palmo a palmo das linhas sucessivas de trincheiras, na destruição de abatises, de covas de lobo, de traveses e de parapeitos feitos de terra, de plantas espinhosas, de bambuais enfim. E isto num terreno acidentadíssimo de que em Portugal não há similar, no meio dum arvoredado traiçoeiro que permitia os fuzilamentos à queima-roupa e contra um povo que nos acessos de desespero lutava por vezes com uma bravura tão heroica que ela poderá sofrer com a de qualquer outro.

Melhor que qualquer descrição é a transcrição do diário de campanha do Chefe de Estado-Maior da coluna de operações contra Manu-Fahi, de 1900, o qual abrange o período que decorre de 17 de outubro a 25 de novembro:

A marcha para Aileu efetuou-se pela seguinte forma, no dia determinado: Na frente, com intervalo de uma hora, o comboio devidamente escoltado por forças de Viqueque, Vemasse, Laleia e Laga; Guarda avançada, o arraial de Viqueque; Corpo principal, moradores de Batugadé, de Baucau e o arraial de Vemasse; Guarda da retaguarda, os arraiais de Laleia e Laga; Na testa do corpo principal seguia S. Ex.^a o Conselheiro Governador e o seu Estado-Maior, o serviço de saúde, capelão e outros oficiais que iam assumir o Comando das suas respectivas unidades; Escolta do Quartel-general, moradores de Manatuto.

A marcha para Aileu, em terreno amigo fez-se em condições regulares, podendo reputar-se boas, se se atender às deficiências e péssimas circunstâncias dos caminhos mal traçados e construídos, quando não se limitavam aos trilhos dos indígenas, com declives exageradíssimos, muito estreitos, maus pisos, argilosos geralmente, o que os tornava escorregadios à menor humidade que recebiam, de cotovelos apertadíssimos, trepando e descendo elevadíssimas montanhas.

Estas condições, porém, eram de sobra conhecidas, e absolutamente impossíveis de remediar na estreiteza do tempo, em que urgia realizar as operações de guerra, por se aproximar com brevidade a época das chuvas, época doentia em que as marchas são impossíveis, pelas numerosas ribeiras e linhas de água que é forçoso atravessar e que são impraticáveis nesta época.

Durante a marcha e à ordem de S. Ex.^a o Governador, fez-se o primeiro alto em Comoro às 7,15 horas, a.m. e o primeiro grande alto em Vessaca, onde se preparou a refeição da manhã, às 10,15 a.m. em uma portela da montanha de Mano-Udo, que dá passagem para a sua vertente Sul, tendo antes havido um pequeno alto a meio da vertente que olha para o Norte.

No primeiro grande alto, em Vessaca (Ve-Saca), cuja altitude é de 1:082 metros, reconheceu-se mais uma vez, para os que não se estreavam nesta campanha, o grande inconveniente dos maus e estreitos caminhos, e do transporte de carga por indígenas, dando um extraordinário alongamento à coluna de marcha, impossibilitando num dado momento e em determinado ponto a concentração de todas as forças, e retardando de bastantes horas as marchas, obrigando a andamento muito moroso, tornando-as por isso muito fatigantes e incómodas, para o que também em grande parte contribui a falta de disciplina que os seus chefes naturais não sabem manter, salvo raras exceções, consentindo nas constantes paragens e descansos que logo aproveitam para comer ou mascar e que à sua vontade fazem durante as marchas, se não são vistos dos oficiais e oficiais inferiores de primeira linha.

Estes factos, porém, que noto no meu diário por cumprimento rigoroso do meu dever, nem me surpreenderam nem causaram estranheza, por os conhecer de experiência, por serem irregulares as forças às quais me estou referindo, e por não haver meio que completamente remedeie os inconvenientes apontados, embora a generalização do uso já estabelecido do transporte de cargas a dorso de cavalos, com arreios apropriados, melhore muito as condições das marchas em tempo de guerra.

Saída de Vessaca às 12H:15 do dia, chegada ao Comando militar de Aileu às 12,30, p.m. sendo o caminho depois da descida da montanha de Mano-Udo, feita pelo leito da Ribeira a que uns dão o nome de Lacló e outros de Aileu, esta afluente da de Lacló e que passa a duzentos metros do reduto do Comando militar. Estabeleceu-se o "acampamento" entre duas povoações abandonadas, ambas denominadas Uro-Buli, altitude 1:250 metros, e entre as ribeiras de Era-Meta; à retaguarda e Maubisse à frente.

O sistema seguido no serviço de vigilância e segurança de noite nos acampamentos, durante toda a campanha foi sensivelmente aconselhado por Peroz no seu livro "La Tatique au Landan", adotado já em muitas expedições em África, como em 1894 na Guiné, na campanha contra os papuas e grumetes da Ilha de Bissau, contra o poderoso Chefe Vátua, o Gungunhana, com resultados muito seguros.

A linha de desenvolvimento do acampamento, moldando-se à crista militar do terreno, e apropriando-lhe todas as ondulações e vantagens militares, era contínua e de traçado irregular e por vezes caprichoso, devido ao acidentado do terreno e à natureza das forças irregulares de que se compunha a coluna de ataque, sendo impossível por falta de instrução militar, ainda que o terreno o permitisse, impor-lhes formações regulares de batalha, em ordem unida além da linha geral e exterior de defesa ocupada pelos diferentes arraiais conservarem estes a mui próxima distância as suas reservas, que em caso de ataque reforçariam a primeira linha, pondo-a ao abrigo de qualquer ímpeto atrevido do inimigo em massa.

Além destas disposições, mantiveram-se sempre, apesar do preconizado por Peroz, os postos de observação nos altos que dominavam os caminhos e passagens, que mais facilmente podiam dar acesso a quaisquer tentativas do inimigo, obtendo-se sempre os melhores resultados e maior segurança nos acampamentos, tendo sido sempre frustradas todas as tentativas feitas pelo inimigo de dia ou de noite, de ataque às nossas posições.

Dia 6. Por determinação de S. Ex.^a o Conselheiro Governador, foi o Chefe de Estado-Maior, o seu ajudante e pessoal respetivo, dirigir um “reconhecimento ofensivo” a Leolaco, empregando as forças do centro, da esquerda, ala direita e reserva, conforme as circunstâncias e necessidades da ocasião; começou o reconhecimento pelo ataque de artilharia à povoação da direita de Leolaco, simulando com forças de infantaria, ataques em diferentes pontos do monte em direção à povoação do régulo.

A princípio, o inimigo inteiramente a coberto pelas suas trincheiras e espesso arvoredado, conservou-se silencioso, sem denunciar os seus postos defensivos, mas apertado pelo avançar das forças de infantaria, calado o fogo da artilharia, em toda a linha das nossas posições de ataque, rompeu em grande aclala, respondendo em toda a sua linha defensiva que circundava o monte de Leolaco, aos fogos das nossas forças, reconhecendo-se então que além de alguns postos avançados bem fortificados, para guarda dos currais de búfalos, abastecimento de água e quaisquer outros fins, tinha o inimigo uma extensa trincheira de terra, revestida de bambu grosso, cingindo a crista militar do monte Leolaco., toda seteirada com três ordens de seteiras, sendo estas formadas na espessura das trincheiras, por tubos de bambu.

O inimigo embora bem distribuído com ordem e disciplina em toda a sua linha defensiva não me pareceu numeroso, calculando-o em oitocentos a mil homens. Reconheci mais que estava bem fornecido de pólvora, pelo uso frequente que fazia dos seus fogos, respondendo aos nossos, o que não é dos costumes desses povos quando lhes não abunda a pólvora, porque só empregam então os tiros quase a queima-roupa.

A povoação era dominante, muito arborizada, regularmente fortificada, separada por uma ribeira funda e estreita, - Tato-Besse – das nossas posições a norte, as quais ocupavam as cumeadas de um contraforte cujo nó, ocupado pela ala direita estabelecia a ligação de Leolaco com Riak; a E. e a N.E. descia em rampa

suave o caminho descoberto até à ribeira de que já falamos, Tato-Besse, ficando-lhes sobranceiros os montes de Bandeira e Husso, célebre este último por ali ter sido ferido em 1895 o valente e malogrado alferes Duarte; pelo lado sul era inacessível, e as melhores informações diziam que não havia água em Leolaco, abastecendo-se o inimigo da pequena ribeira de Tato-Besse.

Recolhidas estas informações que foram presentes a S. Ex.^a o Conselheiro Governador, determinou o mesmo Ex.^{mo} Senhor "ataque geral" para o dia imediato, conforme o determinado na ordem número vinte.

Neste reconhecimento sofreram as nossas forças algumas baixas, sendo mortalmente ferido o soldado da companhia de Timor, N.º 40/173 Froádio Bonifácio. Durante a noite, não houve novidade. Continuou a varíola a atacar o nosso posto.

Dia 7. Efetuou-se o combate geral de Leolaco, iniciado pela artilharia como estava determinado. O ataque demorou desde as 6 horas a.m. às 5,30 p.m. resistindo sempre o inimigo com bastante valor e tenacidade. Tomaram-se-lhe alguns postos, mas vencido um entrincheiramento, outro aparecia resolutamente defendido pelo inimigo; em todos os pontos tomados, foram-lhe destruídos os abrigos.

As nossas forças sofreram algumas baixas, devendo o inimigo ter sofrido grandes perdas, que não puderam ser avaliadas, por se ter conservado sempre abrigado e encoberto e ser espesso o arvoredado. Não houve novidade durante a noite. Começaram a aparecer diarreias e febres nos arraiais e a da varíola.

Dia 8. Como se tivesse esgotado a reserva geral de munições de guerra e não tivessem chegado as que a todo o momento se esperavam de Alas, para onde tinham já partido os carregadores necessários, e expedidas todas as ordens, determinou S. Ex.^a o Conselheiro Governador que houvesse hoje descanso geral às forças, mantendo as suas posições e impedindo que o inimigo saísse dos seus entrincheiramentos.

Pela 1 hora p.m., saiu o inimigo das suas trincheiras com algum gado para se abastecer de água na ribeira, foi batido e repellido com grandes perdas pelas forças do centro e da esquerda. De noite não houve novidade.

Dia 9. Efetuou-se de novo o ataque geral a Leolaco como foi determinado em ordem número vinte e dois. Tomaram-se mais alguns postos ao inimigo que defendia palmo a palmo a sua posição, não chegando, porém, a alcançar-se em parte alguma, a trincheira grande.

As nossas forças tiveram as baixas que constam do relatório do serviço de saúde. Durante a noite não ocorreu incidente algum; as munições de guerra começaram a escassear e a desenvolver-se a varíola.

Dia 10. Realizou-se o ataque determinado na ordem respetiva, tomando-se com bastante dificuldade alguns postos inimigos; este vendo aproximar-se a artilharia para lhes bater com maior certeza as trincheiras, fez uma sortida por E. pretendendo tomar uma boca de fogo B.E.M. 75 às forças do centro, sendo repellido com grandes perdas entre mortos e feridos. A boca de fogo foi defendida com toda a energia, pela sua respetiva guarnição e apoio dos moradores de Díli e Lacló, sendo gravemente ferido o capitão de moradores de Díli, Marçal Sequeira, que se houve com toda a valentia.

Às 4,30 p.m. conseguiu a artilharia demolir uma parte da trincheira. E. dando o centro e ala esquerda, investida às trincheiras que transpuseram, e foi queimada uma povoação, dependência do régulo, sofrendo o inimigo numerosas baixas.

Como fosse adiantada a hora e o inimigo tivesse recuado para outros entrincheiramentos, retiraram as forças do centro e ala esquerda para os seus acampamentos, conservando intercetado ao inimigo o abastecimento de água. Continuaram os ataques de varíola nos arraiais, algumas febres e diarreias.

Dia 11. Continuação do ataque à povoação do régulo em Leolaco que não pode ser tomada, mostrando as nossas forças grande cansaço e fadiga pelo serviço aturado de tão repetidos ataques e algum desânimo, por se baterem a peito descoberto contra o inimigo bem fortificado e fortemente entrincheirado e a coberto. Ainda assim, foi o inimigo repellido de alguns dos seus postos, sofrendo perdas consideráveis, tomando-se-lhes as últimas nascentes de água de que poderia abastecer-se, e que ficaram ocupadas e defendidas por postos das forças do centro e ala esquerda. A noite sem novidade. Tomaram-se como nos dias anteriores, alguns búfalos ao inimigo.

Dia 12. Descanso geral para todas as forças da coluna, mantendo as suas posições e impedindo que o inimigo se forneça de água e saia dos seus últimos entrincheiramentos.

Dia 13. Ataque a Fenan, povoação grande de Manu-Fahi, a SE. de Leolaco, pela ala esquerda, sob o Comando do senhor alferes Antunes, e pelo centro comandado pelo Sr. Capitão Vasconcelos, ficando em Leolaco o inimigo cercado pelas restantes forças da reserva e ala direita, ocupando a primeira e segunda unidade do Comando dos senhores alferes Andrade e tenente Reveredo, respetivamente as posições da ala esquerda e centro.

Na noite de 12 para 13, foi feita uma investida de surpresa, às trincheiras inimigas, pelos arraiais de Ulmera, Fatomassi (Fatumasi) e pico da reserva, coadjuvados pelos de Irlelo, Atabai e Balibó da ala direita, que não deu resultado.

Às 2,30 horas da noite de treze, o inimigo surpreendeu um dos nossos postos de primeira linha, constituído pelo arraial de Vemasse, matando-nos à arma branca quatro homens, e ferindo-nos nove, tendo causado um princípio de pânico que brevemente se desvaneceu, sendo o inimigo repellido e perseguido com bastantes baixas. Não houve qualquer outra novidade.

Dia 14. Continuação do ataque a Fuan, conservando-se em volta de Leolaco a mesma vigilância e atitude, trocando-se algum tiroteio com o inimigo, conseguindo os arraiais de Fatomassi, Ulmera e Pico, aproximarem-se das últimas trincheiras inimigas, lançando fogo ao revestimento exterior de bambu. A ala direita destacou uma coluna volante em perseguição do inimigo e apreendeu-lhes bastantes animais. Não houve novidade alguma durante a noite.

Dia 15. Prossegue com vantagem para as nossas forças o ataque a Fuan. Em volta de Leolaco continua o inimigo a ser incomodado com repetidas investidas dos nossos, que todos os dias lhe matam gente, apreendendo-lhes búfalos, cavalos e outros animais, a maior parte mortos a tiro e que são consumidos na alimentação das diferentes forças.

Mantém-se a proibição do consumo de munições para armas retrocargas, por estar esgotada a reserva geral da coluna, ser reduzida a das diferentes unidades, e não poder contar-se senão com a remessa que se requisitara ao depósito geral, esperada hoje ou amanhã, por não haver no depósito de material de guerra do distrito. Durante a noite, não houve novidade.

Dia 16. Tomada de Tuan, perdendo o inimigo cinquenta e nove prisioneiros, oitenta e cinco cabeças, e muitos mortos e feridos, alguns deles atacados de varíola; as presas em milho foram abundantes; as nossas forças tiveram trinta e dois feridos e sete mortos. As forças que tomaram Tuan efetuaram o avanço em Manu-Fahi, até o mar do Sul; às 10 horas a.m. o inimigo de Riak e Babulo que se refugiara na serra de Cablac atacou pela retaguarda a ala direita, fazendo ao mesmo tempo deste lado uma surtida o inimigo concentrado em Leolaco com o fim talvez de dar fuga aos seus chefes e famílias, sendo, porém, repelidos com grandes perdas e cortada a cabeça ao Chefe de Riak. A noite decorreu sem novidade. Apresentaram-se os chefes de Rotuto pedindo perdão.

Dia 17 e 18. Descanso geral às forças da coluna, conservando-se cercado o inimigo em Leolaco. Chegaram as munições de guerra esperadas. A epidemia de varíola continua a sua marcha progressivamente assustadora; o inimigo em Leolaco promete apresentar-se às autoridades, se S. Ex.^a o Governador lhe levantar o cerco, não o fazendo na ocasião porque teme as represálias das nossas forças. Estas noites passam-se sem incidente algum, sendo profundo o silêncio das posições inimigas.

Dia 19. Último ataque a Leolaco pelas razões aduzidas na respetiva ordem; S. Ex.^a o Conselheiro Governador assistiu e dirigiu pessoalmente este ataque estabelecendo-se no centro da linha geral de investimento em Turo, mandando o seu Chefe de Estado-Maior e adjunto para o flanco direito. A artilharia iniciou o ataque, dirigindo muito regularmente os seus fogos, e aproximando-se a quatrocentos metros da posição mais forte do inimigo.

A primeira investida das forças de infantaria sob a proteção dos tiros de artilharia, que eram feitos com bastante precisão, foi arrojada e valente, aproximando-se a cinco metros da trincheira mais alta e forte do inimigo, onde caíram os primeiros feridos das nossas forças do flanco direito, e entre eles o régulo de Atabai, Dossi Lelo, o que causou um certo desânimo.

Restabelecido o primitivo entusiasmo, deu-se uma investida que poderia ter sido coroada de melhor êxito se uma bala não prostrasse gloriosamente no campo de batalha, ferindo-o no coração, o 2º sargento Ernesto da Conceição, número 65/512 da Companhia de Guerra de Timor, e que comandava uma boca de fogo B.E.M. 75. Este 2º sargento que com tanto valor se tinha distinguido em outros combates, já na campanha de 1896, já durante esta, terminado o fogo de artilharia, terminado o fogo de artilharia e tendo recebido ordem do CEM, de mandar avançar sobre a trincheira, um troço de forças irregulares que abrigadas sob uma grande árvore, ali se achavam há já bastante tempo, como visse cumprida a ordem, e o senhor tenente Borges e o primeiro-sargento Gomes que com alguns moradores de Manatuto e Pico tentavam o assalto à trincheira inimiga, para ali se dirigiu também com alguns moradores, que na ocasião tinham sido mandados de reforço ao senhor tenente Borges como tinha pedido; ali chegado, tão teimosamente se expos a tão curta distância da trincheira inimiga, trezentos a quatrocentos metros, que em breves minutos caía nos braços do senhor tenente Borges, fulminado por uma bala no coração.

Imediatamente reanimei o ataque, mandando fazer repetidos toques de avançar, insistindo em novos assaltos, no extremo do flanco direito, enquanto era removido para o hospital de sangue o cadáver do valente segundo sargento, para evitar o desânimo que a morte de um Europeu sempre produz entre as forças amigas.

O ataque prosseguiu, rompendo de novo a artilharia fogo, contra as posições inimigas, sem que fosse possível levar as forças indígenas a um assalto decisivo à trincheira inimiga, porque apenas lhe caía um homem morto ou ferido, logo recuavam, empenhando-se exclusivamente em defender o morto ou ferido do corte de cabeça, trazendo-o consigo, conforme é dos seus usos e tradições guerreiras, para não cair em poder do inimigo que não lhe perdoaria o corte de cabeça.

Em virtude das ordens de S. Ex.^a o Conselheiro Governador sustentou-se o ataque até às cinco horas p.m. Caiu depois das 2,30 p.m. alguma chuva constante, mas miúda. Durante a noite, não houve incidente algum.

Dia 20. Descanso geral às forças da coluna, mantendo-se as guarnições em volta de Leolaco. Foi comunicado aos rebeldes, por ordem de S. Ex.^a o Governador, que a gente do povo que se apresentasse em certo prazo, seria perdoada, podendo desde hoje vir abastecer-se de água à ribeira, desarmada, impondo algumas condições ao régulo de Manu-Fahi para obter perdão e ser reconhecido oficialmente como Chefe do reino. A noite decorreu sem novidade alguma.

As guerras em Timor, como se acabou de ver, exigiam um enorme dispêndio de energia e a adoção de precauções especiais. Se as marchas, os estacionamentos e os combates se não faziam com os cuidados adotados pelos exércitos combatendo na Europa, eram, entretanto, rodeados de complicações desconhecidas à maioria das expedições das outras colónias.

Como explicar, pois, a eficiência de tais trabalhos de ocupação, realizados num lapso de tempo relativamente curto, usando de meios tão rudimentares, e contra povos que se sabiam defender? Quando em todas as outras colónias se tornava necessária a remessa periódica de expedições metropolitanas, a fim de se dominarem revoltas e fazer a ocupação, como conceber a adoção de processos tão diferentes em Timor, com uma população superior à da Guiné, e com tradições não menos belicosas que as dos povos dessa Colónia?

Essas medidas eram o fruto da concepção dum espírito genialmente organizador e dotado dum tato administrativo como é raro encontrar-se. Celestino valia-se das rivalidades dos diferentes povos para os enfraquecer e dominar.

Umaz vezes não intervinha nas suas lutas senão por baixo de mão, como se depreende das seguintes notas enviadas aos comandantes militares de Aileu e Alas:

“Ao Sr. Comandante militar de Aileu se comunica para os devidos efeitos e por ordem de S. Ex.^a o Governador que é muito provável que o reino de Alas ataque a jurisdição de Tutuluro pertencente a esse Comando: em tal caso deverá V. conservar-se inteiramente estranho, porque ao Governo convém que Tutuluro seja derrotado, e a todos os que lhe falarem em tal assunto responderá que o Governo nada tem com tal guerra, que são questões entre povos que eles resolverão como entenderem e puderem, mas ao mesmo tempo proibirá, publicando os bandos do costume, que em toda a área do seu Comando se venda pólvora e mais munições de guerra, e ensinará aos maioraes da sua jurisdição que lhes é inteiramente vedado o interferirem na guerra que se der entre Alas e Tutuluro...”

Ao Sr. Comandante militar de Alas se comunica para os devidos efeitos por ordem de S. Ex.^a o Governador e em resposta à sua nota n.º 57 de 26 do corrente, que pode permitir ao Sr. Régulo de Alas que junte os seus arraiais e castigue a jurisdição de Tutuluro pelos latrocínios e crimes a que se refere; mas faça-lhe saber que a guerra não pode prolongar-se além de 20 de agosto próximo, pois que os arraiais do seu reino deverão estar já reunidos e à disposição do Governo depois

de tal dia; far-lhe-á também saber que a guerra não pode ser feita como é costume fazê-las em Timor, e que é indispensável que ele coloque a gente de Tutuluro na impossibilidade de inquietar o reino de Alas durante alguns anos.

Esse levantamento de arraiais por parte do reino de Alas pode favorecer e encobrir os projetos do Governo relativamente a Manu-Fahi, Raimea e Suai. Nesta data se previne o Comandante de Aileu para que fique impassível perante a guerra que Alas vai fazer a Tutuluro e que evite que mais gente da sua jurisdição se junte a tal reino, mas V. não tomará alguma ostensiva em tal guerra para que não se diga que é feita pelo Governo, e limitar-se-á particularmente a aconselhar o D. Januário e o D. Félix sobre a maneira de a fazerem, deixando-lhes ver que o Governo não terá dúvidas em lhes emprestar a pólvora que necessitem, responsabilizando-se eles pelo pagamento dela, para os ajudar; nesta data se dá ordem ao Comandante de Alas para proibir desde já a venda de pólvora na área de toda a sua circunscrição, a que também pertence Tutuluro”.

Estas notas são modelos perfeitos da política indígena habilíssima em que se destacam aspetos fundamentais:

- enfraquecimento duma tribo à qual se criam dificuldades de municamento, através da atuação duma outra a que se dão facilidades de toda a espécie, desde o empréstimo de pólvora até aos conselhos militares;*
- dignificação da função dos chefes indígenas aos quais se refere com cortesia, tratando-os de senhores Régulos; existência duma curiosa tradição de valorização dos Régulos que adotavam nomes portugueses dignificados pelo uso de dons;*
- utilização destes dissídios para adormecer desconfianças das tribos que se pensa castigar, fazendo uma mobilização de arraiais a favor do Governo disfarçada sob o véu de puras questiúnculas indígenas.*

Quando Celestino se sentia com força, era ele quem como Governador organizava a repressão contra tribos mal sujeitas, jogando com os fatores militares e políticos como nunca ninguém fez com tanta habilidade. Não havia combinações políticas de Régulos inimigos, que lhe não fossem denunciadas, e para isso muito contribuía o maravilhoso serviço de espionagem exercido pelas suas numerosas amantes indígenas que sendo filhas, mulheres, ou parentes dos chefes lhe comunicavam tudo o que se passava, a começar pelas prepotências e abusos dos comandantes.

Nunca houve um Governador nem possivelmente tornará a haver nenhum que com Celestino possa rivalizar em conhecimento dos usos e costumes Timores, que estivesse mais ao facto de tudo quanto se passava na colónia que administrava, e que melhor partido soubesse tirar das rivalidades dos povos e das intrigas que promovia entre eles. Por isso a sua ação era sempre oportuna, e fazia-se sentir quando menos os seus inimigos o esperavam.

Quantas e quantas vezes, uma estafeta vinda dos confins da Colónia aonde Celestino se encontrava nos seus contínuos deslocamentos, levava a Díli a ordem de concentração para as companhias de moradores, deixando perplexos até os seus mais íntimos, desconhecedores do que se passava! Aquele atlético transmontano, cuja alma parecia talhada no granito das penedias que o tinham visto nascer, gostava por política e temperamento, de se rodear de mistério, e comprazia-se em correr os riscos de laços romanescos, que ao espírito do Timor selvagem apareciam rodeados de qualquer coisa de sobrenatural.

Quantas vezes pelo negrume da noite, o aparecimento repentino e imprevisto da sua figura hercúlea, em plena reunião de Régulos conspiradores, fazia cair estes de joelhos implorando o perdão para uma falta, que tão longe estavam de julgar ser suspeitada do "catua", nome porque designavam o Governador! Quantas vezes o velho vapor Díli levantava ferro com rumo desconhecido levando a bordo o enigmático Governador, e voltava dias depois, com alguns cativos que tinham estado prestes a revoltar-se e que ao irem a bordo prestar uma fingida homenagem ao "embote" aí ficavam retidos!

Por isso, Celestino da Silva ficou sempre para o indígena, o homem cujos olhos perscrutavam tudo e todos, aquele para quem não havia segredos por mais bem guardados que fossem.

Significativo de tal estado de espírito é o episódio ocorrido na revolta de 1912, quatro anos após a sua exoneração, os chefes principais terem voltado às avessas o retrato que pendia das paredes da sala dum Comando que acabavam de assaltar, a fim de que os seus olhos os não incomodassem nas resoluções que iam tomar!

Terminava uma campanha, e logo se erguiam os muros dum pequeno forte; um Comando militar ou Posto se estabelecia nele, e os povos das imediações ficavam sob a fiscalização e direção das autoridades que, como dissemos, os obrigavam a abrir caminhos, a construir pontes, a cuidar das suas plantações, a ampliar as zonas culturais, e os impediam de fazer as guerras que tanto tinham sido do seu agrado.

Era um trabalho insano esse, nos intervalos das campanhas, para o qual se tornava necessária uma energia de ferro, de modo a reprimirem-se abusos constantes da autoridade, a canalizar energias num sentido inteiramente novo para os elementos administrativos, e a convencer os Régulos a tornarem-se não os espoliadores do seu povo, mas sim os seus dirigentes no novo caminho a trilhar, que era indicado nos seguintes termos:

... “Além disso, sendo a cafeicultura uma importantíssima fonte de riqueza, e indiscutível a natural indolência dos indígenas, é indispensável que os comandos militares incitem o povo ao trabalho e forcem os Régulos a cuidarem das plantações existentes improdutivas por falta de granjeio, e a fazerem outras. Se não obrigarmos estes povos ao trabalho, e os não ensinarmos, esta colonia permanecerá ainda por muito tempo no estado de atraso agrícola em que atualmente se encontra.

Os Régulos são em geral tão indolentes como os homens que governam, mas obedecem logo que se lhes ordena qualquer serviço, embora não seja para o Estado, mas só em proveito deles mesmos. Eu tenho mandado um Oficial que tem as aptidões necessárias a diversos reinos, para ordenar a limpeza das plantações de café, bem como o amanho do terreno para novas plantações, e em nenhuma parte ainda, teve a lutar com a resistência dos povos.

Tenho também fornecido, a título de empréstimo, enxadas, alavancas e pás que têm de ser restituídas ou pagas na próxima colheita; só assim poderei conseguir que a cafeicultura se desenvolva e prospere...”

A situação atual (maio de 2006) é bem complexa. JC limitara-se a alertar para a história bélica que toda a gente parecia esquecer ou mesmo desconhecer. Nem as elites nem os jovens alguma vez leram estes episódios que bem retratam a grande nação de tribos Timorenses.

Os Timorenses são aquele povo “bonzinho” que sofreu a invasão indonésia, cujas crianças em fuga para a montanha durante a noite nem choravam, mas são também estes que aqui se retratam e JC conheceu entre 1973 e 1975.

Depois e já é história, em 2007 e 2008, sucedeu-se o que estava previsto, a troca de cadeiras entre Xanana e Ramos Horta, um atentado mal contado que serviu para matar o renegado Alfredo Reinaldo, um Xanana dissociado da realidade, e um país mais parado que nunca, cheio de desempregados, onde a justiça não funciona e o abismo espreita.

2. PORQUE É QUE HÁ GUERRAS TRIBAIS EM TIMOR – II 30 maio – 1 de junho 2006

Para entender melhor o que se passou no século XX em Timor, debruçemo-nos mais no livro “Estudos Coloniais nº 2”, Coleção Fórum, “Ocupação e Colonização Branca de Timor” da autoria de Teófilo Duarte, ex-Governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial da Editora Educação Nacional Lda de 1944.

Em 1929, ano em que deixamos o Governo da Colónia, além dos trezentos e quarenta funcionários públicos brancos, dos seiscentos e noventa mestiços e dos quatrocentos e sessenta mil indígenas havia uma forte sociedade agrícola e comercial pertencente aos herdeiros do ex-Governador Celestino da Silva, dispondo de milhares de hectares ocupados por plantações de café, de borracha, de cacau, de produtos pobres, e incultos. Neles se colhiam cerca de duzentas toneladas de café, quinze de cacau e cinquenta de borracha que eram exportadas para as Índias Holandesas... era dirigida por um português, nove empregados brancos e os restantes indígenas.

Uma Sociedade Agrícola, a Companhia de Timor, dispondo de enormes extensões de terrenos quase todos incultos e com dois Europeus apenas, Doze plantadores brancos portugueses, cultivando o café de que colhiam uma quantidade insignificante, que para o mais importante dentre elas andava por quatro toneladas. Dois comerciantes que mal podiam concorrer com os restantes chinas e árabes. 85

Deportados da legião vermelha, idos uma não antes da Guiné, para onde tinham sido enviados primitivamente da metrópole. Julgamos que tal situação não se deve ter modificado quase nada, até à data dos lamentáveis acontecimentos que se deram na colónia em 1941, a não ser no referente à existência de deportados, pois aquele número foi posteriormente aumentado com mais umas dezenas, medida essa adotada não por motivos sociais, mas sim políticos...

Timor é a Colónia Portuguesa que se encontra mais afastada da metrópole... Ainda hoje uma viagem normal para aquela nossa colónia da Insulíndia demora quarenta e cinco dias, enquanto para a Guiné se faz em oito, e para Angola em vinte... uma ida a Timor, ainda antes da Guerra [IIª Grande Guerra], representava qualquer coisa de complicado, com a utilização sucessiva de carreiras francesas, inglesas e holandesas, e com demoras de cinco e seis dias em Génova, Singapura, Batávia [Atual Jacarta], Surabaia, etc.

Depois a tradição ligada ao nome de Timor, sinónimo de terra de clima horrível, que matava ou inutilizava fatalmente, o que provinha do desconhecimento quase absoluto do interior que era magnífico; o estado de permanente insubmissão das populações nativas, com as conseqüentes e periódicas chacinas dos raros Europeus a quem o dever do ofício impunha a permanência num ou noutra porto afastado da capital; a falta, enfim, de toda a espécie de comodidades próprias duma colónia quase toda por ocupar; tudo isso criava uma lenda em volta de Timor, que fazia com que a colocação ali de qualquer funcionário fosse considerada como o pior castigo que se lhe podia aplicar...

A Holanda apesar de ter valorizado intensamente a Ilha de Java, habitada por quarenta milhões de malaio, conservava em estado de desenvolvimento económico bastante primitivo a colossal Sumatra, quase toda por aproveitar, Bornéu e Nova Guiné que passam por terem ainda tribos antropófagas, e dezenas de ilhas naqueles mares, entre as quais a sua metade de Timor, incomparavelmente muito mais atrasada que a nossa.

A característica da obra de Celestino foi a ocupação militar e administrativa. Alguns anos depois, aparece em Timor um homem que fará igualmente um Governo brilhante, embora sob outro aspeto: o de fomento. Referimo-nos a Filomeno da Câmara.

Desde a exoneração de Celestino da Silva até à data da publicação do livro (em 1944), foi o único Governador de Timor que marcou uma posição de grande relevo, não só devido às circunstâncias que o caracterizavam, como à circunstância fortuita de ter permanecido seis anos à frente da Colónia. Logo no início do seu Governo, teve de dominar a mais temerosa revolta indígena de que havia memória.

Os chefes Timorenses libertos da golilha que a saída de Celestino quebrara, aproveitaram-se do pretexto da elevação do imposto de capitação, para tentarem sacudir o jugo a que mal se podiam acomodar. Um Oficial e vários sargentos que permaneciam no interior foram trucidados; a primeira coluna comandada pelo Governador teve um desastre sério em Aituto, vendo-se obrigada a abandonar uma peça de artilharia, vários materiais, e a retirar precipitadamente para Aileu.

O pavor em Díli, perto do local do combate foi enorme, pois os factos avolumaram-se de tal modo, que davam o Governador como chacinado, e os rebeldes avançando sobre a capital.

A população branca embarcou no vapor "Díli", num salve-se quem puder, e só a comunicação telefónica do próprio Filomeno conseguiu fazer desaparecer a atmosfera que uma notícia intempestiva e falsa criara.

A chegada, porém, de algumas companhias de soldados africanos e da Índia, fez entrar as coisas num caminho favorável para as nossas armas, e assim é que, após seis meses de luta intensa, Manu-Fahi, o eterno fulcro de rebeliões, o histórico ninho de rebeldias foi batido e obrigado a submeter-se, sendo a mortandade tão grande, e a lição de tal maneira dura, que ela lhe serviu até agora.

Apenas Oecússi se manteve rebelde e foi dominado no ano seguinte, após uma campanha rápida e sem grandes lances. Foi nesta guerra que Filomeno se viu obrigado a desenvolver uma energia formidável, para neutralizar incompetências, pusilanimidades e más vontades, que se criou a fama de bárbaro e de homem de pelos no coração. Ele não só consentira às tribos que combatiam a favor do Governo, a sua usança tradicional de decapitarem os vencidos, mas inclusivamente iniciara a cerimónia adstrita ao canto de guerra Timor, dando o histórico pontapé num dos crânios que se encontravam numa lúgubre pira, no campo de batalha.

O indígena nas suas guerras não prescindia de exercer o direito que lhe vinha de costumes seculares, de cortar as cabeças dos desgraçados que no ardor da luta lhe vinham às mãos, de com elas formar um trágico amontoado perante o qual entoava o "lorçá", hino guerreiro que ao branco causa calafrios; e de as correr em seguida a pontapé. O valor e a fama de cada guerreiro avaliavam-se entre eles, pelo número de crânios que tinham suspenso à porta da sua palhota; e os milhares de vozes que num soturno e lúgubre concerto infernal entoavam a célebre canção de guerra, série infinda de insultos para os vencidos, certamente exerciam na sensibilidade efetiva do Timor, a mesma impressão que os nossos cânticos patrióticos têm sobre nós.

Filomeno no início da campanha tentou coibir tal usança, mas ao ver-se na perspectiva de ser abandonado pelos seus arraiais, irritados com a proibição de raziarem, roubarem e massacrarem, não teve remédio senão condescender com tais costumes. Por isso, ele foi alvo, na metrópole, convulsionada pelas ideias de falsos humanitarismos que nela imperavam após 1910, de verrinosas campanhas dos seus inimigos políticos e pessoais.

Mas aquela tormenta passou, e Filomeno pode-se lançar rasgadamente na execução dum longo plano de fomento, que pena foi não ser seguido pelos governadores que lhe sucederam.

As ideias de Celestino sobre a necessidade de expansão da cultura do café, foram postas em prática, dum maneira ampla e colossal. Adotando o princípio de cultura forçada, executada em Java por Van den Bosch, e que em vinte anos faria passar a produção, de duzentos e cinquenta mil picos, no valor de cinco milhões

e quinhentos e cinquenta mil florins, para um milhão e oitenta e dois mil picos, valendo trinta milhões de florins, Filomeno afastou-se porém dos pormenores que aos olhos do mundo civilizado tinham merecido ao Governo holandês, os ápodos de sistema espoliador e ressuscitador dos velhos tempos da escravidão.

Enviveiraram-se milhões de pés de café durante os últimos quatro anos do seu Governo; fizeram-se transplantações colossais dos mesmos, para matas que hoje são a riqueza de inúmeros povos; experimentou-se a sua adaptação a terrenos no resto da Colónia em que ele era desconhecido, umas vezes com êxito e outras sem ele, como no "Mundo Perdido" de Viqueque.

Houve a fúria do café, e todo o Comandante Militar ou de Posto fazia consistir o seu melhor título de funcionário cumpridor, executando viveiros e plantações o mais gigantescos possíveis. Outrotanto se deu com a cultura do coqueiro, e a tudo presidia Filomeno, sem um agrónomo, sem um prático sequer, estudando, escrevendo artigos doutrinários, discutindo e rebatendo pontos de vista às vezes meramente técnicos. Sem exagero se pode ainda dizer que o Governador palmilhou a Colónia, e onde quer que houvesse uma mata a aproveitar e a encher de café, aonde quer que lhe dissessem ser apropriado o terreno para um palmar, era certa a sua presença.

Por isso, passados dez anos, as estatísticas aduaneiras registaram o fruto de tal labor, traduzido num aumento de exportação de cinquenta por cento em relação às quantidades anteriores, e assim é que, se a riqueza da Colónia aumentou em tão larguíssimas proporções, a Filomeno o ficou devendo.

A produção não correspondeu ao que se disse ter-se plantado? Os coqueiros produzem ali não aos sete anos, como se escreveu, mas sim aos catorze? Muitas plantações morreram por terem sido feitas em terrenos calcários e por conseguinte impróprios? Foi infeliz a ideia das plantações comunais, partilhadas entre o Estado e indígenas, por inculcarem no espírito destes a ideia de que elas eram do Governo, só as tratando obrigados, e abandonando-as logo que lho permitiam?

É certo que em todas estas observações há uma grande parte de verdade, e que tais circunstâncias fizeram com que logo após a sua exoneração se perdessem as plantações mais recentes por falta de cuidados; que o tratamento das antigas fosse muito descuidado, e que o produto das novas passasse a ser umas vezes o quinhão mais ou menos integral dos povos, e outras o exclusivo dos chefes, conforme a maior ou menos consciência destes, e a fiscalização mais ou menos intensa dos comandos.

Por isso, o resultado da sua obra que teria sido colossal, se Filomeno tem permanecido mais meia dúzia de anos à frente de Timor, ou se os seus sucessores a tivessem tratado com carinho, foi de frutos relativamente modestos para o esforço desenvolvido, e teria sido de efeitos quase nulos, se ele, à semelhança do que sucede com quase todos os governadores, ali tivesse permanecido apenas os dois anos que eram então da praxe.

Entretanto Filomeno foi o único Administrador a valer que a Colónia teve nos últimos trinta anos, e as deficiências apontadas não conseguem empanar o brilho duma obra que há de ficar sempre considerada extraordinária. Nunca em Timor se trabalhou com tanto entusiasmo e tenacidade, e nunca tanta charrua arrou os campos até então virgens; e estes trabalhos conjugados com outros pertencentes a diversos ramos de atividade económica e social, tais como a criação da Caixa Económica, a reforma do ensino, etc., constituem um honroso programa de realizações para qualquer Governador.

Filomeno teve sempre uma predileção especial pela atuação económica do indígena, nunca tendo dado importância de maior às possibilidades de povoamento europeu. Ou porque as dificuldades com que deparava para a vinda de colonos se lhe antolhassem irremovíveis, a avaliar pelo insucesso das negociações entabuladas para a fixação de açorianos residentes em Hawai que chegaram a mandar a Timor um seu Delegado a estudar o caso, ou por qualquer outras razões, o certo é que ele nunca esboçou qualquer iniciativa no sentido de intensificar a política iniciada por Celestino, e durante o seu Governo nenhum outro colono aportou a Timor.

Entretanto, a proteção dispensada às atividades brancas colonizadoras instaladas por Celestino através da companhia a que já nos referimos, fizeram com que as más vontades que ameaçavam a existência do incipiente núcleo branco existente não fossem por diante. Assim, tal companhia foi singrando através dos anos, constituindo um elemento de progresso na Colónia, devido às suas iniciativas em montar oficinas de descasque de café, de melhorar a sua preparação, de tratar culturas desconhecidas como o cacau e a borracha, e de concorrer com o China e o Árabe nas transações comerciais. Aquela companhia é o único elemento económico branco nacional de valor na Colónia, e mesmo os outros que se ali foram instalando, saíram dos seus empregados, os quais se foram fazendo, um pouco, mercê das facilidades por ela dadas.

As próprias numerosas concessões de terrenos feitas no seu tempo a funcionários redundaram quase todas em insucessos, em virtude destes as não poderem dirigir pessoalmente, por causa dos seus afazeres profissionais.

Filomeno, como não podia deixar de ser, teve a sorte de todos os governadores que marcam situações de excepcional relevo, e por isso à semelhança do que sucedera com Celestino, deixou o Governo da Colónia, mercê do trabalho de sapa que os seus inimigos realizaram junto de qualquer mediocridade governamental, que os acasos da política tinham feito passar pelo ministério das colónias.

Assim, Timor viu perdidas as largas possibilidades de valorização que lhe poderia ter valido a manutenção daquele homem de Governo em tal posto. Os anos passaram e nem os boletins oficiais nem a tradição apontam a efetivação de medidas de grande relevo no referente ao desenvolvimento económico da Colónia, principalmente no aspeto do povoamento branco...

Apenas em 1927 o "Boletim Oficial" publica uma série de disposições legislativas que, integradas num plano de conjunto, visam robustecer as incipientes atividades económicas existentes.

A política de Celestino e de Filomeno das culturas feitas pelo indígena, do café, da copra, do tabaco, do sândalo, do chá e da borracha, receberam um incremento enorme. Ele é traduzido na execução de viveiros monstros, totalizando 26 milhões de pés de café, de cem mil cocos, de um milhão de árvores, borracha, etc.

Em lugar, porém, de se repetir o processo de Filomeno, da criação de plantações comunais, envereda-se pela distribuição individual de centos ou de milhares de plantas a cada indígena, que as transplantará para os seus terrenos, ficando delas proprietário.

Ao mesmo tempo o incremento dado às culturas pobres do milho e do arroz, faz com que os preços destes artigos se vendam a preços excepcionalmente baixo em relação aos anos anteriores, tal é a sua abundância.

Apesar da balança comercial de Timor acusar nos últimos anos, um saldo positivo, a saída, porém de numerário para pagamento de fretes, juros de capitais, transferências, etc., faz com que a sua balança económica seja bastante desfavorável, donde resulta que a situação da Colónia é medíocre e está longe da prosperidade que os seus recursos lhe permitem atingir...

Timor desde sempre que vem vivendo de subvenções e empréstimos, ora da Metrópole ora de outras colónias, donde se vê que tanto no antigo regime de centralização administrativa como no moderno de autonomia, as mesmas dificuldades têm-se repetido sincronicamente, criando uma atmosfera de asfixia intolerável....

As perspetivas de aproveitamento e da fixação como colonos, de alguns elementos locais, foram ampliadas, mercê de circunstâncias fortuitas, por outras de colonização branca, de características mais ou menos penais.

A metrópole ia enviar como deportados oitenta e cinco filiados da célebre Legião Vermelha, que durante anos tinha trazido o país aterrado com as suas bombas, com os seus tiros, com as suas violências enfim contra autoridades e figuras em destaque no comércio, na indústria e nas profissões conservadoras... e embora a matéria-prima não fosse a ideal para trabalhos de colonização, resolve-se tentar a chance do aproveitamento de alguns desses elementos.

Uma dúzia deles que se conseguisse fazer vingar como colonos, numa Colónia em que, como dissemos, apenas existiam doze, já era interessante... Além do estado de abatimento físico e moral em que chegavam, e de virem desprevenidos de quaisquer meios financeiros, eles não conheciam o meio, e a sua quase totalidade não fazia a menor ideia do que fosse a agricultura.

Organizada, pois, uma lista das suas profissões providenciou-se da seguinte maneira: levantou-se-lhes o moral, pondo-os em liberdade, dias após a sua chegada, prometendo aqueles que se comportassem corretamente, toda a espécie de ajudas para ganharem a sua vida, e fazendo surgir na sua mente a perspectiva de virem a ser colonos pura e simplesmente, em lugar de deportados sujeitos a um severo regime de vigilância e repressão.

Cuidou-se do seu revigoramento físico fortemente abalado por uma longa e depressiva viagem por mar, fornecendo-se-lhes uma habitação razoável, mosquiteiros, quinino e roupas de que todos eles vinham bem necessitados.

Empregou-se cada um conforme as suas aptidões ou as possibilidades de trabalho que oferecia a Colónia, de modo a que o subsídio mensal que lhes foi atribuído – dois terços do vencimento dum soldado branco –, lhes pudesse ser retirado dentro dum prazo relativamente curto, a fim de que eles se não convencessem de que tinham vindo na situação de funcionários, embora modestos, do Estado...

Durante um ano que com eles lidamos, nunca constituíram, para nós, qualquer grave preocupação.

É que apesar das draconianas e tremendas instruções dadas às autoridades, no sentido de reprimirem pela força, desmandos que fizessem perigar o sossego público, o que era do conhecimento dos deportados, e que até certo ponto contribuíram para que mantivessem sempre uma linha de conduta razoável, todos eles tinham o sentimento de generosidade com que eram tratados, eles, pobres farrapos humanos para quem a visão infernal de Timor constituíra um pesadelo durante a viagem...

Trechos da carta da mãe dum deportado, Maria Viegas (Carrascalão), enviada ao "Diário de Lisboa"

"Oxalá que a obra do Sr. Teófilo Duarte no referente aos deportados seja seguida pelo seu sucessor, fornecendo-lhes créditos por um fundo de colonização...Oxalá que seja seguido esse exemplo que minorou muitas lágrimas e sofrimentos físicos e morais."

MANUEL VIEGAS CARRASCALÃO, DEPORTADO POLÍTICO PORTUGUÊS²

Manuel Viegas Carrascalão (pai), nasceu em Portugal em 1901. Tipógrafo de profissão, foi acusado pelo governo português de ser anarco-sindicalista e de conspirar contra as autoridades, sendo preso pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e torturado.

Deportado para Timor em 1925 ou 1926, veio juntamente com outros opositores ao regime, entre os quais José Ramos Felipe, tio de José Ramos Horta.

Preso no Ai Pelo durante dois anos, aí voltou a ser torturado. Libertado por bom comportamento, foi desterrado para Venilale, onde casou. Como preso político, não podia trabalhar, tendo começado a ensinar a ler e a escrever português, e fazendo ainda pequenos trabalhos como carpinteiro e pedreiro. Como revolucionário, nunca deixou de incutir nas pessoas à sua volta um sentimento anti-regime.

Levado para trabalhar numa fazenda do Estado em Liquiçá (antiga Granja Eduardo Marques, actual Fazenda Algarve), foi juntando dinheiro, tendo acabado proprietário dessa plantação.

... A substituição do Governador levou o seu substituto a não querer continuar com um sistema em que o Governo central lhe podia pedir severas contas, pelo menos no aspeto do reembolso de capitais, visto que os mencionados financiamentos se vinham fazendo à margem de qualquer autorização ministerial, pois o Governo central sempre se desinteressara da sorte dos indivíduos em questão.

Despejou-os para Timor, e o Governador que se arranjasse como pudesse, não lhe dando quaisquer instruções sobre o regime de liberdade ou de reclusão que haveria a adotar, sobre subsídios para alimentação e vestuário, sobre competência disciplinar a exercer,

Não há que culpar o novo Governador da criação da nova situação, visto que ao Governo Central cabe apenas a culpa de nunca ter encarado a valer o problema. Por isso, a suspensão das regalias provocou o estiolamento das incipientes atividades que vinham de há apenas um ano. Os deportados passaram a viver miseravelmente do subsídio de alimentação que lhes fora fixado, a envolverem-se em desordens, e a morrerem lentamente, devido ao clima, à inércia e ao esgotamento físico e moral provenientes duma vida desregrada e sem objetivos. Poucos foram os que conseguiram singrar.

Algumas centenas de crianças mulatas devem ser a única reminiscência que daqui a anos se encontre da estadia daqueles oitenta e cinco deportados da Legião Vermelha.

Anos depois (1931), nova leva de deportados chega a Timor, mas desta vez não eram eles simples operários bombistas, mas sim gente de entre a qual se destacavam figuras do maior relevo na política portuguesa.

Antigos ministros como Helder Ribeiro e Utra Machado, acamaravam com estudantes das escolas superiores, com funcionários categorizados, com muita gente, enfim, exercendo profissões de bastante tomo. Embora não se pudesse contar com a maioria de tais elementos para ali se fixarem, visto que eles não perdiam a esperança de que uma reviravolta política os pudesse restituir ao país, não há dúvida que muitos se poderiam aproveitar, embora a título provisório, e que de entre estes, bastantes se poderiam deixar seduzir com novas perspectivas de vida, quando se desiludissem da queda da atual situação política.

Porém, também desta vez o problema não foi encarado pela metrópole e por isso, eles por lá por lá continuaram vegetando, vivendo do magro subsídio governamental e pouco fazendo de útil para si ou para a Colónia, em comparação do que se teria podido conseguir. Mais uns centos de mulatitos a acrescentar aos provenientes dos legionários, deverá ser também o principal resultado do balanço dado à permanência de tantos elementos brancos em Timor, que pela primeira vez, desde que é portuguesa, viu um tão numeroso contingente de metropolitanos, o que lhe teria permitido sair da deficiente situação em que se encontrava, no referente principalmente à colonização portuguesa.

Entretanto dos quarenta que não foram amnistiados e que lá ficaram, alguns foram singrando como se verifica da seguinte relação, porventura incompleta, e que mostra, se a conjugarmos com as mencionadas quando tratamos dos reformados e dos deportados sociais, o que se poderia ter conseguido...

O Dr. Leal Brandão, dedicou-se à profissão de advogado, José Moreira Júnior à de solicitador, 1º sargento Granadeiro á de professor particular; Álvaro Freire meteu-se a dirigir uma fábrica de tijolo em Balide, José Horta (pai de Ramos Horta) fez-se comerciante (como membro dum grupo progressista apoderara-se de uma canhoneira portuguesa para com ela tomar parte na guerra civil em Espanha contra Franco), Costa Alves, idem...(seguem-se mais 14 nomes)...é pouco, mas verdade seja, que o holandês no seu Timor, ainda tem menos brancos!

Vejamos como é tratado este capítulo - aqui descrito por um ex-Governador Português – num livro em Inglês do Dr. John G. Taylor, sociólogo em Inglaterra e autor do livro “Indonesia’s Forgotten War, the hidden history of East Timor” publicado pela Zed Books e Pluto Press Austrália em 1991 pp. 11-13: (traduzidos pelo autor)

Entre 1884 e 1890, organizou-se um programa de construção de estradas usando trabalho escravo.

Em 1889 criou-se uma companhia a S.A.P.T.A. (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho) que introduziu plantações de café em Ermera, no noroeste.

A partir de 1908 uma taxa individual foi aplicada a todos os indivíduos Timorenses de idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos.

A única forma de as famílias de camponeses pagarem esta taxa era através da produção e venda de bens nos mercados para além dos que criavam para consumo próprio e subsistência.

De 1911 a 1917 foi introduzida uma nova taxa sobre a produção de copra. A introdução destas medidas, em especial a utilização de trabalho escravo criou um grande ressentimento entre os Timorenses. Houve reinos que se uniram sob a liderança dum “Liurai” do distrito de Manu-Fahi (Same) chamado Dom Boaventura.

A rebelião durou dezasseis anos culminando numa revolta que abarcou toda a Colónia durante dois anos, de 1910 a 1912. Os portugueses foram forçados a trazer tropas de Moçambique e uma lancha canhoneira de Macau.

As forças de Dom Boaventura foram destroçadas em agosto de 1912. Um jornal australiano, o Angus de Melbourne escrevia que mais de três mil Timorenses foram mortos e quatro mil capturados...

Com a resistência esmorecida, os Portugueses introduziram a sua política para minar o sistema tradicional de alianças políticas entre tribos e famílias. A posição dos liurais foi enfraquecida pela abolição dos seus Reinados.

A Colónia foi dividida em unidades administrativas, numa forma geral baseadas em "sucos" (uma espécie de principados). Um pouco do poder administrativo foi assim entregue à unidade abaixo do reino na hierarquia indígena. Isto veio dar novos poderes aos chefes de suco, embora a sua eleição como administradores estivesse sujeita à aprovação dos portugueses.

Os portugueses criaram duas novas circunscrições administrativas: o Posto que abarcava vários sucos e o concelho que controlava os postos através dum Administrador Português. Desta forma, os portugueses tentavam substituir o sistema político Timorense com uma estrutura e hierarquia independente das alianças tribais e de reinos.

O essencial desta campanha de "pacificação" era a tentativa de destruição dum aspeto crucial do sistema social de Timor, cuja reprodução limitava a influência do controlo português. Idênticas campanhas de pacificação ocorriam neste período na metade holandesa da ilha. Foi após esta "pacificação" que se chegou à Sentença Arbitral acordada em 1913 e firmada em 1915 sobre as fronteiras. ...

Embora os reinos fossem abolidos formalmente as ideologias legitimando a hierarquia política tradicional e os rituais de intercâmbio foram mantidos. Os chefes de suco tinham de garantir o apoio dos liurais, desta forma os dois sistemas acabavam por coexistir. Um sancionado através da coerção e uso de força e o outro por uma forte tradição cultural. Quando os dois sistemas se tocavam a nível de Chefe de suco ou de aldeia, a tradição Timorense dava alguma legitimidade à hierarquia colonial, mas, de facto, ambos coexistiam numa trégua nem sempre fácil.

O Estado Novo de António Salazar estabelecido após o golpe militar de 1926 começou a formalizar a missão civilizacional dos portugueses nas suas colónias através da criação duma nova relação institucional entre estas e a metrópole.

O Ato Colonial de 1930 centralizava o poder político sobre as colónias, colocando-as sob a direta dependência de Lisboa. Assembleias ou Conselhos Legislativos foram criados para representar os interesses coloniais locais das elites: a administração, a igreja, os donos de plantações e o exército. Os seus poderes eram, porém, limitados e limitavam-se a consultas com o Governador duas vezes ao ano.

Mas mais importante para o futuro de Timor era a criação através dessa lei de duas categorias de pessoas: os indígenas (nativos não assimilados) e os não-indígenas incluindo mestiços e assimilados (nativos assimilados). Para se obter este estatuto de assimilado e a sua correspondente nacionalidade

portuguesa um Timorense tinha de falar a língua e ganhar o suficiente para manter a sua família além de ter de provar que tinha um bom caráter. Este critério era dispensado para aqueles que trabalhavam na administração e no comércio.

Ao contrário da maioria da população, os assimilados podiam votar nas eleições para a Assembleia Nacional e para os órgãos legislativos locais.

Esta distinção entre indígenas e não-indígenas e uma limitada admissão de Timorenses para o sistema político colonial português teria uma importante ação na criação duma elite política indígena durante o período pós-guerra e durante a luta pela independência.

Por seu lado, Geoffrey C. Gunn, "Timor Loro Sae 500 anos" ed. Livros do Oriente afirma (pp. 16-17, 176-189):

Na verdade, o caráter excepcional e ritualizado que a guerra assume em Timor – o Funu Timorense – foi reconhecido por autores portugueses como o Governador Afonso de Castro, que na década de 1860 escrevia "... as rebeliões em Timor têm sido sucessivas, podendo dizer-se que a revolta é ali o estado normal e a tranquilidade o excepcional".

É de assinalar que, um ano após o Tratado de Lisboa de 1859, a Colónia foi dividida em dez distritos pelo Governador Afonso de Castro. Com esta finalidade foram estabelecidos, inicialmente, dez e depois onze comandos militares para gerirem os distritos...

Em 1861, quase imediatamente após entrar em vigor a nova reorganização de Afonso de Castro, os pequenos reinos de Lacló e Ulmera, ambos perto de Díli revoltaram-se. O Governador Castro enfrentou esta rebelião pela força. Acontece também que, graças à tendência de Castro para registar os factos corretamente, a revolta de 1861 é uma das mais bem documentadas, embora seja também verdade que, no que se refere às causas, ele é menos explícito. ... (em março 1861) soube-se em Díli que havia movimentos de preparação de guerra no reino de Lacló, situado a cerca de 40 km a leste de Díli, dominando as comunicações estratégicas entre a capital e Manatuto. ... Cabreira, um soldado veterano na Colónia ... foi enviado a Manatuto para ali estabelecer a base das operações contra Lacló, enquanto o governador tentava levar o reino leal de Liquiçá a marchar contra Ulmera, o principal centro da insurreição, localizado a cerca de 15 km a oeste de Díli.

Mas mesmo quando cabreira se instalou em Manatuto, um mês e meio mais tarde, apenas podia confiar nas forças de Vemasse. As simpatias de Manatuto iam para Lacló e, a oeste, um certo número de reinos – incluindo, em particular, Maubara, recentemente recuperado aos Holandeses – fizeram causa comum com Ulmera.

A 10 de junho o Governador declarou o estado de emergência em Díli e distribuiu armas aos cidadãos enquanto preparava a defesa da cidade. A situação era tão grave que até mesmo o capitão China foi convocado para "armar todos os chineses, seus filhos e os escravos". O Governador podia contar também com o apoio de 40 "fundus", ou soldados Indianos, exilados em Timor em consequência da sua deserção das Forças Armadas britânicas depois da Revolta dos Cipaio em 1857.

Embora Castro tenha tomado a precaução de pedir reforços a Goa, em tropas e mantimentos, sabia que estes demorariam a chegar. A batalha contra Lacló, que se iniciou em abril, não terminou senão a 26 de agosto, depois de uma série de ataques efetuados pelas forças coloniais e de uma continuada guerrilha por parte de Lacló.

Embora o regente de Lacló tenha pedido a paz, Castro quis fazer um exemplo desta rebelião, reduzindo o acampamento a cinzas e dando carta-branca aos seus auxiliares para queimar, pilhar e caçar cabeças. Em junho 1863, Laga, na região de Macassae, revoltou-se Mais tarde foi a vez de Fatomassi se revoltar e de, por sua vez, ser dominado com as forças coloniais auxiliadas pelo régulo de Ermera...

Em agosto de 1867, o povo de Vemasse, um reino na costa nordeste que incluía Laga, na região Macassae revoltou-se contra Laleia, sitiando-a. O Governador com uma força de soldados regulares e "guardas" fornecidos pelos reinos amigos de Motael, Hera; Lacló e Manatuto rompeu o cerco e acabou com a situação...Naquilo que foi descrito num relatório oficial português como uma revolta contra os impostos, o reino de Lermean, sob o Comando militar de Maubara e de idioma Kémak revoltou-se contra a autoridade portuguesa ...

Em 1868 os portugueses enviaram uma força militar a Sanir cujo Rei se recusava a pagar impostos. Os Sanor também de língua Kémak eram tributários de Balibó e estavam sob o Comando militar de Batugadé...

Em Cova, a revolta estava, evidentemente, a fermentar havia vários anos... o forte de Batugadé, localizado nos domínios de Cova foi transformado em Quartel-general das operações militares...No mesmo mês as forças portuguesas foram obrigadas a bater em retirada para a segurança de Batugadé ... o Governador enviou duas Howitzer e duas peças de artilharia de campanha e um reforço de 1 200 homens, entre "moradores" leais e a gente dos reinos de Batik, Laleia, Ermera, Cailaco e Alas... um mês mais tarde a operação foi declarada "inacabada".

Forças adicionais vindas de Oecússi, Ambeno, Cailaco e Ermera reuniram em Batugadé... em maio de 1871, o então Governador João Clímaco de Carvalho, chegou a Batugadé com um grande séquito para um encontro coma Rainha de Cova e com a Rainha de Balibó..., mas a Rainha de Cova não

compareceu... foi só em princípios de 1881 que o Governador pode informar categoricamente Macau que o reino de Cova se tinha "submetido" à autoridade portuguesa.

Em 1887, o infelizmente Governador Alfredo de Lacerda e Maia foi assassinado por um grupo de "moradores" numa emboscada na estrada de Díli para Lahane... este assassinio marcou o início de uma insurreição dirigida conjuntamente por diversos liurais chefiados por D. Duarte e seu filho D. Boaventura de Manu-Fahi.

A revolta de Maubara teve início em 1893 durante o mandato do Governador Cipriano Forjaz, atacando os postos de Dare e Fatuboro e oferecendo o território capturado aos Holandeses...

De 1893 a 1896 houve várias rebeliões em Lamaquitos, Agassa, Volguno, Luor-Bote, Fatumane, Fohorem, Lalaba, Cassabau, Calalo, Obulo, Marbo, Manu-Fahi que se consubstanciaram sob o Governo de Celestino da Silva (1894-1908) em termos de vassalagem para os reinos rebeldes de Maubara (1893), Hera e Dailor (1894), Fatumane (1895) e Buibau e Luca (1896), Manu-Fahi resistiu até 1900 depois de ter estado a ser atacado por três frentes por forças coloniais e mais de 12 mil Timorenses.

Em 1902 houve insurreições em Letefoho, depois foi Aileu (1903), Quelicai (1904) e novamente Manu-Fahi em 1907. Deve notar-se que nem toda a guerrilha em Timor era anticolonial, dadas as raízes de hostilidade histórica, os conflitos de fronteiras e comerciais (agrícolas ou de gado). Depois de 1911 a 1912 de novo Manu-Fahi chefiada por Dom Boaventura.

Curiosamente a 8 dezembro 1911 no Suai foi toda a população evacuada incluindo prospectores de petróleo ingleses (Pélissier, René, Timor en guerre: Le Crocodile et les Portugais 1847-1913" Pélissier, Orgeval, France, 1996, pp. 257-258).

Mais tarde (Decreto 30:004 de 27 de outubro de 1939) seria criada a Companhia Ultramarina de Petróleos para pesquisar jazidas de petróleo a oriente do meridiano 125° 50' E GW.

Ainda Geoffrey C. Gunn afirma

"... a pacificação colonial da guerra de Manu-Fahi ou das várias revoltas de 1894-1901, 1907-1908 e 1910-1913, causou a perda de 90 000 vidas.

As célebres companhias de moradores tiveram a sua última participação em guerra no ano de 1912, e foram reabilitados simbolicamente em 1937 no consulado do Governador Álvaro Fontoura que os deixava desfilar nos seus bizarros fardamentos⁸, armados de paus em forma de espingarda, coberturas coloridas e penas na cabeça e uma minúscula bandeirinha verde-rubra presa a estas hipotéticas espingardas.

O Comandante empunhava geralmente uma espada curva a que chamam espada de Macassar. Nalguns regulados os moradores organizaram pequenas formações de cavaleiros-lanceiros usando as lanças embandeiradas.

Aproveitou-se este entusiasmo para organizar as forças voluntárias de moradores e estabeleceu-se a sua colaboração com as forças militares da Colónia como estava naturalmente indicado; mas essa organização requeria um prévio e demorado estudo de cada regulado para não se ir destruir a hierarquia indígena evitando também reacender rivalidades muito antigas entre regulados de que ainda existem sinais palpáveis.

Por seu turno James Dunn (*Timor: A people betrayed*, Jacaranda Press, 1983, pp. 19-20) afirma:

"... Em 1893 a revolta de Maubara, um dos mais importantes reinos nativos a ocidente de Díli, foi a primeira duma série de rebeliões que devastaram muito do setor económico da Colónia. Assim quando o Governador Celestino da Silva tomou posse em 1894 a sua Colónia estava num estado lastimável. Foi recebido com uma ampla rebelião, guerra intertribais, depressão económica e anarquia.

Nalgumas áreas a agricultura tinha sido totalmente abandonada e a produção anual de café, sempre o índice da prosperidade de Timor, tinha baixado para 800 toneladas.

Em 1895, depois de duas campanhas contra os rebeldes e um sucesso reduzido, Celestino da Silva montou um exército de 28 Europeus e mais de 12 mil outras tropas, na sua maior parte guerreiros Timorenses, fornecidos pelos liurais, e foi tentar aniquilar aquilo que se tornara numa imensa revolta liderada por Dom Boaventura de Same.

Seguiram-se meses de intensas lutas, e massacres de ambos os lados, antes do Governador poder clamar vitória e começar a reestruturar a sua administração civil e militar. Como resultado destas vitórias militares, Timor tornou-se independente da autoridade da Colónia Portuguesa de Macau e o Governador passou a ser diretamente responsável perante o Governo Central em Lisboa.

Mas a resistência estava longe de ter esmorecido, e por mais de uma vez, pegou em armas contra as forças portuguesas.

⁸ (FONTOURA, A., 1942, O TRABALHO DOS INDÍGENAS DE TIMOR, ED. AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS, PP. 105-107)

No início de 1912 uma imensa campanha contra Dom Boaventura na área de Same causou a morte, de acordo com os próprios portugueses, de 3424 rebeldes e ferimentos em 12567, com 289 baixas portuguesas e 600 feridos.

Aos olhos dos portugueses, o Governador Celestino da Silva foi um dos melhores governadores de Timor. Decerto que ele foi um dos grandes responsáveis pela “pacificação” de Timor numa longa campanha prosseguida sem mercê durante um período de doze anos, mas o custo em sofrimento humano foi enorme.

Nos períodos de paz melhorou a administração criando 11 distritos militares de Comando e 48 postos militares. É-lhe igualmente atribuído o crédito pela melhoria substancial da produção agrícola, introdução de novas colheitas e melhoria das técnicas agrícolas, mas tais melhorias visavam beneficiar sobretudo os portugueses e os mestiços (Celestino foi um dos fundadores da SAPT) muitos dos quais se tornaram prósperos cultivadores, e beneficiou ainda os Chineses que já se estavam a notabilizar como mercadores e intermediários na Colónia.

Até à invasão japonesa de Timor durante a guerra não se registaram mais rebeliões tribais. A Colónia dividida em nove concelhos passou a ter treze compostos por 60 Postos Administrativos e uma Câmara Municipal (Díli). As circunscrições eram chefiadas por um Administrador e dividiam-se em postos, liderados por um Chefe de Posto, subdivididas em sucos (grupos de aldeias) com um Chefe de suco, e mais adiante estavam as povoações também com um Chefe embora este fosse honorífico. Os chefes de Posto podiam ser recrutados localmente, mas os administradores tinham de ser de carreira.

A última revolta ocorreu em 1959. JC escrevia em “Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975”

“Se as tropas aliadas tivessem deixado Timor neutral, pode ser que 60 mil Timorenses tivessem sobrevivido à brutal invasão japonesa e aos bombardeamentos aliados.

Depois do Armistício, a Administração Portuguesa escolhe como novos “Régulos” pessoas nas quais poderia confiar, embora, a maioria, carecesse de legitimidade real capaz de os impor às tribos e comunidades locais.

A administração portuguesa continua a utilizar os mesmos métodos brutais e de trabalhos forçados com que experimentara antes da Guerra eclodir. Isto provoca a infame rebelião de 1959 em Uato-Lari (na costa leste) em que milhares de guerreiros indígenas marcham para lutarem contra os Portugueses.

Para alguns historiadores a rebelião foi provocada por agitadores indonésios, mas não deixou sombras de dúvida que se tratava de uma situação temível.

Eventualmente uma “Bére – Bi (mulher Timorense)” trai o seu próprio povo e lança o alarme no Sporting, um clube em Díli⁹.

Reforços são imediatamente enviados de Goa (uma então Colónia portuguesa na Índia) e acaba por não se derramar sangue. Centenas de patriotas Timorenses são deportados para as colónias de Moçambique, Angola, Cabo Verde, e S. Tomé e Príncipe.

Para o povo de Timor-Leste a guerra só voltará 16 anos mais tarde. Entre 1945 e junho 1974, o Governo Indonésio cumprindo as leis internacionais assevera nas Nações Unidas e fora dela ‘não ter ambições territoriais sobre o território de Timor’.

Em 1960, Timor era considerado um território não autónomo sob administração portuguesa de acordo com a Resolução 1514 (XV) de 14 dezembro 1960. Entre 1962 e até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprova várias Resoluções que apoiam o direito à autodeterminação de Timor-Leste e das restantes colónias portuguesas, eufemisticamente denominadas Províncias Ultramarinas, em sintonia com a França que designava os seus territórios coloniais como ‘Territoires d’outre Mer’.

A rebelião começou a 7 de junho de 1959 na povoação de Uato-Lari e estendeu-se até Viqueque e de acordo com Bruce Juddery do Camberra Times combinava elementos anticoloniais, antiportugueses e tribais. O Governador Português exacerbou os ânimos ao formar uma milícia em Lospalos na ponta leste a fim de combater a rebelião.

Numa semana morreram entre 500 a mil pessoas.

Segundo Juddery a Indonésia tinha infiltrado oficiais seus meses antes para semearem sentimentos dissidentes no litoral norte até Baucau.

Bill Nicoll (The stillborn nation, Visa, Melbourne, 1978) explica que os indonésios eram dissidentes da Permesta (rebelião das ilhas exteriores da Indonésia, Molucas do Sul), apoiados pela CIA para lançarem uma guerra secessionista mais ampla na Indonésia.

Aparentemente não tinham o apoio de Jacarta embora o cônsul indonésio fosse demitido em 3 junho 1959. Os indonésios tinham obtido asilo português, mas foram expulsos enquanto os dirigentes locais do Movimento de Uato-Lari foram deportados para Angola e só foram autorizados a regressar a Timor em 1968.

⁹ (FILIPE THEMUDO BARATA, EX GOVERNADOR 1959-1963, EM ‘TIMOR CONTEMPORÂNEO’, ED. EQUILÍBRIO EDITORIAL, LISBOA 1998, APRESENTA A VERSÃO OFICIAL DA REBELIÃO, QUE DIFERE DESTA, E QUE OCORREU ENQUANTO ELE ESTAVA EM TRÂNSITO PARA TOMAR POSSE COMO GOVERNADOR)

Nesse ano abriu a delegação da PIDE em Díli que além de vigiar Timorenses também se preocupava com a Timor Oil Company e ameaças dos sindicalistas australianos.

Abílio de Araújo liga a PIDE a uma resposta à insurreição de junho 1959. Nesse ano, a equivalente australiana, ASIS (Australian Secret Intelligence Service) abre uma delegação em Díli.

A comunidade árabe de Timor situava-se em Alor, a oeste de Díli, e quando tenta naturalizar-se indonésia no Consulado em Díli, os portugueses ofereceram-lhe a nacionalidade portuguesa (Kompas, 15 agosto 1977).

Já Themudo Barata (Timor Contemporâneo', Lisboa 1998) narra assim a sublevação:

“As primeiras notícias de que algo de preocupante se passa no leste chegam ao Administrador de Baucau nos primeiros dias de junho, através duma informação do Encarregado do Posto de Baguia: dois dos indonésios de Viqueque ter-se-iam reunido com alguns chefes nativos de Uato-Lari e Uato-Carbau para planear uma revolta. As reuniões efetuaram-se de noite e naqueles próprios postos. ...

Nesse mesmo dia o Administrador de Baucau é instruído para “ter os indonésios preparados para, se necessário, serem transportados para Díli.

O Administrador – então em Díli – transmite estas instruções para Baucau, com o pedido de as comunicarem também para Viqueque. Porém, já em 3 de junho aquele Administrador havia sido chamado pelo Encarregado do Governo, que o incumbiu de regressar de avião a Baucau para prender dois Timorenses tidos como implicados no Movimento (um deles o Encarregado da estação postal).

O Administrador de Viqueque foi informado, em princípios de junho, por carta da administração vizinha (Baucau) dos acontecimentos de Díli e das movimentações dos asilados de Viqueque até Uato-Lari e Uato-Carbau. Pareceu-lhe, porém “que tais notícias não correspondiam à verdade”, pois todos os dias se avistava com os indonésios. E além disso, quatro deles tinham acabado de assinar uma declaração em papel selado pedindo para regressar à Indonésia. É provável que, pressentindo que as coisas não estariam a correr-lhe de feição, isto fosse uma simples tentativa de se escaparem.

Todavia, pela meia-noite de domingo, dia 7, a residência do Administrador estava a ser assaltada e ele a ver-se obrigado a retirar sob fogo dos sublevados! Nas vésperas, o Secretário da administração de Baucau havia-lhe transmitido instruções do Governo para que os indonésios fossem avisados que uma viatura os viria buscar “a fim de regularizarem assuntos do seu interesse”. Santa ingenuidade! Os indonésios apercebem-se que o cerco se aperta.

Na manhã desse domingo, o Administrador ouve alguns dos indigitados na presença dum velho colono. Todos garantem que nada fizeram e nada sabem. Contudo, apesar disso, determina que um dos apontados como mais ativo aguarde a conclusão das averiguações no quartel dos “sipaios”. Este finge obedecer, vai buscar a sua roupa a casa dum amigo, mas no percurso encontra-se com o tenente Gerson que o manda seguir imediatamente para Uato-Lari para sublevar esse Posto. Ele cumpre. O Administrador só a posteriori descobre tudo isto. Na ocasião continuava a confiar, considerando que “algum perigo que porventura pudesse existir havia passado”. Tanto assim que – como confessa no seu relatório – na tarde desse domingo jogou tranquilamente futebol com os indonésios “quando já arriavam abandeira nacional em Uato-Lari”.

De facto, pelas cinco da tarde, Uato-Lari é assaltado pelo Chefe atrás referido com apoio de alguns sipaios, tendo o cuidado de cortar logo as ligações telefónicas com Viqueque. Convoca o povo e manda emissários a Uato-Carbau para falarem com dois chefes de suco desse Posto e com instruções para fazerem o mesmo. O plano prossegue com êxito!

Pelas oito e meia dessa noite, três indonésios (Gerson, Jeremias Pello e Moniaga) reúnem-se em casa dum funcionário aposentado com mais três ou quatro Timorenses de certo nível cultural e umas dezenas de outros mandados vir de localidades próximas. Moniaga havia procurado contacto telefónico com os asilados de Baucau. Ou não o conseguiu ou não foi convincente, pois estes nove indonésios foram presos na manhã seguinte sem qualquer dificuldade: estavam todos pacatamente dormindo.

Sentindo-se descobertos, os asilados políticos de Viqueque decidem assaltar a secretaria da administração e apropriar-se de todas as armas e munições, o que fizeram cerca das onze e meia da noite, regressando com esse espólio à casa onde se haviam reunido. Entretanto Gerson mandou cortar as ligações telefónicas com Ossú (no caminho de Baucau – Viqueque) e intercetar a estrada com árvores para impedir o trânsito.

Nessa noite – num novo gesto bem revelador do seu estado de espírito de uma extrema confiança para além dos limites da prudência – o Administrador dispensou um dos dois sipaios armados que, com os “moradores”, fariam a guarda à secretaria “porque o ambiente era calmo”, “porque o Movimento tinha sido já descoberto em Díli e efetuadas prisões e porque já os indonésios estavam prontos a seguir para Díli nessa manhã (...) aparentemente satisfeitos (...)”

A guarnição era pequena obrigando-os a perder por vezes noites sucessivas. Quis poupá-los. Grande decepção iria ter! Poucas horas depois dá-se o assalto à secretaria. Há guardas que resistem e são feridos.

O Administrador só dá conta do que se passa, quando os sublevados se decidem a assaltar a sua casa. Pouco deve passar da meia-noite. É cercada pelos indonésios, que arregimentaram também uns Timorenses que dormiam por ali para receberem salários e pagamentos de cocos que tinham vendido ao estado. Surpreendido pelo tiroteio, reage como pode.

O tenente Gerson comanda o grupo que ataca a residência, enquanto outro asilado, acompanhado por um Timorense dos que estiveram na reunião, toma posições junto à ponte da estrada para Ossú, no intuito de impedir a retirada. O Administrador consegue meter-se num jipe com a família e com um aspirante administrativo (Timorense) que o coadjuvava e, debaixo de fogo, com o jipe varado pelas balas, felizmente sem danos pessoais, chega a Ossú, tendo logrado passar sobre os troncos que pretendiam barrar-lhe a estrada.

Telefona para o seu colega de Baucau pedindo 50 "moradores" para o acompanharem no seu regresso a Viqueque., logo que deixasse a família em segurança. Pelas três da madrugada telefona também para Díli (para o Chefe de Gabinete) a dar conta desta grave ocorrência, o qual lhe determina que peça o jipe da missão local e se dirija a Baucau, para onde lhe serão dadas diretivas.

Os sublevados não ficam inativos. Apropriam-se da camioneta da administração de Viqueque e seguem para Uato-Lari. Chegam pela manhã sendo recebidos pelos amotinados que tinham ao peito tiras de pano com as cores da bandeira indonésia.

O tenente Gerson, com dois Timorenses mais evoluídos, prossegue para Uato-Carbau, onde são igualmente bem-recebidos. Em Díli, o Chefe de Gabinete, após o dramático relato do Administrador Ramos, telefona ao Chefe da Polícia. Dão umas voltas rápidas pela cidade para esclarecer uma perseguição suspeita (ou fantasiosa?) que haveria sofrido o radiotelegrafista que aquela hora entrava de serviço, segundo participação que acabara de fazer à Polícia. Dirigem-se à residência do Encarregado de Governo que dá ao tenente Braga instruções para informar o Chefe de Estado-Maior acerca da situação e para lhe dizer que deve mandar imediatamente preparar duas secções de atiradores reforçadas, sob o Comando dum subalterno para seguirem para Baucau logo ao alvorecer. Isto para além, claro está, de outras providências como: controlo de comunicações telefónicas, alerta das unidades militares e imediata detenção dos restantes asilados indonésios.

Pelas seis da manhã, o Encarregado de Governo assiste no campo de aviação de Díli à partida daquela pequena força para Baucau, onde haviam sido mandadas requisitar camionetas e convocados alguns civis (Timorenses, Europeus e Chineses) a quem foram distribuídas armas e munições. Recomenda-se aos chefes nativos da circunscrição de Baucau que reúnam os seus homens e patrulhem a sua área com os meios tradicionais.

Pouco depois do meio-dia de segunda-feira, o Administrador Ramos regressa a Viqueque apoiado por essa pequena força (um Oficial, um sargento e nove praças), estando ele próprio armado apenas com uma simples espingarda calibre 22, cedida por um particular. Pelo fim da tarde sabe-se que havia regressado o motorista da camioneta de um comerciante chinês, que os sublevados coagiram a ir a Uato-Lari e que dá notícias preocupantes: os revoltosos foram recebidos por bastantes chefes nativos com os seus arraiais.

Decide-se então promover também o levantamento de arraiais fiéis. Na zona de Viqueque, com exceção de Lacluta, a população reagiu mais lentamente. Em Lautém a reação foi muito viva e muito rápida: poucas horas depois todo o povo se mostrava disponível e, nessa noite, o respetivo Administrador tinha já à sua volta centenas de homens.

Nessa agitada manhã de segunda-feira, dois dos restantes asilados de Viqueque são detidos a caminho de Ossú, prova que os revoltosos apenas haviam encontrado algum apoio na região a leste da estrada Baucau – Viqueque, nas áreas de Uato-Lari e Uato-Carbau.

Segundo as últimas informações chegadas ao Gabinete, os rebeldes haviam deixado em Uato-Lari gente sua chefiada pelo António Metan e pelo indonésio Moniaga e tinham reunido a norte de Uato-Carbau três grupos relativamente numerosos. Suspeitava-se que tivessem – ou que pensassem ter – apoios em Laga, fundeadouro no estreito de Wetar (na costa norte), onde a presença demasiado frequente de córcoras indonésias causava certa desconfiança.

Os arraiais de Lautém, coordenados pelo Administrador Serra Frazão e apoiados por uma parte da pequena diligência militar estacionada em Lospalos, formam o cerco por leste, mantendo-se também atentos à zona de Laga.

Em Díli há preocupação e um certo nervosismo: são poucas as informações sobre o que realmente se passa nas áreas sublevadas e são muito poucos os meios.

Na terça-feira, dia 9, decide-se enviar um reforço de mais alguns soldados e designa-se o capitão Manuel João Fajardo para dirigir localmente as operações. Este destacamento iria de avião, mas, afinal, à última hora, vai em alguns Unimogs militares.

É manifesta uma certa tensão no relacionamento entre o Estado-Maior do Comando militar e a Repartição do Gabinete do Encarregado do Governo, ainda que o responsável máximo seja, em ambos os caos, a mesma pessoa. Uma divergência importante surge quanto ao plano a seguir para dominar a

sublevação. O Chefe de Gabinete (que, na prática, vinha coordenando tudo, em ligação com os administradores) discorda da orientação seguida pelo capitão que passou a comandar as tropas enviadas para o leste, o qual centra as suas forças e preocupações em Viqueque, para onde faz seguir também todo o pessoal civil disponível em Baucau, incluindo médicos e enfermeiros.

Ao contrário, entendia o Gabinete ser fundamental impedir o acesso dos revoltosos à costa norte e dar, portanto, toda a atenção à zona de Baguia para barrar o caminho para Laga. O capitão era apoiado pelo CEM. O tenente Braga coloca o assunto ao Encarregado do Governo (e Comandante Militar) que concorda com as suas preocupações, mandando imediatamente reforçar a guarnição de Baguia com parte de um destacamento militar que guardava a estação de rádio de Baucau. O tempo corria. Estava-se já a 10 de junho.

As comunicações com Viqueque continuam difíceis. Desde há dois dias nada se sabe da coluna militar. A diligência de Baucau seguiu na noite de 10, quarta-feira, para Baguia e na madrugada seguinte segue de Díli uma nova secção de atiradores para a substituir. E – atente-se na pobreza dos meios – envia-se mais um cabo e duas praças Timorenses com uma Bazuca para reforçar Baguia.

Pelas 11 horas de 11 de junho, efetivamente os insurretos estão à vista de Baguia e pelo meio-dia tentam um primeiro assalto à tranqueira (Recinto de proteção a antigas instalações militares em Timor onde depois se instalaram os postos administrativos. Nesse preciso momento estava a chegar um jipe com o tal lança-granadas Bazuca, que nem sequer houve tempo de recolher dentro da tranqueira. Só num pequeno intervalo entre os assaltos isto se consegue.

Os sublevados retrocedem com algumas baixas, recompõem-se e, por mais de uma vez, repetem a tentativa. Felizmente, para nós, as armas e munições que tinham roubado eram de fraca qualidade (muitos cartuchos não disparavam). Iniciam a debandada em direção a Uato-Carbau.

Na circunscrição de Baucau, apenas dois chefes nativos do Posto de Baguia tinham apoiado os revoltosos, mas não conseguiram sublevar os seus povos e foram mortos pelos seus próprios homens. No final da tarde, quando o Gabinete procurava ainda obter notícias da coluna do capitão Fajardo, surge inesperadamente na linha a voz de um guarda-fios que procurava restabelecer as ligações telefónicas com Ossú. Estava escondido no mato e não ocultava o medo bem natural que sentia naquela situação. Já havia podido contactar com o seu colega de Uato-Carbau, que o informou que os rebeldes já tinham regressado após o ataque a Baguia, fugindo para as suas terras ou procurando esconder-se.

Pouco depois, o mesmo guarda-fios informa que esse seu colega lhe diz que se ouviam grandes estrondos para os lados de Uato-Lari. Vem depois a saber-se que eram as nossas forças que, antes de entrarem em Uato-Lari, haviam disparado granadas de morteiro. Este pequeno incidente é bem revelador das enormes dificuldades técnicas no domínio das comunicações e, também, da falta de ligação entre as pessoas.

Somente pelas 10 da manhã do dia 12, sexta-feira, o Encarregado do Governo (e Comandante Militar) entra em contacto com o capitão Fajardo. Estava já em Uato-Lari. Procedia a averiguações que retardavam o seu avanço para Uato-Carbau.

Segundo ele, os rebeldes estariam concentrados na foz da ribeira de Irabere, preparando-se para atacar Uato-Lari. Todavia, nesse momento a coluna com os arraiais do Administrador de Lautém atacava Uato-Carbau, depois de ter atravessado a vau aquela ribeira.

Continuavam a ser diferentes as perspectivas do Gabinete e do Comando das operações militares: o primeiro considerava urgente que a coluna se ligasse aos arraiais no ataque a Uato-Carbau: o segundo entendia que o essencial seria conter a ameaça da presumida concentração na foz da Irabere. O Comandante Militar chama imediatamente o Chefe de Estado-Maior e determina que, na manhã seguinte, o capitão Barreiros (acompanhado dum antigo funcionário civil que conhecia bem aquela região) fosse assumir o Comando da coluna, enquanto o anterior prosseguia as suas averiguações em Uato-Lari. Parte de avião para Baucau no dia 13.

Na véspera, os arraiais de Lautém ocupam Uato-Carbau. A rebelião desmantela-se. Os rebeldes espalham-se. É o "salve-se quem puder". Mais uma semana e, dos principais responsáveis apenas havia por capturar um dos indonésios, que foi detido na manhã do dia 20 e um ajudante de observador dos serviços meteorológicos, detido quatro ou cinco dias depois.

Precisamente nesta ocasião (22 de junho) chegava eu (Filipe Themudo Barata, Governador 1959-196) a Timor...O instrutor do processo pensa que foi tudo iniciativa do próprio cônsul Nazwar Jacob, solidário com rebeldes de Sumatra, que via no êxito da sublevação em Timor um reforço para o seu partido. Talvez isso tenha uma grande parcela de verdade, mas o facto é que o novo cônsul (Teng Ku Hussim) continuou a dar apoio aos implicados e, inclusive a sugerir-lhes o recurso ao asilo político. E mais ainda.

As ameaças da Indonésia não pararam. As atividades suspeitas do novo cônsul prosseguiram e, poucas semanas após o meu regresso à Metrópole, na fronteira terrestre (região de Covalima), há mesmo infiltrações declaradas de grupos de cerca de 200 indonésios acompanhados de polícias com pistolas-metralhadoras e espingardas, que deram origem a sérios confrontos e a firme reação das nossas tropas de 2ª linha.

John Taylor, no seu livro "Timor - A História Oculta", p. 59, explica a sua visão citando José Martins (líder do Kota):

"Relatórios sobre o grau de envolvimento indonésio na rebelião variam consideravelmente, alguns argumentando mesmo, que os catorze oficiais eram agentes diretos do Governo Indonésio, enviados certamente para organizar o derrube da administração colonial.

O que parece mais provável é eles terem sido líderes locais, verdadeiros dissidentes, que tentaram mobilizar o descontentamento local como meio de refazerem a sua base, em Timor-Leste.

O que é inquestionável é que eles foram ajudados tanto pelo cônsul indonésio em Díli, como por apoiantes em Kupang, no Timor Indonésio, os quais tinham concordado em fornecer armas.

Estes factos indicam que já existia um lóbi integracionista que tinha o apoio, a certo nível, do Governo Indonésio." Aliás, as consequências desta "aventura" foram mínimas para os instigadores indonésios, que foram apenas expulsos.

Como sempre aconteceu e pelos vistos continua assim ainda hoje, os Timorenses envolvidos é que foram carne para canhão, tendo sido mortos, deportados, presos e sido "premiados" com a presença da PIDE em Timor a partir desse momento.

James Dunn (Timor: A people betrayed, The Jacaranda Press, 1983, pp. 33-34) declara enfaticamente

"É altamente improvável que o Governo Indonésio esteja implicado, ou que soubesse mesmo o que se estava a passar.

Tudo começou com um barco carregado catorze sobreviventes indonésios do Movimento "Permesta", um dos grupos da chamada "Revolta dos Coronéis" contra o Presidente Sukarno e o Governo Central, comandada pelos Coronéis Lubis, Kawilarang, Simbolon, Hussein, Warouw e Sumual. Os refugiados aportaram a Timor Português provavelmente vindos do sudeste das Celebes (Sulawesi) onde a força principal da resistência militar tinha sido aniquilada pelas forças do Governo Central. Buscaram asilo político em Timor Português e, a seu tempo, foi-lhes autorizada a permanência na zona de Baucau.

Contudo, os indonésios rapidamente se aperceberam de que o sistema colonial português não lhes agradava, e começaram a semear intriga a dissidentes Timorenses na zona de Viqueque – Ossú, Baucau, Uato-Lari, e mesmo em Díli, numa tentativa de destronarem o poder colonial. Os asilados obtiveram também o apoio do cônsul indonésio em Díli, que, parece ter agido sem o conhecimento o consentimento de Jacarta.

O que se passou foi que a amante rejeitada dum dos principais conspiradores divulgou o planeado golpe à Polícia em Díli e foram tomadas as devidas contra medidas. Contudo, registaram-se violentos confrontos nos distritos de Ossú, Viqueque e Uato-Lari., nos quais cinicamente os portugueses utilizaram tropas de 2ª linha de reinos vizinhos que eram tradicionalmente hostis aos rebeldes Timorenses, tendo a oposição sido prontamente aniquilada dum forma sangrenta. Mais de 150 foram mortos e centenas feitos prisioneiros.

Sessenta Timorenses foram exilados para Angola e Moçambique e, a seu tempo, os dissidentes indonésios expulsos de Timor. O cônsul foi chamado e repreendido pelo seu envolvimento. Os Indonésios reclamaram a sua inocência ou qualquer envolvimento no conluio de 1959, mas os portugueses que pouco ou nada sabiam da insurreição em Sulawesi desconfiaram.

Parece, no entanto, haver poucas dúvidas de que se tratou dum iniciativa local dos fugitivos da Indonésia Oriental que foram capazes de explorar o descontentamento com a administração local. O conluio foi provavelmente demasiado amador e, mesmo que não tivesse sido descoberto, provavelmente não teria tido sucesso em desalojar os portugueses.

Contudo, o incidente teve profundas implicações nas autoridades locais e nos Portugueses em geral, dado coincidir com uma intensificação da campanha do Presidente Sukarno contra o imperialismo e colonialismo. Os portugueses reagiram com um aumento da sua capacidade de segurança na província e na fronteira e com o aumento da delegação da PIDE. Contudo o incidente não se repetiu.

Havia disputas fronteiriças de tempos a tempos, normalmente causando algumas baixas ou perda de vida, mas normalmente tratava-se de confrontos derivados de roubo de gado, ou de disputas tribais envolvendo os dois lados da fronteira. Sempre que um incidente desses ocorreu, causava tremenda inquietação em Díli e especulação dum intervenção indonésia.

Um dos pontos mais alto desse nervosismo ocorreu em 1962 quando os Holandeses finalmente cederam a Irian Jaya [Papua] Ocidental à Indonésia. Era temido que Timor-Leste fosse o próximo alvo de libertação, mas a campanha "ganyang malaysia (esmagar a Malásia) " veio trazer uma nova dimensão e proporcionando o alívio à administração colonial [portuguesa]."

Esta também a versão dos eventos de que JC se serviu no livro "Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975", mas que como se vê é bem diferente da do ex-Governador Themudo Barata.

Depois desta longa visita ao passado, do fim do século XIX a meados do século XX, parece difícil atribuir os incidentes iniciados em abril 2006 a conflitos tribais, dado que parecem ter-se esgotado em junho 1959, sem qualquer registo posterior de lutas intertribais. O poderio dos Régulos e liurais esmoreceu e em 1975 era pouco mais do que simbólico.

A divisão administrativa colonial portuguesa fizera esbater esta tradicional divisão dos povos de Timor, e, posteriormente, com a ocupação indonésia parece ter-se esfumado de vez. O que não desapareceu, porém foi a animosidade ancestral entre o oeste e o leste, agora enriquecida pela dicotomia de resistência ativa contra a Indonésia representada pela Falintil e pelos povos de leste contra os povos de oeste, associados ao colaboracionismo com o invasor.

Desde a proclamação da independência que se ouvem queixas dos antigos guerrilheiros. Cremos que o Estado falhou totalmente por minorizar estas queixas e deixá-las latentes nos milhares de guerrilheiros compulsivamente passados a uma reforma sem benefícios fiscais ou económicos, sem ocupação ou treino para desempenharem a sua posição na nova sociedade democrática Timorense. A má divisão da atribuição dos postos de Comando e Chefia militares a pessoas Loromonu em detrimento dos Lorosae tem *ab initio* um certo fundamento nas queixas que motivaram os incidentes que levaram em fevereiro à saída de mais de 500 militares, prontamente demitidos por abandono do cargo. Cremos que o Governo subestimou a real dimensão do problema e se serviu duma legitimação legalista para a levar a cabo sem se aperceber da caixa de Pandora que poderia estar a abrir. Houve inação e incúria e uma forma sobranceira de tratar o problema.

O Presidente Xanana depois de ouvir os descontentes mostrou que estava a favor doutro tipo de solução, mas o Governo permaneceu mudo e firme na sua decisão de não os reintegrar. Até aqui verificaram-se dois factos apenas: descontentamento por origem étnica e por motivos de privilégio aos Loromonu. Não havia ainda nenhuma tentativa de golpe de estado.

Só quando os autoproclamados líderes militares rebeldes (ou meramente desertores?) intensificam as suas exigências, após a criação duma Comissão de Inquérito, e pedem a cabeça do Governo ou a demissão do mesmo, obviamente com o apoio de forças externas como foi dito por Mari Alkatiri, se pode começar a falar de tentativa de golpe de estado.

O plano B, certamente apoiado pelos EUA, Austrália e outros, confiava que a candidatura do embaixador José Luís Guterres tivesse amplo apoio das bases da Fretilin, o que não aconteceu. Foi um fracasso total e veio reforçar ainda mais a liderança do Primeiro-Ministro (sempre tão odiado pela Austrália que jamais lhe perdoa as duras negociações para a exploração do petróleo e a sua firmeza em não abdicar duma linha de crescimento económico lenta mas segura).

Nesta altura já as tropas australianas estavam em fase adiantada de preparativos para uma "invasão pacífica" de Timor a pedido deste jovem país.

Não se contesta que as coisas chegaram a um ponto em que era forçoso pedir a ajuda do exterior para terminar com os conflitos entre exército e Polícia, ao longo das mesmas margens de divisão que atrás se mencionaram.

A rapidez da chegada das tropas australianas só veio comprovar que o seu estado de alerta para intervir se tinha precipitado com a vitória esmagadora de Mari Alkatiri no Congresso da Fretilin.

Nesta ocasião esperava-se muito mais do sábio Xanana que se limitou a uma ou outra pálida intervenção e preferiu manter-se na sombra, em vez de vir a terreiro clarificar as águas.

Sei que muitos em Portugal atribuem a Xanana qualidades mais próprias dum santo do que dum ex-guerrilheiro, mas, decerto, a maioria não estava preparada para o ver apenas como um homem como veio a demonstrar ao longo desta fase do conflito.

Por seu turno, quem não perdera tempo a demarcar-se e a criticar o Governo foi Ramos Horta, esse sempre ambicioso líder Timorense para quem o cargo de Secretário-Geral da ONU é o mínimo a que se acha com direito. Manobrando os bastidores, e, posteriormente avistando-se com os militares revoltosos e traidores ao seu juramento perante o Estado veio a conseguir preencher o vácuo de Xanana e a intransigência do Governo.

Nessa altura já toda a máquina da desinformação da Comunicação Social australiana, cujo interesse no petróleo não pode ser descurado, aliados à sua velha antipatia por Mari Alkatiri, estava pronta a levar a tentativa de golpe de estado a uma fase mais avançada.

Aqui entra o elemento indonésio até então silencioso: os jovens armados de catanas e armas ligeiras a repetirem as façanhas de 1999, pegando fogo a casas, roubando documentos das repartições (sabendo bem o que queriam, as provas que implicavam o general Wiranto nas atrocidades de então) e criando o pânico em vários bairros da cidade de Díli.

A história do petróleo e a prisão de Eurico Guterres podem ter mais a ver com isto do que a mera antipatia que todos parecem agora sentir contra Mari Alkatiri.

Como escrevia Henrique Correia em 31 maio (2006):

“Estes senhores Reinaldo e Salsinha foram eleitos por quem? Qual é a autoridade deles para exigirem a demissão do 1º Ministro? O País não pode ser governado na rua. Espero que os líderes Timorenses não cedam a estas pretensões absurdas.

Estamos a assistir à repetição da novela "CPD-RDTL" Se não gostam do Mari Alkatiri, formem um novo partido para concorrer às próximas eleições, daqui a um ano, ou votem num dos partidos que se opõem à Fretilin. Assim é que se faz num país democrático.

Se preferem outro tipo de regime em que sejam eles a mandar, vão para outro país, que há por aí muitos assim, ou mudem-se para a Ilha Fatu Sinai e declarem a independência. O Rei seria D. Alfredo I, o "almirante". Quem é este Comandante Reinaldo? Foi capturado pelas tropas indonésias em 1975, e foi colocado como servente ou carregador no exército indonésio nas Celebes e Kalimantan antes de escapar para a Austrália.

Arranjou emprego como estivador nas docas da Austrália Ocidental onde esteve durante nove anos, antes de regressar a Timor depois do histórico referendo de 1999. As suas “proezas náuticas” foram rapidamente postas a funcionar nas novas forças de defesa de Timor (F-FDTL) tendo sido nomeado Comandante dos dois barcos de patrulha que constituem a marinha do novo país. Mas a sua carreira rapidamente esmoreceu e o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak transferiu-o para o Quartel-general em Díli.

Foi uma desfeita que ele jamais perdoou ou esqueceu. Mais tarde, foi nomeado Comandante dum pelotão de Polícia militar com 33 homens após ter estado a ser treinado no Australian Defence Force College em Camberra em finais de 2005.

Forjou também um passeio operacional num barco patrulha da Real Marinha Australiana (RAN) a pensar tomar conta da Estação Naval em Hera nas proximidades de Díli.

A crise começou em 28 de abril 2006, com a manifestação de 600 militares expulsos do Exército. A manifestação foi dispersada pelo Exército, que abriu fogo e matou quatro pessoas. Logo após a ação, o Comandante Alfredo Reinaldo, líder rebelde, fugiu para as montanhas com 25 homens armados. Dias depois, 12 policiais foram assassinados pelo Exército, o maior massacre ocorrido no Timor desde a sangrenta repressão indonésia que ocorreu após o voto a favor da independência, no plebiscito de 1999.

Reinaldo disse que o protesto era a resposta às promoções incentivadas no Exército por Rodrigues, aliado ao Primeiro-ministro Alkatiri que, segundo o líder rebelde, queria o controlo militar para aumentar seu poder político perto das eleições de 2007. Além disso, a revolta de Reinaldo incentivou um fenómeno novo no país: o confronto violento entre os habitantes do oeste e a minoria do leste que controla o Governo e as Forças Armadas.

O major Alfredo Reinaldo abandonou a hierarquia de Comando das forças armadas a 4 de maio 2006, acompanhado de mais 15 efetivos da Polícia Militar, unidade que comandava.

O outro autoproclamado líder dos rebeldes é Gastão Salsinha, nascido em Ermera e que representa os interesses dos rebeldes Loromonu. Consta que terá sido detido no ano passado por contrabando de sândalo e foi-lhe cancelado o curso para capitão que estava a frequentar. Salsinha é um amigo muito chegado de Rogério Lobato, o qual parece ter estado envolvido noutra caso misterioso duma apreensão de sândalo em 2002, nunca totalmente explicada.

O nome da família Lobato é sinónimo com a longa guerra de autodeterminação do povo. O seu irmão e líder da Resistência, Nicolau foi morto num combate com forças especiais da Indonésia em 1978. A sua mulher tinha sido executada no porto de Díli, logo após a invasão indonésia de 7 de dezembro de 1975. Um dos cinco membros do Comité Central da Fretilin enviados para o estrangeiro em 1975 (juntamente com Mari Alkatiri, Ramos Horta e Roque Rodrigues), Lobato tinha ordens para obter apoio para a recém-anunciada independência de Timor.

Em 1978 esteve a ser treinado pelos famigerados Khmer Rouge antes de ir para Angola, onde foi preso em 1983 por abuso dos poderes diplomáticos, tráfico de diamantes e solicitar os serviços de prostitutas. Depois, esteve envolvido num grupo de "conciliadores" promovido pela Indonésia no início da década de 1990, tendo regressado a Timor em novembro de 2000 sem uma base de apoio popular forte. Esta situação não durou muito. Excluído do Governo de transição da ONU foi atraído pela defesa dos direitos dos veteranos guerrilheiros, tendo desafiado a legitimidade da recém-criada F-FDTL.

As ameaças ao Governo e a sua provocação acabariam por dar frutos, quando em 2002 foi nomeado Ministro da Administração Interna. Não perdeu tempo a criar uma força nacional de Polícia capaz de rivalizar com as F-FDTL, um corpo de 30 mil homens com três ramos paramilitares.

Depois desta intervenção australiana com 2 mil homens, à data em que escrevo, virá a fatura do "apoio" australiano que tentará colocar um Governo fantoche ou mais maleável no trono em Díli.

Uma espécie de protetorado de Camberra que é o novo xerife na região. Para isso, a ambição desmesurada de Ramos Horta, pode ajudar, seja para Secretário-geral da ONU seja para Primeiro-ministro Timorense.

Que promessas terá ele recebido agora do Governo de Camberra? Quem se não lembra já do anunciado apoio que (Horta) disse ter recebido de Gough Whitlam em 1975, quando este já dera luz verde a Suharto para invadir com a promessa duma não-intervenção australiana?

O programa "The World Today" em 30 maio 2006 12:21:00, (Repórter Toni Hassan e Edmond Roy) entrevistava Damien Kingsbury, do International Development Studies na Universidade Deakin University, que afirmou

"Um exército de apenas 1500 homens é demasiado pequeno para ter qualquer capacidade prática de defesa. Serve uma função simbólica mas causa mais mal do que bem... ocasionalmente interfere na política, está dividido dentre as suas fileiras. ...

Outro problema que é ridículo e é um erro, é a escolha da língua portuguesa que é oficial conjuntamente com o Tétum, e em resultado disso números significativos da população não fala nenhuma delas porque foram educados em Bahasa Indonésia, além de haver mais 15 idiomas locais.

O Primeiro-ministro que passou décadas em Portugal durante a luta de independência fala Português – uma língua que o povo que ele governa não entende nem fala. Isto só vem aumentar as críticas da sua arrogância e do seu desprendimento.

A maior parte da população fala indonésio e existe uma falta de comunicação entre o Governo e o povo, em especial nos tribunais e na burocracia. Penso que isso deve ser reconsiderado.

Mais uma chega a dizer que o problema de Timor é devido à língua portuguesa quando em Timor alegadamente falam todos Bahasa para se entenderem.

Segundo estes analistas 1º a Fretilin, 2º a falta de razão para a existência dum exército e 3º a língua portuguesa, são os culpados deste falhanço que não teria ocorrido se todos falassem indonésio.

Ninguém se deu conta que em qualquer democracia o povo é quem escolhe em quem vota. Neste caso a Fretilin, goste-se ou deteste-se, teve mais votos que todos os outros juntos. Foi a Fretilin com o apoio dos restantes partidos que decidiu sobre a língua portuguesa e o Tétum.

JC, como cidadão australiano, também está farto de dizer que os problemas da Austrália se devem a ter uma Rainha longínqua, inoperante e ridícula mas nas urnas, o seu voto não chegou ainda para tornar o seu país numa República. Acham que deveria arranjar uns contestatários para criar conflitos como em Timor e mandar a democracia às urtigas?

O Presidente Xanana Gusmão renovou o seu apelo à reconciliação e à união nacional, num dia em que foram anunciadas oficialmente as mudanças nos Ministérios da Defesa e do Interior.

"Vamos esquecer o que passou. É nossa obrigação perdoar e reconstruir nossa amada nação", disse Gusmão, num discurso no quartel da Polícia em Díli. Gusmão assumiu, no início da semana, o controle do Exército e da Polícia para deter o confronto entre as duas forças, que receberam a ordem de se recolher aos quartéis.

A nação recebeu o anúncio oficial de que o Ministro de Relações Exteriores, José Ramos Horta, vai assumir a Defesa no lugar de Roque Rodrigues, e que o Vice-Ministro do Interior, Alcino Baris, foi promovido a Ministro. Rogério Lobato e Roque Rodrigues apresentaram a sua demissão (para evitarem serem destituídos) em consequência da crise de 28 de abril, com a manifestação de 600 militares expulsos do Exército.

A manifestação foi dispersada pelo Exército, que abriu fogo e matou quatro pessoas. Logo após a ação, o Comandante Alfredo Reinaldo, líder rebelde, fugiu para as montanhas com 25 homens armados. Dias depois, 12 policiais foram assassinados pelo Exército, o maior massacre ocorrido no Timor desde a sangrenta repressão indonésia que ocorreu após o voto a favor da independência, no plebiscito de 1999.

Reinaldo disse que o protesto era a resposta às promoções incentivadas no Exército por Roque Rodrigues, aliado ao Primeiro-ministro Alkatiri que, segundo o líder rebelde, queria o controlo militar para aumentar o seu poder político perto das eleições de 2007.

Além disso, a revolta de Reinaldo incentivou um fenómeno até agora novo no país: o confronto violento entre os habitantes do oeste e a minoria do leste que controla o Governo e as Forças Armadas.

O levantamento também evidenciou os atritos entre o Presidente Timorense, Xanana Gusmão, o político mais apreciado do país, e Alkatiri, muito impopular por professar a religião muçulmana em Timor-Leste, onde 90% da população é católica.

Alkatiri declarou à televisão australiana que não existe um conflito de poder entre ele e Gusmão. Os confrontos entre ex-militares e ataques de grupos de civis armados deixaram cerca de 20 mortos na capital.

Por alegadamente não conseguirem controlar a situação, as autoridades Timorenses solicitaram ajuda militar à Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal. Mais de dois mil militares e policiais australianos, neozelandeses e malaios chegaram ao país.

A Polícia anda desaparecida há um mês, a população faz filas durante horas para receber arroz e o pânico dos ataques já produziu 60 mil refugiados e deslocados que não se moveram de seus esconderijos, apesar de estarem em vigor as medidas especiais de segurança.

Timor-Leste, um dos países mais pobres e pequenos do mundo. Tem 857 mil habitantes e a mesma extensão do Alentejo.

Um país muito bonito, amado por muita gente - o ex-Presidente americano Bill Clinton e o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan -, mas talvez bem situado demais.

Desde o início dos tempos foi invadido por viajantes - Chineses, Portugueses -, muitas vezes foi espancado e assassinado por seus vizinhos - chineses, Japoneses, indonésios, malaios.

Timor tem a maior taxa de fertilidade do mundo - 7,8 filhos por mulher -, um solo árido e muito pobre que mal chega para alimentar a população, uma idade média de 20 anos, nenhuma indústria digna desse nome e um desemprego galopante e sem subsídios que o compensem

"O Estado está em transição e construção, metade da ajuda externa é dedicada a pagar os assessores estrangeiros, ainda não há aposentadorias nem lei eleitoral, nem quadros técnicos bem formados, e Alkatiri, Primeiro-Ministro, prefere guardar as receitas do petróleo, cujo fundo de reserva já soma mais de US\$ 600 milhões, a distribuí-lo demagogicamente entre as pessoas", diz um diplomata europeu que se não identifica.

Os três, são amigos desde a adolescência, por isso não se levam muito a sério", diz fonte próxima a Gusmão. "Alkatiri e Gusmão respeitam-se e temem-se igualmente, mas acabam sempre se entendendo", diz um assessor do presidente.

A dupla Alkatiri-Horta é que cedeu. A Igreja, a Austrália, os EUA, o petróleo e a ambição de poder surgem como as questões chaves de uma rixa que começou discreta e se agrava diante da legítima recusa de Alkatiri a demitir-se dado ter sido democraticamente eleito pela maioria da população.

Ramos Horta quer mais que o Ministério da Defesa. Tem todo o apoio e a influência internacional da Igreja Católica que presume contar com 98% de católicos e que não hesitou em catalogar o Primeiro-Ministro como muçulmano e comunista.

Os padres criticaram ferozmente a aposta em separar a Igreja do Estado - há religião opcional nas escolas - e criticam suas políticas sociais como próprias "*do Terceiro Mundo mais retrógrado*". Alkatiri mandou estudantes com bolsas para Cuba e contratou 500 médicos cubanos para os hospitais públicos.

Segundo uma fonte da cooperação europeia, trata-se de uma luta sem quartel: "*O partido de Alkatiri, a Fretilin, é a única organização, além da Igreja, implantada em todo o território. Para os padres locais, é um partido de Marx contra Deus*".

Há um ano (abril 2005) os bispos de Díli e Baucau, com a colaboração do embaixador americano, John Rees, homem de confiança de Bush que ajudou a distribuir comida entre os manifestantes, lançaram o primeiro desafio de rua ao Governo "infel" de Alkatiri.

"Ofereceram transporte em autocarros e sanduíches e organizaram um acampamento no centro de Díli. Muita gente gritava: 'Viva Cristo, morte a Alkatiri'", lembra um funcionário da ONU.

A indústria de café do Timor-Leste sofreu um sério golpe com o aumento da violência, que paralisou as operações em meio à temporada da colheita.

"A colheita (da nova safra) começou em maio, e seu pico deve ser atingido neste mês. Mas, com todas as estradas fechadas, não há meio de transportar os grãos do interior para as fábricas processadoras", disse o diretor de café e de outras safras do Ministério da Agricultura, Caetano Cristóvão.

"No mercado estima-se que a produção atingirá entre 15 e 18 mil toneladas, em comparação com a safra de 2005, apontada entre 10 e 11 mil toneladas. Apenas os pequenos fazendeiros estão colhendo e processando os grãos em máquinas pequenas ou secando-os ao sol", disse Cristóvão.

Em termos globais, Timor-Leste, com uma produção média anual de 7.000 a 10.000 toneladas, é um produtor pequeno entre gigantes, como o Brasil e o Vietname, contribuindo com cerca de 1% da produção global. No entanto, o café não é pouca coisa para a economia desta jovem república, sendo a sua principal fonte de divisas estrangeiras.

Um quarto da população (de 947 mil habitantes, em 2005) depende do café para subsistir (Dados: Dow Jones).

3. A SITUAÇÃO EM TIMOR 1-11 junho 2006

Nuno Souto, da Austrália, escrevia a JC em 11 de junho de 2006. Uma opinião sobre as opiniões:

Sem dúvidas que estás a bater em muitos pontos certos. A corrente situação quanto a mim é anormal e tem muito a ver também com o facto de o Alkatiri ter sido o único até agora a fazer finca-pé à Austrália na questão dos royalties do petróleo. Portanto, tornou-se "inconveniente".

A Austrália explora as tensões internas da Fretilin para se desfazer dos elementos incomodativos. E claro, daí a exploração do papão das "lutas internas" e do "Leste vs Oeste" e outras coisas do género.

Se bem que historicamente verdadeiras, nunca causaram ataques a Díli ou tentativas de derrubar o Governo, nem nos tempos da outra senhora. Note-se que as revoltas desses tempos NUNCA causaram distúrbios destes em Díli ou ameaças à autoridade.

É bem de notar por exemplo que o ACA ("A Current Affair", Canal 9), um programa de notícias aqui de Sidney, mandou dois repórteres para filmarem os desmandos e saques em Díli. Fizeram-no, sem o mais pequeno problema, a falarem com os saqueantes DURANTE os ataques.

No entanto, a tropa australiana encarregada de manter a ordem, queixa-se de que quando chega aos locais da desordem já é "muito tarde" para apanhar alguém.

Ora bem: os repórteres, conseguem filmar os desmandos. Mas a tropa chega muito tarde? Como? Enfim...Nuno Souto

A 2 de junho era anunciado que o general australiano se iria reunir com o líder rebelde Timorense: INACREDITÁVEL. A Austrália é um dos poucos países democráticos no mundo que entrevista os desertores doutros países. Se fosse noutra sítio, e dado que em Timor o Governo foi democraticamente eleito (a ONU disse e nós acreditamos), prendia-se o Reinaldo e o Salsinha por terem incitado à violência, causado homicídios a forças policiais, criarem o caos e tentarem deitar abaixo um Governo democrático.

Se não se acautelam, um dia, um destes homens aparece como futuro Ministro [do interior ou da defesa?] num Governo fantoche criado pela Austrália, como fizeram nas ilhas Salomão. Pode ser que estejamos todos equivocados, mas só nós vemos isto ou todos têm medo de falar? Ninguém estudou as táticas de desestabilização?

Imaginem que isto se passava na Austrália, onde um senhor Primeiro-Ministro Howard (de quem até JC não gosta minimamente) que tratou mal os refugiados e candidatos a imigrante, tratou mal e porcamente os Aborígenes (pior que os seus antecessores).

E se JC publicamente resolvia agir como Reinaldo ou Salsinha e exigir a demissão de John Howard para responder por tais crimes.

Sabem o que lhe aconteceria? Ia de cana, em menos dum segundo, por atacar o senhor, líder dum país, democraticamente eleito por uma maioria. Ninguém entrevistaria JC nem quereria saber a sua opinião. Porque é que em Timor TEM DE SER DIFERENTE?

BLOGUE MALAI AZUL QUINTA-FEIRA, JUNHO 08, 2006 VERGONHA. SHAME ON YOU.

Os seguranças do Presidente da República entregaram as armas a militares australianos, que os desarmaram. Mas na Pousada de Maubisse, os australianos nunca tentaram desarmar o Alfredo Reinaldo nem o seu gangue, com os quais convivem alegremente.

Hoje, puseram nas mãos de um dos desertores uma M16, para lhe tirarem a fotografia.

Também, não permitiram que a GNR fosse à prisão de Bécora entregar os detidos, sob ameaça de abrirem fogo, se não aceitassem ir desarmados. Não foram.

7 DE JUNHO DE 2006 20:18

Deve ter ficado claro para os mais cétricos (ou ingénuos) quais as verdadeiras intenções da Austrália quanto a Timor. Tinha visto na TV, poucas horas antes, um desertor que ameaça o Estado com total liberdade de movimentos e proteção das forças australianas, bem armado, enquanto agora os mesmos que protegem esse traidor viram os canos das armas para os portugueses, talvez por eles terem começado a fazer em 2 dias o que os australianos não fizeram em semanas - começar a fazer detenções e impor a ordem pública.

Razão tinha o Ministro dos Negócios Estrangeiros Português quando recusou a subordinação dos militares portugueses aos australianos. A receção eufórica que o povo dedicou aos portugueses também terá contribuído para a atitude desesperada dos australianos.

Aguarda-se com ansiedade qual a reação de Ramos Horta e Xanana Gusmão, que tanta graxa têm dado à Austrália nos últimos dias. Quero ver até que ponto têm um resto de orgulho e dignidade. Se foi para isso que pediram ajuda a Portugal, então poderíamos ter poupado uns milhõezitos e eles nem chegavam a sair daqui. Ass. Henrique Correia

8 JUNHO 2006 TRIBUNA LUSA, JOSÉ GOMES

Os soldados da GNR em Timor foram bloqueados no Quartel-general, como era previsível. Estamos perante uma situação perigosíssima. A verdade é que Timor foi invadida pelos australianos, que estão para ficar e declarar a falência do estado Timorense.

Portugal tem a obrigação de alertar a comunidade internacional para isso, que já é demasiado evidente.

No dia 25 de maio, reproduzi neste blogue um interessante artigo. Segundo uma fonte muito bem informada, estava em curso um golpe de estado em Timor, comandado pelo Presidente do Banco Mundial, o falcão Paul Wolfowitz e pelos seus links indonésios e australianos. Wolfowitz foi embaixador dos Estados Unidos na Indonésia e tem relações privilegiadas com os serviços de inteligência de Jacarta, que, recentemente conseguiram penetrar no Departamento

Australiano de Negócios Estrangeiros (DFAT), nos Serviços Secretos australianos (ASIS), usando esquemas de chantagem para descredibilizar pessoas importantes por alegado envolvimento em casos de pedofilia.

Também segundo esse artigo, a Woodside, a maior companhia de petróleo e gás natural da Austrália, teve recentemente uma disputa árdua com o Governo de Timor.

O major Alfredo Reinaldo terá sido o homem contratado pelos australianos para lançar a confusão em Timor, visando a alteração dos contratos com a Woodside.

Há informações que indicam que recebeu apoio e treino de negociantes de armamento australianos, com ligações à administração Bush e a John Howard. Bush e Howard encontraram-se em Washington antes do início da rebelião, para adaptar a Timor o modelo adotado nas ilhas Salomão, depois de ali se ter provocado uma guerra civil. O modelo consiste em provocar uma rebelião, para depois oferecer assistência militar e deixar permanecer essa assistência até à exaustão dos recursos e à declaração de falência do Estado.

Seria, a propósito, muito interessante saber quanto custa por dia a Timor a assistência fornecida pela Austrália. Sintomático é o facto de o Primeiro-Ministro australiano ter aparecido na televisão, logo nos primeiros dias a pedir a demissão de Mário Alkatiri. Ainda mais sintomático é o facto de a mulher de Xanana o ter acompanhado, quando o marido guardava o mais veemente silêncio.

Ao que parece a reacção dos australianos foi a de forçarem a «ajuda» entrando no território contra a vontade do Presidente Timorense. Depois de terem entrado no território os australianos forçaram a aceitação da «ajuda» e condicionaram a entrada de outras ajudas, nomeadamente da Malásia e da Nova Zelândia.

O que está a acontecer com a GNR era de todo previsível. Na lógica dos australianos, ou a GNR se coloca sob o Comando australiano ou será considerada hostil. O Governo Português deveria ter previsto isto, deveria ter tido a sensibilidade para perceber que o que se passa em Timor-Leste é uma disputa pelo petróleo, em que participam, de forma ativa e concertada a Woodside e diversas firmas do universo do ex-Presidente Suharto, a ela aliadas e ao Presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz.

Num pequeno país como Timor o custo de uma rebelião é baixíssimo e altamente lucrativo, tomando em consideração o valor das reservas petrolíferas. Estamos, pela primeira vez no século XXI, perante um golpe de estado à velha maneira americana.

*Tenho poucas dúvidas de que a nossa GNR, apoiada pelas tropas fiéis ao Governo, conseguiriam por termo à rebelião e garantir a ordem constitucional. Mas nada pode fazer contra o exército australiano que os chacinará se tentarem bloquear os rebeldes que a Austrália financiou. Hoje foi o primeiro aviso. **Portugal Global***

8 JUNHO 2006 DO MALAI AZUL, um leitor escreve SOS. Austrália está a sufocar democracia de Timor. Salvem Timor dos australianos

A GNR está a ser alvo desde a primeira hora de ameaças veladas australianas.

Em 1999 os soldados tinham ordens expressas para não afrontarem os indonésios. Em Díli arderam mais de 20 edifícios fundamentais.

Em 2006 os australianos estão numa política desesperada para fazer cair o Primeiro-Ministro de Timor, de preferência até que o matem. Entraram e não deram segurança ao Primeiro-Ministro e ao Presidente do parlamento.

Uma vergonha de uma premeditação. Só baixaram as orelhas quando as FALINTIL/FDTL mostraram estar ao lado das instituições democráticas, não deixando de mostrar a sua lealdade ao Governo e ao estado...

A Austrália sempre tentou influenciar o rumo dos acontecimentos em Timor-Leste. Hoje fá-lo de forma armada.

Protege os rebeldes contra o estado de direito. Mas a culpa será só deles? Onde está o apelo de Ramos Horta e de Xanana Gusmão para que os australianos desarmem os rebeldes? Ainda não foi ouvido...

Todos falam de queda e resignação de Mari Alkatiri. Ninguém fala de regresso à normalidade?

Timor está ocupado militarmente pelos australianos, querem alterar as leis para terem poderes. Salvem Timor-Leste dos australianos, eles são verdadeiramente os maus da fita! # postado by Malai Azul: 15:32

9 JUNHO 2006 TELEVISÃO AUSTRALIANA DENUNCIA «ESQUADRÃO DA MORTE». RAMOS HORTA PEDE INVESTIGAÇÃO

O Ministro Timorense dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, José Ramos Horta, pediu hoje uma investigação urgente sobre um alegado «esquadrão da morte» formado para intimidar e eliminar opositores do Primeiro-ministro e líder da Fretilin, Mari Alkatiri.

A denúncia da existência do «esquadrão da morte» foi feita pelo canal televisivo australiano ABC, que mostrou imagens do grupo recolhidas durante a noite num local não identificado fora de Díli, vendo-se indivíduos com uniformes e armados.

O alegado chefe do grupo, identificado como comandante Railos, afirma que lhes foram dadas 18 armas e 6.000 cartuchos de munições, bem como veículos e uniformes. 20:14 9 junho 2006

9 JUNHO 2006 MARCELO MIKASO, FOLHA DE S. PAULO, PREMIÊ DE TIMOR-LESTE NEGA QUE RAÍZES ÉTNICAS DA CRISE

Há quatro anos a comunidade internacional --o mundo lusófono em particular-- saudou a independência de Timor-Leste como uma vitória da liberdade, após os 27 anos de brutal ocupação indonésia que se seguiram à colonização portuguesa.

Nas últimas semanas o minúsculo país, mais mal colocado no ranking do FMI (PIB per capita de US\$ 400, último colocado entre 192 nações), mergulhou em uma crise que parecia empurrá-lo para a beira da guerra civil e da desintegração. O estopim foi uma rebelião de militares demitidos por indisciplina, mas em poucos dias a violência iniciada por eles tomou conta do país, principalmente da capital, Díli, convertendo-se em caos generalizado e dando margem a ataques de gangues que levaram o Governo a pedir a intervenção de tropas estrangeiras.

No centro do confronto está o premiê Mari Alkatiri, que aprovou a expulsão dos soldados em março, e cuja demissão é exigida pelos rebeldes para suspender os ataques. Em entrevista concedida à Folha em português irretocável Alkatiri, 55, descartou a renúncia, rejeitou as alegações de que a crise atual tem raízes étnicas e reconheceu que a herança institucional deixada pela ONU originou alguns dos problemas atuais.

A seguir, trechos da entrevista, concedida por telefone, de Díli.

Folha - Muitos culpam o Sr. pela atual crise. Há dois dias uma multidão pediu sua saída em Díli. O Sr. aceitaria renunciar se disso dependesse a volta à calma em Timor?

Mari Alkatiri - Eu já ignoro essas exigências. Já respondi várias vezes a isso e não vou voltar a responder sempre que um grupo aparece fazendo exigências.

Folha - Mas o que o Sr. responde àqueles que o acusam pela crise?

Alkatiri - Para fazer exigências as pessoas têm que fazer acusações. E essas acusações contra mim, me culpando pelos problemas do país, não são novas, vêm desde 2002.

Folha - A demissão de 590 militares aprovada pelo Sr. que foi o estopim da crise, foi um erro?

Alkatiri - Em qualquer parte do mundo quem abandona o quartel tem que ser demitido. Aqui há um fenómeno político que se misturou com essa questão disciplinar.

Folha - Uma queixa contra o seu Governo é que o grupo em torno do Sr., permaneceu boa parte do período da ocupação indonésia fora do país, defende um projeto que não atende aos anseios de quem ficou no país, gerando ressentimentos. Há essa discrepância?

Alkatiri - É falsa, pois no meu Governo só 20% estiveram fora do país. E se esse ressentimento existe, as pessoas insatisfeitas com meu Governo não deveriam ter o receio de ir às urnas em 2007 para derrubar o Governo por vias democráticas, não com violência.

Folha - Há também alegações de entre as raízes da crise estão divergências étnicas entre o leste e o oeste.

Alkatiri - Tenho certeza de que a crise é profundamente política. Se o problema fosse étnico já teríamos tido um banho de sangue, porque seriam centenas de milhares de pessoas em confronto, como nos grandes lagos, na África.

Folha - Em artigo publicado no caderno Mais! dois pesquisadores brasileiros afirmam que a adoção do português como língua oficial, apesar de ser falado por menos de 5% da população de Timor-Leste, também gerou ressentimentos. Como o Sr. vê a questão?

Alkatiri - Quando se adotou o português em Angola e Moçambique também não era falado por mais de 5% ou 6% da população e nunca foi fonte de problemas. A verdade é que se realmente isso se tornou um problema é porque outros interesses que são estranhos ao país tentaram usar isso para criar problemas.

Folha - Há quatro anos o mundo saudou a fundação de Timor-Leste como uma vitória da liberdade. Agora o país parece estar se desintegrando em seu próprio caldo de divergências. A guerra civil ainda é um risco?

Alkatiri - Eu nunca acreditei na possibilidade de guerra civil em Timor-Leste. O povo não quer mais guerras. Para evitar isso é que nós pedimos a intervenção de forças internacionais. Agora muito menos acredito que possa haver uma guerra civil. Se não tivéssemos contido os apoiantes do Governo teríamos no mínimo 5, 10 mil pessoas nas ruas para fazer contramanifestação. Até aqui temos conseguido fazer isso e evitar um derramamento de sangue.

Folha - Hoje o Sr. acha que seria melhor não ter respeitado a liderança da ONU?

Alkatiri - Se tivéssemos mudado algo teríamos sido imediatamente condenados por violação dos direitos humanos.

Folha - A pressão para que o Sr. renuncie continua. Em que circunstâncias o Sr. aceitaria deixar o cargo?

Alkatiri - Esqueça essa pressão, porque eu ignoro-a. Renúncia eu não aceito. Ir para as eleições e meu partido perder tudo bem. Isso eu aceito porque sou um democrata.

Folha - O Sr. tem mantido contacto com o Governo brasileiro, gostaria que o Brasil ajudasse de alguma forma?

Alkatiri - Mantemos contacto através do embaixador aqui e da CPLP. O Brasil é um país irmão, amigo, com história comum e identidade cultural, a participação do Brasil em situações difíceis como esta seria ótimo. Temos de encontrar o formato legal para isso.

Folha - Quais as lições desta crise?

Alkatiri - Aprendemos muito com essa crise e espero que possamos fazer o melhor com esse aprendizado. A governação nesses quatro anos tem sido saudada de forma unânime pela comunidade internacional, Banco Mundial e FMI, uma governação transparente, competente. No entanto, falhamos em alguma coisa para isso ter acontecido. Precisamos ter modéstia suficiente para ver onde falhamos e corrigir.

EXPRESSO 10.06.2006

... a força de 1900 militares que o Governo de Camberra enviou para o território esteve seis dias sem fazer uma única detenção nas ruas, na semana mais crítica em Díli, com incêndios, tiros e batalhas campais de pedras em vários bairros da cidade...

os magistrados deslocaram-se ao Quartel-general das tropas australianas para informarem o Oficial da sua disponibilidade para trabalhar 24 horas por dia, assegurando sempre que necessária a presença de um juiz, de um procurador e de um defensor, de modo a procederem ao auto de notícia, ao inquérito e à elaboração do mandado de captura no momento das detenções.

A primeira detenção seria feita apenas no dia 5 de manhã pela GNR, menos de 24 horas após a chegada do contingente português a Díli e ainda sem as suas viaturas de intervenção.

Alguns magistrados que decidiram ficar, apesar de lhes ter sido dada ordem de evacuação pela ONU, manifestaram-se «revoltados» por terem sido ignorados durante tanto tempo, considerando que a posição australiana durante a primeira semana de intervenção pôs em causa a imagem e a solidez do estado de direito em Timor-Leste.

Um sentimento agravado pela proposta australiana de alterar a lei Timorense, de modo a adaptar os procedimentos legais das detenções à realidade judicial australiana e que acabou por ser afastada pelas autoridades Timorenses.

Também a falta de apoio dada pelas forças internacionais na segurança aos edifícios dos tribunais e da Procuradoria-Geral é encarada com perplexidade nos meios judiciais de Díli. O Tribunal de Recurso foi vandalizado, destruídos os gabinetes do Presidente e do legislador e roubados todos os computadores e mesmo os frigoríficos.

10 JUNHO 2006 DN – AUSTRÁLIA ENTREGA À ONU JUSTIÇA E POLÍCIA EM TIMOR POR ARMANDO RAFAEL DN

A Austrália entende que o Estado Timorense falhou e que as autoridades de Díli não estão em condições de recuperar o controlo do país, pelo que deveria ser a ONU a liderar o processo de reconciliação, ajudando a credibilizar as principais funções do Estado, de forma a serem convocadas eleições para maio do próximo ano. O que pressupõe, entre outros aspetos, que a Polícia Timorense pudesse ser comandada por um Oficial estrangeiro, à semelhança do aparelho judiciário do país.

Mesmo que fosse necessário recorrer à nomeação de juízes, procuradores, defensores públicos e até oficiais de justiça internacionais.

Já quanto à estabilização, Camberra entende que as forças envolvidas nesse esforço deveriam manter-se sob Comando e controlo do contingente internacional, recusando o chapéu da ONU. É isto que resulta de um documento confidencial australiano a que o DN teve acesso.

*A Polícia, as leis, a justiça, tudo nas mãos de estrangeiros... só? Não querem mais nada? Isto vai bem. **Henrique Correia** 11/6/2006*

BLOCO DE NOTAS [851]

1. Relativamente aos acontecimentos de Timor-Leste, tem sido largamente ignorado pela Comunicação Social portuguesa que, para além da Austrália, há outros atores a seguir tudo com muita atenção. É o caso da Indonésia (ANTARA, 7.6.2006) e da ASEAN em geral. Importa seguir com atenção a questão deste prisma, até porque poderá haver novidades em breve. [00:49]

2. Outra coisa que a Comunicação Social portuguesa tem esquecido: os motins de 4 de dezembro de 2002 em Díli. Houve, supostamente, pelo menos dois relatórios sobre os acontecimentos, um do Governo de Timor-Leste e outro da ONU. Nunca foram divulgadas as conclusões. Talvez agora se possa saber alguma coisa? [00:52]

3. A Austrália, evidentemente, não vê com bons olhos a presença da GNR. A estratégia australiana é muito clara: depois desta fase inicial de atrito, Camberra vai aumentar significativamente o seu contingente policial para diluir o peso da GNR e, de seguida, enquadrar a componente policial da intervenção -- mas não a militar -- ao abrigo de uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU. Será uma questão de tempo até que a GNR, ao serviço da ONU, fique sob Comando unificado... australiano! [00:59]

4. Já disse e volto a repetir: não fala grosso quem quer, fala grosso quem pode. Quando um Ministro esquece este princípio elementar está aberto o caminho para uma humilhação. [02:05]

5. Nos países a sério, os militares e os diplomatas na reforma costumam desempenhar o papel de consciência crítica. Na prática dizem aquilo que os seus colegas no ativo não podem nem devem dizer. Em Portugal, na área da Defesa, Loureiro dos Santos desempenha parcialmente esse papel. Na área diplomática, infelizmente, ninguém tem uma função semelhante. [02:09]

10.06.2006 JORNAL DE NOTÍCIAS MAUBERE, Os novos rebeldes da montanha

Estão quietos, à espera. Argumentam que não querem uma guerra civil, mas não aceitam outra condição para voltarem das montanhas senão a demissão e o julgamento do Primeiro-ministro Mari Alkatiri, que acusam de ter mandado matar civis inocentes.

Timor é um território tortuoso. As distâncias são mais longas do que parecem. Basta sair de Díli para perceber que só há um caminho de ida e volta para chegar a qualquer lugar.

Prólogo: a 28 de abril, os militares leais ao general Taur Matan Ruak e à hierarquia das FDTL (as Forças Armadas criadas em 2001 com a incorporação de antigos guerrilheiros das Falintil e de novos recrutas) envolveram-se em confrontos com 600 desertores do Exército e centenas de civis que se manifestaram frente ao Palácio do Governo.

Os desertores exigiam que fossem investigadas algumas altas patentes do Exército (os Coronéis Lere Anan e Falur), acusadas de discriminar os soldados Loromonu, oriundos dos concelhos mais ocidentais do país, por nem eles nem ninguém das suas famílias terem pegado em armas para lutar contra o regime de Jacarta. Nessa sexta-feira à tarde começou a revolta.

Desde então, vários grupos de militares Loromonu e também de polícias rebeldes foram refugiar-se em locais considerados seguros, no interior do país, perto das terras onde nasceram.

Na capital, os soldados das FDTL estão retidos nos quartéis, sob a vigilância das forças internacionais, mas os conflitos entre os civis nos bairros são inevitáveis. Na prática, é a única cidade no país onde Lorosae (oriundos dos distritos de leste: Baucau, Lospalos e Viqueque) e Loromonu (oriundos dos outros distritos, representando dois terços da população) coabitam. Estão demasiado próximos para não se agredirem. Por isso as coisas estão tão calmas nas montanhas: lá, não se misturam.

São precisas quase duas horas de carro para ir até Gleno, no concelho de Ermera, a 40 quilómetros de Díli.

No mercado ao ar livre qualquer vendedor diz onde está o cabecilha dos 600 desertores conhecidos por peticionários (por terem feito uma petição em janeiro a Xanana Gusmão, exigindo a investigação dos tais dois Coronéis e do general Matan Ruak).

O tenente Salsinha e duas ou três dezenas dos seus homens ocuparam um antigo orfanato abandonado. É ali que dormem, sem vidros nas janelas, sem luz ou água. Vestem-se à civil e, aparentemente, não têm armas. Nas paredes do orfanato, alguns soldados reproduziram o que chamam «massacre de Raikotu», desenhando militares armados das Falintil a disparar sobre mulheres e crianças.

Todos os rebeldes falam desse momento: a tarde de sexta-feira, dia 28 de abril, quando ao voltarem da manifestação no Palácio do Governo para Raikotu, no limite ocidental da cidade, já depois do aeroporto e muito perto do Quartel-general de Matan Ruak, os peticionários dizem ter sido atacados pelas costas por um batalhão de 105 homens do coronel Lere Anan, o número dois das Forças Armadas. Em Díli, nos bairros Loromonu, fala-se de 50 a 60 mortos civis.

Os desertores que se concentraram em Gleno com o tenente Salsinha levaram três dias para fazer o caminho a pé. Sabem apenas que as outras centenas de colegas foram para as suas terras, espalhando-se pelos concelhos Loromonu do país, mas não têm notícias deles.

No hospital nacional de Díli, e de acordo com o diretor António Caleres Júnior, nesse dia e no dia seguinte deram entrada nas urgências quatro mortos (identificados ao EXPRESSO) e mais de 60 feridos. Todos civis baleados. «Supunha-se terem ficado hospitalizados, mas naquele fim de semana as famílias vieram buscá-los à pressa». Estavam com medo das Falintil. Metade dos feridos encontrava-se em estado grave.

A dois quilómetros do orfanato ocupado pelos peticionários, um outro grupo de militares acantonou-se numa casa modesta com dois ou três quartos e alguns anexos. Ao contrário dos peticionários, estão armados e não se consideram desertores. «Eu e o major Tara saímos dos quartéis no dia 3 de maio e viemos com 32 homens para as montanhas por solidariedade, para defender o povo e os nossos colegas Loromonu», explica o major Marcos Tilman.

Mais tarde chegaram também 21 polícias civis Loromonu, assim que os conflitos dentro da Polícia Nacional de Timor-Leste estalaram entre etnias, num contágio em cadeia.

Reunidos em Ermera, reorganizaram-se e estão agora a viver como uma unidade militar normal, com o organigrama hierárquico pendurado na porta da casa, postos de vigia montados e uma escala de turnos.

A população está do lado deles e a entrada em Ermera é detetada com muita antecedência, dando-lhes tempo de reação para se esconderem no mato. «O Primeiro-Ministro tem de se demitir e de se submeter ao tribunal internacional. Ele é um criminoso porque deu ordens para disparar sobre pessoas inocentes», argumenta o major Marcos.

No dia 7 de maio, um terceiro grupo ainda veio reforçar as forças rebeldes: o major Alfredo Reinaldo, Comandante da Polícia militar, com mais 17 homens, também armados e também não se assumindo como desertores.

A coordenação operacional dos três grupos foi-lhe passada para as mãos. Colega de carteira dos majores Marcos e Tara no curso para graduados das Forças Armadas em 2001 é o Oficial com maior experiência de Comando.

Um novo episódio obrigou, no entanto, Alfredo a mudar de poiso para a pousada de Maubisse.

No dia 23 de maio, na mesma altura em que os majores Marcos e Tara reuniam com o Ministro Ramos Horta em Suai, não muito longe de Ermera, acertando com ele as condições mínimas para começar um diálogo com o general Matan Ruak, o major Alfredo atacou uma coluna das FDTL, matando dois militares.

Dois dias depois, alguns elementos das Falintil retaliariam, matando em Díli nove polícias Loromonu desarmados. Em Maubisse, vigiado por tropas australianas, Alfredo continua a ser o líder militar máximo dos rebeldes.

*«Não acredito em nada do que Alkatiri diz. Não há diálogo enquanto ele for Primeiro-ministro». Reportagem de **Micael Pereira** (texto e fotografias), enviado a Timor.*

4. TIMOR A 1ª NAÇÃO DO SÉCULO XXI ou 2º PROTETORADO DO SÉCULO...

Vejamos as exigências dos revoltosos na montanha e dalguns líderes de partidos minoritários (pouco representativos, mas bem vocais) que temem repetir os resultados das últimas eleições. Dizem-se ameaçados.

Exigências de todos os que são facilmente manipulados em troca duns pequenos nada.

Se recuarmos a 1975 veremos que, então, se compravam votos com sacos de arroz e transístores. Se retrocedermos mais vemos como foram os acordos entre as tribos, quer contra Portugal, quer entre si e contra outras tribos (Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975).

O que poucos parecem ver é que Timor caiu por causa da política do dominó de Kissinger em 1975. Está em riscos de cair outra vez. O porta-voz de então atualmente domina a cena da Comunicação Social internacional.

Como sempre, Ramos Horta, talvez por saber que já não tem margem para chegar a Secretário-Geral da ONU contenta-se com as migalhas de futuro líder de Timor. Com ou sem Xanana, porque este é ainda uma incógnita, depois de ter levado ao extremo a sua leitura dos poderes presidenciais na atual Constituição. As pressões para que continue com todos os poderes atuais, e mais alguns, é um ótimo remédio para um regime semidemocrático ou para um regime presidencialista.

Nas mãos dum bom títere dominado pelos interesses de Camberra poderia ser um ótimo autocrata numa ditadura, mais ou menos benévola, suportada pelas forças internacionais lideradas pela Austrália.

Os interesses do petróleo em jogo são de tal forma elevados que a maioria das pessoas nem se apercebe destas boas intenções e da repetição de que o Governo atual falhou.

Reparem que o Governo (australiano) que diz isto tudo "a bem de Timor" é o mesmo que acaba de reconhecer ter prendido dezenas de cidadãos seus ilegitimamente por pensar que eram ilegais a tentarem imigrar.

Agora já nos massacram todos os dias com a história dos esquadrões de morte (novo acelerar do Plano B, para a deposição do governo), com as reivindicações de soldados desertores e traidores (em férias na Pousada de Maubisse e em Gleno), com as pseudoameaças contra a vida de líderes de partidos da oposição (de quem não ouvimos uma palavra nos últimos anos).

Fala-se em mortos (que ninguém viu) cujas famílias não os choram.

Confinam-se as forças da GNR ao canto mais problemático de Díli com a ameaça de serem desarmados se não obedecerem ao xerife australiano. Não se ouvem vozes para a reposição da legalidade constitucional democrática.

Só se fala num Governo de transição que, obviamente, não terá poderes para fazer nada, a não ser o que o xerife mandar.

Assistimos incrédulos a uma guerra em que se proclama que os jovens mais cedo ou mais tarde vão deixar de ter o Português como uma das línguas oficiais. Depois, só arranjarão emprego se falarem o Inglês dos seus novos amos. Idêntico ao que acontecera no tempo indonésio.

Nenhum dos políticos Timorenses está neste momento a pensar naquilo que será melhor para o povo Timorense. Aprenderam com os políticos portugueses. Sabem a história de desuniões e de intrigas ancestrais que caracterizam Timor. Preocupam-se mais em estabelecer as suas áreas de influência. Manter velhos feudos. Não há interesse pessoal em se unirem a favor da reconciliação nacional.

JC lembra-se bem do que se passava, em Timor sob ocupação indonésia, quando ainda era Correspondente no Estrangeiro [Lusa, RDP, Público, etc.]. As reuniões semanais infindas em Sidney com Ramos Horta e João Carrascalão, e mais esporádicas com Roque Rodrigues, Ágio Pereira, Lola Reis e outros porta-vozes ou membros da Resistência Timorense. Eram caracterizadas por desinteligências profundas. Ancestrais ódios mal dissimulados. Uma espécie de revanchismo pelas atitudes que cada um tomara no passado.

Em mais de uma ocasião, ameaçara deixar de reportar a luta clandestina. Até que se entendessem e se unissem. Alertava-os para o beneficiário direto daqueles desencontros, a Indonésia. Por vezes, muitas vezes, a maior parte das vezes, fora difícil chegar a um consenso. Conseguira-o.

Nada do que se passa o surpreende.

Como escrevera JC em 1997:

“O regresso [dos Timorenses a Timor independente] seria marcado por profundas diferenças. Os refugiados da Austrália aceitariam de forma pacífica os colaboracionistas que ali permaneceram, voluntária ou involuntariamente? Que conexões terão os filhos desses, que colaborando ou não, forçosamente ali ficaram com os que falam Inglês ou português? Nenhuma, pois provavelmente apenas poderão comunicar através de Bahasa Indonésia. Em tal contexto e partindo do princípio que a guerrilha e a oposição civil conseguiam libertar o país do jugo javanês, seriam poupados os milhares de pessoas que coabitaram com os indonésios, como forma de sobreviverem?”

Por outro lado, pondo questões morais de parte, há um 'fait accompli' na presença indonésia, por voluntária ausência dos portugueses e lutas internas, naquilo que se designou a guerra civil e apenas durou de agosto a setembro 1975.

Famílias separadas por três continentes, sem hipóteses de reunião, devem esperar o futuro confiantes de que o bom senso vai prevalecer, com a sua dose de realismo, para permitir àqueles que saíram de Timor se poderem reunir aos que labutam em Portugal, Macau e Austrália.

Para os outros, há que continuar a insistir para que os organismos internacionais descubram uma fórmula para tornarem a situação menos injusta e menos dolorosa.

A sobrevivência do povo maubere depende apenas dele e da sua adaptação, do seu querer, do seu saber manter a cultura tradicional em atmosferas humanas modernísticas.

O Governo Australiano – depois de silenciosamente assistir à destruição da ex-colónia Portuguesa – ignora os problemas sociais que diariamente se acumulam e quotidianamente são enfrentados pelos Timorenses.

As dúvidas, a distância e o tempo não ajudam a sarar as feridas de que enfermam os Timorenses aqui residentes. O futuro pode ser mais sombrio do que o passado e o presente..."

Hoje, mais do que nunca, era importante saber-se que existe um Governo a funcionar em Díli. Parece que funciona na maior parte do território. Funciona como o Império Português, na maior parte dos casos, por omissão mais do que por ação.

Seria importante saber que medidas Xanana pode implementar sem aprofundar mais as feridas por sarar de tantos Timorenses, apoiando-se no ambicioso Ramos Horta cujo limite parece ser o infinito. Desde que alguém o apoie ele acredita que vai chegar lá, seja lá onde for...

A política dos meios de Comunicação Social australianos seguindo a política governamental (cada vez há menos vozes discordantes nos mass media australianos) tem até à exaustão criado conflitos e denegrado a posição de Mari Alkatiri.

Querem substituí-lo à força para que as concessões de petróleo e as disputas sobre fronteiras marítimas sejam resolvidas a favor de Camberra.

Todos os dias surgem novidades “Alkatiri criou esquadrões da morte”, “Alkatiri armou a Fretilin”, “Alkatiri mandou matar a oposição”, “Alkatiri não sabe governar nem tem condições para governar”, “os revoltosos exigem a demissão de Alkatiri”, e tantos outros títulos repetidos até à exaustão em tantas e tantas notícias dos jornais e televisões de todo o mundo.

Fazem recordar a lengalenga dos anos 70 a insistir que a Fretilin era comunista, tinha alianças com a República Popular da China e era uma ameaça à paz e estabilidade asiáticas...

Os EUA (estes EUA de Bush nada têm a ver com os de Clinton) têm uma dívida para com a Austrália e o seu apoio à ação norte-americana no Iraque. Por isso irão votar a favor de qualquer proposta australiana que surja na ONU.

A Grã-Bretanha também tem a sua agenda ligada aos EUA e Austrália e desconhece-se quantos países poderiam apoiar iniciativas portuguesas que contrabalançassem a posição do xerife australiano.

Por outro lado, a ASEAN, liderada pela Indonésia, aproveitará para se vingar da independência de Timor, por mais maturidade que alguns dos seus líderes clamem ter.

Não se vislumbra assim nenhum cenário favorável a evitar que Timor se torne num protetorado australiano, de acordo com uma política delineada e premeditada há muito.

Será que Timor ainda pode dizer BASTA depois de ter pedido a intervenção estrangeira? Quem o iria fazer se não for Alkatiri?

Xanana pode estar tentado a ceder às inúmeras pressões dos seus amigos australianos e apaziguar os revoltosos, deixando cair o atual Governo, criando um vácuo constitucional conducente a futuros golpes de estado.

A Igreja, solícita, ajudará a dar-lhe o apoio de vastos setores representativos da sociedade Timorense, se bem que não referendados pelas urnas.

Ramos Horta todos os dias se diz disponível para Primeiro-ministro, para criticar Alkatiri ou para exigir mais um inquérito às alegações sobre este, por mais disparatadas que sejam.

A ONU só decidirá a 20 de junho. Até lá continuam a mandar os australianos sem imporem a ordem, que isso não lhes convém, e por isso querem a GNR confinada a Comoro.

Vão também proteger os revoltosos e todos os que atacarem Alkatiri ou se digam vítimas deste.

Vão surgir mais deputados e membros da sociedade Timorense a clamar a destituição do Governo, sempre apoiados por pedidos de inquérito e de notícias dos meios de comunicação australianos.

Vai haver mais prédios ardidados e uns tantos atos de vingança nas casas e propriedades doutros para ajuste de contas antigas.

O Governo em Díli totalmente manietado vai-se mostrar impotente e logo, incapaz de governar. Isto fará erguer, ainda mais alto, o clamor para a sua substituição em nome dum alegado Governo de unidade nacional que só irá fragmentar ainda mais a sociedade entre Fretilin e o resto do país.

Não era esta a receita da guerra civil em agosto de 1975? Era, mas a de então era orquestrada pela Indonésia enquanto esta é orquestrada pela Austrália com a conivência e colaboração ativa de nomes sonantes da vida política Timorense.

A história repete-se. Alguns dos intervenientes são ainda os mesmos.

Desculpem a pergunta, mas quem é que se vai lixar outra vez? O desgraçado do Timorense, desempregado, pobre, inculto pois vai continuar a ser manipulado como sempre foi. O povo Timorense irá fazer o que os líderes lhes disserem. Tal como, antigamente, fazia quando os Régulos e liurais mandavam. A história repete-se e reproduz-se. Ninguém o ensinou a ler, nem lhe deu livros. Não sabe que essa tem sido a sua vocação ao longo de cinco séculos de colonialismos.

Parece fadado a repetir esse ciclo autofágico. O que parece certo é que vai haver paz em Timor, mesmo que seja a paz podre que já se antecipa.

O campeonato mundial de futebol, dentro de dias, vai ajudar a que aquilo que lá se passa fique despercebido por entre o interesse nacionalístico das equipas de vários países a sonharem com a Taça.

Os interessados irão manter-se empenhados.

Os leitores de jornais irão desmotivar e encolher os ombros.

Sabe-se que Portugal não tem cotação nos mercados diplomáticos internacionais para ombrear com a Austrália e EUA. Limitar-se-á a erguer a sua voz isolada.

A CPLP não existe e não se fará ouvir ou será despicienda e o Brasil, longe, anda preocupado com os mensalões e outras corrupções.

Desde abril que JC vive dominado por eventos internacionais que lhe tocam demasiado perto para não se exprimir da única forma que sempre soube, escrevendo, lendo, narrando, tirando analogias e conclusões.

Sabe-se como passou uma parte enorme da sua vida dedicada a eles. Referimo-nos, como é óbvio, a Timor-Leste para onde fora convidado a ir em agosto a um Fórum Internacional sobre a Língua Portuguesa.

Seria a sua primeira visita depois de 31 anos de ausência. Andava todo entusiasmado com a perspetiva desse retorno histórico. Quis o destino que tudo ficasse sem efeito.

Uma vez mais os políticos se encarregaram de evitar o seu regresso. Também não se preocuparam em convidá-lo quando se tornaram independentes. Será a maldição de nunca mais regressar a Timor uma realidade?

Adiante se irão percorrer pequenos comentários a notícias que foram surgindo ao longo da crise antes de regressar à realidade açoriana onde JC vive atualmente e que é menos conturbada.

21 JUNHO DE 06 PORTUGAL DIÁRIO. REGISTO CIVIL DESTRUÍDO. MORADORES CULPAM INAÇÃO DAS TROPAS AUSTRALIANAS

Um incêndio de origem criminosa destruiu hoje o Registo Civil de Comoro, na zona ocidental de Díli, cujos moradores atribuíram a ocorrência do sinistro à inação das tropas australianas presentes na capital de Timor-Leste.

Um morador em Comoro, que pediu para não ser identificado, contou à Lusa que, há quatro dias, já se tinha registado um incêndio no edifício «rapidamente combatido pelos bombeiros.

Depois esteve aqui a GNR, mas hoje, com a chegada dos australianos, e porque esta é a zona deles, os portugueses foram-se embora», disse a mesma fonte, referindo-se às zonas de atuação das forças internacionais presentes em Timor-Leste.

«Poucas horas depois, foi a vez de os australianos abandonarem o local e o resultado foi este. Perderam-se os poucos documentos que não foram possível retirar», acrescentou.

O incidente registou-se durante a tarde e os responsáveis pelo incêndio não foram identificados pelos moradores.

A área onde se situava o Registo Civil fica em Comoro, bairro sob jurisdição da GNR, mas dentro da zona de intervenção das forças militares australianas.

Apesar disso, efetivos da GNR mantiveram-se três dias no local, devido à ausência dos australianos e correspondendo a um pedido do Ministro da Justiça Timorense, Domingos Sarmiento, devido à existência de «informação vital», conforme disse à Lusa fonte oficial.

No edifício encontravam-se documentos referentes a registos de pessoas e de propriedades. O Comandante operacional da GNR, capitão Gonçalo Carvalho, confirmou que efetivos portugueses se mantiveram três dias na área para garantir a segurança do edifício, ao lado de uma esquadra da Polícia Nacional de Timor-Leste.

Segundo os bombeiros de Díli, registou-se mais um sinistro da parte da tarde, no bairro de Bécora, onde arderam três casas, junto ao terminal rodoviário. Não se registaram vítimas nos dois incêndios.

Comentário JC: Logo que a GNR sai de Comoro os australianos deixam mais um fogo atear...não há ninguém que fale sobre isto ou que peça a saída das tropas australianas? Convém apenas lembrar que existem disputas sobre titularidade de propriedade desde 1974, envolvendo sobretudo Timorenses e indonésios.

21-06-2006 9:39:00. FONTE LUSA. XANANA GUSMÃO EXIGE DEMISSÃO MARI ALKATIRI POR "PERDA DE CONFIANÇA"

Lisboa, 21 junho (Lusa) - O Presidente Timorense, Xanana Gusmão, exigiu a demissão do Primeiro-Ministro, Mari Alkatiri, por considerar já não merecer a sua confiança, numa carta enviada ao Chefe do Governo. Na carta, Xanana Gusmão refere-se a um programa da série "Four Corners" transmitido pelo canal televisivo australiano ABC, explicando a Mari Alkatiri que no documentário são feitas "graves denúncias sobre o seu envolvimento na distribuição de armas a civis".

"Tendo visto o programa 'Four Corners', que me chocou imensamente, só me resta dar-lhe oportunidade para decidir: ou resigna ou, depois de ouvido o Conselho de Estado, o demitirei, porque deixou de merecer a minha confiança, enquanto Presidente da República", escreve Xanana Gusmão. "Espero uma resposta sua até às 17h00 de hoje, 20 de junho de 2006", lê-se na missiva assinada por Xanana Gusmão". ASP. Lusa/Fim

COMENTÁRIO JC: a crise que já era surrealista assume contornos inequívocos. Agora temos um ex-conceituado programa de televisão australiana a demitir o Primeiro-Ministro de Timor.

Sempre pensara que Mari Alkatiri perdera a confiança de Xanana. Se for demitido por causa dum programa de televisão, cujos argumentos já foram refutados nestas páginas ou postos em dúvida, parece ser demais. Espera-se ansiosamente que a televisão australiana indique quem será o novo Primeiro-Ministro.

22 JUNHO LUSA – XANANA ACUSA A FRETILIN

O presidente Xanana Gusmão, acusou hoje a direção da Fretilin de ter comprado os votos dos delegados ao recente Congresso do partido no poder, questionando a sua legitimidade.

Numa mensagem ao país, em tétum, Xanana Gusmão lembrou que a direção da Fretilin, liderada por Mari Alkatiri, saída do Congresso realizado em Díli de 17 a 20 de maio passado, foi eleita por braço no ar, em vez de voto secreto.

A este propósito, Xanana Gusmão invocou a lei dos partidos políticos para questionar a legitimidade da direção da Fretilin.

No Congresso, Mari Alkatiri foi eleito Secretário-Geral do partido com 97,1 por cento dos votos. EL/PNG. Lusa/Fim

COMENTÁRIO JC: É pena que tenha demorado um mês para formular estas acusações.

Será que as prova ou espera que a ABC e *Four Corners* façam um programa sobre o assunto?

Este Xanana ou é diferente daquele que nós conhecíamos ou está a ser manipulado.

No entanto, para quem conhece a lei, Xanana não tem poderes constitucionais para exigir a demissão do Primeiro-Ministro, de acordo com o Artigo 112.º (Demissão do Governo)

1. *Implicam a demissão do Governo:*

- a) O início da nova legislatura;
- b) A aceitação pelo Presidente da República do pedido de demissão apresentado pelo Primeiro-Ministro;
- c) A morte ou impossibilidade física permanente do Primeiro-Ministro;
- d) A rejeição do programa do Governo pela segunda vez consecutiva;
- e) A não aprovação de um voto de confiança;
- f) A aprovação de uma moção de censura por uma maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

2. O Presidente da República só pode demitir o Primeiro-Ministro nos casos previstos no número anterior e quando se mostre necessário para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas ouvido o Conselho de Estado.

22 JUNHO DE 06 PREMIÊ TIMORENSE DEVE RENUNCIAR, DEFENDEM PARTIDÁRIOS

Díli, 21 Jun. (Lusa) - A oposição interna na Fretilin, defendeu em coletiva de imprensa a demissão de Mari Alkatiri dos cargos de Primeiro-ministro e de Secretário-Geral do partido.

Segundo Vicente Ximenes "Maubosy", antigo membro do comité central, Alkatiri deve "poupar o partido e o país de mais danos". "Quanto maior a demora (na demissão de Alkatiri), maior será o sofrimento do povo", disse.

Maubosy estava acompanhado do Secretário de Estado para a Coordenação da Região III, Egídio de Jesus, e do ex-embaixador em Camberra, Jorge Teme.

Na convenção realizada em maio, a oposição interna apresentou-se unida em torno da candidatura do embaixador nos EUA e nas Nações Unidas, José Luís Guterres. No entanto, Guterres desistiu de concorrer porque o voto não seria secreto, deixando Alkatiri se reeleger como Secretário-Geral do partido, com 97,1% dos votos.

Em carta enviada ontem ao Primeiro-Ministro, o Presidente Xanana Gusmão, exigiu sua renúncia, afirmando ter perdido a confiança em Alkatiri. O Chefe de Governo é acusado de ter montado um grupo, com armas e fardas da Polícia Nacional, para exterminar adversários políticos.

O Ministério Público iniciou a investigação sobre o envolvimento do ex-ministro Rogério Lobato, que fez a distribuição das armas.

COMENTÁRIO JC: A Lusa (Brasil) "esqueceu-se" de dizer que esta oposição interna de Maubosy, Teme, José Luís Guterres, foi esmagada no último Congresso da Fretilin em maio. De repente aparece o número de 37 mortos em vez de 21. Onde estão os corpos? Quem fez a contagem?

Sabe-se que as democracias ocidentais nem sempre podem ser exportadas para nações onde a mera noção do cumprimento da lei é estranha, mas deve favorecer-se o primado da lei e não das emoções.

Crê-se que Lobato, Alkatiri e tantos outros (a começar pelos oficiais revoltosos) devem ser julgados pelos Códigos [civis, penais e militares] já existentes e aplicáveis, em vez de o serem pelos jornais e pelos interesses mal dissimulados do Governo Australiano.

O problema a que se assiste agora, uma vez mais, é que as feridas de agosto 1975 nunca sararam.

Ao contrário da tentativa de reconciliação de Xanana com os indonésios. Estão todas à tona, entre os que são e os que não são da Fretilin (lideradas por Xanana e alguma oposição no seio do parlamento).

Neste momento, todos os Timorenses estão de novo a ser joguetes entre estas duas forças, sabiamente manipulados pelos australianos, norte-americanos. Peões de todos e dos jogos de influência e ânsia de poder de Ramos Horta (para mencionar apenas o mais vocal e visível) entre tantos outros.

Por isso, era fundamental que a lei fosse respeitada e cumprida e os seus prevaricadores ouvidos, julgados e condenados, se fosse caso disso. A demissão dum Governo democraticamente eleito é um péssimo serviço à futura democracia do jovem país.

Claro que a Austrália não se importa. Já decidiu que tipo de protetorado ali vai implantar com a complacência do mundo ocidental e o beneplácito dos americanos [como um primo de JC insiste em tratá-los, perdão, americanos]. No fundo será a solução deste país que prevalecerá e os milhares de refugiados vão regressar a suas terras. Casas já não terão a acreditar nas promessas dos novos messias que irão surgir desta embrulhada, chamem-se eles o que se chamarem.

Uma vez mais foi o pobre e martirizado povo de Timor quem se lixou. Os mandantes ficam a rir-se da sua esperteza saloia, das suas vitórias e do seu poder adquirido.

É para isto que JC alerta. Não defende Xanana, nem Alkatiri. Nem qualquer outro mero eleito por mais autocrático ou menos democrático que seja. A história repete-se. Ninguém a leu, nem mesmo depois de publicar longos extratos.

O povo sairá mais pobre. Alguns sairão mais ricos. Sempre aconteceu ao longo da história.

Viva a descolonização exemplar de Portugal. Viva a história de sucesso da ONU em Timor.

Viva a ajuda imprescindível da Austrália para por ordem em tudo. Daqui a uns anos vamos ter guerrilhas em Timor a lutar contra a exploração colonial australiana mas isso fica para outra conversa...

DOMINGO, JUNHO 25 BLOGUE CAUSA NOSSA. - PRESIDENTE NÃO SE DEMITA. DEMITA-O! ANA GOMES

Presidente - não se demita. Demita-o! É o teor de um SMS que acabo de enviar ao Presidente Xanana! Interferência nos assuntos internos, acusar-me-ão. Eu não sou Governo, sou deputada, cidadã portuguesa e amiga de Timor-Leste.

Trabalhei muito por ver o povo de Timor-Leste livre e independente e não vou assistir impávida a que um punhado de casmurros de matriz totalitária precipite de novo o país no caos. "Interferi" muito, antes, por Timor-Leste e não me arrependo.

É preciso que em Portugal se entenda que Mari Alkatiri até hoje não juntou os milhares de manifestantes da Fretilin, que diz estar a reter para não provocar mais perturbações, pura e simplesmente porque não os tem.

Os militantes de base da Fretilin são quem está mais desapontado com os falhanços deste Governo. Alguns membros do Governo também o sabem - e por isso se estão a demitir.

Vejam o que disse a Micató, Domingas Alves, uma militante da Fretilin que se destacou na resistência no interior durante a opressão indonésia, quando se demitiu ontem do cargo de conselheira do PM para a igualdade das mulheres.

Os militantes da Fretilin que estão próximos do povo sabem bem que o povo - por justas e injustas razões - odeia Mari Alkatiri e outros membros do seu Governo. Sabem bem que muitos e graves erros foram cometidos, que inviabilizam que Mari Alkatiri continue à frente da governação.

Eles não podem deixar que a obstinação de um punhado de gente arrogante e desligada da realidade arraste mais o país para o caos. [Publicado por AG] 25.6.06

COMENTÁRIO JC: Exmo. Senhor Presidente Aníbal Cavaco e Silva

Por favor demita esta deputada portuguesa. Pode ter sido uma boa embaixadora de Portugal em Jacarta mas passou-se, de vez.

Sei que não tem poderes na Constituição para o fazer e que ela foi livremente eleita, mas depois do arrazoado abaixo e doutros anteriores nada mais lhe resta senão demiti-la.

Se não se demitir ameace o senhor demitir-se. A ficção - cada vez mais - imita a realidade, seria cómico se não fosse trágico

SÁBADO, JUNHO 24, 2006 SERIA DE ANTOLOGIA... A COZINHA NO CENTRO DA POLÍTICA INTERNACIONAL, anónimo séc. XX

<http://anonimosecxi.blogspot.com/2006/06/seria-de-antologia.html>

No editorial de hoje do DN, Eduardo Dâmaso critica a influência da mulher Kirsty sobre Xanana.

JC também achara desbocada a entrevista dada há algumas semanas a uma rádio australiana mas, o que hoje lhe despertou a atenção, foi o facto de Dâmaso achar que Kirsty só fala na cozinha.

Xanana Gusmão "pôs o país em alvoroço dizendo em papel timbrado e com a solenidade das declarações de Estado o que a sua mulher diz habitualmente na cozinha lá de casa". E por que não na sala? Ou no quarto? Ou mesmo na casa de banho? Enquanto um toma duche o outro lava a cara e conversam... Ou será que Kirsty só tem lugar na cozinha como todas as mulheres?

Dâmaso admite que Kirsty, além da cozinha, também fala "em incursões pelos bairros pobres de Díli".

É aquela costela social que elas também têm...postado by Susana 22.6.06

Este texto - para que o albergue dos danados chamou a atenção, seria de antologia, sobre o machismo ideológico que nos envenena, se não fosse, também, antológico de como batalhas nossas nos podem distrair ou despriorizar o que, no momento, é fundamental. Falo de Timor.

Não quero saber se Kirsty é lady ou lorde, se falou na cozinha, no salão ou sentada na sanita enquanto Xanana fazia a barba, quero é sublinhar que falou e o que disse, não por ser uma desbocada mas por ter sido muito grave - e elucidativo -, embora com a grande vantagem de também ter sido uma verdadeira denúncia anunciada do que o presidencial esposo viria a dizer, depois do que, outros e eles, têm vindo a fazer contra um Governo que foi eleito pelos Timorenses contra suas excelsas vontades e que contra seus interesses vem governando.

Veja-se que não menos machista é a função distribuída às "primeiras damas" de fazerem incursões pelos bairros pobres e degradados enquanto os "primeiros damos" concretizam as políticas que criam os pobres dos bairros e os degradam.

O que me choca, e de forma em que a angústia se imiscui e só pode ser vencida com a certeza de que as esperanças renascem nas lutas que continuam depois de cada assassinio das esperanças aparentemente concretizadas, é o que têm sido as traições a este povo de Timor.

Mas a vitória final não será a dos não vêm lágrimas, mas apenas petróleo.

Postado by Sérgio Ribeiro

Comentário: GR disse...

Esta ex-jornalista australiana fez, críticas sobre a política interna, pronunciou-se sobre posições (não difundidas até à altura) do PR de Timor. Criou maior instabilidade com as suas afirmações, quer nacional como internacionalmente.

É triste que a senhora Kirsty Sword, não passe de uma moça de recados do PR Timorense.

Mas só se confirma o tipo de Presidente que Timor tem.

Em que país um PR manda a esposa dar recados, preparar a população, para dias depois ele vir dizer a mesma coisa? Ou será Kirsty Sword, uma agente australiana e Xanana anda sob as suas ordens?

Seja a situação qual for, o povo de Timor não merecia tal sorte! Quantos irão morrer, por não quererem estar sob jurisdição da Austrália? GR

24 PARA 25 DE JUNHO DE 2006 JORGE HEITOR, PÚBLICO: JOSÉ RAMOS HORTA DEMISSIONÁRIO. FRETILIN NÃO ACEITA QUE MARI ALKATIRI SE DEMITA

José Manuel Ramos Horta demitiu-se ontem de Ministro Timorense dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, depois de o Comité Central (CC) da Fretilin, reunido em sessão extraordinária, não haver aceitado a saída do Primeiro-ministro Mari Alkatiri; ao contrário do que ele havia antecipado como a solução mais adequada para a presente crise.

O Chefe da diplomacia australiana, Alexander Downer, lamentou profundamente a partida daquele a quem se referiu como "um bom amigo".

Houve mais tiros na capital, Díli, na altura em que se conhecia a demissão tanto de Ramos Horta como do Ministro dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, Ovídio de Jesus Amaral, noticiou a ABC News Online.

Também o Vice-Ministro da Saúde, Luís Lobato, comunicou ter apresentado a demissão.

A Fretilin continuou a dizer que, "a qualquer momento, poderá fazer entrar na cidade dezenas de milhares de pessoas afetas ao presidente do partido, Francisco Guterres, "Lu-Olo", e a Alkatiri".

O Comandante das forças australianas destacadas em Timor-Leste, brigadeiro Michael Slater, declarou que os seus homens estavam preparados para a possibilidade de um confronto entre partidários e adversários do Primeiro-ministro.

PEDIDO O APOIO DA IGREJA CATÓLICA

O CC reafirmou que "a Fretilin tem total disponibilidade para tudo fazer no sentido de encontrar uma solução duradoura, respeitando a Constituição e as leis; com base no diálogo e no consenso nacional". Apelou a Xanana e ao Primeiro-Ministro "para não se demitirem das suas responsabilidades constitucionais".

Propôs o diálogo com o Chefe de Estado, que na semana passada ameaçara demitir-se se Alkatiri o não fizesse. Solicitou apoio tanto à Igreja Católica como a outras confissões religiosas, "com vista à solução da crise.

Quanto a Ramos Horta, que a AFP ontem apresentava como "o delfim natural" de Xanana, "ficará em funções até à formação de novo Governo"; mas ninguém sabe ainda dizer que espécie de Governo é que será este.

Estanislau da Silva, membro da Comissão Política Nacional da Fretilin, declarou em conferência de imprensa que Alkatiri chegou a colocar à disposição do partido o lugar de Primeiro-ministro, mas que isto foi recusado.

Diplomatas ocidentais citados pela Reuters declararam que gostariam de ver Ramos Horta como Chefe do Governo. Os críticos do atual detentor do cargo [Alkatiri] alegam ter sido este muito influenciado pela linha socialista da Frelimo e do MPLA, durante os seus anos de exílio.

*O desemprego é de cerca de 70 por cento, num país de um milhão de habitantes, e a oposição argumenta que Alkatiri não foi capaz de criar postos de trabalho, apesar de Timor-Leste poder dispor dos direitos de exploração de petróleo e gás natural. **Jorge Heitor** 24 para 25 de junho de 2006*

CRISTÓVÃO SANTOS, nasceu português, tem 55 anos e chegou à Austrália em 1975. Jornalista, iniciou a sua carreira no jornal «Norte Desportivo», passando depois pelo «Novidades» e, finalmente, escreveu para o «Diário de Lisboa».

Em 1969 partiu para Timor, onde se tornou amigo pessoal de Ramos Horta e lutou ao lado dos guerrilheiros da Fretilin quando a Indonésia invadiu o território. Depois de a sua casa ter sido bombardeada e de a filha ter ficado gravemente ferida, a família foi retirada de emergência para Darwin.

Uma vez na Austrália, Cristóvão Santos continuou a luta por Timor-Leste, como porta-voz da Fretilin, e reiniciou a carreira de jornalista, tendo chegado a redator-chefe do matutino «Sun News Pictorial».

Mais recentemente, trocou a profissão de jornalista pela de consultor, sendo o relações-públicas da maior empresa portuguesa a operar na Austrália, o grupo Amorim.

Na qualidade de consultor, Cristóvão Santos foi ainda um dos principais mediadores entre a Phillips Petroleum Austrália e o Governo Timorense, que resultou na assinatura do novo Tratado de exploração de gás no Mar de Timor.

COMENTÁRIO JC: Sobre este Cris escrevia-se em "Timor-Leste 1973-1975 o dossier secreto":

*Entretanto, em Portugal, o semanário "Expresso" de 25 maio 1974 dedica quase toda a sua primeira página a Timor, sob o título: "**TIMOR: situação controversa agora sem vendilhões do templo...**"*

De facto, a situação político-militar está confusa em Timor. Depois da visita dos delegados da Junta (Major Garcia Leandro e Major Maia Gonçalves) em vez da verdadeira voz de um Governo revolucionário, as pessoas constataam que as velhas formas de esquecimento a que a Colónia foi votada no passado se iriam manter.

Há quem anseie por Salles Grade, anterior Chefe de Estado-maior em Timor, até 1973.

Durante a controversa visita dos delegados da Junta, Leandro faz declarações bem ambíguas e nebulosas:

"Que o M.F.A. sabe perfeitamente bem o que se está a passar em Timor, e não há necessidade para as pessoas se preocuparem.

Que a permanência do consulado Aldeia está perfeitamente justificada porque as suas atividades são predominantemente administrativas, logo não políticas (sic).

Que o M.F.A. não tolerará mini-revoluções ou mini-movimentos assim como atos tendentes a afastar o Governador e Comandante Militar em Chefe, os quais apenas podem ter origem em grupos minoritários.”

Estas declarações ambíguas e dúbias levaram muita gente a pensar que tais eram pontos de vista pessoais e não linhas mestras do M.F.A. Apoiada por estas declarações a emissora local apressa-se a proclamar que “se o Governador Aldeia for afastado haverá um banho de sangue devido ao seu conhecimento profundo da população local.” Criticamente afirmamos no jornal local que o postulado destas premissas está fundamentalmente errado.

Diante de centenas de pessoas reunidas no Ginásio Escolar para escutar as vozes da Revolução o, então, Major Leandro proclama que o semanário “Expresso” é sensacionalista e incorreto na sua reportagem sobre Timor. Ele também promete descobrir, no seu regresso a Lisboa, quem foram os autores das “notícias alarmistas que obviamente conspiram contra a paz e tranquilidade na ilha.”

Toda a gente sabe que há duas pessoas a escrever para o “Expresso”: Cristóvão Santos, Diretor da Imprensa Nacional (mais tarde porta-voz da Fretilin e Ministro da Comunicação Social no curto Governo da República Democrática de Timor-Leste) e/ou o autor deste livro. Ambos fizeram parte das revelações do “Aldeigate” quando o Governador Aldeia chamou traidores aos revoltosos de então, agora no Governo.

De facto, uma cópia do discurso de Aldeia foi escamoteada para fora do território utilizando hippies australianos rumo ao Cupão (Kupang), outra cópia foi enviada sob nome falso para um intermediário sob nome falso, de forma a não alertar os censores.

Quando a PM (Polícia Militar) veio sem mandatos fazer buscas a casa daqueles dois suspeitos não conseguem encontrar as duas cópias em falta, porque estas já vão rumo a Lisboa. Aquele material queima como ácido, pelo que não era aconselhável tê-lo ou tocar-lhe.

Este, e outros factos são relevantes para estabelecer os antecedentes daquilo que a seguir se vai passar. A imputação do Governador tem o seu início real quando a composição começa a ser impressa e, de imediato retirada para encobrir a existência do discurso. Mesmo antes de sair, Garcia Leandro autentica a mensagem da emissora sobre o banho de sangue que haveria se a população ficasse sem o Governador Aldeia.

De facto, esta não era a forma adequada de começar a descolonizar a mais distante e esquecida Colónia do Império Português que ora se desmoronava.

É português, tem 55 anos e chegou à Austrália em 1975. Jornalista, iniciou a sua carreira no jornal «Norte Desportivo», passando depois pelo «Novidades» e, finalmente, escreveu para o «Diário de Lisboa».

Em 1969 partiu para Timor, onde se tornou amigo de Ramos Horta e lutou ao lado dos guerrilheiros da Fretilin quando a Indonésia invadiu o território. Depois de a sua casa ter sido bombardeada e de a filha ter ficado gravemente ferida, a família foi retirada de emergência para Darwin.

Uma vez na Austrália, Cristóvão Santos continuou a luta por Timor-Leste, como porta-voz da Fretilin, e reiniciou a carreira de jornalista, tendo chegado a redator-chefe do matutino «Sun News Pictorial».

Mais recentemente, trocou a profissão de jornalista pela de consultor, sendo o relações-públicas da maior empresa portuguesa a operar na Austrália, o grupo Amorim. Na qualidade de consultor, Cristóvão Santos foi ainda um dos principais mediadores entre a Phillips Petroleum Australia e o Governo Timorense, que resultou na assinatura do novo Tratado de exploração de gás no Mar de Timor. (notícia em 25 junho de 2006)

JC trabalhara com Cristóvão Santos (falecido em 31 agosto 2007) ao longo do tempo em que dirigira, como Editor-Chefe, o jornal A Voz de Timor. Posteriormente, restabelecera contacto aquando da sua saída do *Sun News Pictorial* para o Grupo Amorim e antes do trágico falecimento da sua mulher Sofia em 2004 ou 2005. Era um bom profissional. Manteve-se afastado da Fretilin depois de ir para a Austrália em novembro 1974. Esteve sempre silencioso sobre Timor mesmo quando JC o interrogara a esse respeito.

João Carrascalão nunca gostara dele e não o escondia chamando-lhe oportunista.

JC teve uma boa relação profissional e de amizade com ele, enquanto esteve em Timor [1973 a 1975]. Atualmente correspondia-se ocasionalmente. Quando viu o nome dele surgir como porta-voz de Ramos Horta, pouco após os incidentes de abril 2006, interrogou-se sobre que interesses ocultos australianos estariam por detrás da sua mudança da Austrália para Timor. Naturalizado australiano, sem laços a Portugal nem a Timor, Cris Santos jamais iria para lá trabalhar a menos que... Claro que não era por idealismo nem por devoção.

O facto de ter sido consultor da Phillips Petroleum Austrália nas negociações com o Governo de Díli só vem cabalmente responder à interrogação anterior. Como se alguém duvidasse que o petróleo comanda todos os incidentes de Timor. O resto são figurantes.

DÍLI, 26 JUN. (LUSA) TIMOR-LESTE: MARI ALKATIRI VAI SER OUVIDO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE ARMAS

Díli, 26 jun. (Lusa) - Mari Alkatiri, que hoje anunciou a intenção de se demitir da Chefia do Governo Timorense, foi convocado para prestar declarações sexta-feira no processo de distribuição de armas a civis, disse à Lusa fonte judicial. A audição foi justificada com as declarações feitas na semana passada pelo ex-ministro do Interior, Rogério Lobato, "que confirmou todas as alegações feitas por Vicente da Conceição "Railos", veterano da luta da resistência.

O Comandante Railos acusara Mari Alkatiri e Rogério Lobato de terem ordenado a distribuição de armas a civis. Na sequência dessas acusações, o ex-Ministro do Interior encontra-se presentemente em prisão domiciliária a aguardar o fim da instrução do processo.

Nas declarações que prestou à juíza, Rogério Lobato "não negou nenhuma" das quatro acusações que sobre ele impendem, de conspiração, tentativa de revolta, posse ilegal de armas e associação criminosa, pelas quais arrisca uma pena de 15 anos de cadeia.

Mari Alkatiri tem negado repetidamente as acusações de que é alvo, considerando que se trata de uma campanha para fragilizar o Governo e a Fretilin para as eleições de 2007. EL. Lusa/Fim

DÍLI, 26 JUN. (LUSA) TIMOR-LESTE: TEXTO INTEGRAL DA DECLARAÇÃO DE DEMISSÃO DE MARI ALKATIRI

Díli, 26 Jun. (Lusa) - O Primeiro-ministro Timorense, Mari Alkatiri, anunciou hoje estar pronto a demitir-se do cargo para evitar a resignação de Xanana Gusmão, assumindo as funções de deputado até final do mandato.

Numa conferência de imprensa sem direito a perguntas, Alkatiri assumiu a sua quota-parte nas responsabilidades pela crise em que o país se encontra e disse estar pronto a contribuir para a formação de um Governo interino, em diálogo com Xanana Gusmão. Falando em Tétum, Português e Inglês, Alkatiri, que apelou à compreensão dos militantes da Fretilin para esta sua decisão, disse estar disponível para contribuir para a apresentação de um Orçamento no Parlamento. O texto integral da declaração lida hoje em Díli aos jornalistas pelo Primeiro-Ministro:

"Tendo refletido com a profundidade necessária sobre a situação vivida no país;

Considerando que acima de todos os interesses estão os interesses da nossa nação;

Assumindo a minha parte das responsabilidades pela crise por que mergulhou o país;

Recusando-me terminantemente a contribuir para o aprofundamento da crise;

Reconhecendo que todo o povo merece viver num clima de tranquilidade e de paz;

Esperando de todos os militantes e simpatizantes da Fretilin toda a compreensão;

Declaro: Pronto a resignar do cargo de Primeiro-ministro do Governo da República Democrática de Timor-Leste para evitar a eventual resignação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República;

Pronto a manter com o Senhor Presidente da República diálogo no sentido de contribuir, se necessário, para a formação de um Governo interino;

Pronto a contribuir para a apresentação de um Orçamento de Estado no Parlamento Nacional;

Mais declaro que passo a assumir as minhas funções de deputado no Parlamento Nacional até ao fim do meu mandato". EL. Lusa/Fim

26 JUNHO DE 06 TIMOR-LESTE: XANANA ACEITA DEMISSÃO ALKATIRI ESTADO DÍLI, 26 JUN. (LUSA) –

"A Presidência da República informa que hoje, dia 26 de junho de 2006, S.E. o Presidente da República recebeu a carta de resignação do Dr. Mari Alkatiri das suas funções de Primeiro-Ministro do Governo da República Democrática de Timor-Leste", lê-se num comunicado de três parágrafos divulgado pelo Gabinete Xanana Gusmão.

O Presidente Timorense, segundo o comunicado, informou Mari Alkatiri de que o seu pedido de resignação "toma efeito a partir do dia de hoje.

A fim de garantir o bom funcionamento das instituições democráticas e uma gestão eficaz da crise nacional enfrentada pelo país", Xanana Gusmão convocou o Conselho de Estado para terça-feira, às 09:30 locais. Xanana Gusmão saiu ao fim da tarde (hora local) do seu Gabinete no Palácio das Cinzas, em Díli, para a sua residência em Balibar, arredores da capital, sem fazer declarações aos jornalistas. EL/PNG. Lusa/Fim.

25 JUNHO 2006 - SOBRE A DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL DO DIA 22 DE JUNHO: ADELINO GOMES, DO JORNAL PÚBLICO, AFIRMA: "DISCURSO POLÍTICO INIMAGINÁVEL".

Sem dúvida que o é. Lamentavelmente para Timor-Leste, o Presidente Xanana Gusmão revela que é tão-somente um homem!

O mito, o herói, o semideus que tantas pessoas 'viam' nele, afinal é apenas um homem...que revela todas as fraquezas de qualquer outro homem...que não é 'mito', não é 'herói' nem um 'semideus'.

Lamentavelmente, muitos necessitam de um 'D. Sebastião', dizem-se democratas, mas têm uma enorme necessidade de serem conduzidos por personalidades dirigentes com características e instintos ditatoriais.

Xanana Gusmão revela e surge perante todos, como um D. Sebastião com aquelas características e aqueles instintos e expõe publicamente o que tem de pior e de estrutural na sua personalidade:

a) a falta de respeito pelos outros, se não forem 'yes men', ou não se deixarem cativar/enrolar no seu charme;

b) o autismo - perante a realidade existente, aquela que existe para além do grupo que o envolve;

c) a incapacidade de lidar com o conflito pessoal - opta habitualmente por duas vias alternativas: fingir que o conflito não existe, deixando-o avolumar com a passagem do tempo ou, criando a dependência afetiva para 'agarrar' as pessoas, muito usado nos seus atos de reconciliação, através de um dom que possui: carisma! e, por último, mas de importância equiparável aos traços anteriores;

d) a necessidade irrefreável de tudo dirigir, de tudo controlar. Xanana Gusmão tentou genuinamente fazer a transição de Comandante da Luta de Libertação e de um grupo de guerrilha para Chefe de Estado...não conseguiu. Acima de tudo, porque não conseguiu viver/conviver/aceitar a divisão de poderes que qualquer Estado democrático de Direito define como elemento essencial/central de um sistema democrático.

Xanana Gusmão revela-nos que levou o seu 'autismo' político ao limite do inimaginável, porque

a) Resume e reduz a Constituição ao seu art.º 1º, nº 1: "A República Democrática de Timor-Leste é um Estado [...] baseado na vontade popular..." - a parte que lhe interessa para, demagógica e populistamente, exercer o poder, porque "o Povo quer e eu oiço o Povo" - leia-se "L'Etat c'est moi!"

b) Despiu-se definitivamente do seu papel de Chefe de Estado para se deixar enrolar na teia da animosidade, do rressaibo, do rancor, da aversão, do ódio, e do ressentimento de que resultou uma Declaração 'Presidencial' à Nação em que o Chefe do Estado de Timor-Leste se 'abstrai' da existência do Estado, sai da esfera do Estado, para se concentrar e limitar-se à esfera do pessoal e do mesquinho

c) Apela emocionalmente ao fim da violência...para se dirigir ao 'Povo' afirmando com voz trémula que "ganhámos a guerra!".

Por tudo isto, receio pelo futuro de Timor-Leste. **Adelino Gomes.**

25 JUNHO BLOGUE PORTUGAL GLOBAL UM LUGAR PARA ARQUIVAR PENSAMENTOS OPORTUNOS E POLITICAMENTE INCORRETOS

<http://portugalglobal.blogspot.com/2006/06/desmentido.html>

Desmentido. Não é verdade que a sociedade de advogados em que trabalho, MRA, tenha patrocinado num passado recente, qualquer das partes que envolvidas na disputa de interesses no Timor Gap.

Há situações em que o direito não tem nenhuma relevância, sendo certo que o direito internacional é o parente mais frágil da família. Continua a ser de uma acutilante atualidade a discussão da problemática dos riscos dos contratos petrolíferos, sobretudo em quadros de soberania débil.

No caso de Timor é muito interessante para todas as partes envolvidas que se esclareça se é verdade ou mentira que a mulher do Presidente é um agente encoberto da inteligência australiana. Postado by Miguel Reis @ 1:13 AM

Comentário JC: Quase dois meses depois dos primeiros incidentes a Austrália obtém a sua primeira vitória: a saída do incontornável Mari Alkatiri que tantos milhões de dólares custara aos cofres da indústria petrolífera. Tanto trabalho dera aos negociadores e dezenas de advogados por parte do Governo Australiano.

Agora, tudo será mais fácil com um poeta (Xanana) temporariamente controlado (ou sob a influência de Kirsty Sword) e um grande pragmático, oportunista, como Ramos Horta. Como atrás se escrevera espera-se agora que a TV australiana anuncie o novo Primeiro-Ministro e as coisas se comecem a compor.

A Polícia gerida diretamente pela Austrália. Alguns Ministérios nas mãos de gestores sabiamente colocados pela sua docilidade ao Governo de Camberra.

Esquecera-se de mencionar o povo que dorme na rua. Ficou sem casa, sem emprego ainda à espera dos dólares do petróleo.

Estamos todos certos que a Caritas Australiana lhes vai dar uma esmola como sempre deu aos Aborígenes australianos.

Com a desculpa de que as leis não se fizeram para serem cumpridas, porque a vontade do povo (de que minoria falamos aqui? os 4 mil manifestantes numa população de perto de um milhão? A Igreja Católica?) é soberana, temos um Primeiro-Ministro demissionário.

Foi julgado e condenado na praça pública com um advogado de acusação chamado Austrália ou petróleo (a tradução do nome não deu para entender).

Xanana declara “*ganhámos a guerra*”. Continua idolatrado por todos. Considerado ao nível dos deuses. Mas veio para a rua lavar a roupa suja utilizando linguagem inadmissível num Chefe de Estado. Deixou ao seu Príncipe Perfeito (Ramos Horta) o trabalho de estar sempre pronto a sacrificar-se pela Nação.

Teve a ajuda da Comunicação Social australiana, e alguma portuguesa, que não se coibiram de dizer que Timor era um projeto falhado enquanto Mari Alkatiri estivesse no poder. Veremos o que virá a seguir, se guerrilhas nas montanhas a lutar contra a ocupação colonialista australiana e seus títeres, se uma guerra civil, se um banho de sangue.

Talvez, a calma aparentemente podre voltará a pairar sobre Timor até que ecluda – de novo – um problema que obviamente se não vai resolver agora, apesar da demissão do Primeiro-Ministro. As tensões, as fraturas e a discórdia ancestral continuam por sarar. Enquanto essas não forem abordadas e resolvidas, estas cenas irão repetir-se com outros intervenientes e alguns dos mesmos, que só desaparecerão com a morte.

É bem provável que outra das vítimas destes incidentes de abril 2006 acabe por ser a língua portuguesa, mas quanto a essa manteremos felizmente algumas esperanças de que a Austrália não será capaz de se ver livre dela tão facilmente quanto pensa. Mais uma vez o povo Timorense é a única vítima de um conflito gerado pelo petróleo. Já o tinha sido aquando do acordo de Timor Gap entre a Austrália e a Indonésia. Volta a sê-lo. Limitar-nos-emos a assistir impotentes.

Em breve o tema desaparecerá das páginas dos jornais. Para todos aqueles que têm escrito, e insultado, por JC denegrir o bom-nome da sua compatriota australiana, a Primeira-dama, Kirsty Sword Gusmão, queria lembrar que a hipótese de a Austrália ter uma mulher infiltrada na política de Timor já não é virgem.

Aconteceu com uma agente da ASIO na década de 1970. Ela viveu com Ramos Horta. Apesar dos desmentidos todos que este fez, aquela espia (Wendy Holland) antes de morrer de MS (esclerose múltipla) – acabou por publicar vários escritos nos quais contava como foi a sua ida para Timor para acabar a viver com Horta, mas fica para outro livro ou talvez não.

Deixa-se uma amostra adiante.

Como sempre, toda a gente fala, mas ninguém se deu ao trabalho de estudar a História...

O que importa é que os alegados líderes da rebelião não têm no seu passado nenhuma história de luta anticolonial. São títeres às mãos dos seus instrumentalizadores, sejam eles de Camberra, de Jacarta ou até do próprio clero de Díli.

A prisão de Eurico Guterres pode ter mais a ver com isto do que a mera antipatia que todos parecem sentir contra Mari Alkatiri. Depois, temos de juntar os interesses geoestratégicos (no cerne da invasão de 7 dezembro de 1975) e o petróleo.

Houve 21,5% de apoiantes da integração na Indonésia. Estão insatisfeitos com a independência e com a política de Alkatiri. Reveem-se mais em Eurico Guterres.

Não é coincidência os ataques surgirem logo após aquele ir para a cadeia.

Há ainda militares e uma pequena franja política indonésia que apoia Guterres e não perdoa a independência e há muitos Timorenses desejosos de os ajudar.

Foi pena que os líderes (Alkatiri, Horta, Xanana e Roque Rodrigues) não tivessem visto isto a aproximar-se como um tsunami. Que pensassem serem apenas umas pequenas ondas que a areia da nova democracia estancaria.

Foi pena que à semelhança desse Governador colonial (Celestino da Silva) não se tivessem dedicado a emprestar pás e enxadas para ocupar os guerrilheiros desempregados das Falintil.

Foi pena que, com a mudança dos tempos e dos costumes, não tivessem "nonas" (amantes) para lhes contar o que se passava nos quatro cantos de Timor.

Foi pena que tenham sido apanhados "desprevenidos" por esta insurreição tão bem orquestrada pela Austrália, por alguns insatisfeitos que nunca lutaram por Timor durante a ocupação indonésia (estavam na Indonésia e na Austrália) e por uma pequena proporção de elementos jovens insatisfeitos manipulados por Guterres e outros acima deste.

Pena que Xanana esteja a ser ouvido pela voz de Kirsty Sword e não falasse enquanto era tempo, ele afinal escolheu entre os seus os homens do exército Timorense que comanda, enquanto para a Polícia foram os outros, muitos deles envolvidos com a Indonésia durante a ocupação desta.

Esta linha de clivagem pode ter ajudado os estrategas de Camberra a vingarem-se de terem de ceder 50% do Timor Gap a Timor-Leste, fruto das boas capacidades de negociação de Mari Alkatiri.

Já todos se esqueceram que a Austrália começou por oferecer 20% a Timor. O petróleo esteve sempre por detrás disto. Outorgar novos contratos à ENI italiana e concessões à Republica Popular da China (odiada em Jacarta) não aumentaram a reduzida popularidade de Mari Alkatiri face a Camberra e à vizinha Indonésia. Alkatiri seria sempre David contra Golias.

A seguir virá a fatura do "apoio" australiano num Governo fantoche ou mais maleável em Díli.

Por outro lado, ninguém esqueça que o embaixador americano se deu ao trabalho de ir ter com Reinaldo, um desertor, um fora da lei, para saber quais eram as suas reivindicações.

Esta preocupação dos norte-americanos com a democracia é de louvar. Devem-se ter recordado do M.F.A. em Portugal e das reivindicações dos militares.

Quando JC desertou farto de clamar no deserto, porque o 25 de abril tardava a chegar a Díli, ninguém o quis ouvir, nem australianos, nem norte-americanos. Os australianos também já entrevistaram o Reinaldo. Já sabem o que ele quer. Foram eles que o treinaram. Se diz que precisam de tirar o Alkatiri, dão uma ajuda. Isto começa a lembrar o Chile em 1973.

Aliás, se formos atrás na história recente, podemos recordar o que a Austrália fez nas Fiji em 1987 ao democraticamente eleito Temoci Bavandra (pronunciado bavandra): ajudou o golpista coronel (depois major-general) Sitiveni Ligamamada Rabuka (pronunciado rambuka) a depô-lo depois dum golpe de estado em 14 de maio de 1987 a que se sucedeu outro em outubro. Rabuka foi um mero instrumento nas mãos dos senhores feudais que se insurgiam com o domínio das ilhas pelos Indianos, introduzidos ali no início do século XX. Crise étnica e devolver a Fiji aos Fijianos e não aos Indianos, era o grito da altura. Demorou dez anos para a democracia regressar às Fiji.

Veremos o que vem a seguir, mas enquanto se não dedicarem esforços à formação da tropa e duma força policial eficaz, incapaz de se cindir sob os fortes laços centenários da etnicidade tribal, enquanto se não ocupar a população, jovem e desiludida, em trabalho remunerado, que lhe augure qualquer futuro (até agora nem presente nem futuro lhes era prometido), enquanto não se explicar à população porque é importante que falem Português em vez de Bahasa ou de Inglês, enquanto isso não for feito, não há doações internacionais que cheguem nem fundos do petróleo que aguentem a instabilidade.

Há genes tradicionais e centenários que têm de ser estudados conjuntamente com a influência que a ocupação indonésia e a sua lavagem ao cérebro causaram. Há que ter em conta o recente exemplo das ilhas Salomão.

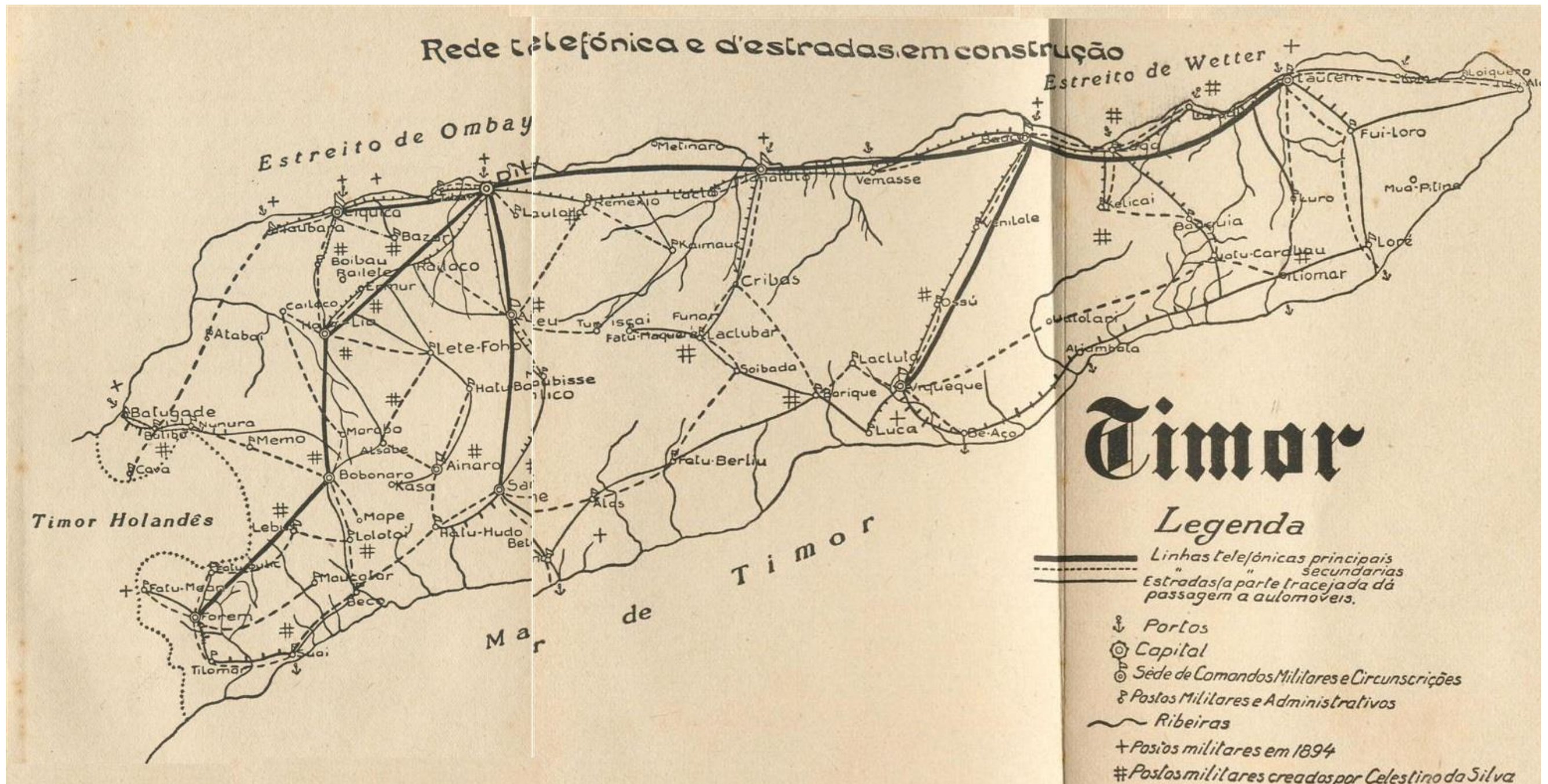
Há que evitar que Camberra passe a gerir os Ministérios mais problemáticos de Timor ou a decidir o que é melhor para este jovem país. Há que deixar os Timorenses governarem-se e a criarem condições para o fazerem. Uma boa medida seria darem-lhes de volta os recursos marítimos roubados por pactos leoninos firmados por Camberra. Isso permitiria que o país sem contrair empréstimos ou dependente de outros, dividisse a riqueza por todos os Timorenses. Que criasse empregos para os milhares de jovens sem futuro. Que criasse uma unidade nacional, que nunca existiu e não tem tradições. Existiu sempre uma pesada e ancestral herança de guerras intertribais. Timor tem de ser para todos e não para alguns.

Tem de abarcar todos os que lutaram fora pela autonomia, os que lutaram dentro contra a ocupação indonésia e os que se acomodaram à ocupação indonésia. Só quando se criarem condições para este entendimento nacional e global terá valido a pena lutar pela independência, durante mais de duas décadas e meia.

A comunidade internacional pode ajudar a facilitar o desenvolvimento destas noções, mas terá de se libertar dos interesses óbvios dos lóbis do petróleo. Sem a desculpa esfarrapada de a língua portuguesa ser a culpada.

Se a CPLP existisse, para lá do papel, seria uma ótima oportunidade das ex-colónias de Portugal (incluindo o Brasil) mostrarem o que é a solidariedade. Isso é pedir demais. Se a ONU tivesse mais força poderia ajudar a construir o que nunca construiu, mais interessada em criar negócios milionários para os seus conselheiros do que em construir um país novo pela raiz. Sobretudo o que é preciso é que ajudem os Timorenses a criar a sua nação. A aprenderem o que é viver em democracia.

Reitera JC que sempre escreveu para os Timores e não para as elites que os dominam. Bastava que as entidades de ajuda internacional fizessem o mesmo (1 junho 2006). Um último desejo é o de JC nunca mais ter de escrever sobre Timor...



TIMOR LESTE VOL. 3, AS GUERRAS TRIBAIS, A HISTÓRIA REPETE-SE (1894-2006)

j. chrys chrystello